

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Dedicatória

A todos os homens e mulheres do mundo inteiro, amantes da paz, unidos pelos ideais de liberdade, justiça social, progresso, solidariedade e amor ao próximo, construindo um mundo melhor, civilizado, onde há espaço para todos, grandes e pequenos, ricos e pobres!

Ao meu orientador, Prof. Doutor Francisco Proença Garcia, pelo incansável empenho pessoal em me orientar pontualmente nos momentos em que precisei para que esta Tese ficasse concluída dentro do tempo regulamentar.

A todos os docentes da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, em particular ao Coordenador do Curso de Doutoramento em Direito e Segurança, Prof. Doutor Jorge Bacelar Gouveia, que tem dedicado esforços e saber pessoais incomensuráveis juntamente com a sua equipe de trabalho, para que este Curso decorra cumprindo rigorosamente o programa estabelecido para cada ano letivo, e aos que lecionam as Unidades Curriculares deste mesmo Curso, pela sua especial dedicação e preocupação permanentes em proporcionar aos alunos deste Curso, sólidos conhecimentos técnico-científicos e ensino superior de qualidade credível.

Agradecimentos

À memória da minha mãe, Valentina Capiale.

Ao meu pai, Lapucheque Varieque, “Annamuttiya”, que me educou desempenhando simultânea e precocemente o papel de pai e mãe.

À minha mulher, Maria Julieta, pela paciência e esperança no futuro, ficou à guarda dos nossos filhos e bens durante as minhas ausências do país para as minhas formações no estrangeiro, em particular para este Curso de Doutoramento em Direito e Segurança nas terras lusas, e me deu forças para que o meu curso fosse coroado de êxito.

Aos meus filhos Orelvo, Ortiz, Ultimira, Benildo e Ludmila; netos Máximo e Kaiser, que constituíram a minha força motriz para a prossecução do meu curso, superando as dificuldades e obstáculos que foram surgindo, próprios dum curso de doutoramento feito distante da família.

Aos meus irmãos Panguene, Manuel e Paulo, pela força e coragem que sempre me deram nos momentos difíceis que dela precisei, a fim de prosseguir com coragem e determinação este Curso.

A todos os funcionários da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, particularmente os que diretamente trabalharam para o Curso de Doutoramento em Direito e Segurança 2014/2015, que, com dedicação e zelo profissional, cumpriram prontamente com as suas obrigações funcionais, fazendo com que todas as atividades programadas, sobretudo as que me diziam diretamente respeito, fossem cumpridas na íntegra.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância**Resumo analítico**

A presente Tese analisa a missão das Forças Armadas Moçambicanas quanto à sua consagração na Constituição e sua importância. Faz um estudo comparado com as Constituições dos Estados de Língua Portuguesa, identificando as semelhanças e diferenças existentes entre elas. Constata que as Constituições desses Estados consagraram-na de forma clara e precisa havendo, contudo, algumas lacunas na Constituição moçambicana, que urge saná-las. Para as FADM, analisa a sua missão tradicional de defesa militar do Estado moçambicano contra agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna. Reporta as missões históricas das FADM, de apoio à luta dos movimentos de libertação nacional pela sua independência em África e noutros países a nível internacional; aborda o apoio dado à Tanzânia aquando da invasão ugandesa. Analisa as missões na Comissão de Defesa e Segurança da SADC e da CPLP, e no âmbito nacional: contra as guerras de agressão dos regimes da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), de Ian Smith, e do "apartheid", da África do Sul, de Pieter Botha, contra Moçambique; a guerra dos dezasseis anos entre a Frelimo e a RENAMO; êxitos, constrangimentos, desafios (1975-2016); atividades de treino operacional e de ensino dos três ramos das FADM e das instituições de ensino militar.

Abstract

This paper analyzes the mission of the FA Mozambican in the constitution and the ordinary laws. Identifies the similarities and differences between them. Notes that the Portuguese Constitution consecrated the express way there, however, some gaps in the Mozambican Constitution, which urges remedy them. There are certain gaps in the ordinary laws of both countries for remedy. Specifically for FADM, analyzes its traditional mission of military defense of the independence, sovereignty and territorial integrity of the Mozambican state. Report to the International historical missions in support of the struggle of national liberation movements for independence in Africa and other countries

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

internationally; the support given to Tanzania when Ugandan invasion; missions in the Committee on Defence and Security of SADC and CPLP. Missions nationally: against wars of aggression by the regimes of Southern Rhodesia (now Zimbabwe), Ian Smith, and "apartheid" in South Africa, Pieter Botha, against Mozambique; the war of the sixteen years between Frelimo and RENAMO; achievements, constraints, challenges (1976-2014); operational training and teaching activities of the three branches of the FADM and military educational institutions (ISEDEF, AMMSMM and EFSA).

ÍNDICE GERAL

Introdução.....	20
------------------------	-----------

CAPÍTULO I

Génese e evolução das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), transformação das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), guerrilheiras, em Forças Armadas regularers (período 1975-2016).....	82
--	----

1. Evolução das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), (período 1975-2016)...	82
1.º período – 1974 – 1975	82
2.º período – 1975 – 1977.	83
3.º período – 1977 – 1979.....	83
4.º período – 1979 – 1980.....	86
5.º período – 1980 – 1982.....	87
6.º período – 1982 – 1992.....	96
7.º período – 1992 – 2012.....	97
8.º período – 2012 – 2014.....	100
9.º período – 2001 – 2015.....	100
10.º período – 2014 – 2015.....	101
Sub-período 2015 – 2016.....	101
2. Causas da guerra prolongada entre a Frelimo e a Renamo em Moçambique.....	101

Capítulo II

Análise das Constituições Moçambicanas, sua evolução no âmbito da segurança e defesa (período 1975-2016).....	105
1. Período colonial.....	105
1.1. A Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974 e a concessão de independência a Moçambique.....	108

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

2. O período da I República.....	109
2.1. Revisões pontuais da Constituição da República Popular de Moçambique.....	111
3. O período de transição do regime de orientação socialista para o regime jurídico-constitucional do Estado de Direito Democrático, ou início da transição democrática, a Constituição da República de Moçambique de 1990, as suas revisões pontuais, e o Acordo Geral de Paz de 1992 (1990-2004).....	112
4. O período da consolidação político-constitucional.....	115
5. Depois da assinatura do Acordo Geral da Paz.....	117
5.1. Causas da manutenção e prolongamento do AGP (1992-2004).....	118
5.2. Causas da ruptura do AGP (2004-2014).....	120
6. Breve historial sobre as FADM, a luta armada de libertação nacional, as guerras de agressão dos regimes da Rodésia do Sul e do "apartheid", da África do Sul.....	121
7. Missões das FADM de apoio à paz e humanitárias.....	122
8. Exercícios militares conjuntos entre as FADM, as Forças Armadas da SADC e da CPLP, no âmbito da defesa e segurança dos países da região da África Austral e da CPLP.....	123
9. O dilema entre as prioridades para o plano de desenvolvimento económico e social e o investimento no setor da segurança e defesa, face à escassez de recursos económico-financeiros.....	124
9.1. O dilema relativamente às missões no âmbito dos compromissos assumidos com as organizações regionais e internacionais de segurança e defesa de que o Estado Moçambicano faz parte.....	125
9.2. Solução alternativa possível que o Governo Moçambicano pode encontrar.....	125
9.3. Garantia do bem-estar geral e justiça como fins últimos ou teleológicos do Estado Moçambicano.....	126
9.4. Fundamento subjacente na necessidade de reequipamento mínimo das FADM para o cumprimento das missões no âmbito dos	

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

compromissos assumidos com as organizações regionais e internacionais de segurança e defesa de que o Estado Moçambicano faz parte.....	127
9.5. Paradoxo - propagação de riscos e ameaças à segurança dos Estados que propiciam o surgimento de Estados falhados.....	127
9.6. Problemas que se levantam para garantir a segurança e defesa dos Estados em face da escassez de recursos económico-financeiros e da propagação crescente de riscos e ameaças transnacionais a essa segurança.....	129
10. Necessidade de redefinição das políticas do Governo Moçambicano para o setor da defesa e segurança, visando fazer face aos múltiplos desafios que se colocam em diversas frentes nesta área.....	145
11. Riscos que o Estado Moçambicano incorre ao priorizar o desenvolvimento económico e social, em detrimento do setor da defesa e segurança.....	148
12. Necessidade de definição pelo Governo Moçambicano de políticas a médio e longo prazos para a defesa dos recursos naturais energéticos descobertos em Moçambique.....	150
13. Que razões ditam a não aprovação verbas para o reequipamento das FADM para estas defenderem a nossa soberania?.....	151

CAPÍTULO III

Enquadramento da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, da Lei da Política de defesa e Segurança, da Lei do Conselho de Defesa e Segurança na Constituição da República, do Conceito Estratégico de Defesa Nacional na Resolução n.º 42/2006, de 26 de dezembro, do Estatuto dos militares das Forças Armadas, das Organização das FADM e missões dos seus Ramos..159

1. Enquadramento na Constituição da República de Moçambique da Lei n.º 18/97, de 7 de outubro, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas.....	159
---	-----

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

1.1. Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas.....	159
2. Estatuto dos Militares das Forças Armadas.....	161
3. Organização das FADM e missões dos seus Ramos.....	162
3.1. Capítulo II – Estrutura Superior da Defesa Nacional.....	164
3.2. Capítulo III – Estrutura Superior das Forças Armadas.....	164
4. Missões dos Ramos das FADM.....	164
4.1. Missões dos Ramos do Exército, Força Aérea e Marinha de Guerra.....	164
4.2. Missões gerais.....	164
4.3. Missões específicas.....	166
4.4. Missões do Exército.....	167
4.5. Missões da Força Aérea.....	170
4.6. Missões da Marinha de Guerra.....	170
5. Enquadramento na Constituição da República de Moçambique da Lei n.º 8/96, de 5 de junho, alterada pela Lei n.º 2/2005, de 12 de abril, que aprova o Conselho Nacional de Defesa e Segurança.....	171
6. Enquadramento na Constituição da República de Moçambique da Lei n.º 17/97, de 7 de outubro, Lei da Política de Defesa e Segurança.....	173
6.1. Capítulo I – Disposições gerais.....	175
6.2. Capítulo II – Defesa Nacional.....	175
6.3. Capítulo III – Segurança Interna.....	176
6.4. Capítulo IV – Segurança do Estado.....	176
7. Enquadramento da Lei n.º 18/97, de 1 de outubro, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, da Resolução n.º 42/2006, de 26 de dezembro – Conceito Estratégico de Defesa Nacional.....	177
7.1. Conceito Estratégico de Defesa Nacional.....	177
7.2. Definição.....	177
7.5. Enquadramento.....	177
7.6. Internacional.....	177
7.7. Nacional.....	177
3. Objetivos da Defesa Nacional.....	178

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

4. O Espaço Estratégico de Interesse Nacional.....	178
4.1. Espaço Estratégico Nacional Permanente.....	178
4.2. Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural.....	179
5. Orientação Estratégica.....	179
6. Diretrizes.....	180
6.1. Plano Interno.....	180
6.2. Plano Externo.....	181
6.3. Plano Militar.....	181
7. Estudo comparado sobre o enquadramento da missão das Forças Armadas na Constituição entre Moçambique e os demais Estados-membros da CPLP.....	182
8.1. Estudo comparado sobre a consagração constitucional da missão das Forças Armadas Moçambicanas, Portuguesas e dos demais Estados-membros da CPLP.....	183
8.2. Estudo comparado sobre a consagração constitucional da missão das Forças Armadas Moçambicanas e Portuguesas.....	183
8.3. Estudo comparado sobre a consagração constitucional da missão das Forças Armadas dos demais Estados-membros da CPLP.....	185

CAPÍTULO IV

Missões das Forças Armadas, da Polícia e do SISE em tempo de paz e necessidade de operações conjuntas em tempo de guerra (Decretos Militares, Estatutos e Condição Militar).....

1. Enquadramento da missão das Forças Armadas na Condição militar....	190
2. Missões das Forças Armadas, da Polícia e do SISE em tempo de paz...	191
2.1. Separação das missões em tempo de paz.....	191
3. Missões das Forças Armadas.....	191
4. Missões da Polícia.....	192
5. Missões do SISE.....	196
5.1. Missões conjuntas em tempo de guerra	197

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância**CAPÍTULO V**

A consagração constitucional da missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua importância (período 1975-2016).....199

1. Preliminares.....201
2. Enquadramento doutrinário da missão das Forças Armadas.....202
3. A consagração constitucional da missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua importância (período 1975-2016).....207
4. Proposta de revisão pontual da constituição da República de Moçambique de 2004.....210
5. Missões das FADM no âmbito externo.....212
6. Missões das FADM no âmbito interno.....212
7. Responsabilidade do Estado Moçambicano na criação de condições para o reequipamento das sus Forças Armadas.....213
8. Missões históricas de apoio à luta dos movimentos de libertação nacional pela sua autodeterminação e independência em África e noutros quadrantes no plano internacional.....215
 - 7.1. Apoio à luta de libertação do Zimbabwe.....215
 - 7.2. Apoio à luta de libertação do ANC, da África do Sul.....217
 - 7.3. Apoio à luta de libertação da FRETILIN, de Timor-Leste.....219
 - 7.4. Apoio a outros movimentos de libertação nacional.....220
8. Apoio prestado à República Unida da Tanzânia aquando da invasão do Uganda.....220
9. Missões de carácter interno no âmbito da defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano.....221
10. Defender o quê, contra quê, com quê, com quem?.....222
 - 10.1. Defender o quê?.....222
 - 10.2. Defender contra quê?.....223
 - 10.3. Defendemos com quê?.....225
 - 10.4. Defendemos com quem?.....235

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

11. Na luta contra as agressões armadas dos regimes da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), de Ian Smith, e do “apartheid”, da África do Sul, de Pieter W. Botha.....	241
11.1. Na luta dos dezasseis anos entre o Governo da Frelimo e a RENAMO.....	242
12. Formas e métodos de fazer a guerra usados pela RENAMO.....	249
12.1. Descrição sumária das formas hediondas de conduzir a guerra pela RENAMO durante os 16 anos deste conflito armado em Moçambique.....	251
12.2. 1.º momento.....	251
12.3. 2.º momento.....	253
12.4. 3.º momento.....	253
13. Vésperas do fim da guerra dos dezasseis anos entre a Frelimo e a RENAMO (1986-1992).....	254
14. Consequências sociais das quatro guerras (período 1976-2016).....	255
14.1. Deslocação das populações do campo para as cidades e países vizinhos à procura de segurança.....	255
14.2. Refugiados para os países vizinhos.....	257
15. Condições políticas, militares, económicas e sociais em que as FAM/FPLM cumpriram as suas missões constitucionalmente consagradas na luta contra a RENAMO (período 1976-1984).....	259
16. Condições políticas, militares, económicas e sociais em que as FAM/FPLM cumpriam e cumprem as suas missões constitucionalmente consagradas na luta contra a RENAMO (período 1984 aos nossos dias [2016]).....	262
16.1. Guerras de agressão contra Moçambique perpetradas pelos regimes da Rodésia do Sul, de Ian Smith, e do “apartheid”, da África do Sul, de Pieter W. Botha.....	274
16.2. Missões de carácter histórico cumpridas pelas FAM/FPLM no período 1976-2014, mais tarde prosseguidas pelas FADM.....	274
16.4. Apoio às populações afetadas por calamidades naturais.....	281

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

16.5. Na busca, salvamento e reassentamento para locais seguros das populações afetadas durante a época de cheias e inundações, bem como de ciclones e de outras calamidades naturais.....	281
16.6. Cheias: treze anos depois, tragédia volta a Moçambique.....	282
16.7. Propostas de soluções a médio e longo prazos.....	283
16.8. Treino operacional das FADM, e as atividades de ensino realizadas pelas instituições de ensino superior e médio militares	284
16.9. Missões das instituições de ensino militar.....	285
16.10. Escola de Formação de Sargentos (ESFA) General de Exército Alberto Joaquim Chipande.....	285
16.10.1. Resenha histórica.....	286
16.10.2. Criação da ESFA.....	286
16.11. Academia Militar Marechal Samora Moisés Machel (AMMSMM).....	288
16.11.1. Resenha histórica.....	288
16.12. Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF) "Tenente General Armando Emílio Guebuza"	291
16.12.1. Resenha histórica.....	292
16.12.2. Criação do ISEDEF.....	293
17. Missão do ISEDEF	295
18. Princípios do ISEDEF.....	296
19. Objetivos do ISEDEF.....	296
20. Autonomia.....	297
21. Órgãos e estrutura do ISEDEF.....	297
22. Comando do ISEDEF.....	297
23. Departamentos do ISEDEF.....	298
24. Órgãos de Conselho do ISEDEF.....	298
25. Logística de Produção nas FADM.....	298
26. Conceito de Logística de Produção	300
26.1. Objetivo.....	300
26.2. Missão.....	301

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

26.3. Organização.....	302
26.4. 1.a etapa: FPLM (1975-1980).....	302
26.5. 2.a etapa: FAM/FPLM (1980-1982).....	302
26.6. 3.a etapa: FADM (2005).....	302
26.7. Resenha histórica.....	302
26.8. Introdução da Logística de Produção nas FADM.....	303
27. Êxitos.....	311
28. Constrangimentos.....	313
29. Desafios.....	316
29.1. Necessidade de reequipamento das FADM, formação e saber fazer....	316
29.2. Necessidade de modernização das FADM.....	317
29.3. Aposta na formação e atribuição de equipamento condigno.....	319
30. Entrevistas.....	320
31. Considerações finais.....	323
31.1. Se do conflito armado que eclodiu em 2015, entre a Frelimo e a Renamo, resultar em acordo de paz, haverá mais guerra em Moçambique?.....	325
32. E quanto às guerras que se assistem nos últimos anos, conduzidas por alguns Estados contra outros, com o objetivo de pilhar os recursos naturais energéticos dos Estados invadidos e ocupados, assistir-se-á o seu fim?.....	325
33. Que fazer em face da exclusão social ou étnica e regional pelo sul contra o norte e o centro de Moçambique que obstrui a unidade nacional e a coesão das Forças Armadas.....	332
34. Quanto à exclusão social ou étnica e regional na partilha dos poderes político e económico e na distribuição equitativa da riqueza nacional?...334	
Conclusões.....	335
Próximas pesquisas.....	339
Bibliografia.....	340

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Índice de tabelas.....	347
Anexos.....	352
Índice geral.....	5

SIGLAS E ABREVIATURAS

ONU – Organização das Nações Unidas

SADC – Comunidade de Desenvolvimento Económico da África Austral

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

FAM/FPLM – Forças Armadas de Moçambique/Forças Populares de Libertação de Moçambique

FADM – Forças Armadas de Defesa de Moçambique

ISEDEF – Instituto Superior de Estudos de Defesa

IUM – Instituto Universitário Militar

IES – Instituição de Ensino Superior

IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares

LDNFA – Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas

AMMSMM – Academia Militar Marechal Samora Moisés Machel

ESFA – Escola de Formação de Sargentos

CEMC – Curso de Estado-Maior Conjunto

CAC – Curso de Altos Comandos

CPOS – Curso de Promoção a Oficial Superior

CAQ – Curso de Adequação de Quadros

CCCBAT – Curso de Capacitação de Comandantes de Batalhão

EUA – Estados Unidos da América

UE – União Europeia

UA – União Africana

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

IDN – Instituto de Defesa Nacional

MPLA – Movimento Popular para a Libertação de Angola

PAIGC – Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PILAV – Piloto Aviador

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

OUA – Organização da Unidade Africana

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

AGP – Acordo Geral de Paz (para Moçambique)

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UP – Universidade Pedagógica

ISCTEM – Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique

USTM – Universidade São Tomás de Moçambique

CRM – Constituição da República de Moçambique

PIC – Polícia de Investigação Criminal (de Moçambique)

TVM – Televisão de Moçambique

D.R. – Diário da República

FRETILIN – Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente

RTP – Rádio Televisão Portuguesa

OMC – Organização Mundial de Comércio

PIB – Produto Interno Bruto

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

FMI – Fundo Monetário Internacional

G8 – Grupo 8

US\$ - (símbolo da moeda norte-americana), Dólar americano

R\$ - (símbolo da moeda brasileira), Real

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

CEMGFA – Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

ICP – Instituto da Cooperação Portuguesa

Art. – Artigo

FDUNL – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

AR – Assembleia da República

MDM – Movimento Democrático de Moçambique

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique (hoje partido)

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana (hoje partido)

CS – Conselho de Segurança da ONU

CFR. – Conferir, conforme

FDUNL – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

CEMGFA – Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

CEME – Chefe do Estado-Maior de Exército

General (Res) – General na Reserva

AGNUR – Programa das Nações Unidas para os Refugiados

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

FAO – Programa Mundial de Alimentação da ONU

SNASP – Serviço Nacional de Segurança Popular

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Palavras-chave:

- A Missão das Forças Armadas, sua Consagração Constitucional e Importância
 - Órgãos de soberania diretamente responsáveis pelas Forças Armadas
 - Aprovação de orçamento considerado suficiente para as Forças Armadas
 - Missão tradicional das Forças Armadas, de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado contra agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna
 - Riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados
 - Guerras de agressão perpetradas pelos regimes da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), de Ian Smith, e do "apartheid", da África do Sul, de Pieter W. Botha
-

INTRODUÇÃO

A consagração constitucional da missão das Forças Armadas de um país produz efeitos jurídicos da maior relevância que se repercutem diretamente na esfera jurídica do Estado, traduzidos na obrigação deste de proporcionar segurança, quer militar (na vertente de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do país contra quaisquer eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna), quer abrangendo o bem-estar geral, a defesa individual e coletiva dos direitos fundamentais dos seus cidadãos, quer ainda da proteção do meio ambiente, entre outros, matérias estas que são discutidas detalhadamente nos cinco capítulos que compõem esta Tese.

O acima referido núcleo de deveres obriga, como é óvio, a disponibilização pelo Estado, de recursos materiais e financeiros, bem como o treinamento e formação permanentes das FDS, em particular das Forças Armadas, com vista a assegurar o êxito da referida missão, e valorizar profissionalmente os homens que a cumprem.

A abordagem da questão relativa à *Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua Importância*, tema central da presente Tese, insere-se no âmbito do estudo da disciplina de Direito Constitucional da Segurança, especificamente do culminar do Curso de Doutoramento em Direito e Segurança, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Nesta ótica, com a presente Tese pretende-se analisar *A Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua Importância*, reportada no período 1975-2016, em dois contextos jurídico-constitucionais, políticos, económicos, sociais e culturais diferentes, designadamente:

1. No contexto do período da Guerra Fria, 1945, até princípios da década de 90

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

No contexto do período da Guerra Fria (que começa com o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, em 1945, e inicia o seu fim a partir da queda do muro de Berlim, nos finais da década de 80, e termina com o subsequente desmoronamento do sistema socialista, que se concretiza nos princípios da década de 90, com a queda da URSS, uma das duas superpotências mundiais deste período), caracterizado pela bipolarização do mundo entre as outrora duas superpotências mundiais – os EUA, liderando o sistema capitalista, com o seu modelo económico capitalista ou de mercado de livre concorrência, em que há liberdade de ação dos agentes económicos privados, e com um regime político democrático ou multipartidário; e, a URSS, encabeçando o sistema socialista, com o seu modelo de economia centralmente planificada, e os meios de produção fundamentais concentrados nas mãos do Estado, e com um regime político monopartidário, onde Moçambique dependia política, económica e militarmente (para a aquisição de meios de combate destinados ao reequipamento das suas Forças Armadas), sem excluir, como é óvio, a inerente influência da cultura do leste europeu, que se cruzou com as culturas locais moçambicanas, predominantemente das zonas urbanas e urbanizadas.

Do modelo de economia centralmente planificada, e dos meios de produção fundamentais concentrados nas mãos do Estado, podem extrair-se do artigo 9.º, conjugado com o artigo 10.º, ambos da CRPM, de 1975, que dispõem expressamente nos seguintes termos:

Artigo 9.º: O Estado promove a planificação da economia com vista a garantir o aproveitamento correto da riqueza do País e a sua utilização em benefício do povo moçambicano.

Por sua vez, o artigo 10.º prevê que: *Na República Popular de Moçambique o setor económico do Estado é o elemento dirigente e impulsionador da economia nacional.*

A propriedade do Estado recebe proteção especial, sendo o seu desenvolvimento e expansão responsabilidade de todos os órgãos do Estado, organizações sociais e cidadãos.

No que tange à consagração da missão das Forças Armadas Moçambicanas no texto constitucional, tema central de estudo desta Tese, o artigo 5.º da CRPM1975 estabelece taxativamente que *As Forças Populares de Libertação de Moçambique, dirigidas pela FRELIMO, sendo um dos elementos essenciais do poder do Estado, têm uma responsabilidade fundamental na defesa e consolidação da independência e da unidade nacional. Ao mesmo tempo elas são uma força de produção e de mobilização política das massas populares.*

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Sobre a temática da consagração constitucional da missão das Forças Armadas Moçambicanas acabada de citar, ela encontra-se desenvolvidamente abordada nos capítulos que adiante se seguem, ao mesmo tempo que se analisam as diferentes revisões constitucionais feitas em Moçambique no período 1975-2004, todas visando adaptar à realidade jurídico-constitucional, política, económico-social, militar e cultural de cada etapa histórico-política concreta que o nosso país foi atravessando.

a. Considerações finais sobre este período, da Guerra Fria, notar-se-á que:

- os Estados, no caso em análise o Estado Moçambicano, dispunha de meios de combate capazes de assegurar o cumprimento integral da missão tradicional das suas Forças Armadas, constitucionalmente consagrada, de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial da República de Moçambique, contra agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna, e, por conseguinte, os oficiais e sargentos de todos os escalões dos cinco ramos das Forças Armadas naquele período (Exército, Força Aérea, Marinha de Guerra, Tropas da Defesa Anti-Aérea e Tropas de Guarda-Fronteiras), se encontravam suficientemente treinados e formados à altura de fazer face aos desafios da época, designadamente contra as agressões armadas dos Estados vizinhos da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), e da África do Sul, dominando a técnica, a arte e ciência militares que o Estado Moçambicano punha à sua disposição;
- havia clara definição do inimigo externo (os países socialistas definiam como seu inimigo principal os países capitalistas, à cabeça da sua liderança – os EUA –, e vice-versa, os países capitalistas definiam como seu principal inimigo os países socialistas, encabeçados pelo seu líder – a URSS, onde Moçambique, seguindo a via socialista, se acoplava);
- não havia proliferação, pelo menos em larga escala, de armas de destruição maciça e, de armas nucleares, como se assiste na atualidade, nem da propagação da multiplicidade de riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, com destaque para o terrorismo à escala mundial, a cibersegurança, a pirataria marítima, elevada taxa de imigração ilegal, ativa intervenção de atores não estatais nas relações internacionais, a concorrerem em

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

igualdade de circunstâncias com os atores estatais, chegando hoje ao extremo de diluir o poder destes, tanto no interior das suas fronteiras estatais como fora delas;

- a interdependência entre os Estados, em regra, ocorria em menor escala, havendo nítida delimitação entre assuntos internos, da alçada do Direito interno dos Estados, e assuntos externos, da competência do Direito Internacional Público. Os Estados exerciam na plenitude a sua soberania, eram independentes no sentido literal do termo, e hoje, no entanto, não se pode afirmar o mesmo em relação a estas questões. A este propósito, Marques Guedes (2015, pp. 411-412), observa que “No mundo saído da Paz de Westphalia em 1648, o conceito tradicional de soberania repousava sobre os fundamentos geográficos de fronteiras, que por sua vez determinavam aquilo que é ‘interno’ e o distinguiam com nitidez do que é externo. Nos novos enquadramentos fornecidos pelo que Robert Keohane e Joseph Nye famosamente apediram a “independência complexa” em que os Estados se veem crescentemente envolvidos, essa dicotomia torna-se menos clara, e as contradistinções “clássicas” que a subtendiam mais problemáticas”¹.

Ainda sobre o mesmo assunto, aquele autor conclui afirmando que “A noção de interdependência complexa advogada por Keohane e Nye centra-se na evidência de que os Estados e os seus destinos cada vez estão mais interligados – o que retira grande parte da fundamentação empírica de que os podemos convincentemente conceptualizar como entidades independentes umas das outras”².

A este respeito, J. Bacelar Gouveia (2013, p.13), observa que *“Não há hoje praticamente nenhuma área do interesse público que lhe escape, desde as clássicas questões político-militares até às matérias de natureza económico-financeira, passando ainda pelos temas de índole social, educacional ou cultural”*³. Este autor acrescenta, referindo que *“Não é difícil concluir que nunca como hoje se atingiu, quantitativa e qualitativamente, um tão elevado número de assuntos postos à consideração dos membros da*

¹ Armando Marques Guedes, *Segurança Externa*, in Enciclopédia de Direito e Segurança, Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos (2015, pp. 411-412)

² Armando Marques Guedes, *Segurança Externa*, in Enciclopédia de Direito e Segurança, Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos (2015, p. 412)

³ Jorge Bcelar Gouveia, *Direito Internacional da Segurança*, 2013, p.13

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Comunidade Internacional, pouco restando para o âmbito dos Estados ou para a sua esfera interna de atuação jurídico-pública". E prossegue explicando que "Evidentemente que avulta como explicação fundamental para essa evolução o novo paradigma que a Globalização veio trazer às Relações Internacionais e ao Direito Internacional Público" (Gouveia; 2013, p.14). Este mesmo autor conclui considerando que "Trata-se, na verdade, de um feixe de interações sem qualquer precedente, não obstante experiências anteriores, mais ou menos duradouras, como nos grandes impérios ou nos Descobrimentos, de colocação em relação em larga escala de povos, línguas, economias, culturas ou civilizações" (Gouveia; 2013, p.14).

Por seu turno, debruçando-se acerca da matéria atrás em análise, abrangendo a queda do sistema socialista outrora seguido pela Europa do Leste, o surgimento de múltiplas ameaças à segurança dos Estados e a consequente indefinição destas a partir deste período, Proença Garcia (2010) salienta que *"A entrada no terceiro milénio continua cheia de incertezas, sendo evidentes as mudanças profundas da conjuntura internacional. Com a implosão a Leste, e a ameaça que estava bem definida desapareceu, dando lugar a um período de anormal instabilidade, com uma ampla série de focos de convulsão regionais e múltiplos radicalismos. A instabilidade é igualmente criada pelos novos tipos de ameaças, algumas já manifestas, de que os trágicos acontecimentos de Nova Iorque, Madrid e Londres são o paradigma".⁴*

Quanto à diluição do poder dos Estados soberanos na atualidade, com efeito a partir da queda do sistema socialista ou, se quisermos, da implosão a Leste, Proença Garcia sublinha que *"A atual conjuntura internacional, onde o papel do Estado soberano está em crise, também se caracteriza pela flexibilização do conceito de fronteira e pela aceitação de situações de cidadanias múltiplas e de governança partilhada. Este cenário facilita o crescimento e o disseminar da violência internacional não-estatal, deixando as guerras de obedecer à concepção típica de matriz clausewitziana, do anterior*

⁴ Francisco Proença Garcia, *Da Guerra e da Estratégia. A Nova Polemologia*, Editora Prefácio, 2010, p.224

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

sistema internacional. No presente, a violência global, não tem uma origem clara, pode surgir em qualquer lugar e apresentar um cariz subversivo” (Garcia; 2010, p. 224).

Por fim, analisando a modificação do valor da Segurança que se opera nos nossos dias, Garcia observa que *"A Segurança também modificou o seu valor, passando-se de uma segurança de proteções dos interesses vitais ameaçados por um inimigo comum, ou seja, de uma segurança previsível, para uma segurança agora orientada para riscos diversos, mais difusos na forma, origem, espaço e atores, onde a imprevisibilidade aumenta as condições para a eclosão de conflitos. A Segurança passou assim a ter interesses além dos vitais, por vezes materializados longe da base territorial dos Estados”* (Garcia; 2010, p. 225).

Enfim, é este o quadro global da Segurança Externa dos Estados que se vive hoje no plano internacional, em que estes deixaram de ser os únicos detentores do poder no interior das suas fronteiras estatais, a sua soberania reduziu-se, a sua independência é relativa, mercê do elevado grau de incremento das interdependências entre estes na época contemporânea, não existindo, por esta razão, limites nítidos entre assuntos internos, da competência do Direito Interno dos Estados, e a atuação do Direito Internacional Público, havendo, em contraposição, atores não estatais que igualmente passaram a intervir nas relações internacionais em quase igualdade de circunstâncias com os atores estatais, não poucas vezes colocando em risco a Segurança Externa e Interna dos Estados.

2. No contexto do período do fim da Guerra Fria, princípios da década de 90, aos nossos dias (2016)

No contexto do período do fim da Guerra Fria (que tem o seu início nos princípios da década de 90, com o desmoronamento dos sistema socialista, seguido da queda da URSS, uma das superpotências mundiais da época, sobrevivendo os EUA como única superpotência do Planeta Terra, que, desde então, passou a traçar, aparentemente sozinha, os

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

destinos da política económica e militar na arena internacional (considera-se aparentemente, pois, em paralelo, existem as grandes potências económicas mundiais emergentes, como a China, a Rússia, a Índia, o Brasil, a África do Sul, que concorrem nessa disputa, ou económica e militarmente, ou política e economicamente ou, simplesmente, economicamente)), aos nossos dias, que quebrou as tradicionais ameaças à paz e segurança internacionais, particularmente na Europa, passando então a maior parte dos Estados a colocar o setor da segurança e defesa no plano secundário, para concentrarem as suas prioridades para o plano de desenvolvimento económico e social, Moçambique não fugindo a essa regra, e, em contraposição, surge ou se consolida a globalização à escala mundial, a qual trouxe consigo múltiplos riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados que se propagam rapidamente à escala mundial, nomeadamente o crime internacional organizado, o terrorismo, o tráfico de drogas, de armas, de seres humanos e seus órgãos, a pirataria marítima, a proliferação de armas nucleares e de destruição maciça, a cibersegurança, a ciberprostituição infantil, a imigração ilegal, a degradação do meio ambiente, a ocorrência de catástrofes e calamidades naturais (seca prolongada, ciclones, inundações), sendo neste período que Moçambique passou a depender, em larga medida, de financiamentos da maior parte dos Estados-membros da União Europeia para o seu Orçamento Geral do Estado e, conseqüentemente, para o reequipamento das suas Forças Armadas (em escala reduzida).

Ausência de clareza quanto à definição do provável inimigo no pós-Guerra Fria veio a criar incerteza e imprevisibilidade sobre quando e onde surgirá um ataque provável de forças adversárias, no processo de cumprimento normal da missão das Forças Armadas, constitucionalmente consagrada, tanto mais que surgiram os atrás referidos múltiplos riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados à escala mundial, de magnitude variável e preocupante, maioritariamente protagonizados por atores não estatais, que passaram a intervir ativamente nas relações internacionais.

É tendo em atenção a estas particularidades e especificidades da época contemporânea que Moçambique, mais do que nunca, precisa de reequipar e modernizar as suas Forças Armadas, investir no treinamento e na formação de oficiais em todos os escalões, dentro e fora do país, com vista a dominar a técnica, a tecnologia, a arte e ciência militares da atualidade, a fim de fazer face a esses múltiplos riscos e ameaças e, ao

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

mesmo tempo, defender os vastos recursos naturais, particularmente energéticos, que estão a ser descobertos nos últimos anos, nomeadamente o gás natural e o petróleo, na bacia do Rovuma, na província nortenha de Cabo Delgado e de Inhambane (nesta última para o gás), carvão mineral nas províncias central de Tete e nortenha do Niassa.

Nessa análise mostra-se o quão é relevante a consagração constitucional da missão das Forças Armadas, por constituir o limite de atuação do poder dos órgãos de soberania competentes e diretamente responsáveis pelas Forças Armadas na atribuição dessa missão, bem como o seu cumprimento por estas num país e, no caso em análise, em Moçambique, constituindo-se no fundamento constitucional e legal a observar nesse processo.

2.1. Considerações finais quanto a este período, do fim da Guerra Fria, observa-se que:

- o setor da segurança e defesa deixou de ser prioridade no plano das necessidades dos Governos, em particular da Europa (sem excluir Moçambique, país cujo OGE depende, grosso modo, do financiamento da maior parte dos países deste velho continente), passando então o desenvolvimento económico e social como prioridade;
- em contraposição ao que acaba de ser dito, assiste-se, a partir desse momento, a rápida propagação duma multiplicidade de riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados jamais antes vistos, para os quais a maior parte dos Estados, particularmente dos países em vias de desenvolvimento, não possuem capacidade de resposta, pelo menos imediata, para fazer face aos mesmos;
- a interdependência entre os Estados nos tempos que correm multiplicou-se consideravelmente e, como consequência direta deste fenómeno, diluíram-se o poder dos Estados, as suas independências nacionais e, consigo, o exercício pleno da sua soberania tornou-se fragilizado, o mesmo podendo afirmar-se em relação ao surgimento de atores não estatais, os quais passaram a intervir ativamente nas relações internacionais, muitas vezes negativamente, contrabalançando o poder dos atores estatais, quer no interior das fronteiras estatais, quer fora delas, influenciados pela era da informação, que caracteriza a época contemporânea.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Sobre *A Consagração Constitucional da Missão das FADM e sua Importância*, objeto de estudo do tema em abordagem, tendo em atenção que a Constituição Moçambicana se assemelha, em muitos aspetos, com a Constituição Portuguesa, o autor-investigador apresenta um estudo comparado entre as Constituições de Moçambique e de Portugal, bem como das Constituições dos restantes Estados de Língua Portuguesa, que formam a Comunidade linguístico-cultural da CPLP, de que Moçambique faz parte, identificando as semelhanças e as diferenças que existem entre si na matéria em análise, com o objetivo de extrair destas os subsídios que forem entendidos úteis para o enriquecimento da Constituição Moçambicana, nas partes identificadas como apresentando algumas lacunas, com as necessárias adaptações à realidade sócio-cultural de Moçambique.

No que propriamente respeita ao cumprimento da referida missão pelas FADM, o autor-investigador a reporta tanto no plano internacional, no que concerne às missões históricas de apoio à luta dos movimentos de libertação nacional pela sua autodeterminação e independência, bem como ao apoio prestado à República Unida da Tanzânia, aquando da invasão deste país pelo Uganda, de Idi Amin Dada (em observância ao previsto nos artigos 19 e 20, ambos da CRM), como a nível nacional, em relação, especificamente, à luta contra as agressões armadas perpetradas pelos antigos regimes da Rodésia do Sul (hoje Zimbábue), de Ian Smith, e do "Apartheid", de Pieter W. Botha, da África do Sul, contra Moçambique e, ainda, da luta de desestabilização dos dezasseis anos, movida pela RENAMO com o apoio direto destes dois regimes, contra o Governo moçambicano, dirigido pela Frelimo, e, finalmente, as atividades de treino operacional e de ensino, levadas a termo pelos três ramos das FADM (Exército, Força Aérea e Marinha de Guerra), assim como pelas Unidades de Subordinação Central e pelas instituições superiores e média de ensino militar, designadamente o ISEDEF, a AMMSMM e a ESFA, respetivamente), segundo previsões do artigo 266 da CRM, em conjugação com o artigo 10, da Lei n.º 17/97, de 7 de outubro, Lei da Política de Defesa e Segurança.

Nota importante em relação à luta contra as agressões armadas perpetradas pelos antigos regimes da Rodésia do Sul (hoje Zimbábue), de Ian Smith, e do "Apartheid", de Pieter W. Botha, da África do Sul, contra Moçambique, realce-se que, no período em análise, o nosso país limitou-se a defender-se das referidas agressões destes dois regimes, não realizando quaisquer ataques de represália contra nenhum dos países dos dois mencionados regimes (não obstante Moçambique possuir capacidade militar para o fazer naquela época), em rigorosa obediência à política de paz que o

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

nosso país segue, consagrada no artigo 22 da CRM, que prevê expressamente que:

1. *A República de Moçambique prossegue uma política de paz, só recorrendo à força em caso de legítima defesa.*
2. *A República de Moçambique defende a primazia da solução negociada dos conflitos.*

Finalmente, o autor-investigador analisa na presente Tese, a questão de saber quando é admissível as Forças Armadas cumprirem missões de patrulhamento nas cidades, em tempo de paz, obrigando-se, sendo caso disso, a observar, em rigor, os direitos fundamentais dos cidadãos, consagrados na Constituição, bem assim, a participação da Polícia e dos Serviços de Informações e Segurança do Estado (SISE) na guerra, quando esta ecloda, sob o comando operacional do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, poder que a este lhe é delegado pelo Presidente da República, na sua qualidade de Comandante-Chefe das FDS (cfr. art. 9 da Lei n.º 17/97, de 7 de outubro, Lei da Política de Defesa e Segurança).

Um aspeto de especial relevo a salientar, para os países que possuem Constituição, é que a questão da consagração constitucional da missão das Forças Armadas não é matéria uniforme, quer ao nível de Moçambique, quer ao nível do mundo contemporâneo em geral, havendo, via de regra, consagrada numas Constituições de forma explícita e, noutras, de forma implícita, definindo aí as tradicionais missões de defesa militar do país contra agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna, e, as complementares, como as de interesse público, de apoio à paz e humanitárias, e a defesa civil, a que elas são chamadas a cumprir, aparecendo umas em leis ordinárias, outras em Decretos, Decretos-Leis, entre outros instrumentos legais.

Para as matérias abordadas nesta Tese, entre os materiais que serviram de fonte bibliográfica na sua elaboração destacam-se as leis ordinárias, especialmente Decretos e Decretos-Leis, atinentes às missões das Forças Armadas, onde são desenvolvidas as questões que vêm genericamente e de forma abstrata consagradas no texto constitucional, nos Estatutos, na Condição Militar que, com base nas Leis e Decretos-Leis, se estabelecem as regras de organização e funcionamento dos ramos e equiparados, bem como das

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

instituições de ensino militar, nos Regulamentos, onde se definem aspetos técnicos para a operacionalização dos Estatutos.

Ainda nesta Tese aborda-se, sucessivamente, a problemática quase insolúvel, das implicações que cria a redução sistemática e significativa da verba proveniente do Orçamento Geral do Estado (OGE), destinada ao reequipamento, treinamento, formação, construção de infraestruturas e assistência logística multilateral das Forças Armadas, incluindo salários destas, de modo a cumprirem cabal e condignamente a sua missão tradicional de defesa militar da independência, da soberania e integridade territorial do país.

Ligada indissociavelmente a esta questão, na mesma linha de análise, coloca-se o dilema entre a necessidade de o governo priorizar o plano de desenvolvimento económico e social, pondo no plano secundário a defesa e segurança, por um lado e, por outro, a necessidade de fazer face aos riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, particularmente ao Estado Moçambicano, face à escassez de recursos financeiros e, finalmente à defesa dos vastos recursos naturais, particularmente energéticos, como o gás natural, o petróleo e o carvão mineral, descobertos nos últimos anos em Moçambique.

Por outro lado, analisa-se, de forma cautelosa e a título excecional, dois momentos em que as Forças Armadas podem cumprir missões de patrulhamento nas cidades juntamente com a Polícia, em tempo de paz: 1) em caso de ataque terrorista em curso ou eminente; e 2) em caso de incapacidade absoluta da Polícia em controlar a criminalidade urbana violenta, que ameace o funcionamento normal das instituições e da continuidade dos órgãos de soberania, obrigando-se, no caso, a observar em rigor, os direitos fundamentais dos cidadãos, bem assim, a necessidade de operações conjuntas entre as Forças Armadas, a Polícia e os Serviços de Informações e Segurança do Estado (SISE) em tempo de guerra, quando esta eclode, sob o comando operacional do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, poder que

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

a este é delegado pelo Presidente da República, na sua qualidade de Comandante-Chefe das FDS.

Importância do tema

A Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas, tema em estudo na presente Tese, destaca-se como de especial importância na época contemporânea, demonstrando-se a sua vitalidade, pertinência, oportunidade e atualidade, porquanto:

1. apresenta a gênese e a evolução das FADM desde o período 1975-2016 (altura da proclamação da independência nacional, a 25 de junho de 1975, aos nossos dias), reportando sucessivamente a transformação das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), guerrilheiras, em Forças Armadas regulares (FAM/FPLM), e a introdução de patentes nas FA em 1980, criando-se uma nova dinâmica de relacionamento hierárquico entre os militares de diferentes escalões;
2. analisa, sob diversos prismas, a importância da consagração constitucional da missão das Forças Armadas Moçambicanas, salientando tratar-se de pontos que não dizem respeito apenas às Forças Armadas Moçambicanas, como abrangendo, igualmente, realidades afins de outras Forças Armadas a nível internacional, cujos países possuem Constituição, com destaque desde o fim da Guerra Fria, que pôs fim às tradicionais ameaças à paz e segurança internacionais, particularmente na Europa, e à bipolarização do mundo entre as duas outrora superpotências mundiais – os EUA, à cabeça do sistema capitalista, e, a URSS, liderando o sistema socialista (onde Moçambique adquiria equipamento militar para o reequipamento das suas Forças Armadas) –, até à atual fase da crise económica e financeira mundial em que nos encontramos, caracterizada pela rápida propagação de múltiplos riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, e pela ativa atuação de atores não estatais nas relações internacionais, concorrendo com o poder dos atores estatais;
3. realça que a importância da consagração constitucional da missão das Forças Armadas Moçambicanas permite aos órgãos de soberania competentes e diretamente responsáveis por estas, avaliarem a constitucionalidade material das suas decisões e dos atos administrativos que praticam no âmbito da atribuição de missões às Forças Armadas, constituindo deste modo limite do seu poder de atuação;
4. fornece balizas ao legislador ordinário na produção de leis na matéria em análise, possibilitando ao aplicador, tanto das normas constitucionais

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

- como das leis ordinárias, servir-se de parâmetro obrigatório a estes dois instrumentos legais, no que diz respeito à missão das Forças Armadas;
5. ajuda a sociedade civil em geral e, em particular, a Assembleia da República, na sua qualidade de órgão legislador, a ter uma visão clara sobre a necessidade de se alocarem recursos financeiros que correspondam às necessidades da defesa na manutenção e preservação da independência, da soberania e integridade territorial do país, criando e aprovando leis que favoreçam à materialização deste fim nacional.
 6. recomenda o não recurso às Forças Armadas para o reforço do patrulhamento policial às cidades, em tempo de paz, quando ocorra um recrudescimento da criminalidade urbana, devido ao risco que se pode incorrer na violação dos direitos fundamentais dos cidadãos pelas Forças Armadas, tendo em atenção a sua peculiar característica profissional de usar a força, por vezes excessiva. Porém, destaca como exceção a essa regra, no caso de ataque terrorista eminente ou em curso, ou de incapacidade total de a Polícia conter a criminalidade que ponha em risco o funcionamento normal das instituições e da continuidade dos órgãos de soberania.
 7. esclarece que, em tempo de guerra, afigura-se ato recorrente normal, o enquadramento da Polícia e dos membros do SISE no teatro das operações, lutando juntamente com as Forças Armadas e a elas subordinados, visando derrotar o mais rápido possível as forças adversárias agressoras.
 8. fornece à sociedade civil uma leitura e interpretação positivas, cultivando nela um espírito patriótico, no que tange à necessidade de conciliar os objetivos de desenvolvimento económico e social com o investimento no setor da segurança e defesa nacionais, visando garantir a independência, a soberania e a integridade territorial do Estado moçambicano, pois não há economia que se desenvolva de forma sustentável e duradoura sem defesa e vice-versa.

Motivos da escolha do tema

Os motivos que levaram o autor-investigador a escolher o tema *A Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua Importância (período 1975-2016)*, assunto tão importante, atual, pertinente e oportuno, mas menos discutido em Direito Constitucional da Segurança em Moçambique, o qual se aborda nos capítulos mais adiante, têm a ver:

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

1. com a particularidade de a Constituição Portuguesa, no artigo 275.º, das Constituições dos Estados de Língua Portuguesa, nomeadamente de Angola, no art. 207.º, de Cabo Verde, no art. 247.º, da Guiné-Bissau, no art. 20.º, e de Timor-Leste, no art. 146.º, consagrarem de forma explícita, objetiva, clara, precisa e sucinta a missão das suas Forças Armadas, bem como estabelecer os aspetos fundamentais e sensíveis da hierarquização dessa missão na própria Constituição e não em leis ordinárias, enquanto a Constituição Moçambicana, no artigo 266, a consagra com algumas imprecisões, requerendo conjugar este dispositivo, de forma remissiva, com o 265, ambos da CRM, para completá-la, ou recorrendo o artigo 10 da Lei n.º 17/97, de 7 de outubro, Lei da Política de Defesa e Segurança, que define de forma completa e inequívoca a referida missão; e, os referidos aspetos fundamentais hierárquicos, se encontrarem em leis ordinárias, facto que dificulta o destinatário direto – as Forças Armadas –, de encontrá-la facilmente reunida num único instrumento legal mãe mais usado – a Constituição da República –. Daí tornar-se necessário colher alguns subsídios contidos na Constituição Portuguesa e nas Constituições dos restantes Estados de Língua Portuguesa, com o objetivo de enriquecer a Constituição Moçambicana, nas partes identificadas como apresentando certas lacunas, com as devidas adaptações à realidade sócio-cultural e político-jurídica de Moçambique;
2. com o facto do estudo da consagração constitucional da missão das Forças Armadas Moçambicanas não se encontrar sistematizado no quadro do Direito Constitucional da Segurança em Moçambique;
3. com a existência duma relação conexa com a importância de que se reveste a consagração constitucional da missão das Forças Armadas de um país e, no caso vertente, de Moçambique, designadamente como limite do poder dos órgãos de soberania competentes e diretamente responsáveis por essas mesmas Forças Armadas no âmbito da atribuição da referida missão, fazendo, para a demonstração dessa importância, um breve paralelismo exemplificativo com recurso ao Direito Constitucional Comparado das Constituições dos Estados de Língua Portuguesa;
4. por um lado, com a identificação técnico-profissional do autor-investigador com a matéria em análise, e com as correspondentes

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

experiências acumuladas ao longo dos trinta e oito anos de carreira militar durante o cumprimento de diversas missões, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra e, por outro lado, pretender dar um contributo que ajude às chefias militares hierarquicamente superiores e competentes a introduzirem reformas que contribuam para uma mudança substancialmente qualitativa e quantitativa na organização e funcionamento das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, país de que o autor-investigador é nacional;

5. com o amplo debate que hoje se levanta na sociedade civil, particularmente em Moçambique, sobre o porquê de o Governo destinar parte do Orçamento Geral do Estado (OGE) para as Forças Armadas, quando as mesmas não produzem bens e serviços úteis à sociedade, e, ainda, quando o país está em paz (hoje novamente em guerra);
6. com esse pensamento suscitar, no entanto, polémica na perspectiva de que, havendo na sociedade civil personalidades altamente esclarecidas sobre o que a Constituição e demais leis avulsas estabelecem quanto à missão das Forças Armadas, e a importância de alocação de fundos suficientes orientados para a defesa da independência, da soberania e integridade territorial do país, o porquê da resistência na sua aprovação parlamentar;
7. com a existência, porém, de outros cidadãos, pertencentes às Forças de Defesa e Segurança (FDS), que entendem não haver uma economia que se desenvolva de forma sustentada e duradoura sem que seja defendida. Por curtas palavras, não haver economia sem defesa e vice-versa;
8. com outro problema, ainda que vem sendo colocado pela já reportada sociedade civil, que é a questão de saber se as Forças Armadas não podem, em tempo de paz, realizar patrulhamento nas cidades juntamente com a Polícia, nos casos em que se assista o recrudescer da criminalidade urbana, face à débil resposta da Polícia a este

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

melindroso problema. Paralelamente a isso, se questiona quais as implicações que o fenómeno acarretaria no que tange à respeitabilidade dos direitos fundamentais dos cidadãos, numa sociedade democrática;

9. com uma outra questão, de difícil mas flexível resposta, relacionada com o problema de saber se a Polícia e as Forças dos Serviços de Informações e Segurança do Estado (SISE), em tempo de guerra podem ou não ser envolvidas no combate lutando, lado a lado, com as Forças Armadas, sob a subordinação operacional do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, quando têm estrutura própria de subordinação hierárquica direta.
10. com o facto de a História Militar de Moçambique, quer no que respeita à consagração constitucional da missão das Forças Armadas, quer no que respeita ao processo da luta armada de libertação nacional contra a ocupação colonial portuguesa em Moçambique, ter sido matéria pouco escrita, quando, na prática, muitos e importantes acontecimentos históricos ocorreram, que importa a sua sistematização para o conhecimento das futuras gerações, estando uns a serem escritos, por poucos autores, outros encontrando-se a serem contados por fontes orais, que, por sinal, constituem a maior parte dos casos que, no entanto, os portadores destas informações na sua maioria são pessoas de terceira idade, sem muito tempo de vida pela frente e, como tal, partirão consigo esses ricos e vastos conhecimentos que detêm sobre a História de Moçambique, sem deixarem testemunho, na parte especialmente que interessa para a abordagem deste tema.
11. com o propósito de analisar as principais missões internacionais de carácter histórico, constitucionalmente consagradas, levadas a efeito pelas FADM no apoio à luta dos movimentos de libertação nacional, tanto em África como noutros quadrantes a nível internacional, pela sua autodeterminação e independência.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

12. com a necessidade de analisar sumária e genericamente as missões das FADM, igualmente consagradas constitucionalmente, no âmbito interno, nas áreas do treino operacional, realizado pelos três ramos das FADM (Exército, Força Aérea e Marinha de Guerra), e de ensino, desenvolvidas pelas instituições de ensino militar superior e média, nomeadamente o ISEDEF, a AMMSMM e a ESFA, respetivamente, reportando êxitos, constrangimentos e desafios.

É tendo em consideração a esse rol complexo e delicado de problemas, avultadamente económicos e sociais, com forte pendor político, que inquietam quer a sociedade civil, quer aos próprios membros das FDS, estes últimos na sua qualidade de visados, que o autor-investigador escolheu o presente tema, do qual espera vir a dar uma contribuição que, de alguma forma, auxilie a encontrar uma solução conciliatória que, simultaneamente, resolva a preocupação do Governo, com o desenvolvimento da economia nacional por um lado e, por outro, a necessidade de defesa da independência, da soberania e integridade territorial do país contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna, através, designadamente, do reequipamento das FADM, mantendo, com isso, uma paz duradoura, dois assuntos cruciais da nação que urge encontrar solução inadiável e urgente.

3. Objetivos da investigação

No que respeita aos objetivos da investigação, “O primeiro problema que se põe ao investigador é muito simplesmente o de saber como começar bem o seu trabalho. De facto, não é fácil conseguir traduzir o que vulgarmente se apresenta como um foco de interesse ou uma preocupação relativamente vaga num projeto de investigação operacional.” (R. Quivy e L. V. Campenhoudt; 2003; p. 31).

O que acaba de ser dito, equivale dizer que os objetivos num trabalho de investigação, no caso concreto de uma tese de doutoramento como a que ora se apresenta, devem ser claros e devidamente delimitados.

Assim, em observância às recomendações daqueles citados co-autores, com a presente Tese, apresentam-se dois essenciais objetivos que se pretendem prosseguir, a saber:

- 1. Objetivo geral:** apontar a gênese e o processo de evolução das FADM desde o período 1975-2016; analisar a consagração constitucional da missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua importância, fazendo um estudo comparado com as Constituições dos Estados de Língua

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Portuguesa, apontando semelhanças e diferenças, com vista a colher subsídios suscetíveis de enriquecerem a Constituição Moçambicana, com as devidas adaptações à realidade jurídico-política e sócio-cultural de Moçambique, nas partes que nesta se constataram certas lacunas; analisar as Constituições Moçambicanas, sua evolução no âmbito da segurança e defesa (período 1975-2016); fazer um enquadramento da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas; da Lei da Política de Defesa e Segurança; da Lei do Conselho Nacional de Defesa e Segurança na Constituição da República; do Conceito Estratégico de Defesa Nacional na Resolução n.º 42/2006, de 26 de dezembro, do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, da Organização das FADM e missões dos seus Ramos.

2. Objetivos específicos:

- ✓ refletir sobre a necessidade de se observar em rigor a separação das missões das FADM, da Polícia e dos Serviços de Informações e Segurança do Estado (SISE), em tempo de paz, em obediência ao consagrado na Constituição da República (artigo 266) e na lei (artigo 10, da Lei n.º 17/97, de 7 de outubro, Lei da Política de Defesa e Segurança), e a necessidade de operações conjuntas em tempo de guerra, ou actuação em estado de sítio ou estado de guerra, nos termos previstos no artigo 9 da referida lei, que detmina expressamente que:

1. *Cabe ao Presidente da República a direcção superior da guerra, na sua qualidade de Comandante-Chefe.*

2. *Em Estado de Sítio ou Estado de Guerra as FDS ficam colocadas, para efeitos operacionais, sob comando do CEMGFA, a quem incumbe a condução militar da guerra.*

- ✓ analisar as missões internacionais, constitucionalmente consagradas, de carácter histórico, relativas ao apoio prestado pelas FADM à luta dos movimentos de libertação nacional pela sua autodeterminação e independência, tanto em África como no plano internacional (conforme prevê o n.º 1 do artigo 20 da CRM, que dispõe nos seguintes termos: **1.** *A República de Moçambique apoia e é solidária com a luta dos povos pela libertação nacional e pela democracia.*), e ao apoio dado à República Unida da Tanzânia, aquando da invasão do Exército ugandês, de Ide Amin Dadá, a este país (segundo previsão do artigo 19, que determina: **1.** *A República de Moçambique solidariza-se com a luta dos povos e Estados africanos, pela unidade, liberdade, dignidade e direito*

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

ao progresso económico e social. 2. A República de Moçambique busca o reforço das relações com países empenhados na consolidação da independência nacional, da democracia e na recuperação do uso e controlo das riquezas naturais a favor dos respetivos povos.), bem como missões internas, de luta contra as agressões dos regimes da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), de Ian Smith, e do "Apartheid", da África do Sul, de Pieter W. Botha (cfr. n.ºs 1 e 2 do artigo 22 da CRM, já atrás citado), bem assim de treino operacional e de ensino cumpridas pelas FADM.

1. Pergunta de partida

Uma pergunta de partida "Consiste em procurar enunciar o projeto de investigação na forma de uma pergunta de partida, através da qual o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor". E mais, "Traduzir um projeto de investigação sob a forma de uma pergunta de partida só será útil se essa pergunta for corretamente formulada." (R. Quivy e L. V. Campenhoudt; 2003, pp. 32-34)⁵.

Em estrita observância à citação daqueles dois co-autores, e tendo em atenção ao conjunto dos assuntos atrás expostos e dos que foram abordados nos lugares dos capítulos desta Tese sobre o tema em estudo, coloca-se, de imediato, a seguinte pergunta de partida:

- porquê a consagração constitucional da missão das Forças Armadas?

Duas questões derivadas, indissociavelmente ligadas a esta pergunta de partida, colocam-se nos seguintes termos:

1. quais as consequências jurídicas da consagração constitucional da missão das Forças Armadas para um Estado e, no caso em estudo, para o Estado Moçambicano?
2. o Estado Moçambicano pode eximir-se da sua responsabilidade de garantir a segurança dos seus cidadãos?

Conforme se pode ver, tanto pela leitura daquela pergunta de partida, como pela leitura das duas questões derivadas acabadas de colocar, nos dois casos encontra-se claramente enunciado o projeto de investigação, traduzido na pergunta de partida, na qual o autor-investigador pretende saber porquê a Constituição consagra a missão das Forças Armadas e, por via disso, quais as consequências jurídicas da consagração constitucional dessa missão para o

⁵ Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 3.ª Edição, gradiva, Lisboa, 2003

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Estado Moçambicano, assuntos que encontram respostas nos capítulos desenvolvidos na presente Tese.

2. A exploração

“A exploração comporta as operações de leitura, as entrevistas exploratórias e alguns métodos de exploração complementares. As operações de leitura visam essencialmente assegurar a qualidade da problematização, ao passo que as entrevistas e os métodos complementares ajudam especialmente o investigador a ter um contacto com a realidade vivida pelos atores sociais.

Estes métodos são concebidos para ajudarem o investigador a adotar uma abordagem penetrante do seu objeto de estudo e, assim, encontrar ideias e pistas de reflexão esclarecedoras.” (R. Quivy e L. V. Campenhoudt; 2003, p. 49).

Para esta Tese, a exploração compreendeu as operações de leitura de obras cujos autores vêm citados ao longo do desenvolvimento quer da parte introdutória, quer dos capítulos que a compreendem, que, grosso modo, contribuíram para a melhoria da qualidade da problematização, bem como das entrevistas exploratórias feitas a individualidades de altas patentes militares das FADM e das Forças Armadas Portuguesas, estas últimas especialmente na parte relativa à consagração constitucional da missão das Forças Armadas Portuguesas (num esforço de estudo comparado), todas devidamente mencionadas no corpo desta Tese e nos anexos, e, por último, alguns métodos de exploração complementares diretamente relacionados com o tema em estudo, que ajudaram, sobremaneira, a ter uma ideia aprofundada sobre o sentimento dos entrevistados quer da importância da Consagração Constitucional da missão principal das Forças Armadas, objeto de estudo desta Tese, quer da sua implementação prática, quer ainda da dimensão das consequências sociais negativas criadas pelas guerras de agressão dos regimes de Ian Smith, da Rodésia do Sul, e de Pieter W. Botha, do “apartheid”, da África do Sul, e, finalmente, da guerra protagonizada pela RENAMO, contra o Governo instituído da Frelimo.

2.1. As leituras

Os co-autores Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, que atrás se vêm citando, perifrasedando quanto às leituras, começam afirmando que “O que é válido para a sociologia deveria sê-lo para qualquer trabalho intelectual: ultrapassar as interpretações estabelecidas, que

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

contribuem para reproduzir a ordem das coisas, a fim de fazer aparecer novas significações dos fenómenos estudados, mais esclarecedoras e mais perspicazes do que as precedentes.

Esta capacidade de ultrapassagem não cai do céu. Depende, em certa medida, da formação teórica do investigador e, de uma maneira mais ampla, daquilo a que poderíamos chamar a sua cultura intelectual, seja ela principalmente sociológica, económica, política, histórica ou outra. Um longo convívio com o pensamento sociológico antigo e atual, por exemplo, contribui consideravelmente para alargar o campo das ideias e ultrapassar as interpretações já gastas. Predispõe a colocar boas questões, a adivinhar o que não é evidente e a produzir ideias, inconcebíveis para um investigador que se contente com os magros conhecimentos teóricos que adquiriu no passado.” (R. Quivy e L. V. Campenhoudt; 2003, pp. 49-50).

Do que acima acaba de ser citado, aplicado a esta Tese, excetuada a última parte do segundo parágrafo, vale reconhecer que um pouco de todas as afirmações feitas, até certa medida, podem ser nele encontradas, como é óvio, com as devidas precauções e adaptações ao contexto da realidade sócio- cultural, política, económica, sociológica e histórica de Moçambique, país do autor-investigador, cuja consagração constitucional da missão das Forças Armadas é objeto de estudo desta Tese. Isso extrai-se da leitura da fonte bibliográfica que se menciona neste trabalho, as suas citações ao longo do corpo do mesmo, o seu enriquecimento adaptado a essa realidade sócio-cultural, política, económica, sociológica e histórica, bem como as críticas que nele se fazem, que vão ao encontro quer da pergunta de partida, quer das hipóteses formuladas, quer ainda da problemática levantada.

Porém, a particularidade ímpar que se pode apontar a esta Tese, é que o mesmo trabalho é o primeiro no Direito Constitucional da Segurança em Moçambique a abordar a *Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua Importância*, portanto, na perspetiva jurídico-constitucional, razão pela qual não se pode encontrar trabalho precedente que sirva de comparação “para reproduzir a ordem das coisas, a fim de fazer aparecer novas significações dos fenómenos estudados, mais esclarecedoras e mais perspicazes do que as precedentes”. Portanto, tal só será possível doravante.

2.2. As entrevistas exploratórias

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

“Leituras e entrevistas exploratórias devem ajudar a constituir a problemática de investigação. As leituras ajudam a fazer o balanço dos conhecimentos relativos ao problema de partida: as entrevistas contribuem para descobrir os aspetos a ter em conta e alargam ou retificam o campo de investigação das leituras. Umas e outras são complementares e enriquecem-se mutuamente. As leituras dão um enquadramento às entrevistas exploratórias e estas esclarecem-nos quanto à pertinência desse enquadramento. A entrevista exploratória visa economizar perdas inúteis de energia e de tempo na leitura, na construção de hipóteses e na observação. Trata-se, de certa forma, de uma primeira “volta à pista”, antes de pôr em jogo meios mais importantes.

As entrevistas exploratórias têm, portanto, como função principal revelar determinados aspetos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas suas leituras. Por esta razão, é essencial que a entrevista decorra de uma forma muito aberta e flexível e que o investigador evite fazer perguntas demasiado numerosas e demasiado precisas.” (R. Quivy e L. V. Campenhoudt; 2003, p. 69).

Em relação a esta Tese, as recomendações de Quivy e de Campenhoudt atrás feitas, relativas às regras a observar nas entrevistas exploratórias, elas foram, em rigor, observadas pelo autor-investigador aos seus entrevistados, formulando-se-lhes, designadamente, perguntas precisas, claras e estritamente necessárias para o tema em estudo, todas realizadas de forma aberta, sendo o autor-investigador flexível a ajustar as perguntas quando notasse certo desvio do assunto abordado ou imprecisão das respostas do entrevistado.

3. A problemática

Relativamente à problemática, Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2002, pp. 89-90), explicam, resumidamente, nos termos que a seguir se citam.

“A problemática é a abordagem ou a perspetiva teórica que decidimos adoptar para tratarmos o problema formulado pela pergunta de partida. É uma maneira de interrogar os fenómenos estudados. Constitui uma etapa-charneira da investigação, entre a ruptura e a construção”.

3.1. Dois momentos da elaboração de uma problemática

Aqueles dois citados co-autores explicam dois momentos principais da elaboração de uma problemática, destacando que:

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

- 3.2. “Num primeiro momento** trata-se de explorar as leituras e as diversas entrevistas e de fazer o balanço dos diferentes aspetos do problema que foram evidenciados.... Na verdade, os diversos aspetos do problema decorrem frequentemente de pontos de vista ou de orientações teóricas diferentes que devem ser clarificados. É por um autor adotar um determinado ponto de vista acerca do fenómeno estudado (por exemplo, encarar o suicídio como um fenómeno social) que evidencia determinado aspeto desse fenómeno (por exemplo, a relação entre a religião e a taxa de suicídio). O primeiro momento da elaboração de uma problemática – ou da problematização – consiste, pois, em fazer o balanço das diferentes problemáticas possíveis, em elucidar os seus pressupostos, em compará-los e em refletir nas suas implicações metodológicas.
- 3.3.** É nesta base que, **num segundo momento**, podemos escolher e construir a nossa própria problemática. Esta opção não é semelhante à escolha de uma lata de ervilha entre quatro marcas expostas na prateleira de uma loja. Elabora-se progressivamente em função da dinâmica própria do trabalho de investigação, apoiando-se nesse confronto crítico das diversas perspetivas que se afiguram possíveis. Na prática, construir a sua problemática equivale a formular pontos de referência teóricos da sua investigação: a pergunta que estrutura finalmente o trabalho, os conceitos fundamentais e as ideias gerais que inspirarão a análise.” (R. Quivy e L. V. Campenhoudt; 2002, pp. 89-90).

Atentos às citações atrás feitas, enquadrando-as no tema da presente Tese, e olhando para o mundo que hoje nos rodeia, na parte referente, por um lado à lenta atualização da normas constitucionais e ordinárias, por forma a assegurar a legal intervenção das Forças Armadas em face do surgimento de novos riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, designadamente o terrorismo, o crime internacional organizado, o narcotráfico, o tráfico de armas, a pirataria marítima e aérea, o tráfico de pessoas e seus órgãos, a proliferação de armas nucleares, a degradação do meio ambiente, a imigração ilegal, e, por outro, ao problema de alocação de fundos considerados suficientes para o reequipamento e a satisfação das necessidades multifacetadas logísticas das mesmas Forças Armadas, de modo a cumprirem com êxito a sua missão tradicional de defesa militar do país a que pertencem,

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

contra uma possível agressão armada externa, e contra os mencionados riscos e ameaças transnacionais, facilmente se depreende que tem sido um verdadeiro *calcanhar de aquiles* em muitos países, sobretudo depois do desmoronamento do sistema socialista mundial, que pôs fim o mundo então bipolarizado entre duas superpotências mundiais – os EUA e a URSS –, sobrevivendo aquela primeira e, conseqüentemente, a quebra das tradicionais ameaças à paz e segurança na Europa, que outrora pairava durante a existência daquelas duas superpotências mundiais, situação que obrigava os governos a concentrar as suas economias para o setor da segurança e defesa, agora virados fundamentalmente para o desenvolvimento económico e social, pondo o setor da segurança e defesa em segundo plano, circunstância que se agravou com a eclosão da crise económica e financeira internacional em 2008.

Paradoxalmente, a missão de defesa militar de quase todos os países que possuem Constituição, encontra-se constitucionalmente consagrada explícita ou implicitamente e, tanto o legislador constituinte como a esmagadora maioria dos políticos, em particular dos que se encontram na Assembleia da República ou no Parlamento a legislar sobre estas matérias, dúvidas não têm de quão é importante e inadiável essa nobre missão, e a necessidade imperiosa do seu financiamento através do Orçamento Geral do Estado.

No capítulo relativo ao envolvimento das Forças Armadas nas missões de patrulhamento das cidades em tempo de paz conjuntamente com a Polícia em situações de recrudescimento da criminalidade urbana violenta, note-se que o legislador constituinte e a sociedade civil conhecem sobejamente as consequências que esse fenómeno consigo transporta quanto à probabilidade de violação de direitos fundamentais dos cidadãos pelos militares, dada a natureza da sua especial preparação, traduzida no uso da força, não raras vezes excessivo. Mesmo assim, ao sentir-se insegura perante a fragilidade da Polícia em dar resposta acertada no combate ao avanço imparável dos criminosos, reclama pela rápida intervenção das Forças Armadas em apoio à Polícia.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Em contraposição, a missão das Forças Armadas, mesmo sendo um problema de interesse comum da sociedade, na ótica de manter e preservar a independência, soberania e integridade territorial do país, incluindo a segurança dos próprios cidadãos, assiste-se a uma relutante resistência para a aprovação dum orçamento que satisfaça as necessidades das Forças Armadas para cumprirem cabalmente essa missão. Perante este cenário, colocam-se as seguintes questões de saber:

1. o que estará por detrás desse comportamento?
2. será que um desenvolvimento económico e social sustentável pode ser mantido de forma duradoura e sustentável sem que seja defendido?
3. em caso de eventual agressão armada externa de outros Estados, ou mesmo de surgimento duma guerra com origem interna, que afeta com maior intensidade a própria sociedade civil, sem excluir, obviamente, o legislador constituinte, como se tem verificado das experiências passadas (e das que se verificam atualmente), como será o país defendido?
4. será que a Polícia e o Serviço de Informações e Segurança do Estado (SISE), podem ser envolvidos na guerra em caso desta eclodir, e sob a direção operacional do Chefe dos Estado-Maior General das Forças Armadas?
5. será que estas duas restantes Forças de Defesa e Segurança se sentem à vontade com a subordinação militar quando têm estrutura hierárquica própria de subordinação?
6. as Forças Armadas, acaso, podem fazer parte do patrulhamento policial nas cidades quando se registre um recrudescimento da criminalidade urbana? Quais as implicações disso no que respeita a observância dos direitos fundamentais dos cidadãos, em caso do seu envolvimento?
7. em que condições se pode admitir o envolvimento das Forças Armadas no patrulhamento urbano juntamente com a Polícia em tempo de paz?

Estas perguntas encontram respostas e o seu desenvolvimento em sede desta Tese.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância**3.4. Conceitos**

Ao longo do texto desta Tese encontram-se mencionados conceitos técnicos ou jurídicos, reportando realidades de diferentes áreas do saber, no entanto não sempre acessíveis a todos os leitores, tornando-se assim necessário explicitá-los, por forma a se tornarem compreensíveis.

Nesta ótica, os conceitos ou expressões que a seguir se reportam, significam ou implicam:

- **Constituição:** segundo Ferdinando Lassale (1825-1864), a Constituição é a lei fundamental proclamada pelo país, na qual baseia-se a organização do Direito público dessa nação.

De facto a Constituição é a lei fundamental proclamada pelo país, acrescida da consagração de direitos fundamentais dos cidadãos. É fundamental porque ela é hierarquicamente superior a todas as leis emanadas na ordem jurídica de um país, devendo ser observada por todas as leis infraconstitucionais e obedecida por todos órgãos, quer do poder, quer fora dele dentro do espaço geopolítico desse país.

- Missão das Forças Armadas:

1- Nos termos da Constituição e da Lei, incumbe às Forças Armadas:

- a) desempenhar todas as missões militares necessárias para garantir a soberania, a independência nacional e a integridade territorial do Estado;
- b) Participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte;
- c) Executar missões no exterior do território nacional, num quadro autónomo ou multinacional, destinadas a garantir a salvaguarda da vida e dos interesses dos portugueses;
- d) Executar as ações de cooperação técnico-militar, no quadro das políticas nacionais de cooperação;
- e) Cooperar com as forças e serviços de segurança tendo em vista o cumprimento conjugado das respetivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais;

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

- f) Colaborar em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações.

2- As Forças Armadas podem ser empregues, nos termos da Constituição e da lei, quando se verifique o estado de sítio ou de emergência (cfr. Art. 24.º da Lei da Defesa Nacional, Lei Orgânica n.º1-B/2009, de 7 de julho, com a Declaração de Retificação n.º 52/2009, de 20 de julho).

No conceito acima, relativo à missão das Forças Armadas, ela encontra-se definida de forma clara, precisa, objetiva e devidamente hierarquizada a ordem do seu cumprimento, facto que facilita às Forças Armadas portuguesas cumprí-la sem ambiguidade na sua interpretação.

- Forças Armadas: as Forças Armadas são a instituição nacional incumbida de assegurar a defesa militar da República (cfr. Art. 22º da Lei da Defesa Nacional, Lei Orgânica n.º1-B/2009, de 7 de julho, com a Declaração de Retificação n.º 52/2009, de 20 de julho, em conjugação com o Art. 275 da CRP).

Na verdade, neste conceito breve, encontra-se que as Forças Armadas são aquelas que têm por missão principal a defesa militar da República contra eventuais agressões armadas, sejam elas de origem externa, sejam elas de origem interna.

- Defesa nacional: é o conjunto de medidas, tanto de carácter militar como político, económico, social e cultural, que, adequadamente coordenadas e integradas, e desenvolvidas global e setorialmente, permitem reforçar a potencialidade da Nação e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todos os tipos de ameaça que, direta ou indiretamente, possam pôr em causa a segurança nacional (Loureço, 2015; p. 17).

Neste conceito, a Defesa nacional está definida no seu sentido amplo, referindo-se tanto a defesa militar como a não militar.

A defesa nacional tem por objetivos garantir a soberania do Estado, a independência nacional e a integridade territorial de Portugal, bem como assegurar a liberdade e a segurança das populações e a proteção dos valores fundamentais da ordem constitucional contra qualquer agressão ou ameaça externas (cfr. Art 1.º da Lei da Defesa Nacional, Lei Orgânica n.º1-B/2009, de 7 de julho, com a Declaração de Retificação n.º 52/2009, de 20 de julho).

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

- **Presidente da República:** o Presidente da República representa a República Portuguesa, garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas e é, por incumbência, o Comandante Supremo das Forças Armadas (cfr. Art. 9.º da Lei mencionada no parágrafo anterior).

No presente conceito, encontram-se duas atribuições fundamentais do Presidente da República: 1) da sua qualidade propriamente dita, de Presidente da República; e 2) da sua qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas.

- **Assembleia da República:** ... compete à Assembleia da República:

- a) autorizar o Presidente da República a declarar a guerra e fazer a paz;
- b) autorizar o Presidente da República a declarar o estado de sítio e de emergência;
- c) aprovar os tratados internacionais no domínio da defesa, nomeadamente os tratados de participação de Portugal em organizações internacionais de segurança e defesa, de retificação de fronteiras e os respeitantes a assuntos militares;
- d) apreciar as orientações fundamentais da política de defesa nacional constantes do programa do Governo e debater as grandes opções do conceito estratégico de defesa nacional;
- e) legislar sobre a organização da defesa nacional e a definição dos deveres dela decorrentes,
- f) legislar sobre as bases gerais da organização, do funcionamento, do reequipamento e da disciplina das Forças Armadas;
- g) legislar sobre restrições ao exercício de direitos por militares e agentes militarizados em exercício efetivo;
- ...
- i) legislar sobre a definição de crimes de natureza estritamente militar e repetivas penas;
- j) legislar sobre o estatuto da condição militar, nomeadamente no que respeita aos direitos e deveres dos militares;
- l) legislar sobre os princípios orientadores das carreiras militares;

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

- m) Legislar sobre o regime de mobilização e de requisição;
- n) legislar sobre servidões militares e outras restrições ao direito de propriedade por motivos relacionados com a defesa nacional;
- o) legislar sobre a organização, o funcionamento, a competência e o processo dos tribunais militares a funcionar em tempo de guerra, bem como sobre o estatuto dos respetivos juizes;
- p) fiscalizar a ação do Governo no exercício das suas competências em matéria da defesa nacional e das forças armadas;
- q) Acompanhar a participação de destacamentos das Forças Armadas em operações militares no exterior do território nacional;
- r) Eleger, por maioria de dois terços dos Deputados presentes desde que superior à maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, dois Deputados para membros do Conselho Superior de Defesa Nacional (cfr. Art. 11.º Idem).

No conceito acima, da Assembleia da República, encontram-se definidas várias competências, na sua qualidade de órgão legislativo por excelência da Nação.

- **Governo:** o Governo é o órgão de condução da política de defesa nacional e das Forças Armadas e o órgão superior de administração da defesa nacional e das Forças Armadas (cfr. Art. 12.º Idem).

Neste conceito encontra-se definida de forma completa a função do Governo num país e, no caso concreto, de Portugal.

- **Primeiro-Ministro:** o Primeiro-Ministro dirige a política de defesa nacional e das Forças Armadas, bem como o funcionamento do Governo nessa matéria (Art. 13.º Idem).

O conceito de Primeiro-Ministro aqui arrolado é aplicável no caso português, onde ele é eleito, sendo, por isso mesmo, o Chefe do Governo. Inversamente, no caso moçambicano, em que o Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente da República, aquelas funções assume por delegação de poderes por este.

- **Ministro da Defesa Nacional:** o Ministro da Defesa Nacional assegura a elaboração e a execução da política de defesa nacional e das Forças Armadas e é politicamente responsável pela componente militar de defesa nacional, pelo

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

emprego das Forças Armadas e pelas suas capacidades, meios e prontidão (cfr. Art. 14.º, Idem).

O conceito de Ministro da Defesa Nacional aqui perfilado, corresponde, na exata medida, com as suas atribuições políticas, ou seja, um administrador político das Forças Armadas, por excelência.

- **Conselho Superior de Defesa Nacional:** o Conselho Superior de Defesa Nacional é o órgão específico de consulta para os assuntos relativos à defesa nacional e à organização, funcionamento e disciplina das Forças Armadas (cfr. Art. 16.º Idem).

O conceito de Conselho Superior de Defesa Nacional aqui apresentado, por um lado corresponde à realidade meramente portuguesa e, por outro, à realidade moçambicana. À realidade moçambicana exceptua-se a parte relativa à disciplina das Forças Armadas, cuja competência é do Conselho de Disciplina do Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

- **Conselho Superior Militar:** o Conselho Superior Militar é o principal órgão de consulta do Ministro da Defesa Nacional (cfr. Art. 18.º Idem).

O conceito de Conselho Superior Militar aqui apresentado, corresponde a mais uma realidade portuguesa. No caso moçambicano, porém, é o principal órgão de consulta do Chefe do Estado-Maior General, na sua qualidade de chefe hierarquicamente superior das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

- **Ministério da Defesa Nacional:** o Ministério da Defesa Nacional é o departamento governamental que tem por missão preparar e executar a política de defesa nacional e das Forças Armadas, bem como assegurar e fiscalizar a administração das Forças Armadas e dos demais serviços nele integrados (cfr. Art.20.º Idem).

O conceito de Ministério da Defesa Nacional aqui arrolado corresponde em toda a sua extensão às suas missões legalmente atribuídas.

- **Estado:** o Estado é uma forma de organização da sociedade estruturada de forma soberana num território bem definido, que se consolidou na Europa a partir do século XV e que viria a atingir o modelo atual (Nogueira, 2005; p. 25).

O conceito de Estado definido por Freire Nogueira corresponde, de facto, ao período pós-século XV até ao modelo atual com a revolução francesa e o Estado-Nação no final do século XVIII. Todavia, a sua estruturação de forma soberana nos dias que correm é discutível, se se levar em linha de conta a

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

diluição da soberania dos Estados, em face da contínua interdependência entre estes, que não permite hoje distinguir com nitidez os assuntos da competência do Direito Interno dos Estados, e os que competem o Direito Internacional Público.

- **Defesa:** verdadeiramente o conceito de defesa, como de ação estratégica, recobre tão-somente, a funcionalidade de interdição desta, isto é, a preservação de um mínimo de liberdade de ação e de decisão, que permite criar expectativas positivas quanto à realização do projeto de uma determinada entidade política em ambiente agónico, sem o qual não seria possível falar em capacidade política, nem em decisão soberana (Nogueira, 2005; p.71).

Neste conceito, Freire Nogueira, resume a cerne da definição do conceito de Defesa, fazendo-o de forma muito pessoal.

- **Ameaça:** no âmbito da estratégia a ameaça é "Qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível), de variada natureza (militar, económica, ambiental, etc.) que contraria a consecução de um objetivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais" (Couto; 1988, p. 329). ... A ação política em ambiente agónico enfrenta adversários e os respetivos desígnios destes que cabe à estratégia avaliar devidamente. Ora, na medida em que esses desígnios impulsionam ou podem impulsionar decisivamente o adversário estamos perante uma ameaça potencial ou efetiva. A ameaça é assim sempre um ato ofensivo, uma antecâmara da agressão, portanto uma realidade estratégica sem ser ainda guerra, que não desaparece quando a agressão é efetivada. Pelo contrário, enquanto não cessa a agressão, o ameaçado está sempre sujeito a novas pressões ameaçadoras que se podem ou não concretizar. Os continuados pavoros pânico nas guerras advêm disso mesmo. Os valores físicos e morais estão permanentemente ameaçados porque catalizados pela efetivação da agressão. Apenas num estado de estupor pleno, fruto de uma guerra absoluta e de uma total anarquia estratégica poderíamos eventualmente pensar a ameaça como anestesiada (Nogueira; 2005; p. 73).

Neste conceito, Nogueira explica de forma bastante clara, utilizando uma linguagem tecnicamente acessível do que seja a ameaça, razão pela qual o autor corrobora com esta definição.

- **Crise:** Freire Nogueira (2005, p. 49) , refere que se está perante uma crise internacional "quando se verifica uma ruptura no fluir normal das relações entre dois ou mais atores da cena internacional com uma alta probabilidade de emprego da força". A partir desta definição, Freire Nogueira define a crise como sendo "uma sequência de interações entre os Governos de dois ou mais

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Estados, em conflito intenso, perto da eminência da Guerra, porém com a percepção do perigo que representa uma elevada probabilidade da Guerra”.

Este mesmo autor, reporta a definição da NATO (Generic Crisis Management Handbook), definindo a crise como aquela que constitui “uma situação de âmbito nacional ou internacional que configura uma ameaça aos valores, interesses ou objetivos das partes envolvidas”, (Nogueira; 2005, p. 50).

Neste conceito, Nogueira, reporta de forma realista aquilo que ocorre na prática quando ocorre uma crise entre dois ou mais Governos ou Estados. É de perfilhar este conceito.

Explicando o fenómeno crise, o referido autor refere que a crise corresponde à rotura do equilíbrio existente e enquadrável entre a paz e a guerra, mas sempre na perspetiva desta ser uma possibilidade eminente (Idem).

- **Guerra:** ... Já é um clássico a máxima clausewitziana, que diz ser a guerra a continuação da política por outros meios, a guerra limitada pelos objetivos políticos e condicionada pelas decisões políticas, pressupondo teoricamente uma guerra não absolutizada. Mesmo um conceito como o de guerra total é definível politicamente; uma política dominada pela lógica bélica e que subordina todos os objetivos políticos aos objetivos estratégicos. Depois desta primeira definição, Freire Nogueira define a guerra como “violência organizada entre grupos políticos (ou grupos com objetivos de outra natureza), em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político (ou de outra natureza), dirigida contra as fontes do poder adversário e descontrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e acasos” (Nogueira, 2005; p. 45-46).

A primeira definição que Freire Nogueira apresenta sobre a guerra, corresponde à definição clássica, baseada na máxima clausewitziana, que hoje, em face da intervenção de atores não estatais nas relações internacionais, os quais utilizam táticas e métodos não convencionais de conduzir a guerra, caindo por conseguinte em desuso, o autor prefere adotar esta última definição que considera a guerra como “violência organizada entre grupos políticos (ou grupos com objetivos de outra natureza)...

- **Segurança nacional:** é a condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em Paz e Liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda coletiva das pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

das funções do Estado, a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas (Lourenço; 2015, p. 17).

O autor Nelson Lourenço conceitualiza a Segurança nacional em sentido alargado, abrangendo diversas realidades sócio-políticas afins, como a condição da Nação pela permanente garantia da sua sobrevivência em Paz e Liberdade, o assegurar a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a defesa coletiva das pessoas e respetivos bens, os seus valores espirituais, enfim, todos os restantes elementos que este autor menciona. O autor-investigador perfilha este conceito alargado de Segurança nacional.

- Segurança interna: 1 – A segurança interna é a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem , a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.

2 – A atividade de segurança interna exerce-se nos termos da Constituição e da lei, designadamente da lei penal e processual penal, da lei quadro da política criminal, das leis sobre política criminal e das leis orgânicas das forças e dos serviços de segurança.

3 – As medidas previstas na presente lei destinam-se, em especial, a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada, a sabotagem e a espionagem, a prevenir e reagir a acidentes graves ou catástrofes, a defender o ambiente e a preservar a saúde pública, conforme os co-autores J. Bacelar Gouveia, A. Marques Ferreira, R. Carlos Pereira, Virgílio Teixeira, 2014; p.167, in Lei de Segurança Interna n.º 53/2008, de 29 de agosto).

- Poder: o “poder” “é surpreendentemente esquivo e difícil de avaliar. Claro que tais problemas não roubam o sentido a um conceito. Poucos de nós poderão negar a importância do amor, mesmo que não sejamos capazes de dizer “Amo-te 3, 6 vezes mais do que qualquer outra coisa.” À semelhança do amor, deparamo-nos com o poder todos os dias e isso é algo que tem um efeito real, pese embora a nossa incapacidade de o medir de forma concreta. Os analistas por vezes sentem-se tentados a rejeitar o conceito como sendo absolutamente vago e impreciso, mas ele revelou-se muito difícil de substituir.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Ao longo dos anos, vários analistas tentaram encontrar fórmulas que quantificassem o poder nos assuntos internacionais. Por exemplo, Ray Cline era um oficial de alta patente da CIA cuja tarefa era dar a conhecer aos líderes políticos qual o equilíbrio de poder entre América e a União Soviética durante a Guerra Fria. Os seus pontos de vista afetavam decisões políticas que envolviam riscos elevados e milhares de milhões de dólares. Em 1977 publicou a destilação da fórmula que usava para avaliar o poder:

PODER PERCEBIDO=

$$\text{(POPULAÇÃO+TERRITÓRIO+ECONOMIA+FORÇAS ARMADAS)} \times \text{(ESTRATÉGIA+VONTADE)}$$

Depois de inserir valores na fórmula concluiu que a União Soviética era duas vezes mais poderosa que os Estados Unidos. É claro que..., esta fórmula não foi um bom vaticinador de resultados”, (Nye, 2012; p. 22).

O conceito de poder sendo reconhecidamente difícil de definir com precisão, mesmo pretendendo-se apresentá-lo sob fórmulas que conduzam a cálculos matemáticos como acima o demonstrou Nye, quando muito, pode conduzir-nos a erros imprevisíveis, como foi o caso da fórmula acima, onde se ilustra que hoje suficientemente se provou não constituir verdade que a União Soviética fosse duas vezes mais poderosa que os Estados Unidos, pois estes sobreviveram da Guerra Fria como superpotência mundial, e aquela se desmoronou nessa qualidade de superpotência mundial. Daí não ser de adotar este conceito pelo autor-investigador.

- **Terrorismo:** há vários conceitos acerca do terrorismo. O autor-investigador escolheu dois, de autores diferentes, quais sejam:

1. O autor Proença Garcia, por exemplo, na sua obra *Da Guerra e da Estratégia. A Nova Polemologia* (2010, p. 190), refere que habitualmente, e em consonância com as matrizes éticas do Estado tradicional, a definição do conceito assenta muito na legitimidade do seu aparelho político, administrativo, de segurança e defesa, inserindo-se assim numa categoria específica do discurso político, tendo por significado a sistemática utilização da violência sobre pessoas e bens para fins políticos e/ou religiosos, provocando sentimentos de medo e de insegurança, e um inevitável clima de terror.

Neste conceito o autor Proença Garcia dá ênfase ao discurso político, que tem como significado a sistemática utilização da violência sobre pessoas e bens para fins políticos e/ou religiosos, visando provocar sentimentos de medo e de insegurança, e um inevitável clima de terror.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Com efeito, o terrorismo usa reiteradamente a violência dirigida contra pessoas, de preferência onde elas se concentram massivamente, incluindo os seus bens, prosseguindo, por um lado, fins políticos, que consistem em criar insatisfação no seio das populações para que estas se rebellem contra o seu próprio Governo, e, por outro, prossegue fins religiosos, radicais, com o objetivo de suplantar a religião islâmica sobre a católica no mundo, se se considerar as tendências das suas células espalhadas, pelo menos ao nível de África, onde convertem as populações locais com quem entram em contacto para a religião islâmica, no caso concreto de Moçambique, fenómeno que é notório nos centros comerciais de que são proprietários, onde, para merecer confiança destes, o trabalhador deve converter-se à religião islâmica.

3. No livro *Estratégia*, dos co-autores Adriano Moreira e Pinto Ramalho (2014; Vol XXIII, p. 9), Adriano Moreira salienta que “Temos orientado as reflexões sobre o terrorismo, depois que o ataque às Torres Gémeas de New York demonstrou a capacidade de o mais fraco infligir golpes tremendos ao mais forte, ao assumir, como elemento fundamental do conceito, a *morte de inocentes*, expressamente proclamada e praticada, criando um ambiente de *insegurança* das populações, e logo a introdução eventual da *falta de confiança* dessas populações na relação com o poder político em exercício”.

Neste conceito, embora o mais fraco tenha infligido golpes tremendos ao mais forte (numa clara alusão a Ossama Bin Laden aquando da sua destruição das Torres Gémeas em New York, a 11 de setembro de 2001), de novo, nota-se aqui a tendência do terrorismo provocar mortes de pessoas inocentes, com o objetivo de criar um ambiente de insegurança nas populações, com a finalidade destas perderem confiança com o seu governo, no poder, para, de seguida, implantar os seus planos político-religiosos.

- Integração das Forças Armadas na administração do Estado:

1- As Forças Armadas integram-se na administração direta do Estado através do Ministério da Defesa Nacional.

2- Dependem do Ministro da Defesa Nacional, nos termos das competências previstas na lei:

- a)** o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas;
- b)** Os Chefes de Estado-Maior da Armada, do Exército e da Força Aérea.

Neste conceito, de facto, as Forças Armadas estão integradas na administração direta do Estado por via do Ministério da Defesa Nacional. E

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

dependem do Ministro da Defesa Nacional: o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e, no lugar de Chefes de Estado-Maior da Armada, do Exército e da Força Aérea, no caso moçambicano, chamam-se Comandantes de ramo, sendo hierarquicamente assim ordenados: do Exército, da Força Aérea e da Marinha de Guerra.

- **Direitos fundamentais:** os militares em efetividade de serviço, dos quadros permanentes e em regime de voluntariado e de contrato, gozam dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente previstos, com as restrições ao exercício dos direitos de expressão, reunião, manifestação, associação e petição coletiva e a capacidade eleitoral passiva constantes da presente lei, nos termos da Constituição (cfr. Art. 26.º Idem).

O conceito de Direitos fundamentais relativamente aos militares aqui perfilado, com as restrições típicas que derivam da Constituição, próprias da condição militar, estão devidamente elencados sendo, por este motivo, um conceito pelo acolhido.

- **Estado de guerra (duração):** o Estado de guerra existe desde a declaração de guerra até à feitura da paz (cfr. Art. 40.º Idem).

O conceito de Estado de guerra é, com efeito, o que taxativamente, acima se reporta, sendo, perfeitamente, de acolher.

- **Direção e condução da guerra:** A condução militar da guerra compete ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, assistido pelos Chefes de Estado-Maior dos ramos das Forças Armadas, e aos comandantes-chefes, de acordo com as orientações e diretivas dos órgãos de soberania competentes (cfr. Art. 42.º Idem).

O conceito de Direção e condução da guerra aqui apresentado, acaba sendo coincidente com o conceito elaborado pelo legislador ordinário militar moçambicano, com a diferença de os Chefes de Estado-Maior dos ramos das Forças Armadas serem chamados Comandantes dos ramos. Conceito, de resto, acolhido pelo autor.

- **Forças Armadas durante o estado de guerra:**

1- Em estado de guerra, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas assume o comando completo das Forças Armadas, respondendo perante o Presidente da República e o Governo pela preparação e pela condução das operações militares.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

O conceito quanto às Forças Armadas durante o estado de guerra é, em rigor, este, em que durante o estado de guerra o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas é chamado a assumir o comando completo das Forças Armadas, respondendo, por isso, perante o Presidente da República, na sua qualidade de Comandante-Chefe das FDS, e o Governo pela preparação e condução das operações militares, poder que lhe é delegado pelo Presidente da República, investido nesta qualidade de Comandante-Chefe das FDS.

2- No exercício do comando referido no número anterior, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas tem como comandantes-adjuntos os Chefes do Estado-Maior da Armada, do Exército e da Força Aérea que perante eles respondem pela execução das diretivas superiores e pela atuação das respetivas forças (cfr. Art.44.º Idem).

No campo prático, na verdade, com forme estabelece este n.º 2 do art. 44.º da Lei em estudo, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas é codjuvado pelos Comandantes dos ramos de Exército, Força Aérea e Marinha de Guerra que perante os mesmos respondem pela execução das diretivas superiores e pela atuação das respetivas forças e meios orgânicos e agregados de combate.

- **Forças de segurança:** compete ao Chefe do Estado-Maior das General das Forças Armadas e ao Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna assegurar entre si a articulação operacional, para os efeitos previstos na alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º (cfr. Art. 48.º Idem).

Quanto ao conceito de Forças de segurança aqui por lei apresentado, no caso moçambicano, por um lado, como estabelece a lei portuguesa, compete ao Chefe do Estado-Maior das General das Forças Armadas, mas no caso moçambicano, a articulação operacional faz-se com o Diretor Nacional do SISE, para dirigir as operações no campo da batalha.

- **Polícia:**

1. A Polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos.

2. As medidas de polícia são as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário.

3. A prevenção dos crimes, incluindo a dos crimes contra a segurança do Estado, só pode fazer-se com observância das regras gerais sobre polícia e com respeito pelos direitos, liberdade e garantias dos cidadãos.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

4. A lei fixa o regime das forças de segurança, sendo a organização de cada uma delas única para todo o território nacional (cfr. Art. 272 da CRP).

Sobre o conceito de Polícia e as missões que a esta corporação legalmente cabem ao nível da segurança interna do Estado, correspondem, na íntegra, com as que aqui foram reproduzidas, sendo, por este motivo, de acolher por parte do autor-investigador.

4. Modelo de análise

“Construir o modelo de racionalidade equivale, em primeiro lugar, a estabelecer uma relação (hipótese) entre o comportamento do estudante (presença ou ausência das aulas de uma cadeira) e as percepções que ele tem dessas aulas. Esta hipótese pode ser formulada da seguinte maneira: “Quanto mais o estudante considera que as aulas têm características que tornam a sua presença útil, mais elevada é a taxa de presença, e vice-versa.” Construir o modelo de racionalidade equivale, em seguida, a formular os critérios de racionalidade que tornam o comportamento (presente-ausente) racional; dito de outra forma, trata-se de precisar as características que as aulas devem ter para apresentarem uma razão suficiente para a elas assistir.

Isto leva-nos a lembrar a distinção, feita por Max Weber, entre a racionalidade em relação aos valores e a racionalidade em relação às finalidades.

O comportamento racional em relação aos valores é aquele que cumpre o conjunto das normas e das regras do sistema, porque o ator considera que respeitá-las constitui a melhor estratégia a seguir para ser bem sucedido. Neste caso, as normas e as regras da instituição constituem motivo suficiente para ir às aulas. E o caso dos estudantes que vão a todas as aulas “por dever” ou “por princípio.” (R. Quivy e L. V. Campenhoudt; 2003, p. 260).

Quanto aos exemplos didático-pedagógicos de Quivy e de Campenhoudt acabados de demonstrar, aplicados à construção do modelo de análise para o tema da presente Tese, considere-se que é o que rigorosamente se verificará na apresentação que se faz desse modelo logo a seguir.

Com base nos problemas que atrás e adiante foram identificados nos lugares próprios dos capítulos, que são desenvolvidos em sede desta Tese, em volta do tema *A Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua Importância*, com vista a permitir a sua compreensão e

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

despertar interesse aos leitores nas suas profundas e variadas dimensões, apresentando-se, designadamente, o conteúdo e os conceitos nele subjacentes, bem como enriquecendo-os com experiências académico-profissionais de diversos intervenientes, cujas fontes bibliográficas foram utilizadas durante a pesquisa pelo autor-investigador e suficientemente descritas na metodologia utilizada e na parte final deste trabalho, adotou um modelo de análise que lhe permitiu estruturar o tema em cinco capítulos, quais sejam:

CAPÍTULO I – Génese e Evolução das Forças Armadas Moçambicanas, Transformação das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), Guerrilheiras, em Forças Armadas Regulares, Introdução de Patentes nas FA, em 1980

CAPÍTULO II – Enquadramento da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, da Lei da Política de Defesa e Segurança, da Lei do Conselho Nacional de Defesa e Segurança na Constituição da República, do Conceito Estratégico de Defesa Nacional na Resolução nº 42/2006 de 26 de Dezembro, Estatuto dos Militares das Forças Armadas, a Organização das FADM e missões dos seus Ramos

CAPÍTULO III – Análise das Constituições Moçambicanas, sua Evolução no Âmbito da Segurança e Defesa (período 1975-2016)

CAPÍTULO IV – Missões das Forças Armadas, da Polícia e dos Serviços de Informações e Segurança do Estado (SISE) em Tempo de Paz, e Necessidade de Operações Conjuntas em Tempo de Guerra (Decretos Militares, Estatuto e Condição Militar)

CAPÍTULO V – A Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas (período 1975-2016)

BIBLIOGRAFIA**ANEXOS**

Apresentados que foram os capítulos que compreendem os problemas analisados ao longo do estudo do tema em estudo, de seguida, se explica, resumidamente, o conteúdo que cada um deles encerra.

Assim, no capítulo I, *Génese e Evolução das Forças Armadas Moçambicanas, Transformação das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), Guerrilheiras, em Forças Armadas Regulares, Introdução de Patentes nas FA,*

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

apresenta-se a génese das FADM, baseada num breve historial das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), braço armado da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), movimento de libertação nacional que dirigiu a luta armada de libertação nacional contra a ocupação colonial portuguesa em Moçambique até a proclamação da independência nacional, a 25 de junho de 1975; aborda-se o processo de transformação das FPLM, guerrilheiras, em Forças Armadas regulares (Forças Armadas de Moçambique/Forças Populares de Libertação de Moçambique), abreviadamente designadas por FAM/FPLM; a formação de oficiais no estrangeiro e dentro do país, bem como a aquisição de meios de combate para o seu reequipamento, e a introdução de patentes nas Forças Armadas, no ano de 1980.

Por sua vez, o Capítulo II, *Análise das Constituições Moçambicanas, sua Evolução no Âmbito da Segurança e Defesa (período 1975-2016)*, faz uma análise das Constituições de Moçambique desde a proclamação da independência, a 25 de junho de 1975, sua evolução no quadro da segurança e defesa até 2016, aponta as revisões pontuais de que foram objeto, com vista à sua adaptação à conjuntura política, jurídico-constitucional, militar, económico-social e cultural do período em estudo.

No Capítulo III – *Enquadramento da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, da Lei da Política de Defesa e Segurança, da Lei do Conselho Nacional de Defesa e Segurança na Constituição da República, do Conceito Estratégico de Defesa Nacional na Resolução nº 42/2006 de 26 de Dezembro, Estatuto dos Militares das Forças Armadas, a Organização das FADM e missões dos seus Ramos* –, analisa-se o enquadramento destas leis na Constituição da República, e do Conceito Estratégico de Defesa Nacional na Resolução n.º 42/2006, de 26 de Dezembro, do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, bem como a Organização das FADM e missões dos seus Ramos.

No capítulo IV, *Missões das Forças Armadas, da Polícia e dos Serviços de Informações e Segurança do Estado (SISE) em Tempo de Paz, e Necessidade de Operações Conjuntas em Tempo de Guerra (Decretos Militares, Estatuto e Condição Militar)*, tomando em consideração a reclamação da sociedade civil moçambicana, no sentido das FADM realizarem patrulhamento conjunto com a PRM quando ocorre um recrudescimento da criminalidade urbana violenta; analisa-se a questão da rigorosa observância da separação das missões das Forças Armadas, da Polícia e do SISE em tempo de paz, por imperativos constitucionais e legais, no sentido de as Forças Armadas se dedicarem exclusivamente à sua missão de se prepararem para defender militarmente o país em caso de eventual agressão armada externa de outros Estados, e

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

mesmo de guerra de origem interna (art. 266 da CRM, conjugado com o art. 10, da Lei n.º 17/97, de 7 de outubro, Lei da Política de Defesa e Segurança), não realizando, portanto, patrulhamento com a Polícia nas cidades, no momento em que se registre o referido recrudescimento da criminalidade urbana violenta, tarefa que é, consitucionalmente, reservada à Polícia em colaboração com outras instituições do Estado (art. 254 da CRM), considerando que um envolvimento das Forças Armadas nestas missões, via de regra, oferece implicações relacionadas com a provável violação dos direitos fundamentais dos cidadãos. E, segundo atrás se referiu, o patrulhamento conjunto FADM-PRM, só é admissível quando ocorre um ataque terrorista em curso ou eminente, ou quando a PRM se torna completamente incapaz de fazer face à referida criminalidade urbana violenta.

Paralelamente, já no sentido inverso, coloca-se a imperativa necessidade de a Polícia e o SISE, em tempo de guerra, serem incorporados no teatro das operações, sob o comando superior do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, poder este que lhe é delegado pelo Presidente da República, na sua qualidade de Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, nos termos da Constituição da República.

Tal estudo, para além dos dois instrumentos legais em referência, designadamente a Constituição da República e a Lei da Política de Defesa e Segurança, complementou-se com Decretos Militares, Estatuto das Forças Armadas, bem assim da Condição Militar.

Refira-se que no caso moçambicano, os Serviços de Informações e Segurança do Estado (SISE), são chamados a tomarem parte ativa nesse processo de luta armada no teatro das operações, recolhendo, analisando e processando as informações tático-estratégicas úteis para posterior encaminhamento às autoridades competentes para a tomada de decisão pertinente em tempo oportuno.

Por último, no capítulo V, *A Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas (período 1975-2016)*, faz-se uma análise tendente a sanar certas lacunas previamente identificadas durante o estudo do Direito Constitucional da Segurança, na parte que toca à Constituição Moçambicana, recorrendo-se ao estudo comparado da Constituição Portuguesa e das demais Constituições dos Estados de Língua Portuguesa, apontando-se semelhanças e diferenças, que permitiram identificar os subsídios que podem ser colhidos, suscetíveis de enriquecer a Constituição Moçambicana, com as necessárias adaptações à realidade política, jurídico-constitucional, histórica e sócio-cultural de Moçambique.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Simultaneamente, apresenta-se uma análise da missão tradicional das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, ou seja, a defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano contra qualquer eventual agressão armada externa de outros Estados e de origem interna, e destaca a importância prática da sua consagração na Constituição, como limite do poder de atuação dos órgãos de soberania competentes e diretamente responsáveis pelas Forças Armadas, bem como dos próprios chefes militares hierarquicamente superiores no quadro da atribuição de missões às mesmas Forças Armadas.

Paralelamente, faz-se uma análise genérica e sumária das missões históricas, constitucionalmente consagradas, cumpridas pelas FADM no período 1975-2016, no âmbito do apoio à luta dos movimentos de libertação nacional pela sua autodeterminação e independência no continente africano e no plano internacional; do apoio prestado à República Unida da Tanzânia, aquando da invasão do Uganda, de Idi Amin Dadá, a este país (nos termos dos artigos 19 e 20, ambos da CRM, respetivamente); da luta contra as agressões armadas perpetradas contra Moçambique pelos regimes de Ian Smith, da Rodésia do Sul (hoje Zimbábue), e de Pieter W. Botha, do "Apartheid", da África do Sul, bem como das missões de treino operacional realizadas pelos três ramos das FADM, designadamente o Exército, a Força Aérea e a Marinha de Guerra, e das atividades de ensino levadas a termo pelas instituições superiores e média de ensino militar, concretamente o ISEDEF, a AMMSMM e a ESFA, respetivamente.

3. A observação

"A observação engloba o conjunto das operações através das quais o modelo de análise (constituído por hipóteses e por conceitos) é submetido ao teste dos factos e confrontado com dados observáveis. Ao longo desta fase são reunidas numerosas informações. São sistematicamente analisadas numa fase ulterior. A observação é, portanto, uma etapa intermédia entre a construção dos conceitos e das hipóteses, por um lado, e o exame dos dados utilizados para as testar, por outro." (R. Quivy e L. V. Campenhoudt; 2003, p. 155).

Assim, considere-se que "Para levar a bom termo o trabalho de observação é preciso poder responder às três perguntas seguintes: observar o quê?; em quem?; como?" (R. Quivy e L. V. Campenhoudt; 2003, p. 155).

Nesta ordem de ideias, olhando para as Constituições de Moçambique de 1975, ou Constituição da Independência (por ser este o ano em que se proclamou a independência nacional), e período em que vigorou o regime de partido único e opção da Frelimo, partido no poder em Moçambique, para o

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

modelo económico de tipo socialista, bem como a de 1990, ou Constituição de Transição para o regime democrático multipartidário, e a Constituição de 2004, que, partindo da Constituição de 1990, veio a fixar as balizas firmes da opção da Frelimo para esse regime democrático multipartidário e o correspondente modelo económico de economia de mercado ou do sistema capitalista, o autor-investigador apresenta três momentos principais da consagração constitucional da missão das Forças Armadas em Moçambique, onde se podem indetificar claramente atitudes diferenciadas, quer da sociedade civil, quer dos órgãos competentes da soberania diretamente responsáveis pelas Forças Armadas, quer ainda da Assembleia da República, na sua qualidade de órgão legislador da Nação, nas suas posições relativas à aprovação do orçamento considerado suficiente para as Forças Armadas, visando cumprir a sua missão tradicional de defesa militar da independência, da soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna.

Nas linhas que se seguem, o autor-investigador dá uma explicação sumária, dos três referidos momentos principais da consagração constitucional da missão das Forças Armadas em Moçambique, onde se observará, claramente, as atitudes diferenciadas, quer da sociedade civil, quer dos órgãos competentes da soberania diretamente responsáveis pelas Forças Armadas, quer ainda da Assembleia da República, na sua qualidade de órgão legislador da Nação, nas suas posições relativas à aprovação do orçamento considerado suficiente para as Forças Armadas, visando cumprir a sua missão tradicional de defesa militar da independência, da soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano, saber:

- 1. Período de 1975-1986:** período da proclamação da independência nacional, de opção da frelimo para a via do sistema económico socialista e consolidação do modelo de economia centralmente planificada e de regime político monopartidário, do posterior abandono progressivo para a opção do sistema económico capitalista ou de economia de mercado, através da Constituição de 1990. Todos os órgãos mencionados no parágrafo anterior aprovavam por unanimidade a dotação orçamental destinada às Forças Armadas, ou seja, não havia qualquer questionamento, nem objeção.
- 2. Período de 1986-1990:** período de abandono irreversível da linha de orientação socialista que Moçambique seguia, para abraçar a via de orientação do modelo económico capitalista, mediante a Constituição de 1990. Timidamente, aqueles órgãos, incluindo a sociedade civil, começavam a questionar porquê destinar elevadas somas de dinheiro

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

para as Forças Armadas. Porém, dado que o país estava ainda em guerra, esta questão era pouco controversa.

- 3. Período de 1990-2004 aos nossos dias:** período da introdução e posterior consolidação do modelo económico capitalista e o correspondente regime político democrático ou multipartidário, com a Constituição da República de 2004, cuja base foi a Constituição de 1990. Todos aqueles órgãos atrás mencionados e a sociedade civil em geral, passou a questionar sistematicamente o porquê de o Governo continuar a destinar elevadas somas de dinheiro quando o país estava em paz (agora novamente em guerra), e se podia priorizar o plano de desenvolvimento económico e social, com vista a restaurar a economia nacional que fora devastada pela guerra dos dezasseis anos entre a Frelimo e a RENAMO.

4. Análise das informações

“O objetivo da investigação é responder à pergunta de partida. Para este efeito, o investigador formula hipóteses e procede às observações que elas exigem. Trata-se, em seguida, de verificar se as informações recolhidas correspondem de facto às hipóteses, ou, noutros termos, se os resultados observados correspondem aos resultados esperados pela hipótese. O primeiro objetivo desta fase de análise das informações é, portanto, a verificação empírica.” (R. Quivy e L. V. Campenhoudt; 2003, p. 211).

Porém, aqueles co-autores chamam a atenção do investigador para o surgimento de factos supervenientes que não se previam nas hipóteses inicialmente formuladas, afirmando que “Mas a realidade é mais rica e mais matizada do que as hipóteses que elaboramos a seu respeito. Uma observação séria revela frequentemente outros factos além dos esperados e outras relações que não devemos negligenciar. Por conseguinte, a análise das informações tem uma segunda função: interpretar estes factos inesperados e rever ou afinar as hipóteses para que, nas conclusões, o investigador esteja em condições de sugerir aperfeiçoamento do seu modelo de análise ou de propor pistas de reflexão e de investigação para o futuro. É o segundo objetivo desta nova etapa.” (R. Quivy e L. V. Campenhoudt; 2003, p. 155).

Nesta ótica, no que concerne a esta Tese, a análise das informações recolhidas pelo autor-investigador em volta das Constituições da República de Moçambique e dos Estados de Língua Portuguesa, bem como das Leis da Defesa Nacional e das Forças Armadas de Moçambique e de Portugal, no que tange ao estudo comparado da consagração constitucional da missão das

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Forças Armadas e sua importância, adicionadas essas informações contidas nas referidas Constituições com as constantes em obras consultadas de diferentes autores, e relacionadas com a matéria em estudo, tais como: Leis de Direito da Segurança, Direito Internacional da Segurança, Revistas n.º 2, de julho a dezembro de 2013, e n.º 3, de janeiro a junho de 2014; *Da Guerra e da Estratégia. A Nova Polemologia*, do autor Francisco Proença Garcia; *Da Estratégia*, do autor Abel Cabral Couto; *A Guerra dos Cinco Dias*, de Armando Marques Guedes; e verificadas nas informações colhidas nas entrevistas realizadas junto de oficiais de altas patentes das FADM relativas às missões das FADM durante as guerras de agressão do regime da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), de Ian Smith, contra Moçambique, e a de desestabilização dos dezasseis anos, perpetrada pela RENAMO mas planificada, apoiada, financiada e, os respetivos guerrilheiros treinados, equipados e assistidos pelas Forças Armadas do regime segregacionista do "Apartheid" da África do Sul, de Pieter W. Botha; adicionando as entrevistas de oficiais gerais das Forças Armadas Portuguesas, acerca da missão destas constitucionalmente consagrada (em jeito de estudo comparado), por um lado, e, por outro, comparando essas informações todas, após o seu estudo minucioso, com as hipóteses previamente avançadas, pode verificar-se que elas correspondem com os resultados esperados, avançados nessas hipóteses.

Por outro lado, o autor-investigador verificou que nas Constituições dos Estados de Língua Portuguesa, os legisladores constitucionais consagraram, de forma explícita, clara, objetiva e hierarquizada nos respetivos textos, a missão das Forças Armadas e, por via disso, os legisladores ordinários terão extraído dos textos destas Constituições as previsões genéricas no domínio dessa missão, criando as correspondentes Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas, as quais estabelecem, de forma prática e operacionalizante, os mecanismos da sua aplicação.

No que respeita à importância da consagração constitucional da missão das Forças Armadas, o autor-investigador demonstrou que se essa consagração constitui, de facto, um limite ao poder dos órgãos de soberania competentes e responsáveis diretos pelas Forças Armadas, na parte que toca à atribuição de missões a esta classe castrense, bem como constatou que a consagração constitucional serve de fundamento legal para o cumprimento dessa missão pelas Forças Armadas.

Em relação a relutância da sociedade civil, dos deputados da AR, dos próprios órgãos de soberania competentes e responsáveis diretos pelas Forças Armadas e dos partidos políticos em aprovar uma dotação orçamental

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

entendida suficiente para essas Forças Armadas cumprirem na íntegra a sua missão de defesa militar da independência, da soberania e da integridade territorial do Estado moçambicano, questão também suscitada na hipótese, o autor-investigador demonstrou que a Constituição da República de Moçambique de 2004, que, partindo da Constituição de 1990, consagrou de forma plena o regime político democrático ou multipartidário (cfr. art. 53 da CRM), uma vez o país estando em paz (atualmente retornado à guerra), os cidadãos, na sua maioria, não vêem a necessidade de o Governo alocar dotações orçamentais razoáveis para as Forças Armadas, vendo, até, como um setor improdutivo e, consequentemente, contraproducente investir neste setor, que implicações isso cria para a segurança nacional.

Finalmente, sobre o mesmo assunto em discussão, o autor-investigador demonstrou que tal situação não se trata da falta de compreensão da necessidade de se alocarem fundos suficientes para o setor da segurança e defesa, a fim de assegurar a independência, a soberania e integridade territorial do país, por parte de todos os órgãos intervenientes atrás mencionados, e muito menos da falta de representação do Estado e do Governo ao mais alto nível na decisão destas matérias, mas sim, da escassez de recursos capazes de cobrir em simultâneo, e na proporção equilibrada, as duas necessidades prioritárias – da economia e da segurança e defesa do Estado Moçambicano –, que, por coincidência, exigem elevados recursos económico-financeiros, que o país não possui.

Em relação à ideia de considerar as Forças Armadas “improdutivas”, igualmente suscitada na hipótese, o autor-investigador refutou-a categoricamente, demonstrando que elas efetivamente produzem não bens materiais tangíveis, mas sim intangíveis, de valor incomensurável de suma importância – a defesa e segurança do Estado moçambicano contra quaisquer agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna –, que asseguram ainda, com isso, que todas as instituições funcionem plenamente, e cumprem com as missões de interesse público.

No que respeita à hipótese que vê nas Forças Armadas geradoras de guerras destruidoras e, por tal motivo, ser desnecessário investir neste viatl setor nacional, o autor-investigador provou que as quatro guerras que Moçambique enfrentou – 1) da luta pela independência nacional; 2) de agressão armada do regime de Ian Smith, da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe); 3) do “Apartheid”, de Pieter W. Botha, da África do Sul; e 4) a perpetrada pela RENAMO, apoiada por estes dois regimes –, não foram provocadas nem pelas FAM/FPLM, nem pelas FADM – estas herdeiras daquelas –, antes pelo contrário,

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

defenderam o país contra as sucessivas guerras de agressão provocadas pelos regimes da Rodésia do Sul, de Ian Smith, e do "Apartheid", da África do Sul, de Pieter W. Botha, ambos que punham em causa a continuidade, nas mãos dos moçambicanos, da independência, da soberania, e da integridade territorial de Moçambique, sendo por isso um imperativo categórico de o Governo investir no setor da defesa, para este manter este legado histórico.

No que diz respeito ao não envolvimento das Forças Armadas em missões de patrulhamento urbano conjunto com a Polícia, em tempo de paz, o autor-investigador demonstrou que este facto se baseia na divisão constitucionalmente estabelecida das missões destas forças e as da Polícia (cfr. art.s 266 e 254, ambos da CRM, respetivamente), e que em parte se toma em consideração à natureza profissional das Forças Armadas, caracterizada pelo uso da força, por vezes excessivo, sendo daí previsível que o seu emprego no patrulhamento urbano no momento conturbado, origine eventual violação dos direitos fundamentais dos cidadãos, consagrados na Constituição e por lei, indesejável num Estado de Direito e Democrático, como o é Moçambique (cfr. art. 3 da CRM).

Porém, o autor-investigador explica a necessidade, a título excecional, de envolvimento das Forças Armadas em missões de patrulhamento urbano conjunto com a Polícia, em tempo de paz, em duas situações: 1) em caso de ataque terrorista em curso ou eminente; 2) em caso de incapacidade total e completa da Polícia em controlar o recrudescimento da criminalidade urbana violenta, a ponto de pôr em perigo o funcionamento normal das instituições e a continuidade dos órgãos de soberania.

Numa última perspetiva de análise das informações atrás referidas, colhidas pelo autor, que consistiu na apresentação estritamente interdependente de três operações fundamentais, designadamente: 1) a descrição e a preparação dos dados necessários para testar as hipóteses; 2) a análise das relações entre as variáveis; e 3) a comparação dos resultados observados com os resultados esperados a partir das hipóteses inicialmente avançadas, demonstrou que nos encontramos perante uma análise eminentemente qualitativa, tanto das fontes escritas consultadas, atrás apontadas, como sejam Constituições, leis, obras de diversos autores, Revistas de Direito e Segurança publicados pela FDUNL n.ºs 1, 2, 3 e 4, com artigos contendo temas das matérias em estudo, como das fontes orais, designadamente as entrevistas (não estruturadas), a altas patentes militares de Moçambique e de Portugal, por não fazerem menção a números.

5. Metodologia da investigação científica utilizada

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

“Metodologia científica significa o estudo do método aplicado à ciência. Consoante a área da ciência que se estuda, há objetos distintos e consequentemente procedimentos diferentes” . Nesta ótica “A palavra **método** tem a sua origem no grego e significa “caminho para chegar ao fim”. Assim, o **método científico** é composto por um conjunto de regras básicas que visam obter novo conhecimento científico. Este conhecimento pode ser novo ou resultar do desenvolvimento, expansão, correção de um conhecimento já existente.” (Sarmento; 2013, p.4)⁶.

Para o caso concreto do tema da presente Tese, *A Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua Importância*, analisado na vertente jurídica, trata-se dum conhecimento novo no Direito Constitucional da Segurança Moçambicana. Por um lado, visa apontar e propor a sanção de algumas lacunas constatadas pelo autor-investigador na Constituição Moçambicana, durante o estudo da disciplina de Direito Constitucional da Segurança, no Curso de Doutoramento em Direito e Segurança, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, quanto à consagração constitucional da referida missão, e, por outro, pretende analisar genérica e sumariamente as missões das FADM, de caráter internacional e histórico, sobre o apoio destas aos movimentos de libertação nacional na sua luta pela autodeterminação e independência, quer em África, quer noutros quadrantes a nível internacional, bem como as missões no âmbito interno, relativas ao treino operacional, levadas a cabo pelos três ramos das FADM, nomeadamente o Exército, a Força Aérea e a Marinha de Guerra, bem assim as atividades de ensino, realizadas pelas instituições superiores e média de ensino militar, designadamente o ISEDEF, a AMMSMM e a ESFA, e, por último, as missões de apoio às populações quando atingidas por calamidades naturais, todas constitucionalmente consagradas, apontando êxitos, constrangimentos, desafios e apresentando propostas alternativas de solução.

Tais matérias, do ponto de vista da investigação científica, na vertente especificamente jurídico-constitucional, são, no entanto, pouco divulgadas no ordenamento jurídico moçambicano, mais concretamente no Direito Constitucional da Segurança em Moçambique, sendo por este motivo, um conhecimento novo que aqui se aborda.

Para efeitos da presente Tese, foram usados os seguintes métodos:

⁶ Manuela Sarmento, *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*, Universidade Lusíada editora, Lisboa, 2013

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

- O **método de observação direta**, que permitiu examinar e registar alguns factos e acontecimentos que, pela sua natureza, permitem observá-los diretamente e efetuar os necessários registos, como, por exemplo, os locais onde ocorreu a guerra dos dezasseis anos entre a Frelimo e a RENAMO, e onde esta amontoava os cadáveres cujas pessoas, em vida, eram barbaramente mortas, abordados nesta Tese, sendo então analisados e, posteriormente, apresentadas as correspondentes conclusões.
- O **método crítico**, que possibilitou fazer uma observação crítica dos factos e acontecimentos durante a investigação científica, os mesmos sendo, de acordo com a experiência da vida, factos ou acontecimentos que se consideram fora dos padrões normais, isto é, nos extremos da escala, por serem muito positivos ou muito negativos.
- O **método analítico**, que contribuiu, sempre que necessário e possível, para entrar na complexidade dos fenómenos abordados, apresentando-os com os detalhes que foram considerados necessários e indispensáveis.
- O **método demonstrativo**, que auxiliou na verificação do estado técnico e de conservação dos meios de combate das FAM/FPLM utilizados durante a guerra dos dezasseis anos entre a Frelimo e a RENAMO, permitindo destacar as técnicas, as ferramentas e os materiais que foram considerados os mais adequados para explicar os factos ou acontecimentos em abordagem.
- O **método sistemático**, que possibilitou a interpretação dos factos e acontecimentos de uma forma ordenada e periódica, assegurando, com isso, a sua coerência do conjunto, que se integram em sistemas mais amplos.
- O **método inquisitivo**, que se baseou, essencialmente, em entrevistas orais, no entanto não estruturadas, a individualidades de altas patentes militares das Forças Armadas Moçambicanas e das Forças Armadas Portuguesas, estas últimas na parte relativa ao estudo comparado da consagração constitucional da missão das Forças Armadas Portuguesas, ambas matérias de estudo da presente de Tese.
- O **método descritivo**, que ajudou na descrição dos fenómenos abordados e na identificação de variáveis, bem como na inventariação dos factos analisados.
- O **método histórico**, que contribuiu para analisar os fenómenos ou processos passados do tema em estudo, atendendo à sua constituição, ao seu desenvolvimento, à sua formação e às suas consequências para a sociedade moçambicana, descrevendo-os numa sequência cronológica.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

- *O método relacional*, que foi utilizado para relacionar os efeitos das variáveis entre si, apreciar as interações e diferenciar os grupos de militares das Forças Armadas Moçambicanas das gerações passadas e presentes no processo de cumprimento da missão tradicional de defesa militar da República de Moçambique em estudo, e que apresentaram as mesmas características.
- *O método racional*, que foi usado para fundamentar a razão e a lógica dos factos e acontecimentos narrados, subjacentes ao cumprimento da missão das FADM, constitucionalmente consagrada, afastando nessa fundamentação a intuição, que o cidadão comum habitualmente usa na abordagem dos factos ou acontecimentos. Dessa forma, a razão de ser do objeto de estudo do tema em análise nesta Tese e suas implicações para a segurança externa do Estado Moçambicano, na perspetiva da *Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua Importância*, foram analisadas detalhadamente.

A questão central do tema em estudo - *A Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua Importância* –, tem a ver com a pergunta de partida, porquê a consagração constitucional da missão das Forças Armadas?

Duas questões derivadas, estreitamente ligadas a esta pergunta de partida, podem ser colocadas nos seguintes termos:

1. quais as consequências jurídicas da consagração constitucional da missão das Forças Armadas para o Estado Moçambicano?
2. o Estado Moçambicano pode eximir-se da sua responsabilidade de garantir a segurança dos seus cidadãos?

Organização dos capítulos

Para uma melhor compreensão das questões que se abordam no tema em estudo, o mesmo foi dividido em cinco capítulos, a saber:

Capítulo I – *Génese e Evolução das Forças Armadas Moçambicanas, Transformação das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), Guerrilheiras, em Forças Armadas Regulares, Introdução de Patentes nas FA* –, neste capítulo apresenta-se a génese das FADM, baseada num breve historial das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), braço armado da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), movimento de libertação nacional que dirigiu a luta armada de libertação nacional contra a ocupação colonial portuguesa em Moçambique até a proclamação da independência

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

nacional, a 25 de junho de 1975; aborda-se o processo de transformação das FPLM, guerrilheiras, em Forças Armadas regulares (Forças Armadas de Moçambique/Forças Populares de Libertação de Moçambique), abreviadamente designadas por FAM/FPLM; a formação de oficiais subalternos, superiores e gerais no estrangeiro e dentro do país, bem como a aquisição de meios de combate para o seu reequipamento, e a introdução de patentes nas Forças Armadas, no ano de 1980.

Capítulo II – *Análise das Constituições Moçambicanas, sua Evolução no Âmbito da Segurança e Defesa (período 1975-2016)* –, neste capítulo faz-se uma análise das Constituições de Moçambique que vigoraram desde a proclamação da independência, a 25 de junho de 1975, sua evolução no quadro da segurança e defesa até 2016, aponta as revisões pontuais de que foram objeto durante este período, com vista à sua adaptação à conjuntura político-jurídica, militar, económico-social e cultural do momento, bem assim o regime político-jurídico e seu correspondente modelo económico-social subjacente.

Capítulo III – *Enquadramento da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, da Lei da Política de Defesa e Segurança, da Lei do Conselho Nacional de Defesa e Segurança na Constituição da República, do Conceito Estratégico de Defesa Nacional na Resolução n.º 42/2006, de 26 de Dezembro, Estatuto dos Militares das Forças Armadas, a Organização das FADM e Missões dos seus Ramos* –, neste capítulo analisa-se o enquadramento do conjunto destas leis na Constituição da República, e do Conceito Estratégico de Defesa Nacional na Resolução n.º 42/2006, de 26 de Dezembro, do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, bem como a Organização das FADM e missões dos seus Ramos, como forma de aferir a sua conformação com a Constituição e com as leis.

Capítulo IV – *Missões das Forças Armadas, da Polícia e dos Serviços de Informações e Segurança do Estado (SISE) em Tempo de Paz, e Necessidade de Operações Conjuntas em Tempo de Guerra (Decretos Militares, Estatuto e Condição Militar)* –, tomando em consideração a reclamação da sociedade civil moçambicana, no sentido das FADM realizarem patrulhamento conjunto com a PRM quando ocorre um recrudescimento da criminalidade urbana violenta, neste capítulo analisa-se a questão da necessidade de rigorosa observância da separação das missões das Forças Armadas, da Polícia e do SISE em tempo de paz, por imperativos constitucionais e legais, no sentido de as Forças Armadas se dedicarem exclusivamente à sua missão de se prepararem para defender militarmente o país em caso de eventual agressão armada externa de outros Estados, e mesmo de guerra de origem interna (art. 266 da CRM, conjugado

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

com o art. 10, da Lei n.º 17/97, de 7 de outubro, Lei da Política de Defesa e Segurança), não realizando, portanto, patrulhamento com a Polícia nas cidades, no momento em que se registre o referido recrudescimento da criminalidade urbana violenta, tarefa que é, consitucionalmente, reservada exclusivamente à Polícia (art. 254 da CRM), considerando que um envolvimento das Forças Armadas nestas missões, via de regra, oferece implicações relacionadas com a violação dos direitos fundamentais dos cidadãos, tendo em consideração a peculiaridade profissional de uso de força, por vezes excessiva, por parte das Forças Armadas. E, segundo atrás se referiu, o patrulhamento conjunto FADM-PRM, só é admissível quando ocorre um ataque terrorista em curso ou eminente, e quando a PRM se torna completamente incapaz de fazer face à referida criminalidade urbana violenta.

Paralelamente, já no sentido inverso, coloca-se a imperativa necessidade de a Polícia e o SISE, em tempo de guerra, serem incorporados no teatro das operações, sob o comando superior do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, poder este que lhe é delegado pelo Presidente da República, na sua qualidade de Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, nos termos da Constituição da República.

Tal estudo, para além dos dois instrumentos legais em referência, designadamente a Constituição da República e a Lei da Política de Defesa e Segurança, complementou-se com Decretos Militares, Estatuto das Forças Armadas, bem assim da Condição Militar.

Refira-se que no caso moçambicano, os Serviços de Informações e Segurança do Estado (SISE), são chamados a tomarem parte ativa nesse processo de luta armada no teatro das operações, recolhendo, analisando e processando as informações tático-estratégicas úteis para posterior encaminhamento às autoridades competentes para a tomada de decisão pertinente em tempo oportuno.

Capítulo V – A Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas (período 1975-2016) –, aqui, num primeiro momento, faz-se uma análise tendente a sanar certas lacunas previamente identificadas durante o estudo do Direito Constitucional da Segurança, na parte que toca à Constituição Moçambicana, recorrendo-se ao estudo comparado da Constituição Portuguesa e das demais Constituições dos Estados de Língua Portuguesa, apontando-se semelhanças e diferenças, que permitiram identificar os subsídios que podem ser colhidos, suscetíveis de enriquecer a Constituição Moçambicana, com as necessárias adaptações à realidade sócio-cultural, jurídico-constitucional e política de Moçambique.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Simultaneamente, num segundo momento, apresenta-se uma análise da missão tradicional das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, ou seja, a defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano contra qualquer eventual agressão armada externa de outros Estados e de origem interna, e destaca a importância prática da sua consagração na Constituição, como limite do poder de atuação dos órgãos de soberania competentes e diretamente responsáveis pelas Forças Armadas, bem como dos próprios chefes militares hierarquicamente superiores no quadro da atribuição de missões às mesmas Forças Armadas.

Paralelamente, num terceiro momento, faz-se uma análise genérica e sumária das missões históricas internacionais, constitucionalmente consagradas, cumpridas pelas FADM no período 1975-2016, no âmbito do apoio à luta dos movimentos de libertação nacional pela sua autodeterminação e independência no continente africano e no plano internacional; do apoio prestado à República Unida da Tanzânia, aquando da invasão do Exército Ugandês, de Idi Amin Dadá, a este país (nos termos previstos pelos artigos 19 e 20, ambos da CRM, respetivamente); da luta contra as agressões armadas perpetradas contra Moçambique pelos regimes de Ian Smith, da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), e de Pieter W. Botha, do "Apartheid", da África do Sul, bem assim das missões de treino operacional dos três ramos das FADM, designadamente o Exército, a Força Aérea e a Marinha de Guerra, e das atividades de ensino levadas a termo pelas instituições superiores e média de ensino militar, concretamente o ISEDEF, a AMMSMM e a ESFA, respetivamente e, finalmente, o apoio das FADM às populações quando ocorrem calamidades naturais.

Por outro lado, num quarto momento, com a finalidade de completar os dados e informações referenciados nesta Tese, quer relativos à missão genérica das Forças Armadas Moçambicanas, quer dizendo respeito às formas de condução da guerra dos dezasseis anos por parte da Renamo em Moçambique contra o Governo instituído da Frelimo, quer ainda no que tange às atividades realizadas no âmbito dos Estados-membros da CPLP.

Levantamento bibliográfico de autores, artigos e documentos consultados

Finalmente, para uma visão genérica acerca do material bibliográfico que serviu de base, apresenta-se, abaixo, a tabela 1, que apresenta o levantamento bibliográfico de autores, artigos e documentos consultados para a elaboração da presente Tese.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância**Tabela 1: levantamento bibliográfico de autores, artigos e documentos consultados para a elaboração da Tese.**

Conceitos usados e seus autores	Teorias/Doutrinas usadas e seus autores consultados	Missões das FA, seus autores	Estudo comparado sobre a consagração constitucional da missão das FA	Metodologia de Investigação Científica utilizada e seus autores
Jorge Bacelar Gouveia	Jorge Miranda,	Daniel Frazão Chale	Constituições dos Estados de Língua Portuguesa	Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt
Armando Marques Guedes	Jorge Bacelar Gouveia	Damião Fernandes Capitão Ginga,	Damião Fernandes Capitão Ginga,	Manuela Sarmiento
Abel Cabral Couto	Armando Marques Guedes,	António Paulo Meneses de Carvalho Finura	António Paulo Meneses de Carvalho Finura	Francisco Proença Garcia (apontamentos)
Francisco Proença Garcia	Francisco Proença Garcia,	Francisco Proença Garcia		
Nelson Lourenço	Nelson Lourenço			
Manuel Monteiro Guedes Valente,	Henry Kissinger,			
Jorge Reis Novais	Joseph S. Nye, Jr.			
José Manuel Freire Nogueira	Tsun Tzu,			
Adriano Moreira	André Matias de Almeida,			
Ana Prata	Jorge Reis Novais			
Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos	Nicolau Maquiavel,			
André Ventura	Daron Acemoglu e James A. Robinson			
Ferdinand Lassale	Adriano Moreira e Pinto Ramalho			
	André Ventura			
	José Manuel Freire Nogueira			

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Artigos e Documentos	
Constituição da República Popular de Moçambique de 1975	
Constituição da República de Moçambique de 2004	
Constituição da República Portuguesa de 2014	
Lei de Defesa Nacional, Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho	
Lei n.º 17/97, de 7 de outubro, Lei da Política de Defesa e Segurança Moçambicana	
Lei n.º 18/97, de 1 de outubro, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas Moçambicanas	
Carta da ONU	
Ficha Informativa Rev. N.º13 (janeiro,2002), da ONU, <i>Direitos Humanos, Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos – Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos 1995/2004</i> , Edição Portuguesa, Comissão Nacional para as Comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos, Lisboa	
Diretivas Económicas e Sociais da FRELIMO ao III Congresso, 1977, Maputo	
Sites	
Google Académico, 10 de dezembro 2014	
You Tube, 06 de novembro de 2015	
Jornais	
SAVANA, 5 de setembro de 2013	
Entrevistas	
PINTO , Luís Vasco Valença, General de Quatro Estrelas (General de Exército) (Res), 08 de janeiro, 2015, antigo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Portuguesas	
RAMALHO , Luís Pinto, General de Quatro Estrelas (General de Exército) (Res), 21 de janeiro, 2015, antigo Chefe do Estado-Maior do Exército Português	
CARDOSO , José Armando Vizela, Tenente-General (Res), 08 de janeiro, 2015, antigo Diretor do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea Portuguesa	
ANJAS , Celestino, Brigadeiro, 11 de janeiro, 2015, Adido de Defesa junto da Embaixada de Moçambique em Portugal	

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

BARASSA, Zaqueu, Brigadeiro, 10 de dezembro, 2014, Diretor do Departamento de Operações do Estado-Maior General das FADM, Maputo

MUIAMBO, Gonçalves, Coronel, 29 de dezembro de 2014, Doutorando do ISEDEF na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa

MUCOPELA, Virgílio Mairose, Coronel, 29 de dezembro de 2014, Doutorando do ISEDEF na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa

6. Hipóteses

De acordo com Manuela Sarmiento (2013, pp. 13-14), "**A hipótese de investigação** é a resposta temporária e provisória, é uma suposição que o investigador propõe perante uma interrogação formulada a partir de um problema de investigação ou pergunta de partida".

No caso concreto da Tese em análise, as hipóteses de investigação a seguir, são: 1) as **hipóteses dedutivas**, que correspondem ao campo teórico da abordagem do tema em estudo, procurando comprovar deduções implícitas das teorias avançadas pelo autor-investigador em torno do tema *A Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua Importância*, objeto de estudo desta Tese; e 2) as **hipóteses indutivas conceptuais**, que surgem da reflexão sobre a realidade da forma como foi consagrada essa missão na Constituição Moçambicana, estabelecendo uma relação entre as teorias, já formuladas, que giram à volta desta matéria, nomeadamente:

1) a existência de certas lacunas na Constituição Moçambicana constatadas pelo autor-investigador quanto à consagração da referida missão;

2) as causas principais que contribuíram para o êxito e retrocesso das FADM no cumprimento das missões internacionais de apoio à luta dos movimentos de libertação nacional em África e noutros quadrantes no plano internacional, todas constitucionalmente consagradas;

3) as missões de âmbito interno, causas principais do conflito armado prolongado entre a Frelimo e a Renamo em Moçambique.

Relativamente aos problemas já atrás identificados em torno do tema *A Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua Importância*, um conjunto de **hipóteses** se coloca, visando encontrar respostas possíveis das razões que estão por detrás da relutância quer da sociedade civil, quer dos membros da Assembleia da República, na aprovação de dotações orçamentais entendidas necessárias, destinadas ao cumprimento da missão

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

sagrada das Forças Armadas, de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado moçambicano, que eles próprios conhecem perfeitamente a sua importância:

1. a razão da relutância da sociedade civil e da Assembleia da República, esta na sua qualidade de órgão legislador da Nação, em aprovar as referidas dotações orçamentais, provavelmente esteja intimamente ligada ao fim da Guerra Fria, que pôs fim as tradicionais ameaças à paz e segurança internacionais, particularmente na Europa, entre o antigo PACTO DE VARSÓVIA, do bloco socialista, encabeçado pela União Soviética, e a NATO, do bloco capitalista, sob a cabeça dos EUA, em que a partir deste momento, os governos europeus e mesmo africanos, incluindo Moçambique, passaram a concentrar as suas atenções para o plano de desenvolvimento económico e social, deixando a atividade de segurança e defesa em segundo plano.
2. por, eventualmente, constituir tradicional obrigação do Governo em criar o bem-estar económico e social dos cidadãos, que implica decidir pela alocação, prioritariamente, de elevadas verbas ao setor da economia nacional, a fim de propiciar o desenvolvimento económico e social, deixando a segurança e defesa num plano secundário, embora reconhecidamente a segurança aos cidadãos constitua uma das obrigações fundamentais do Estado.
3. numa perspetiva diferente a essa, seja, provavelmente, o velho preconceito da sociedade civil e dos políticos em geral, de considerarem as Forças Armadas um setor “improdutivo”, quando na verdade produzem – a segurança nacional –, e, assim sendo, tornar-se contraproducente alocar elevadas somas de dinheiro para este setor.
4. um outro pensamento ainda que se agrupa na corrente contrária ao investimento do Governo na segurança e defesa seja, eventualmente, aquele que vê as Forças Armadas como geradoras de guerras destruidoras e, por tal motivo, ser desnecessário investir neste estratégico setor nacional.
5. vista esta problemática na ótica de equilíbrio das necessidades, por se tratar de temática crucial para a sobrevivência dum Estado, com a sua independência, soberania e integridade territorial preservadas, possivelmente uma solução racional fosse, simultaneamente, de atender os planos de desenvolvimento económico e social, e da alocação de fundos achados suficientes ao setor da segurança e defesa, para este cumprir com a sua missão de defesa militar do país, sem maiores constrangimentos.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

6. por outro lado, não sendo menos importante a consagração da missão das Forças Armadas na Constituição, eventualmente, o legislador constitucional tenha querido estabelecer um norte magnético sobre o qual todos os órgãos de soberania diretamente responsáveis pelas Forças Armadas, devem orientar a sua atuação, sendo então considerado de nenhum efeito todo aquele que a violar, ao atribuir missões que não observem os preceitos constitucionais.
7. outro assunto melindroso, que contrasta com o posicionamento contrário da sociedade civil e dos políticos parlamentares em aprovar fundos entendidos suficientes para o cumprimento da missão das Forças Armadas, dizendo respeito a reivindicações destas duas partes, para o envolvimento das Forças Armadas no patrulhamento urbano nos momentos da intensificação da criminalidade violenta nas cidades, provavelmente este fenómeno ocorra devido a insuficiência na divulgação das leis relativas às missões tanto das Forças Armadas, como da Polícia em tempo de paz, com vista a um conhecimento público.
8. a Polícia e o Serviço de Informações e Segurança do Estado que, ambos, em tempo de guerra, são envolvidos no teatro das operações, lutando, ombro a ombro com as Forças Armadas e subordinados, operacionalmente, ao Chefe do Estado-Maior General; a decisão assim tomada, possivelmente, tenha, por fim último, salvar a sociedade do maior perigo de perdas de inúmeras vidas humanas e materiais, estes últimos difíceis de recuperar em curto espaço de tempo, enquanto aquelas primeiras, vidas humanas, são irrecuperáveis, sendo assim razoável empregar essas forças treinadas e com o domínio no manejo das armas.
9. por fim, pode levantar-se o problema de saber, designadamente, o porquê da sua subordinação ao Chefe do Estado-Maior General, quando ambas as forças têm a sua estrutura hierárquica própria. A razão que explica esta problemática, talvez seja o fato de as Forças Armadas, dirigidas ao mais alto nível da hierarquia militar, pelo Chefe do Estado-Maior General, serem aquelas que possuem elevado treino e formação militares, equipadas com sofisticado armamento, capaz de combater e derrotar a força adversária agressora com eficácia e eficiência e, provavelmente, em curto espaço de tempo.

7. Resultados esperados

Na abordagem do tema em estudo, o autor-investigador espera vir a analisar com profundidade necessária as questões nele suscitadas,

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

respondendo objetivamente os assuntos que preocupam o Estado Moçambicano, no sentido de reequipar as suas Forças Armadas para o pleno cumprimento da sua missão tradicional de defesa militar do país contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna, e para fazer face aos riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, bem como levantando os principais problemas que constituem o entrave do cumprimento com êxito dessa missão, e, com isso, poder:

1. apresentar com o rigor esperado a génese e o processo de evolução das Forças Armadas Moçambicanas desde o período 1975-2016, mencionando os aspetos relevantes de cada etapa que compreende este período que contribuíram tanto para o progresso como para o retrocesso, no âmbito da organização e operacionalização da sua missão tradicional de defesa militar da República de Moçambique;
2. contribuir para o enriquecimento de conhecimentos quer de docentes, quer de investigadores, quer ainda de todos aqueles que se interessam por esta matéria relativa à *Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua Importância*, designadamente no que tange à identificação de aspetos semelhantes e diferentes nas Constituições e Leis da Defesa Nacional e das Forças Armadas de Moçambique, incluindo, para um estudo comparado, as Constituições de Portugal e dos restantes Estados de Língua Portuguesa, na matéria em análise;
3. ter apontado suficientemente as partes que podem ser extraídos os subsídios nas Constituições de Portugal e dos demais Estados de Língua Portuguesa para o enriquecimento da Constituição Moçambicana, com as necessárias adaptações à realidade jurídico-constitucional, sócio-cultural, política, económica e militar de Moçambique, nas partes identificadas como apresentando algumas lacunas;
4. no que respeita à resistência oferecida tanto pela sociedade civil como pela Assembleia da República, em aprovar verbas consideradas necessárias e suficientes destinadas às Forças Armadas para estas cumprirem cabalmente com a sua missão, bem assim despertar a consciência patriótica destas entidades, no sentido de se sair deste paradoxo que esta situação arrasta consigo, ao reivindicarem o envolvimento das Forças Armadas no patrulhamento das cidades conjuntamente com a Polícia nos momentos em que se assiste o recrudescimento da criminalidade urbana, particularmente violenta em tempo de paz, sabido que, para tanto, exigem-se acrescidos recursos financeiros e, ademais, as missões das Forças Armadas e da Polícia em

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

tempo de paz encontram-se claramente definidas na Constituição, havendo nítida compartimentação;

5. ter ressaltado a importância da consagração constitucional explícita da missão das Forças Armadas de um país no texto constitucional, ao referir que a mesma contribui para a melhor compreensão, quer na interpretação quer no cumprimento dessa missão pelos seus destinatários diretos – as Forças Armadas;
6. haver abordado com a necessária objetividade e clareza a separação constitucional e legal entre as missões das Forças Armadas, da Polícia e dos Serviços de Informações e Segurança do Estado (SISE), em tempo de paz, e a necessidade de operações conjuntas entre estas três forças em tempo de guerra, a fim de lutarem juntas e alcançarem vitória o mais urgente possível contra a provável força adversária agressora;
7. ter explanado e demonstrado de forma prática a aplicabilidade da consagração constitucional da missão das Forças Armadas em Moçambique, designadamente no apoio à luta dos movimentos de libertação nacional pela sua autodeterminação e independência no continente africano e no plano internacional, bem como à República Unida da Tanzânia, aquando da invasão do Exército ugandês, de Idi Amin Dada, àquele país; nas missões internacionais, designadamente da luta contra as agressões armadas perpetradas pelos regimes da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), de Ian Smith, e do “Apartheid”, da África do Sul, de Pieter W. Botha; contra a luta de desestabilização, dos dezasseis anos, executada pela RENAMO mas planificada e apoiada por estes dois regimes; de treino operacional levadas a cabo pelos três ramos das FADM (Exército, Força Aérea e Marinha de Guerra), e de ensino, realizadas pelas instituições superiores e média de ensino militar, nomeadamente o ISEDEF, a AMMSM e a ESFA, respetivamente.

8. Quadro teórico conceptual

O quadro teórico conceptual no qual o autor-investigador se baseou para a elaboração desta Tese, partindo da metodologia de investigação concebida e atrás referenciada, consistiu na recolha, compilação, leitura, análise, realização de entrevistas exploratórias previamente planificadas, no entanto não estruturadas, a certas individualidades de altas patentes, quer das Forças Armadas Moçambicanas, quer das Forças Armadas Portuguesas, estas últimas sobre matérias exclusivamente relacionadas ao estudo comparado da consagração constitucional da missão das Forças Armadas Portuguesas, todas conhecedoras das questões que constituem objeto da entrevista; apresentar a

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

problemática em torno dos assuntos abordados no tema em estudo, construir o correspondente modelo de análise, realizar a observação dos factos e acontecimentos observáveis, proceder a análise dos dados e informações colhidos, que, finalmente, permitirão apresentar as respetivas conclusões em sede da própria Tese.

O quadro conceptual que atrás se alude, a sua fundamentação baseou-se no seguinte material bibliográfico previamente recolhido: obras de diversos autores proeminentes na matéria em estudo, nomeadamente Jorge Bacelar Gouveia, que reuniu numa única obra *As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa*, o livro deste mesmo autor, *Direito Internacional da Segurança*, no qual aborda matérias atuais e bastante discutidas não somente por académicos, como, igualmente, por políticos e mesmo por outros leitores que se interessam por estes assuntos, particularmente em Moçambique.

Na mesma linha de referências bibliográficas feitas acima, encontram-se, igualmente, os co-autores Jorge Bacelar Goveia, António Duarte Amaro, Francisco Proença Garcia, Luís Salgado de Matos, Nelson Lourenço, Pedro Clemente e Rui Pereira, que escreveram as Revistas n.ºs 1, 2, 3 e 4 de julho a dezembro de 2013, e de janeiro a junho de 2015, respetivamente, relativas ao *Direito e Segurança*, que proporcionaram uma análise aprofundada da matéria em estudo, destacando-se a sua clareza e objetividade, resultante do uso duma linguagem menos tecnicista, do ponto de vista jurídico, circunstância que torna a leitura acessível a todos, sem descurar, oviamente, a sua atualidade, facto que permitiu ao autor-investigador elaborar o tema em abordagem com matérias que hoje despertam interesse e são bastante discutidas não só pelos cultores do Direito e Segurança como, fundamentalmente, pelos docentes e investigadores doutras áreas afins, e à sociedade civil em geral, que se interessa por estas matérias, atingindo-se satisfatoriamente, com isso, o resultado esperado.

À relação da fonte bibliográfica consultada e atrás apontada, acrescem a obra *Enciclopédia de Direito e Segurança*, dos co-autores Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos, as *Leis do Direito da Segurança*, também do autor Jorge Bacelar Gouveia, escritas em co-autoria com Américo Marques Ferreira, Rui Carlos Pereira e Virgílio Teixeira, nas quais desenvolveram de forma aprofundada e atualizada as matérias relativas ao Direito da Segurança, Defesa Nacional e Forças Armadas, Segurança Interna e Forças Policiais, Segurança do Estado e Produção de Informações, Organização Judicial e Investigação Criminal e, finalmente, Segurança Comunitária e Proteção Civil.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Mais ainda, no grupo do material bibliográfico consultado pelo autor-investigador desta Tese, se encontram: André Matias de Oliveira, autor que redigiu a Constituição da República Portuguesa, em particular na parte respeitante à consagração constitucional da missão das Forças Armadas, facto que contribuiu para a elaboração qualitativa desta Tese; a obra *O Futuro do Poder*, do autor Joseph Nye, que aborda desenvolvidamente o conceito de poder, e a probabilidade de, no futuro, o poder duro ser substituído pelo poder suave na resolução de conflitos entre Estados no sistema internacional, bem como dos autores Freire Nogueira, *Pensar a Segurança e Defesa*; Adriano Moreira, em co-autoria com Luís Pinto Ramalho, *Estratégia*, e do autor Abel Cabral Couto, *Da Estratégia*, todos estes autores que apresentaram diversos conceitos ligados às matérias de segurança e defesa, e estratégia, em estudo nesta Tese e atrás perfilados no espaço reservado aos referidos conceitos.

Finalmente, os co-autores Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, em *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, e da autora Manuela Sarmento, em *Metodologia Científica para a Elaboração, e Apresentação de Teses*, respetivamente, nos quais o autor-investigador da presente Tese se guiou para a formulação dos procedimentos a seguir na sua elaboração metodológica.

9. Limitações

As principais limitações com que o autor-investigador se esbarrou durante o processo de investigação conducente à elaboração da presente Tese foi, por um lado, a inexistência de manuais de Direito Constitucional da Segurança Moçambicano em Moçambique, que abordem a matéria do tema em estudo – *A Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua Importância* –, por se tratar duma disciplina nova e, por outro, por ser um tema que é pela primeira vez abordado no Direito Constitucional da Segurança em Moçambique, acrescido pelo facto de ser assunto pouco discutido entre os cultores do Direito Constitucional da Segurança moçambicano, por sinal poucos, e, em contraposição, a existência de várias livrarias e bibliotecas dispersas pela cidade de Lisboa, a contar com a própria Livraria e Biblioteca da FDUNL, onde o autor-investigador culmina o seu doutoramento em Direito e Segurança, possuidoras de considerável e rica fonte bibliográfica, suscetível de ser por si usada para o enriquecimento desta Tese, circunstância que contrasta com a sua capacidade financeira, visando custear na totalidade a sua aquisição, em quantidades substanciais, e sua posterior exportação para Moçambique, com o objetivo de difundir o Direito Constitucional da Segurança.

Aquela situação associa-se à dificuldade de deslocação para a maior parte daqueles estabelecimentos em tempo útil e oportuno, a fim de recolher mais

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

dados para o enriquecimento do tema em estudo, constituindo, por tal motivo, sério obstáculo para a apresentação duma pesquisa quantitativa e qualitativa com o peso técnico-científico que seria desejável.

Todavia, tal circunstância não retira o mérito nem a qualidade técnico-científica credível desta Tese que ora se apresenta. Antes pelo contrário, será uma das fontes técnica e cientificamente rica e credível, que traz elementos novos de outras realidades em matérias quer do Direito Constitucional da Segurança propriamente dito, quer das áreas a ele diretamente relacionadas, em primeira análise a segurança e defesa, e, grosso modo, as áreas sócio-económicas, históricas, culturais e antropológicas fora do contexto habitual do continente europeu, ou seja, do continente africano, especificamente de Moçambique, se se tomar em linha de conta o mérito académico e experiência técnico-científica e profissional quer dos autores das obras previamente selecionadas, já atrás feitas menção, para a abordagem do presente tema, quer das altas individualidades militares moçambicanas e portuguesas, entrevistadas, e suficientemente conhecedoras do tema em estudo e, como tal, poderá auxiliar qualquer leitor interessado em lidar com a matéria abordada nesta Tese, enriquecendo, grosso modo, o seu conhecimento nas áreas que são apresentadas.

CAPÍTULO I

Génese e evolução das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), transformação das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), guerrilheiras, em Forças Armadas Regulares (período 1975-2016)

Neste capítulo pretende-se abordar, em linhas gerais, a génese e as principais fases do processo de evolução das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), (período 1975-2016), designação esta proposta pela Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), organização rebelde que lutou e continua hoje a lutar contra o Governo instituído da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) –, movimento nacionalista que lutou pela conquista da independência nacional em Moçambique contra a ocupação colonial portuguesa, do regime fascista de Salazar, e partido no poder desde a proclamação da independência nacional, a 25 de junho de 1975 –, aquando da implementação do Acordo Geral de Paz (AGP)⁷ para Moçambique, assinado a 4 de outubro de 1992, em Roma, Itália, entre a Frelimo e a RENAMO, partes outrora beligerantes; sendo que as FADM são herdeiras das FAM/FPLM - Forças Armadas de Moçambique/Forças Populares de Libertação de Moçambique⁸, estas, por sua vez, produto da transformação das FPLM, braço armado guerrilheiro da FRELIMO, em Forças Armadas regulares, no ano de 1980, bem como a introdução de patentes nas FAM/FPLM neste mesmo ano, impulsionando uma nova dinâmica no relacionamento hierárquico entre os militares.

Simultaneamente, pretende-se reportar os principais progressos registados, bem como os constrangimentos esbarrados pelas FADM durante o período em análise, apontando-se os motivos que estiveram na sua origem, propondo-se, de seguida, as possíveis soluções, tendo em atenção que parte substancial dos referidos constrangimentos ainda prevalecem sem solução à vista até ao presente momento (2016).

⁷ O autor fez parte da Delegação do Governo à Comissão Conjunta (Frelimo/Renamo) de Formação das Forças Armadas, no âmbito da implementação do AGP, onde a RENAMO, numa das sessões de trabalho desta Comissão Conjunta, propôs a mudança da designação FAM/FPLM – Forças Armadas de Moçambique/Forças Populares de Libertação de Moçambique – até então usada, para FADM, Forças Armadas de Defesa de Moçambique, proposta que foi aceite pela Delegação do Governo, sob a mediação do Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas, Aldo Ayello.

⁸ As Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), foram o braço armado da FRELIMO, que levou a termo a luta armada de libertação nacional contra a ocupação colonial portuguesa em Moçambique, do regime fascista de Salazar

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

No tacante à génese das FADM, é historicamente incontornável falar primeiro das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), (que ficaram substituídas pelas FAM/PLM, quando aquelas primeiras foram transformadas de guerrilheiras para Forças Armadas regulares e estas, por sua vez, para as FADM), de cariz político-partidária, baseada na orientação socialista, um socialismo primeiro de base marxista-maoísta, durante a luta armada de libertação nacional e, depois, no pós-independência, abandonado para marxista-leninista, mas, em ambos os casos, com algumas matrizes culturais africanas, particularmente moçambicanas, que a FRELIMO optou a partir de 1977 até 1990 (com a introdução da Constituição da República, que ficou conhecida com o nome deste ano), encontra-se plasmada logo no artigo 5 da Constituição da República Popular de Moçambique de 1975, ao estabelecer que:

As Forças Populares de Libertação de Moçambique, dirigidas pela FRELIMO, sendo um dos elementos essenciais do poder do Estado, têm uma responsabilidade fundamental na defesa e consolidação da independência e da unidade nacional. Ao mesmo tempo elas são uma força de produção e de mobilização política das massas populares. Mais, A ação e desenvolvimento das Forças Populares de Libertação de Moçambique funda-se na direção política da FRELIMO e na ligação estreita com o povo⁹.

Como de imediato se pode concluir pela citação do texto constitucional acima, dada a orientação socialista que Moçambique optara, as Forças Populares de Libertação de Moçambique, eram eminentemente partidárias, ao serem dirigidas pela FRELIMO, partido no poder, e não pelo Estado, o que implica dizer que os militares, particularmente oficiais de todas as classes, incluindo sargentos, deviam ser membros do partido Frelimo e, como corolário, podiam fazer política enquanto no ativo e, conseqüentemente, podiam exercer cargos políticos.

Nesta ótica, indissociavelmente ligadas à pertença ao partido Frelimo, como é óvio, as Forças Populares de Libertação de Moçambique tinham a sua missão genérica e fundamental de defesa e consolidação da independência, da soberania, da integridade territorial do Estado Moçambicano, e da unidade nacional. Simultaneamente, elas estavam vinculadas às atividades produtivas, visando reforçar a sua própria dieta alimentar por um lado, e, por outro, criar serviços essenciais para assegurar a sua organização e funcionamento. Mais ainda, desempenhavam um papel preponderante na mobilização política das

⁹ Constituição da República Popular de Moçambique de 1975, Imprensa Nacional de Moçambique, E.P., Maputo

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

populações, com vista a enquadrá-las na linha política traçada pela Frelimo, de orientação socialista, e difundir a sua ideologia – marxista-leninista –, o que implicava, logicamente, a sua ligação estreita com o povo.

Com a Constituição de 1975, Moçambique deixa de ser Província Ultramarina de Portugal, e veio a chamar-se República Popular de Moçambique, nascendo, desse modo, a I República, com a proclamação da independência nacional, a 25 de junho de 1975, e passa a ter uma Constituição, de cariz tendencialmente socialista, de orientação marxista-leninista, conforme atrás se fez menção, de regime político monopartidário e com um modelo económico do tipo socialista, ou seja, de economia centralmente planificada, a qual vigorou até 1990, altura em que é criada uma nova Constituição, que rompeu radicalmente com a Constituição que a precede, ao introduzir o regime político democrático ou multipartidário, e um modelo económico do tipo capitalista ou de economia de mercado, liberal, e, com ela, surge a II República, que vigorou até 2004, criando-se, a partir deste ano, uma nova Constituição, que entrou em vigor a partir do dia imediato ao da validação e proclamação dos resultados eleitorais das Eleições Gerais de 2004.

Nota de realce a tomar em linha de conta, é que a Constituição de 2004, na sua essência, baseia-se, fundamentalmente, na Constituição de 1990, não se encontrando nela mudanças estruturais radicais, senão a melhoria e aprofundamento de certos aspetos técnico-jurídicos de pormenor, já existentes, especialmente no que toca ao funcionamento das regras de jogo do regime político democrático ou multipartidário e ao seu correspondente modelo económico, assente na economia de mercado.

Por tal razão de ordem, com a introdução da Constituição de 2004, que vigora até aos nossos dias (2016), no entender do autor-investigador, não se deve considerar como se tratando do surgimento duma III República em Moçambique, senão que continuamos com a II República, que introduziu a Constituição de 1990.

Em jeito de retrospectiva cronológico-histórica, aborda-se, por outro lado, a criação, a 25 de setembro de 1962, das atrás referidas Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), e o objetivo por principal que prosseguia – lutar pela conquista da independência nacional contra a ocupação colonial portuguesa, do regime fascista de Salazar –, processo que iniciou a 25 de setembro de 1964, no Posto Administrativo de Xai, Distrito de Mueda, Província nortenha de Cabo Delgado, destacando que as mesmas resultaram da

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

unificação, pelo Dr. Eduardo Chivambo Mondlane¹⁰, a 25 de junho de 1962, de três movimentos nacionalistas que lutavam isoladamente pela independência, nomeadamente a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a União Africana de Moçambique (MANU), e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI)¹¹.

A MANU integrava três alas da Makonde African Association (MAA), que se haviam coligado em Janeiro de 1961, quais sejam:

MAA (Dar-es-Salam), dirigida por Mateus Mmole;

MAA (Zanzibar), dirigida por Ali Madebe;

MAA (Mombaça), dirigida por Samuly Diankali.

A fusão entre a UDENAMO e a MANU ocorreu em Dar-es-Salam, a 24 de Maio de 1962¹².

1. Evolução das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), (período 1975-2016)

No que respeita à evolução das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), a presente Tese debruça-se sobre o papel desempenhado pelas FPLM durante a vigência do Governo de Transição, a 7 de setembro de 1974, até a proclamação da independência de Moçambique, às zero horas do dia 25 de junho de 1975. Sucessivamente, a partir deste período, de 1975-2016, serão apresentados dez períodos e um sub-período, que compreendem o processo de evolução das FADM, o qual coincide, no essencial, com o cumprimento da tradicional missão destas, de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano contra agressões armadas externas de outros Estados, e de origem interna, designadamente:

1.º período – 1974-1975: vigência do Governo de Transição, de 7 de setembro de 1974, até a proclamação da independência nacional, a 25 de junho de 1975.

¹⁰ O Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, foi antes funcionário sénior das Nações Unidas, tendo abandonado as funções que então exercia, para fazer parte da luta armada de libertação de Moçambique, onde, depois da unificação da UDENAMO, MANU e UNAMI, formando a FRELIMO, viria a ser eleito presidente deste movimento nacionalista

¹¹ Pode ser encontrado em: Portaldogoverno.gov.mz/por/Movimentos/Uniao-da-UDENAMU-e-UNAMO, consultado no dia 17 de abril de 2016

¹² NOTAS (Baseadas na obra "MOZAMBIQUE - The Tortuous Road to Democracy" de João M. Cabrita (Macmillan, Londres e Nova Iorque, 2000)):

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

2.º período – 1975-1977: a FRELIMO, na sua qualidade de força dirigente do Governo e da sociedade moçambicana (cfr. art. 3.º da CRPM de 1975), durante a realização do seu III Congresso, através das Diretivas Económicas e Sociais a este Congresso, anuncia a opção de Moçambique pela via socialista, de orientação marxista-leninista e, consequentemente, as Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), passam a pertencer ao partido Frelimo e, conforme atrás se referiu, os militares podiam exercer atividades políticas enquanto no ativo, elegerem e serem eleitos ou nomeados para exercerem cargos políticos. Como consequência direta desta partidização das Forças Armadas, a missão tradicional destas, constitucionalmente consagrada, orientava-se, oviamente, pelos princípios da linha político-ideológica traçada pela Frelimo, inicialmente de orientação marxista-maoísta, seguida durante a luta armada de libertação nacional e, mais tarde, de base marxista-leninista, no pós-independência, implementada pelo Comissariado Político Nacional das Forças Armadas, a partir do Ministério da Defesa Nacional, cujo titular deste órgão exercia o cargo de 2.º Vice-Ministro da Defesa Nacional.

Neste período, o Exército rodesiano, do regime racista de Ian Smith, inicia uma guerra de agressão contra Moçambique (1976), levada a cabo tanto no ar como em terra, bombardeando, inclusivamente, populações civis indefesas, que não tomavam parte nas hostilidades. As FPLM, lutando com bravura e heroicamente, foram rechaçando estas agressões até à derrota definitiva do Exército de Ian Smith (1979), sob a direção máxima do Presidente e Marechal da República, Comandante-Chefe das FDS, Samora Moisés Machel.

3.º período – 1977-1979: criação gradual de Brigadas de Infantaria Motorizada (BRIM), de Regimentos de Tanques, de Artilharia Terrestre e Anti-Aérea ao nível do ramo de Exército, distribuídas a nível nacional da seguinte forma: Região Militar Sul: 1.ª BRIM em Boane, 1.º Regimento de Tanques, na Matola Gare, de Artilharia Terrestre em Boquisso, e da DAA, em Malhazine, todos na província de Maputo; 2.ª e 8.ª BRIM, na província de Gaza; Região Militar Centro: 3.ª BRIM em Chimoio, província de Manica; 4.ª BRIM na província de Tete; 5.ª BRIM, Regimento de Artilharia Anti-Aérea, Grupo Misto de Artilharia, e Batalhão Independente de Artilharia Terrestre de médio alcance, todos na província de Sofala; e Região Militar Norte: a 7.ª BRIM, em Cuamba, província do Niassa. Paralelamente, levou-se a efeito a formação massiva de oficiais e sargentos das FPLM dentro e fora de Moçambique, maioritariamente nos países da Europa do Leste ou do bloco socialista, e na Escola Militar Marechal Samora Moisés Machel, de nível médio, na Província nortenha de Nampula, criada em 1978, sob a assessoria soviética (hoje Academia Militar com o mesmo nome, criada pelo Decreto n.º 62/2003, de 24 de dezembro, do

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Conselho de Ministros), em ambos os períodos esta instituição de ensino militar foi vocacionada para a formação de Cadetes (hoje sob a assessoria portuguesa).

As grandes Unidades acabadas de mencionar, por um lado desempenharam um papel determinante na luta contra as agressões dos regimes da Rodésia do Sul, de Ian Smith, e do "Apartheid", da África do Sul, culminando com a sua derrota no teatro das operações, e, por outro lado, contribuíram para o domínio e aperfeiçoamento no manejo dos meios de combate quer por parte dos comandantes a todos os escalões, quer pelos sargentos e praças de todos os ramos, melhorou consideravelmente o seu treinamento e formação, vendo a missão das FAM/FPLM cada vez mais consolidada.

Sobre a Academia Militar (AM), o General Frazão Chale¹³ (2011), refere que "A AM tem a sua sede na cidade de Nampula, e iniciou as suas atividades em 2005. É assessorada por Portugal nas vertentes de conceptualização, organização e funcionamento, excepto nas infra-estruturas e equipamento. A AM iniciou-se com o Curso de Formação de Formadores, realizado em Maputo, na Academia das Ciências Policiais sob a direção da AM de Lisboa. Concluída esta fase, seguiram-se então as outras subsequentes até ao início do Curso".

Refira-se que esta fase que o General Frazão alude, foi o arranque daquela instituição como estabelecimento de ensino superior militar sem, no entanto, possuir um corpo docente previamente formado. Como tal, havia que preparar os oficiais formadores selecionados da Escola Militar de Nampula (transformada em AM), e outros, com formação superior ao nível das FADM, situação esta hoje ultrapassada, pois a AM, desde então formou o seu corpo docente próprio, que, em geral, preenche os requisitos da Lei moçambicana de Ensino Superior, que estabelece o grau académico de Doutor e, no mínimo, de Mestre, para o exercício da atividade docente ao nível do ensino superior. No que respeita à construção de infra-estruturas e aquisição de equipamento, são da responsabilidade do Governo moçambicano.

Mais ainda, aquele autor acrescenta que "De 2005 a 2009, a AM admitiu 473 estudantes, dos quais 48 do sexo feminino. A AM de Nampula é comum aos três ramos. A AM conta com um total de 136 professores nacionais para um

¹³ O General Daniel Frazão Chale é Comandante/Reitor do Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF) Tenente-General Armando Emílio Guebuza, Maputo, Moçambique. Esta abordagem encontra-se referenciada na sua tese de doutoramento em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade Politécnica – A POLITÉCNICA, de Maputo, subordinada ao tema *A Importância das Forças Armadas no Desenvolvimento Económico-Social de Moçambique* (2011, p. 257)

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

total de 298 alunos neste momento. O aproveitamento é em média de 82%, o que se considera muito bom, se tomarmos em conta as dificuldades de formação em diferentes áreas do saber” (Chale; 2011, p. 257).

Acresce que esse bom aproveitamento dos alunos na AM, em larga medida, se deve ao incremento da formação, dentro e fora do país, do corpo docente orgânico desta instituição militar de ensino superior nos últimos anos, bem como a valorização profissional desse corpo docente, através, nomeadamente, do pagamento de subsídio técnico, de acordo com o grau académico de cada um, que ultrapassa o montante pago consoante o posto ou patente militar.

Quanto à formação de oficiais dentro e fora do país, o General Frazão Chale¹⁴ explica que “O sistema de ensino e formação atual assenta no voluntariado de jovens que se candidatam à Academia Militar através de anúncios nos órgãos de comunicação social. O mesmo acontece para aqueles que se candidatam à formação nas Academias fora do país. Submetidos a provas de aptidão, são selecionados os melhores para ingressarem na AM. O curso tem a duração de cinco anos, sendo quatro letivos e um de prática. Concluído o curso de licenciatura em ciências militares, na especialidade correspondente, o jovem ingressa assim na carreira de oficiais dos quadros permanentes. Dentro da carreira o oficial desenvolve-se, com a formação contínua prevista no Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), até atingir o topo da hierarquia” (Chale; 2011, p. 249).

Refira-se que os jovens que concluem a sua licenciatura em ciências militares, passo imediatamente subsequente, são promovidos ao posto de Alferes, começando por comandar Pelotão ou Serviço equiparado e, posteriormente, vão progredindo na carreira, mediante a formação contínua estabelecida no Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), podendo atingir o topo da hierarquia, conforme o desempenho individual ao longo da sua carreira, traduzido no mérito e rigoroso cumprimento das normas e Regulamentos Militares.

Relativamente a esta matéria, acresce que os jovens que ingressam para as FADM com o grau académico de licenciado em qualquer área do saber, depois de concluírem a instrução básica militar, passam por uma formação na Academia Militar, em qualquer curso à sua escolha, aqui ministrado, com a

¹⁴ O General Daniel Frazão Chale é Comandante/Reitor do Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF) Tenente-General Armando Emílio Guebuza, Maputo, Moçambique. Esta abordagem encontra-se referenciada na sua tese de doutoramento em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade Politécnica – A POLITÉCNICA, de Maputo, com o tema *A Importância das Forças Armadas no Desenvolvimento Económico-Social de Moçambique* (2011, p. 249)

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

duração de dois anos e, no fim, são patenteados ao posto de Afleres Miliciano. Decorridos quatro anos neste posto, querendo, requerem a passagem ao quadro permanente de oficiais, progredindo na carreira, com as necessárias formações militares, até ao posto máximo de Coronel.

Ainda neste período de 1977-1979, iniciam-se ataques armados da RENAMO contra viaturas civis de passageiros e de carga, pertencentes a empresas públicas e privadas nacionais, ao longo da Estrada Nacional N.º 1, na Província central de Sofala, a partir da sua base central da serra da Gorongosa e das suas bases intermédias, criadas em Estaquinha, no Distrito de Búzi, e em Chibabava, ambas na Província de Sofala (1978), com o apoio dos regimes de Ian Smith, da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), e de Pieter W. Botha, da África do Sul, este último que até então o fazia clandestinamente, na perspectiva de preservar as boas relações que nessa altura mantinha com o Governo moçambicano.

4.º período – 1979-1980: reequipamento e modernização dos cinco ramos das FPLM, com o equipamento adquirido sobretudo na URSS: 1) Exército: Brigadas de Infantaria Motorizada, Regimentos de Tanques, Unidades de Engenharia Militar e de Reconhecimento, todas foram equipadas com viaturas blindadas de combate, enquanto as Unidades de Artilharia Terrestre e Anti-Aérea, das Comunicações, da Logística, foram igualmente equipadas com viaturas militares orgânicas, com características próprias, adaptadas para o transporte dos respetivos meios; 2) Força Aérea: foram criadas três Bases Aéreas, uma Escola de Pilotagem, duas Escolas de Páraquedistas, e dois Batalhões Independentes de Rádio-Técnica, com a seguinte distribuição: Base Aérea de Maputo: Helicópteros de combate MI-8 e MI-25, Aviação de Transporte de Carga, de tipo ANTONOV, e 1.º Batalhão Independente de Rádio-Técnica; Base Aérea da Beira: Caças Bombardeiros MIG-17, 2.º Batalhão Independente de Rádio-Técnica, e Escola de Formação de Engenheiros Mecânicos Aeronáuticos; Nampula: Base Aérea de Nacala: Caças Bombardeiros MIG-21 (com a intensificação da guerra da RENAMO uma Esquadrilha foi desdobrada para Beira, província de Sofala), e Escola de Formação de Páraquedistas; 3) Marinha de Guerra: foram criadas três Bases Navais e uma Sub-Base Naval, com a seguinte distribuição: Base Naval de Maputo, Base Naval da Beira, Base Naval de Metangula, na província de Niassa e Sub-Base Naval de Macuzi, na província da Zambézia; 4) Tropas da Defesa Anti-Aérea (TDAA): foram criadas duas Brigadas de Foguetes Anti-Aéreos, sendo a 1.ª Brigada Mista de Foguetes AA instalada em Maputo e, a 2.ª, na Beira; Artilharia Terrestre: com uma Escola de Formação de Artilharia em Djidjidji, na Catembe, província de Maputo, e um Batalhão Independente de Artilharia Terrestre na

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Beira; e 5) Tropas de Guarda-Fronteiras: com Unidades estacionadas ao longo das fronteiras estatais com a África do Sul, em Ressano Garcia, com o Zimbabwe, em Manica, e, com o Malawi, no Niassa.

Este reequipamento e modernização trouxe uma nova dinâmica, traduzida em êxitos substanciais em diferentes frentes no cumprimento da missão, constitucionalmente consagrada das Forças Armadas Moçambicanas, de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano, contra as frequentes agressões armadas de que Moçambique era alvo, a partir dos países vizinhos da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), do regime de Ian Smith, e da África do Sul, do regime do "Apartheid", de Pieter W. Botha. E, conforme atrás se fez menção, o reequipamento permitiu, igualmente, o treinamento, formação e aperfeiçoamento da técnica de combate pelas FAM/FPLM dos cinco ramos, nomeadamente Exército, Força Aérea, Marinha de Guerra, Tropas da DAA e Tropas de Guarda-Fronteiras.

Foi precisamente neste período que o regime de Ian Smith, em alusão, começou a perder gradualmente a correlação de forças em dois campos da batalha – derrota na guerra de agressão contra Moçambique (1979), mercê do substancial reequipamento das FAM/FPLM, e o avanço impetuoso da luta armada de libertação nacional, travada pela ZANU-Frente Patriótica, e pela ZAPU, ambas do Zimbabwe –, sentiu-se forçado a negociar a cedência da independência a estes dois movimentos nacionalistas de libertação, encabeçados por Robert Gabriel Mugabe, e por Joswan Nkomo, respetivamente, que viria a ser proclamada em 1980, tendo Robert Mugabe como primeiro Presidente da República no pós-independência. Paralelamente, intensificaram-se os ataques armados da RENAMO na província de Sofala, contra viaturas civis de passageiros e de carga, pertencentes a empresas públicas e privadas, estendendo-se a viaturas militares, passando a queimar vivos os seus ocupantes (civis, de entre os quais crianças, mulheres grávidas, idosos, e militares); a guerra estendeu-se às províncias centrais de Manica e Tete.

5.º período – 1980-1982: com a proclamação da independência do Zimbabwe, em 1980, e a consequente cessação da guerra de agressão do então regime racista da Rodésia do Sul, de Ian Simith, contra Moçambique, o regime segregacionista do "Apartheid", da África do Sul, de Pieter W. Botha, que vinha apoiando clandestinamente aquele primeiro regime nas suas agressões contra o nosso país, passou a retomar aberta e diretamente esta guerra de agressão; assiste-se a intensificação da guerra entre a Frelimo e a RENAMO, a mesma propagando-se para as províncias central da Zambézia e,

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

na fase embrionária, nas nortenhas de Nampula, Cabo Delgado e Niassa; nota-se um reforço e aceleração da formação de oficiais das FAM/FPLM, tanto no estrangeiro como na Escola Militar Marechal Samora Moisés Machel, em Nampula, visando reforçar o comando, direção e chefia das tropas nas diferentes frentes de combate; ocorre a transformação das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), guerrilheiras, em Forças Armadas regulares FAM/FPLM, mantendo-se, no entanto, a sigla FPLM, por questões ligadas à tradição histórica da missão desempenhada por esta força guerrilheira na luta armada de libertação nacional, e ocorre a introdução de patentes nas FAM/FPLM (1980), facto que criou uma nova forma de relacionamento hierárquico, visível e rigorosamente disciplinada.



Fig. 1: Soldados do Exército colonial português durante a guerra de libertação nacional contra a FRELIMO



Fig. 2



Fig. 3

Figs.2 e 3: Da esquerda para a direita: Samora Moisés Machel, Chefe do Departamento de Defesa da FRELIMO, que sucedeu no cargo Filipe Samuel Magaia,

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

após a sua morte, durante a luta armada de libertação nacional, e Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, Presidente da FRELIMO, respetivamente

**Fig. 4****Fig. 5**

Figs. 4 e 5: Filipe Samuel Magaia, 1.º Comandante do Departamento de Defesa da FRELIMO durante a luta armada de libertação nacional, e Francisco Manyanga, um dos destacados combatentes da luta armada de libertação nacional, respetivamente, ambos heróis nacionais

**Fig. 6****Fig. 7**

Figs 6 e 7: Josina Machel, destacada combatente da luta armada de libertação nacional e heroína nacional; ao lado, vendo-se da esquerda para a direita: Marcelino dos Santos, um dos fundadores e Vice-Presidente da FRELIMO, após a morte, por carta bomba, do Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, Julius Nyerere, Presidente da Tanzânia, Kenede Kaunda, Presidente da Zâmbia, dois estadistas da África Austral que apoiaram a luta armada de libertação de Moçambique, e Samora Machel, Presidente da República Popular de Moçambique

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância**Fig. 7****Fig. 8**

Figs. 7 e 8: guerrilheiros da FRELIMO durante a luta armada de libertação nacional em treinos e na marcha para ações de emboscada contra as tropas do Exército colonial português

**Fig. 9****Fig. 10**

Figs. 8 e 9: Guerrilheiros da FRELIMO colocando minas na linha férrea por onde eram transportadas as tropas do Exército colonial português, de Nampula para o Niassa, esta última a frente de combate, e um Comandante guerrilheiro, traçando planos de operações com os seus subordinados durante a luta armada de libertação nacional, respetivamente.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância**Fig. 11****Fig. 12**

Figs. 11 e 12: Guerrilheiros da FRELIMO, apresentando-se prontos para avançar para o campo da batalha, vendo-se à frente o respetivo Comandante, Alberto Joaquim Chipande (General de Exército e 1.º Ministro da Defesa Nacional no pós-independência), e outro grupo de guerrilheiros atravessando o rio Rovuma para a frente de combate na província de Cabo Delgado, respetivamente.

As imagens que abaixo se seguem, reportam as tropas do Exército colonial português durante a guerra de libertação nacional contra a FRELIMO¹⁵ em Moçambique.

**Fig.1****Fig.2**

¹⁵ As imagens acima e abaixo, que reportam as tropas portuguesas no teatro das operações durante a guerra colonial em Moçambique, podem ser encontradas em: https://www.google.pt/search?q=fotos+do+exercito+portugues+durante+a+guerra+colonial+em+moçambique&rlz=1C2FDUM_enPT477MZ484&biw=1821&bi Foram consultadas no dia 2 de abril de 2016

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Figs 1 e 2: Helicóptero da Força Aérea Portuguesa, realizando desembarque aerotático de tropas para o combate no teatro das operações nas frentes de Cabo Delgado e Niassa

**Fig. 3****Fig.4**

Figs. 3 e 4: soldados do Exército colonial português atravessando rio durante o combate em Cabo Delgado, e outros sendo transportados numa viatura militar Berliet, para o mesmo fim

**Fig. 5****Fig. 6**

Figs 5 e 6: Tropas do Exército colonial português, saltando da viatura de que eram transportadas, após caírem numa emboscada dos guerrilheiros da FRELIMO, e Forças Especiais, Comandos, do mesmo Exército, durante treinos, a fim de serem posteriormente introduzidas na guerra, respetivamente

Abaixo apresentam-se imagens das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), depois da sua transformação em Forças Armadas Regulares FAM/FPLM, e introdução de patentes nas Forças Armadas em 1980.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância



Fig. 1



Fig. 2

Figs 1 e 2: Viaturas blindadas de combate das tropas de Infantaria Motorizada (Mecanizada) e respectivas forças ao lado formadas



Fig. 3



Fig. 4

Figs. 3 e 4: Chefe do Estado, Presidente da República e Comandante-Chefe das FDS, Filipe Jacinto Nyusi, recebendo honras militares das FADM



Fig. 5: Da esquerda para a direita: General de Exército Alberto Joaquim Chipande, 1º Ministro da Defesa Nacional no pós-independência; Coronel-General Sebastião

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Marcos Mabote, 1º Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas no pós-independência, e Major-General Jorge Rebelo, Secretário do Comité Central do Partido Frelimo para o Trabalho Ideológico



Fig. 6



Fig. 7

Figs. 6 e 7: viaturas blindadas da especialidade de Tanques (Arma de Cavalaria), desdobradas, prontas para o combate



Fig. 8



Fig. 9

Figs. 8 e 9: Tropas especiais formadas, prontas para receberem missões que lhes são atribuídas no dia a dia

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância



Fig. 10



Fig. 11

Figs. 10 e 11: Viatura militar pesada, transportando artilharia reativa pesada BM-21, e Tropas de Artilharia pesada formads com a respetiva arma



Fig. 12



Fig. 13

Figs 12 e 13: Engenharia Militar fazendo atravessar unidades militares e Batalhão de Infantaria da Força de Apoio e Manutenção da Paz, preparando-se para exercícios conjuntos das Forças Armadas da SADC



A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Fig. 14

Fig. 15

Figs. 14 e 15: Caça Bombardeiros MIG-21, da Força Aérea de Moçambique; Samora Moisés Machel, Marechal, Presidente da República Popular de Moçambique e Comandante-Chefe das FDS, promovendo ao posto de Major-General a Jacinto Soares Veloso, 1.º Comandante da Força Aérea de Moçambique no pós-independência, respetivamente.



Fig. 16

Fig. 17

Figs 16 e 17: Tropas de Páraquedistas da Força Aérea durante o desembarque aerotático, realizado a partir de Hecóptero MI-8



Fig. 18

Fig. 19

Figs 18 e 19: Navio de Guerra da Marinha de Guerra de Moçambique, e oficiais deste ramo das FADM, marchando a passo de revista, saudando o Chefe do Estado-Maior General das FADM

6.º período – 1982-1992: as FAM/FPLM continuaram sempre firmes na defesa intransigente da pátria moçambicana, cumprindo na íntegra a sua missão constitucionalmente consagrada, de defender militarmente a independência, a soberania e integridade territorial do Estado moçambicano,

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

lutando energeticamente contra as agressões armadas do regime segregacionista do "Apartheid", da África do Sul que, logo nos primeiros anos, se viu incapaz de prosseguir diretamente a guerra por muitos anos empregando as suas Forças Armadas, passando então esse papel, maioritariamente, à RENAMO (assistindo-a no entanto no teatro operacional por algumas equipas de oficiais), que estenderia a guerra para o resto do país (norte e sul de Moçambique, entre 1982-1984, respetivamente, já que no centro foi onde a guerra iniciou), conflito armado este que só teria o seu cessar fogo a 4 de outubro de 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz para Moçambique (AGP), em Roma, Itália, entre o Governo, dirigido pela Frelimo, e a RENAMO; extinção dos ramos das Tropas da DAA e sua fusão com a Força Aérea, formando um único ramo – a Força Aérea de Moçambique –, e o das Tropas de Guarda-Fronteiras, que ficou integrado no Ministério do Interior; extinção das Direções de Operações, de Quadros (Pessoal), Direção Nacional de Logística, da Técnica, Autos e Blindados, de Saúde Militar, de Reconhecimento, de Armamento, de Agropecuária e de Comunicações, todas subordinadas ao Ministério da Defesa Nacional, e dirigidas por oficiais gerais, excetuada a da Saúde Militar, que era dirigida por um Coronel, e convertidas em Departamentos, dirigidos por Brigadeiros.

7.º período – 1992-2012: período de implementação do AGP, assinado em Roma entre as duas partes outrora beligerantes, a Frelimo e a RENAMO, sob a mediação da Comunidade de Santo Egídio, processo que se caracterizou por entendimento entre as partes.

A esse propósito, o General Frazão Chale (2011), de que atrás se vem citando, salienta que "O cumprimento escrupuloso do Acordo Geral de Paz assinado entre a FRELIMO e a RENAMO, em 1992, em Roma, trouxe Moçambique para a arena política internacional, chegando a ser considerado um exemplo a seguir em África, quíça nos outros continentes, onde a paz é uma miragem. Foi assim que Moçambique passou a ser preferido pela UA e pela ONU, para integrar efetivos em diferentes missões de manutenção de paz e ações humanitárias, em diferentes pontos do globo, apesar das suas já conhecidas limitações económicas e financeiras".

Acresce que o AGP, na componente militar, incluía a constituição duma Comissão Conjunta de Formação das Forças Armadas (CCFFA), que compreendia as delegações do Governo e da RENAMO a esta Comissão, sob a

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

supervisão da ONUMOZ¹⁶, e com a assessoria da tróica composta por Portugal, Itália e o Reino Unido, cuja missão era a formação de Forças Armadas únicas, integradas pelos militares do Exército regular, do Governo, e pelos guerrilheiros da RENAMO, com um efetivo total de 30 mil homens, correspondendo a uma percentagem de 50% para cada parte, missão essa que foi cumprida com êxito, não obstante a falta de preenchimento posterior da totalidade dos 30 mil homens acordados entre as partes então em conflito.

Numa perspetiva idêntica, enquadrando a matéria acabada de referir em estudo comparado, reportando o processo de paz angolano, Capitão Ginga (2014, p. 189)¹⁷, descreve que a “A assinatura dos “Acordos de Paz de Angola (Acordos de Paz Bicesse)”, a 31 de maio de 1991, assinado pelo MPLA, UNITA, EUA e URSS, com a mediação de Portugal, na sua cidade do Estoril, é datada como sendo o marco do nascimento daquelas que viriam a ser as Forças Armadas de Angola”. Ginga, ainda sobre este assunto, acrescenta que “visto que as estruturas dos Acordos de Paz consagraram a criação da Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas Angolanas (CCFAA), com a missão de integrar as forças militares das FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola), das FALA (Forças Armadas de Libertação de Angola) e da ELNA (Exército de Libertação Nacional de Angola), numa única força – as FAA – com 40 mil homens no Exército, 6 na Força Aérea e 4 mil na Marinha”.

Entre o processo de paz moçambicano e o processo de paz angolano assemelham-se no facto de ambos terem sido assinados pelas partes então beligerantes e pelos respetivos mediadores, a criação duma Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas, que tinha por missão a integração dos militares do Governo e dos movimentos rebeldes nos respetivos países numa Forças Armadas únicas, RENAMO e UNITA, de Moçambique e de Angola, respetivamente, mas, diferem substancialmente em três aspetos fundamentais: 1) o processo de paz moçambicano ter sido mediado por uma organização religiosa da Igreja Católica italiana, com a anuência do Governo italiano – a Comunidade de Santo Egídio –, e, o processo angolano, ter como mediador a antiga potência colonizadora, Portugal; 2) a assinatura dos Acordos envolver dois países que apoiavam em sentidos opostos as partes beligerantes, designadamente os EUA, país que apoiava a UNITA, movimento rebelde, e a URSS, que apoiava o MPLA, partido no poder; e 3) o processo de pacificação

¹⁶ A ONUMOZ foi a missão das Nações Unidas encarregada de supervisionar o processo de implementação do AGP em Moçambique, chefiada pelo representante especial do Secretário-Geral da ONU, Dr. Aldo Ayello

¹⁷ Tese de Doutoramento em Relações Internacionais, Curso de Ciências Políticas pela Universidade Lusófona, Humanidades e Tecnologias de Lisboa, de Damião Fernandes Capitão Ginga, da República de Angola

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

moçambicano compreender duas partes beligerantes – a Frelimo e a RENAMO –, enquanto o processo angolano envolvia três partes beligerantes, nomeadamente as FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola), as FALA (Forças Armadas de Libertação de Angola) e a *ELNA* (Exército de Libertação Nacional de Angola).

Ainda neste período de 1992-2012, decorre a formação das FADM, constituídas pelas Forças Armadas regulares do Governo e pelos guerrilheiros da RENAMO; ocorre a extinção do Comissariado Político Nacional das FAM/FPLM, órgão que superintendia a Educação Cívica, Moral e Patriótica dos militares nas Forças Armadas, com natureza político-partidária por excelência, e introdução, no seu lugar, da Educação Cívica e Patriótica, agora despida da veste político-partidária; opera-se a extinção do Departamento de Reconhecimento e sua integração no Departamento de Informações Militares, que, por sua vez, resultou da mudança de designação – Contra-Inteligência Militar (CIM) –, sob a assessoria militar portuguesa, no âmbito da Cooperação Técnico-Militar Moçambique-Portugal durante a implementação e no pós-AGP; criação do Comando Logístico e de Infraestruturas (CLI), dirigido por um Major-General, igualmente sob a assessoria militar portuguesa.

Mais ainda, neste período, assiste-se a extinção de algumas Brigadas, designadamente: a 1.^a Brigada de Boane, ficando no seu lugar um Batalhão de Infantaria; a 3.^a Brigada de Manica, que também ficou um Batalhão no seu lugar, e a 5.^a Brigada de Sofala, onde ficou implantada a Área de Administração Militar Centro, todas de Infantaria Motorizada; e a realização das primeiras eleições gerais e multipartidárias em Moçambique, em 1994; transformação da Escola Militar de Nampula Marechal Samora Moisés Machel, em Academia Militar, com o mesmo nome, através do Decreto n.º 26/2003, de 24 de dezembro; criação da Escola de Formação de Sargentos (ESFA), General de Exército Alberto Joaquim Chipande (2004); reintrodução da Logística de Produção nas FADM (2005), organicamente integrada no CLI, que tem por missão a produção de fardamento militar, ração de combate, a gestão e manutenção de carpintarias, serralharias, oficinas de reparação de autos e blindados, prática de agro-pecuária, para as FADM, bem como a criação de unidades produtivas industriais básicas mecanizadas. Todas estas mudanças foram operadas a partir dos finais do ano de 1992, prosseguindo até aos nossos dias.

Sobre a Logística de Produção nas FADM, é de realçar que não se trata de iniciativa nova, pois foi consagrada na Constituição da República Popular de

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Moçambique de 1975¹⁸, e devidamente implementada pelas FAM/FPLM, ao dispor no artigo 5.º, que “As Forças Populares de Libertação de Moçambique,...,têm uma responsabilidade fundamental na defesa e consolidação da independência e da unidade nacional. Ao mesmo tempo elas são uma força de produção e de mobilização política das massas populares”.

Esta disposição constitucional, no entanto, viria a ser abandonada pela Constituição de 1990, não obstante, na prática, existir na atualidade esta estrutura nas FADM, pese embora em miniatura, se comparada com a então existente nas FAM/FPLM, que era uma Direção, prosseguindo, no entanto, o mesmo objetivo atrás apontado. Assiste-se a extinção do CLI (finais de novembro de 2004), por se entender tratar-se duma estrutura pesada, devido a sobreposição de órgãos desempenhando idênticas funções e, no seu lugar, criou-se o Departamento de Administração e Logística (DALOG), dirigido por um Brigadeiro; criação de dois novos Departamentos no EMGFADM, nomeadamente o Departamento de Saúde Militar e o Departamento de Finanças (2008), este último que organicamente se integrava no DALOG; criação do Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF), Tenente General Armando Emílio Guebuza¹⁹ (2011), vocacionado para a formação de oficiais superiores e generais, bem como contribuir para a formulação do pensamento estratégico de defesa nacional, em matérias de segurança e defesa.

8.º período – 2012-2014: quebra da paz que os moçambicanos vinham usufruindo durante os 20 anos e 8 meses em todo o território nacional, com a decisão do líder da Renamo, Afonso Dlakama, de se retirar da cidade nortenha de Nampula, onde residia nos últimos anos, para retomar as suas antigas bases de guerrilha em Santungira, distrito de Gorongosa, província central de Sofala, para onde mobilizaria os seus antigos guerrilheiros, incluindo os seus oficiais que haviam passado à situação de reserva das fileiras das FADM, e integraria populações locais no seu agrupamento guerrilheiro, com a finalidade de os treinar e recomeçar a guerra.

9.º período 2001-2015: as FADM, no quadro de outras missões definidas quer constitucionalmente, quer por lei, vêm cumprindo missões de apoio à paz e humanitárias, tanto inseridas no âmbito das missões da ONU para o continente Africano, nomeadamente para a República Democrática do Congo, o Sudão, o Burundi, e na pacificação da Guiné-Bissau, como no âmbito

¹⁸ A Constituição da República Popular de Moçambique de 1975 foi de orientação socialista e ficou conhecida por Constituição de independência, por ser a primeira no pós-independência

¹⁹ O ISEDEF foi criado pelo Decreto N.º 60/2011, de 18 de novembro, do Conselho de Ministros, com a missão de formar oficiais superiores e generais, e contribuir para a formulação do pensamento estratégico nacional em assuntos de defesa e segurança.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

internacional, concretamente a de observador no processo de concessão de independência a Timor-Leste, em 2002.

10.º período – 2014-2015: prosseguimento do cumprimento das missões de apoio à paz e humanitárias no continente africano, bem como a realização de exercícios militares conjuntos no âmbito da SADC e da CPLP; ruptura do AGP assinado a 4 de outubro de 1992, em Roma, entre a Frelimo e a Renamo, e reinício da guerra entre estes dois antigos beligerantes em Santungira, distrito de Gorongosa, província central de Sofala; assinatura do Acordo de cessação das hostilidades entre estas mesmas partes beligerantes, nas vésperas das eleições gerais e presidenciais de 15 de outubro de 2014.

Sub-período 2015-2016: ruptura unilateral daquele último Acordo de paz pela Renamo, nos finais do ano de 2015, concentração de homens armados deste movimento rebelde e guerrilheiro nas províncias centrais de Manica e Tete, em resultado das suas reivindicações dos resultados das referidas eleições gerais e presidenciais de outubro de 2014, que considera ter ganho nas províncias nortenhas do Niassa e Nampula, bem como nas centrais da Zambézia, Sofala, Manica e Tete, retomando novamente a guerra.

1. Causas da guerra prolongada entre a Frelimo e a Renamo em Moçambique

As causas profundas do surgimento, propagação e prolongamento da guerra entre a Frelimo e a Renamo em Moçambique, traduzem-se, essencialmente, em assimetrias regionais, consubstanciadas na exclusão social ou étnica na partilha dos poderes político, económico e militar, que remontam desde a luta armada de libertação nacional, com ênfase a partir da morte, a 3 de fevereiro de 1969, do Presidente da FRELIMO, Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, quando combatentes e dirigentes seniores e, grosso modo, alguns intelectuais do centro e norte de Moçambique foram considerados “traidores e reacionários” e, consequentemente, fuzilados, por não concordarem com certos princípios da linha de orientação política traçados pela FRELIMO, então baseada no marxismo-maoísmo.

A mesma situação passou a incrementar-se mais ainda, de forma aberta, e a passos galopantes, no pós-independência, desde a morte do Presidente da República Popular de Moçambique, Marechal Samora Moisés Machel, a 19 de outubro de 1986. Desde então, a formação e posterior colocação de quadros superiores e médios no estrangeiro, que se fazia numa base representativa a nível nacional, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Índico, sem exclusão étnica ou regional, passou a restringir-se, fundamentalmente, para a região sul

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

do país. Os projetos estratégicos de desenvolvimento económico e social de nível nacional, traçados por Samora Machel, que até então existiam e em implementação, que se localizavam fora da região sul, foram abandonados. De entre os vários, citem-se apenas quatro exemplos: 1) a Fábrica Têxtil de Mocuba, na província da Zambézia, centro do país, montada pela China, ao abrigo da cooperação existente entre Moçambique e este país, que seria a maior a nível nacional; 2) o projeto de Indústria Florestal, na província de Manica (IFLOMA), igualmente no centro do país, o maior projeto de plantio de eucalipto e casuarina de Moçambique, também foi abandonado; 3) o projeto INCURI, de cultivo de arroz, na província nortenha de Cabo Delgado, que seria o segundo maior celeiro de abastecimento de arroz a nível nacional, seguido do da província de Gaza, foi igualmente abandonado, e 4) o projeto Têxtil, TEXMANTA, da província nortenha de Cabo Delgado, é outro dos exemplos de projetos económicos e sociais abandonados desde a morte do Presidente Samora Machel. Instituições superiores e médias de ensino, na sua maioria passaram a ser concentradas na região sul de Moçambique, em detrimento das regiões norte e centro de Moçambique.

Porém, reivindicações populares nos últimos anos, fizeram com que reformas aparentes fossem introduzidas no sistema superior de ensino, abrindo-se Faculdades da Universidade Pedagógica em Tete e no Niassa, centro e norte do país, respetivamente, cenários que se vivem ainda até aos nossos dias, sem no entanto se vislumbrarem sinais evidentes de vontade política dos governantes ao mais alto nível, tendente à sua correção efetiva, com vista a encontrar-se uma solução duradoura que permita uma pacífica convivência política entre os moçambicanos.

Como era de prever, os moçambicanos que se sentem excluídos na partilha dos atrás referidos três poderes, no caso concreto a Renamo, esta luta por todos os meios ao seu alcance, em primeiro lugar, com recurso à guerra, para conquistar esses poderes. Outros partidos políticos no entanto, com o mesmo objetivo de conquistar os três poderes, igualmente lutam, mas por vias pacíficas através, designadamente, da sua participação nas campanhas eleitorais gerais e presidenciais, ou autárquicas, municipais, como por exemplo, o MDM, que conquistou assento na AR, desde as eleições gerais e presidenciais de 2009, todos contando com o apoio externo, como em geral acontece nestas matérias. É o que se assiste, particularmente depois do AGP, das eleições gerais e presidenciais de outubro de 2014, prolongando-se desde 2015 aos dias que correm (2016).

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Perante este quadro político sombrio que assola o nosso país, ameaçando regredir o crescimento e desenvolvimento económico e social, científico, técnico e tecnológico de Moçambique, a questão que se coloca, é: quando é que as regiões norte e centro de Moçambique se disporão de idênticos projetos de desenvolvimento económico e social que beneficiem as suas populações, tomando em consideração que as mesmas crescem anualmente e, simultaneamente, as suas necessidades básicas também crescem, com destaque para Nampula, a província mais populosa de Moçambique, seguida da Zambézia?

Em face deste crucial problema político prevaiente, uma questão de saber, de suma importância, se levanta: tal situação, a prevalecer, é possível criar um ambiente de paz duradoura e um sustentável desenvolvimento económico e social do país que sustente a segurança externa, incluindo, como é óvio, a segurança interna do Estado Moçambicano?

Na mesma análise acabada de fazer, para além de se dar ênfase ao papel do Estado Moçambicano na criação de condições para o reequipamento das FADM, tendo em atenção primordial quer para a defesa militar do país, visando assegurar a independência, a soberania e a integridade territorial da República de Moçambique contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna, quer para o cumprimento de compromissos internacionais das missões militares no quadro dos compromissos assumidos com as organizações regionais de defesa e segurança de que o Estado Moçambicano faz parte, focaliza-se ainda a especial necessidade da criação de mecanismos tendentes a fazer face aos múltiplos riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, levados a cabo por atores não estatais, que passaram a influenciar negativamente os acontecimentos internacionais, diluindo, por vezes, o poder dos atores estatais.

Paralelamente, ao longo do desenvolvimento dos restantes capítulos desta Tese, são apontadas as barreiras de várias ordens com que as Forças Armadas se esbarram para a concretização do cumprimento daquela missão, constitucionalmente consagrada, a começar pela resistência oferecida por parte da sociedade civil, passando pela Assembleia da República, órgão legislador da Nação, os partidos políticos, até os próprios governantes a diversos níveis hierárquicos, para se aprovar a necessária dotação orçamental, destinada ao reequipamento, treinamento, formação e pagamento de salários condignos às Forças Armadas, tendo em atenção a sua Condição Militar, a fim de cumprirem integralmente a sua já referida tradicional missão de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Finalmente, nos capítulos que se seguem, será apresentada uma análise sumária acerca do apoio dado pela FRELIMO aos combatentes rodesianos (hoje zimbabwuanos) na sua luta pela independência nacional e, em contraposição, o apoio multifacetado do regime de Ian Smith, da Rodésia do Sul, aos dissidentes moçambicanos, que mais tarde os converteu em força rebelde política - Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) -, a fim de lhes conferir credibilidade perante a opinião pública nacional e internacional, e o início da guerra; simultaneamente, reportar-se-á o apoio do regime sul-africano do "Apartheid", de Pieter W. Botha, à RENAMO, depois da independência do Zimbabwe, a assinatura do Acordo de Incomáti entre Moçambique e África do Sul, visando pôr termo o apoio da Frelimo ao ANC, da África do Sul, na sua luta contra o regime segregacionista do "Apartheid", e, inversamente, o repetido apoio dado à RENAMO pela África do Sul contra o Governo moçambicano, dirigido pela Frelimo, bem como a assinatura de acordos com o Banco Mundial e com o FMI, pelo Governo moçambicano, com vista à restauração da economia nacional, então dilacerada pela guerra dos dezasseis anos entre a Frelimo e a RENAMO e, finalmente, a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), em Roma, a 4 de outubro de 1992, entre estas mesmas partes então beligerantes, e a sua supervisão pela ONU.

CAPÍTULO II

Análise das Constituições Moçambicanas, sua Evolução no Âmbito da Segurança e Defesa (período 1975-2016)

Neste capítulo analisam-se as constituições moçambicanas que vigoraram de 1975, momento da proclamação da independência nacional, a 25 de junho, até 2016, fase da consolidação político-constitucional, com a introdução da Constituição de 2004, aprovada pela Assembleia da República multipartidária, sua evolução no âmbito da segurança e defesa. Por questões históricas, incluiu-se nessa análise o período colonial.

A evolução das Constituições Moçambicanas no quadro da Segurança e Defesa, pode ser dividida em quatro períodos principais, nomeadamente:

- 1. o período colonial**, da descoberta de Moçambique por Vasco da Gama, e posterior ocupação portuguesa (1498-1974).

*"Moçambique foi descoberto por Vasco da Gama, na sua passagem a caminho da Índia em 1498, tendo aquele navegador português aportado à Ilha de Moçambique e zonas circundantes"*²⁰.

Antes da implantação da Administração colonial portuguesa durante este período a segurança e defesa de Moçambique era garantida pelos Estados e Impérios então existentes. Ao norte, encontravam-se os Estados Ajaua, no Niassa que, no século XIX, esta população expandiu-se para oeste (incluindo o Malawi) e organizou estados poderosos no planalto, entre os quais, o Estado Mataca, o Estado Mutarica, o Mukanjila e o Jalassi; os Estados Islâmicos da Costa, na atual província de Nampula, concretamente, formaram-se o "Xeicado de Quitangonha", "Reino de Sancul", "Xeicado de Sangage" e "Sultanato de Angoche"; ao centro, o Império dos Mwenemutapas, que os mercadores portugueses, apoiados por exércitos privados, se foram infiltrando no império daqueles primeiros, umas vezes firmando acordos, noutras forçando-os a ceder; e o Império dos Maraves, que saíram do Sul do Congo, onde habitavam, vindo a fixar-se ao norte do atual Malawi, entre 1200 a 1400 DC, sob o comando do chefe Karonga, tendo mais tarde feito a sua segunda migração para Marávia,

²⁰Jorge Bacelar Gouveia, *Direito Constitucional de Moçambique*, Lisboa/Maputo, Edição IdiLP – Instituto do Direito de Língua Portuguesa Campus de Campolide 1099-032, 2015, p.105, Lisboa

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

nas cordilheiras de Dzaramanha, onde se dividiram em dois clãs: os Phiris e os Bandas²¹; ao sul o Império de Gaza, fundado por Sochangane (também conhecido por Manicusse, 1821-1858), que tinham seus guerreiros. Não há, no entanto, registo histórico de existência de qualquer Constituição que tenha vigorado nestas chefaturas.

Depois de renhidas guerras de conquista travadas pelo Exército colonial português contra aqueles Estados e Reinos, e, após a sua destruição, a segurança e defesa do território moçambicano passou para as mãos de Portugal, período durante o qual vigoraram várias Constituições. Nesse sentido, Jorge Bacelar Gouveia (2015, p. 106), salienta que "No período constitucional português, o território de Moçambique seria sempre objeto de constitucionalização na indicação geográfica de Portugal, como o atestam os seus textos constitucionais, desde logo os textos monárquicos:

- o art. 20.º, III, da C1822: "Na África (...); na costa oriental, Moçambique, Rio de Sena, Sofala, Inhambane, Quelimane, e as ilhas de Cabo Delgado";

- o art. 2º, & 2º, da C1826: "Na África (...); na Costa Oriental, Moçambique, Rio de Sena, Sofala, Inhambane, Quelimane, e as ilhas de Cabo Delgado";

- o art. 2º, & 3º, da C1838: "Na África (...); na Costa Oriental, Moçambique, Rio de Sena, Sofala, Inhambane, Quelimane, e as ilhas de Cabo Delgado";

- o art. 2º, & 3º, da C1826: "Na África (...); na Costa Oriental, Moçambique, Rio de Sena, Baía de Lourenço Marques, Sofala, Inhambane, Quelimane e as ilhas de Cabo Delgado".²²

Mais ainda, Jorge Bacelar Gouveia citando o art. 15º, & 2º, do Ato Adicional de 1852, acrescenta que "O Ato Adicional de 1852, uma das revisões constitucionais da C1826, marcou uma nova fase no regime político-constitucional de Moçambique: foi considerada uma das Províncias Ultramarinas, estabelecendo-se no seu art. 15º um regime jurídico-constitucional que permitia que as Províncias Ultramarinas

²¹ A História de Moçambique, segundo relatos de proeminentes historiadores, encontra-se documentada pelo menos a partir do século X, quando um estudioso viajante árabe, Al-Masudi, descreveu uma importante atividade comercial entre as nações da região do Golfo Pérsico e os "Zanj" (os negros) da "Bilad as Sofala", que incluía grande parte da costa norte e centro do actual Moçambique. in História de Moçambique, Vol. I, Maputo, 1976

²² Jorge Bacelar Gouveia, *Direito Constitucional de Moçambique*, Lisboa/Maputo, 2015, p.106

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

pudessem ser "...governadas por leis especiais", e fixando-se a faculdade de o Governador-Geral poder tomar as providências indispensáveis para acudir alguma necessidade tão urgente que não possa esperar pela decisão das Cortes, ou do Governo" (Gouveia; 2015, pp. 106-107).

Refira-se que as últimas revisões constitucionais depois do Estado Novo "que teve na C1933 o seu fundamento jurídico-constitucional, a organização politico-administrativa dos territórios ultramarinos africanos foi alterada" (Gouveia; 2015, p.107).

Assim, segundo Gouveia, "Na delimitação do território, retomando a técnica da enumeração das possessões ultramarinas, Moçambique é referido no art. 1º, & 3º, da C1933: "Na África Oriental: Moçambique"²³.

Mesmo com a tal revisão constitucional, Moçambique, à semelhança das restantes colónias ultramarinas, continuou a ser considerado "colónia".

"Só que a evolução da política internacional, sobretudo depois do reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos que passou a constar da CNU a partir de 1945, determinou que Portugal modificasse o regime jurídico-constitucional de tais territórios, passando a ser qualificados como "províncias ultramarinas", com isso se mostrando a sua maior autonomia e ao mesmo tempo a (suposta) pertença sociocultural à Metrópole" (Gouveia; 2015, p.108).

Da análise atrás feita, revela a multiplicidade de constituições que vigoraram durante o período da colonização portuguesa em Moçambique, tudo feito com o objetivo de adaptá-las à evolução da conjuntura jurídico-constitucional, política, económica e militar, operada quer em Portugal, estendendo-se às suas colónias, quer a nível internacional.

Tal objetivo de revisão das constituições visando adaptá-las à realidade da conjuntura de cada época histórico-política e militar, encontra-se igualmente presente na análise que se faz a seguir, mesmo na realidade moçambicana do pós-independência.

A partir da década de sessenta, em que muitas colónias africanas se tornam independentes, particularmente com a independência da Tanzânia, país vizinho de Moçambique, este não tendo conseguido alcançar a sua independência por via pacífica, recebeu apoio daquele primeiro para iniciar a sua luta armada de libertação nacional a 25 de setembro de 1964.

²³ Jorge Bacelar Gouveia, *Direito Constitucional de Moçambique*, Lisboa/Maputo, 2015, p.107

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

A esse respeito, Jorge Bacelar Gouveia refere que *"A partir da década de sessenta, a luta de libertação de Moçambique assumiu-se como luta armada e o 25 de setembro de 1964 foi a data que marcou o seu início quando a FRELIMO abriu as hostilidades em Chai, no Distrito de Cabo Delgado, liderada por Eduardo Mondlane, e depois por Samora Machel"*.

Foi a partir dessa altura que o regime colonial português fez a última revisão constitucional, com vista a acomodar as exigências das Nações Unidas no sentido das potências então colonizadoras concederem independência às suas colónias.

Assim, "O regime colonial português, em manifesto estertor interno e ultramarino, ainda aprovaria a última revisão constitucional à C1933 pela L nº 3/71, de 16 de agosto. Um dos pontos centrais dessa revisão constitucional era a tentativa de salvar a pertença das colónias, mudando algumas das regras. Moçambique passou a designar-se por "Estado de Moçambique", ainda que de estadual nada possuísse, mais não sendo do que uma "mera região autónoma" no Estado de Portugal: "Os territórios da Nação Portuguesa situados fora da Europa constituem províncias ultramarinas, as quais terão estatutos próprios como regiões autónomas, podendo ser designadas por Estados, de acordo com a tradição nacional, quando o progresso do seu meio social e a complexidade da sua administração justifiquem essa qualificação honorífica" (Gouveia; 2015, p. 109).

O Estatuto Político-Administrativo da Província de Moçambique foi depois aprovado pelo Decreto nº 545/72, de 22 de novembro, e entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 1973, definindo Moçambique como uma região autónoma da República Portuguesa, dotada de personalidade jurídica de direito público interno, usando a designação honorífica de Estado.

"Eram também estabelecidos como órgãos de governo próprio:

- o Governador-Geral;
- a Assembleia Legislativa; e
- a Junta Consultiva Provincial²⁴.

1.1. A Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974 e a concessão de independência a Moçambique

A Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974 em Portugal, resultante da intensificação da luta armada de libertação nacional em Moçambique, dirigida

²⁴Jorge Bacelar Gouveia, *Direito Constitucional de Moçambique*, Lisboa/Maputo, 2015, p. 110

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), e em Angola, dirigida pelo MPLA, UNITA e FNLA, que foi causando enormes baixas ao Exército Português, criando conseqüentemente um descontentamento generalizado no seio deste e das suas famílias, devido as perdas e mutilações dos seus filhos no campo da batalha, e, no caso de Moçambique em particular, culminaria com a assinatura do Acordo de Lusaka, capital da Zâmbia, a 7 setembro de 1974, entre o Governo Português e a FRELIMO, e posterior instauração do Governo de Transição que conduziria à independência do território de Moçambique às zero horas do dia 25 de junho de 1975.

"Com 19 pontos, foi um acordo determinante para o futuro de Moçambique, sendo de frisar estas disposições mais significativas:

- o reconhecimento por Portugal do direito do povo de Moçambique à independência (nº 1);
- a aceitação por Portugal da FRELIMO como interlocutor na (...transferência progressiva dos poderes que detém sobre o território..." (nº 1);
- a fixação do dia 25 de junho de 1975 como o dia da proclamação da "independência completa de Moçambique", "...dia do aniversário da fundação da FRELIMO" (nº 2);
- a definição das seguintes estruturas governativas de transição até à independência: um Alto-Comissário, um Governo de Transição e uma Comissão Militar Mista (nº 3);
- a aceitação de um cessar-fogo geral entre todas as partes com efeitos a partir de 8 de setembro de 1974 (nº 9);
- a afirmação da soberania de Moçambique independente "... no plano interior e exterior, estabelecendo as instituições políticas e escolhendo livremente o regime político e social que considerar mais adequado aos interesses do seu povo (nº 18)" (Gouveia; 2015, p. 112).

2. o período da I República, com a proclamação da independência nacional em Moçambique, a 25 de junho de 1975, inserida no princípio do direito à autodeterminação dos povos contra a dominação colonial, estabelecido pela Carta das Nações Unidas, e posterior opção da Frelimo pelo regime de orientação socialista, baseado na ideologia marxista-leninista, nos termos do n.º 18 do Acordo de Lusaka. Neste período vigorou a Constituição da República Popular de Moçambique de 1975 ou

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Constituição da independência, aprovada pelo Comité Central da Frelimo, na praia do Tofo, província de Inhambane.

"O primeiro texto constitucional moçambicano, no cotejo com os textos constitucionais africanos lusófonos da sua geração, acusava a influência do constitucionalismo soviético, ainda que tivesse introduzido importantes alterações marcando alguma originalidade na modelação do seu recém-criado Estado Constitucional" (Gouveia; 2015, p. 114).

O regime de orientação socialista, baseado na ideologia marxista-leninista, ou com influência do constitucionalismo soviético, do qual a Frelimo optou para o desenvolvimento político-económico e social de Moçambique, no que respeita à segurança e defesa, lhe era inerente um tipo de Forças Armadas a constituir – Forças Armadas partidárias –, o que implicava que os militares deviam ser membros do partido Frelimo, serem eleitos para o exercício de cargos políticos e fazerem política enquanto ainda no ativo, ou seja, mobilizarem as populações dentro dos princípios da linha política traçada pela FRELIMO.

Esta ilação extrai-se do art. 5.º da CRPM que estabelece expressamente que "As Forças Populares de Libertação de Moçambique, dirigidas pela FRELIMO, sendo um dos elementos essenciais do poder do Estado, têm uma responsabilidade fundamental na defesa e consolidação da independência e da unidade nacional. Ao mesmo tempo elas são uma força de produção e de mobilização política das massas populares".

Quanto ao carácter socialista da Constituição da República Popular de Moçambique de 1975, ele encontra-se concentrado nos artigos 8.º, 9.º, 10.º e 11.º, dispersando-se pelo corpo do texto constitucional no art. 22.º.

Assim, o art. 8.º estabelece que "A terra e os recursos naturais situados no solo e no subsolo, nas águas territoriais e na plataforma continental de Moçambique, são propriedade do Estado. O Estado determina as condições do seu aproveitamento e do seu uso". Implica isto que os meios fundamentais de produção estão concentrados nas mãos do Estado, uma das características típicas do sistema socialista. Em relação ao art. 9.º, determina que "O Estado promove a planificação da economia com vista a garantir o aproveitamento correto das riquezas do País e a sua utilização em benefício do povo moçambicano". A planificação centralizada da economia preconizada neste artigo, constitui a essência nuclear do sistema socialista. Relativamente ao art. 10.º, preconiza que "Na República Popular de Moçambique o setor económico do Estado é o elemento dirigente e impulsionador da economia nacional". Portanto, o Estado é o que detém o monopólio da direção e

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

controle da economia de toda a sociedade, sendo esta outra característica da sociedade socialista. No que concerne ao art. 11.º, este prevê que "O Estado encoraja os camponeses e trabalhadores individuais a organizarem-se em formas coletivas de produção, cujo desenvolvimento apoia e orienta". A produção em moldes coletivos é a que avulta no socialismo, beneficiando de apoio multiforme do Estado, em detrimento da produção individual. Finalmente, o art. 22.º estabelece que "A República Popular de Moçambique consolida e desenvolve a solidariedade com os países socialistas, seus aliados naturais, solidariedade forjada na luta pela independência nacional". Os laços de solidariedade entre os países socialistas era a característica que os unia na construção da então almejada sociedade socialista, em luta ideológica permanente contra o capitalismo. Moçambique tendo optado pela via socialista, era óvio que consagrasse esta cláusula na sua Constituição, e, a sua luta de libertação nacional tendo sido maioritariamente apoiada pelos países socialistas, era também lógico que considerasse os países socialistas seus aliados naturais.

A Constituição da República Popular de Moçambique de 1975 "Do ponto de vista da estrutura do Estado, previa-se os seguintes *órgãos*:

- *a Assembleia Popular*, "órgão supremo do Estado" e "o mais alto órgão legislativo...", com funções legislativo-parlamentares;
- *o Presidente da República*, Chefe de Estado, por inerência o Presidente da FRELIMO, com funções político-representativas (cargo que exercia cumulativamente com o de Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança)²⁵;
- *o Conselho de Ministros*, presidido pelo Presidente da República e composto por Ministros e Vice-Ministros, com funções executivas;
- *os Tribunais*, com a função jurisdicional, encimados pelo Tribunal Popular Supremo"(Gouveia; 2015, p. 115).

2.1. Revisões pontuais da Constituição da República Popular de Moçambique de 1975

Desde 1975, período de vigência da I República, a referida Constituição foi objeto de sucessivas revisões pontuais, influenciadas pelas mudanças conjunturais histórico-políticas do momento sem, contudo, introduzir mudanças profundas na política de orientação socialista então seguida. As mudanças profundas viriam a ocorrer com a aprovação pela Assembleia Popular da Constituição de 1990, que

²⁵ O que está entre parênteses é do autor da presente Tese

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

introduziu, pela primeira vez, o regime jurídico-constitucional de Estado de Direito Democrático.

Tais revisões constitucionais foram, basicamente, as seguintes:

"- *Deliberação da 8.ª reunião do Comité Central da FRELIMO, de 10 de abril de 1976*: alteração ao art. 57º da CRPM, segundo o qual "...o mais alto órgão do Estado na província é a Assembleia Provincial;

"- *Deliberação da 2.ª sessão do Comité Central da FRELIMO, de 28 de agosto de 1977*: desconstitucionalização do número de membros da Assembleia Popular, passando sendo o seu número a ser fixado pela lei eleitoral;

"- *L n.º11/78, de 15 de agosto*: introdução de um extenso preâmbulo a anteceder o texto constitucional, extraído do discurso de Samora Machel na proclamação da independência, e o reacerto e aperfeiçoamento das competências dos órgãos do Estado;

"- *L n.º 1/84, de 27 de abril*: alteração na disposição das cores da bandeira nacional (que passaram de diagonais a horizontais), com uma nova redação do art. 77 da CRPM;

"- *L n.º 4/84, de 25 de julho*: introdução dos cargos de Presidente da Assembleia Popular e de Primeiro-Ministro, além das alterações à organização territorial do país" (Gouveia; 2015, pp. 115-116).

Em síntese, com a proclamação da independência nacional, a 25 de junho de 1975, Moçambique torna-se na I República, com a sua Constituição da República Popular de Moçambique de 1975 (CRPM1975), e tem o nome de República Popular de Moçambique. A Frelimo, partido que passou a governar o país, através da luta armada para conquistar a independência, optou pela via de desenvolvimento económico socialista, de ideologia marxista-leninista, de regime político monopartidário. Consequentemente, as Forças Armadas foram partidárias. Ao longo da vigência da CRPM1975 foram feitas certas revisões constitucionais pontuais, visando ajustá-la à conjuntura político-militar e económico-social de cada fase tanto a nível nacional como no plano internacional, conforme atrás se fez menção.

3. o período de transição do regime de orientação socialista para o regime jurídico-constitucional de Estado de Direito Democrático ou início da transição democrática, a Constituição da República de Moçambique de 1990, as suas revisões pontuais e o Acordo Geral de Paz de 1992 (1990-2004)

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Com a aprovação pela Assembleia Popular da Constituição da República de Moçambique de 1990, abre-se o período de transição do regime político monopartidário, de orientação socialista, para um regime jurídico-constitucional de Estado de Direito Democrático, seguido da assinatura do Acordo Geral de Paz, a 4 de outubro de 1992, em Roma, entre a Frelimo e a RENAMO, partes então beligerantes, e a abertura ao pluralismo político-social, com a realização das primeiras eleições multipartidárias presidenciais e legislativas em 1994. O País não só rompe radicalmente com o modelo económico tendencialmente socialista que vinha seguindo, para abraçar o modelo de economia de mercado, como muda também de designação, abandonando a palavra Popular para ficar, simplesmente, República de Moçambique.

Na I República de Moçambique, mais concretamente no período de 1976-1992, os moçambicanos carregaram nos seus ombros pesado fardo dos efeitos destruidores da guerra envolvendo o Governo, dirigido pela Frelimo, e a RENAMO. Esta, inicialmente apoiada, financiada, treinada e equipada pelo regime de Ian Smith, da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), e posteriormente retomado esse apoio, pelo regime do "apartheid", de Pieter W. Botha, da África do Sul, depois da queda daquele primeiro, alegadamente por Moçambique "expandir o comunismo em África" e apoiar a luta dos movimentos de libertação do Zimbabwe, ZANU-FRENTE PATRIÓTICA, de Robert Mugabe (hoje Presidente do Zimbabwe), e ZAPU, de Josuan Nkomo, e, depois, do ANC, de Nelson Mandela, da África do Sul.

3.1. O Acordo Geral de Paz de 1992 (1990-2004)

Depois de tentativa de acordo de cessação do conflito entre os Governos de Moçambique, dirigido pelo Marechal da República, Samora Moisés Machel, e da África do Sul, dirigido por Pieter W. Botha, conhecido por Acordo de Nkomáti, que veio a fracassar em virtude das partes beligerantes então se acusarem mutuamente de contínuo apoio dos combatentes do ANC, por parte da Frelimo, e da RENAMO, pelo regime do "apartheid", um entendimento de paz duradouro só viria a ser alcançado a 4 de outubro de 1992, em Roma, entre a Frelimo e a RENAMO, partes outrora beligerantes, através da assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), sob a mediação da Comunidade de Santo Egídio, uma organização religiosa italiana, com anuência do Governo italiano.

"A I República Moçambicana foi igualmente marcada pelo conflito que opôs o Governo/FRELIMO e a RENAMO, o qual só terminaria com a

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

assinatura do Acordo Geral de Paz, em 4 de outubro de 1992” (Gouveia; 2015, p. 116).

O AGP foi antecedido pela revisão da Constituição da I República – a Constituição da República Popular de Moçambique de 1975 –, de regime político monopartidário, dando lugar à Constituição da República de 1990, que introduziu o regime jurídico-constitucional de Estado de Direito Democrático multipartidário.

Nesse sentido, Jorge Bacelar Gouveia (2015; p. 116), salienta que “Contrariamente ao sucedido no país irmão de Angola, em Moçambique passar-se-ia o inverso no fim dessa guerra: primeiro fez-se uma lei constitucional, e só depois se aprovou o Acordo de Paz”.

“Foi assim que em 1990 se adotou a primeira Constituição da República de Moçambique de uma nova fase (CRM1990), aprovada ainda pela Assembleia da República em 2 de novembro de 1990 e com início de vigência a 30 do mesmo mês, seguindo no fundamental a sistematização estabelecida na CRPM, de 1975...)”.²⁶

A CRM de 1990 vigorou até 2004, ou seja, durante 14 anos. Ao longo da sua vigência sofreu certas revisões constitucionais, com vista a adaptar às mudanças conjunturais operadas nos campos político, militar, económico e social a nível internacional e no plano interno, quais sejam:

“- L n.º 11/92, de 8 de outubro: alteração da norma sobre a iniciativa da revisão constitucional, aditando-se o n.º 3 do art. 204 da CRM1990, permitindo que a mesma ocorresse depois das eleições multipartidárias previstas no Acordo Geral de Paz;

“- L n.º 12/92, de 9 de outubro: alteração de vários preceitos constitucionais na sequência da assinatura do Acordo Geral de Paz, designadamente em matéria de direito de sufrágio para os órgãos do Presidente da República e Assembleia da República;

“- L n.º 9/96, de 22 de novembro: reformulação da organização territorial do poder público, esclarecendo a legitimidade e as funções dos órgãos locais do Estado e dos órgãos do Poder Local, este passando a ser um novo Título IV na sistemática do texto constitucional, acomodando a reforma profunda feita na instalação de uma administração autárquica;

“- L n.º 9/98, de 14 de dezembro: alteração dos arts. 107 e 181 da CRM1990 no sentido de antecipar alterações efetuadas no plano da legislação ordinária” (Gouveia; 2015, p.118).

²⁶Jorge Bacelar Gouveia, *Direito Constitucional de Moçambique*, Lisboa/Maputo, 2015, p. 117

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Depois, o já referido texto constitucional foi vazado por um ato legislativo, a Lei n.º 13/92, de 14 de outubro, apresentando a estrutura que se segue, composto por sete protocolos, dos quais mencionam-se apenas dois, ligados à segurança e defesa, matéria objeto de estudo na presente tese, nomeadamente:

- o Protocolo IV – Das questões militares; e
- o Protocolo VI – Do Cessar-Fogo.

No capítulo da segurança e defesa propriamente dita, no que tange concretamente à partidarização das Forças Armadas, reportada no art. 5.º da CRPM, já na CRM1990 ela é abandonada.

Assim, no que respeita à Defesa Nacional, o art. 59 da CRM1990, prevê que “A política de defesa e segurança do Estado visa defender a independência nacional, preservar a soberania e integridade do país e garantir o funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos contra qualquer agressão armada”. Por sua vez, o n.º 1 do art. 60 da mesma lei constitucional estabelece que “As Forças de Defesa e Segurança subordinam-se à política nacional de defesa e segurança e devem fidelidade à Constituição e à Nação; para, o n.º 2 deste mesmo dispositivo constitucional, determinar que “O juramento dos membros das Forças de Defesa e Segurança estabelece o dever de respeitar a Constituição”. Portanto, nos dois mencionados dispositivos constitucionais não se encontra qualquer menção de índole político-partidária, como ocorria na CRPM1975.

Em conclusão, a CRM1990 rompeu radicalmente com a CRPM1975, da I República, porquanto: 1) abandonou o regime político monopartidário e o seu respetivo modelo económico de orientação socialista marxista-leninista que a Frelimo vinha seguindo, constituindo por isso na II República; 2) no seu lugar, introduziu o regime jurídico-constitucional de Estado de Direito Democrático; 3) despartidarizou as Forças Armadas; 4) durante a sua vigência foi objeto de algumas revisões constitucionais pontuais para acomodar o Acordo Geral de Paz e se ajustar às demais mudanças da conjuntura político-militar e económico-social nacional e internacional.

4. o período da consolidação político-constitucional, com a introdução da Constituição de 2004, aprovada pela Assembleia da República multipartidária²⁷.

²⁷ Periodização feita com as devidas adaptações a partir do autor Jorge Bacelar Gouveia, *Direito Constitucional de Moçambique*, Lisboa/Maputo, 2015, pp. 104-105

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

A Constituição da República de Moçambique de 2004 (CRM2004), de 16 de novembro, que entrou em vigor neste mesmo dia, logo a seguir à validação e proclamação dos resultados eleitorais das eleições gerais de 2004, teve a sua elaboração num contexto de democracia multipartidária, iniciado com a aprovação pela Assembleia da República da Constituição de 1990, obedecendo um procedimento constitucional democrático.

A CRM2004 à diferença da CRPM1975 e da CRM1990, não implicou uma mudança de regime constitucional, na forma política, no sistema social, nem no regime económico do Estado moçambicano, senão o seu aprofundamento constitucional e melhoria nos seus aspetos estruturais essenciais, designadamente em matérias de direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e direitos económicos e sociais. Mais ainda, a CRM2004 conservou a identidade constitucional iniciada com a Constituição de 1990, mantendo todas as características que constavam no texto desta Constituição, e seguindo as linhas inicialmente estabelecidas pela mesma, ou seja, com esta, não houve roturas. A CRM2004 não inovou relativamente à CRM1990 no sentido de criar um poder constituinte "com a virtualidade de estabelecer uma diversa identidade constitucional"²⁸.

Por tal razão de ordem, no entender do autor, com a Constituição de 2004 não estamos perante uma III República, mas continuamos sim com a II República, surgida a partir da aprovação da Constituição de 1990, que rompeu radicalmente com a Constituição da República Popular de Moçambique de 1975.

"Tem sido discutido se o aparecimento de uma nova Constituição – como sucede a partir de novembro de 2004 com a CRM – não implica automaticamente a mudança de regime constitucional a ponto de se impor a III República de Moçambique...". *"Da nossa parte, não se crê que, em Moçambique, o aparecimento da CRM, em 2004, tenha determinado a mudança para uma III República, com isto evidentemente não se pretendendo apoucar sequer a importância deste novel texto constitucional (Gouveia; 2015, pp. 119-120).*

No domínio da segurança e defesa, no que concerne à Defesa Nacional, especificamente quanto à política de defesa e segurança do Estado, prevista no art. 265, e a missão das Forças Armadas, definida no art. 266, ambos da CRM2004, foram reproduzidas taxativamente dos arts. 59 e 60 da CRM1990.

²⁸ Jorge Bacelar Gouveia, *Direito Constitucional de Moçambique*, Lisboa/Maputo, 2015, p. 121

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Concluindo, com a CRM2004 não estamos perante uma III República de Moçambique, em virtude desta não ter implicado na mudança de regime constitucional, na forma política, no sistema social, nem no regime económico do Estado moçambicano, senão o seu aprofundamento constitucional e melhoria nos seus aspetos estruturais essenciais em matérias de direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e direitos económicos e sociais. A CRM2004 conservou a identidade constitucional iniciada com a Constituição de 1990, mantendo todas as características que constavam no texto desta Constituição, e seguindo as linhas inicialmente estabelecidas pela mesma, ou seja, com esta, não houve roturas. A CRM2004 não inovou relativamente à CRM1990 no sentido de criar um poder constituinte com a virtualidade de estabelecer uma diversa identidade constitucional.

Sobre a Defesa Nacional, vista no ângulo do Estado moçambicano, com todas as suas especificidades e complexidades no quadro da atual conjuntura em que se encontra mergulhado, vale incluir nesta nota conclusiva as reflexões que o autor Jorge Bacelar Gouveia (2015, pp. 589-590) faz na generalidade da problemática sobre o Estado Pós-social e as sociedades de risco com a chegada do século XXI e de um novo milénio, bem como a negativa influência da globalização no derrube das fronteiras em todos os domínios da vida social.

"A chegada do século XXI e de um novo milénio fizeram acentuar um conjunto de problemas que, sobretudo no último quartel do século XX, colocariam em dúvida a utilidade do Estado Social, pelo menos tal como ele fora concebido e praticado a seguir à II Guerra Mundial, discussão que ficou conhecida por "crise do Estado Social", alguns já dando o nome até de *Estado Pós-Social*". Este autor fundamenta este evoluir da situação, afirmando que:

"Uma das razões radica nas insuficiências do gigantesco aparelho burocrático que se criou com os diversos sistemas de direitos económicos e sociais, fazendo disparar a carga fiscal sobre os contribuintes e gerando diversas ineficiências na gestão dos recursos". E conclui acrescentando que:

"Por outra banda, a Globalização derrubaria fronteiras em todos os domínios, não se excluindo a circulação das pessoas e a migração, para além do facto de a competição direta ser feita agora à escala global, e não já dentro de espaços economicamente protegidos" (Gouveia; 2015, pp. 589-590).

5. Depois da assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) até 2016

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Depois da assinatura do AGP a 4 de outubro de 1992, em Roma, entre a Frelimo e a RENAMO, partes então beligerantes, logo a seguir foram criadas comissões de supervisão, com vista à sua implementação, nomeadamente a Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), a Delegação do Governo à Comissão Conjunta de Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (DGCCFADM)²⁹, a Comissão de Cessar Fogo (CCF), a Comissão de Desminagem (CD) e a Comissão de Reintegração Social (CRS).

No que respeita especificamente à DGCCFADM, esta, em articulação com a sua contraparte da RENAMO, tinha por missão velar pela integração dos oficiais das Forças Armadas regulares do Governo e as Forças Guerrilheiras da RENAMO, nas novas Forças Armadas, unificadas, entre estas duas forças, formando as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), designação proposta pela RENAMO, em substituição da anterior, Forças Armadas de Moçambique/Forças Populares de Libertação de Moçambique (FAM/FPLM), cujo efetivo, acordado no AGP, em Roma, entre as partes, era de trinta mil homens, cabendo a cada uma 50%, processo que decorreu de forma ordeira e pacífica, supervisionado pela ONUMOZ, na pessoa de Aldo Ayello, representante especial do Secretário-Geral da ONU, sob a assessoria da tróica dos países como Portugal, Inglaterra e Itália.

Concluída a formação das FADM, em 1994, seguiram-se as primeiras eleições gerais e presidenciais multipartidárias, em que a RENAMO se transformou de movimento guerrilheiro rebelde para partido político da oposição, tendo concorrido a estas eleições juntamente com a Frelimo e outros partidos políticos da oposição. O partido Frelimo e o seu candidato, Joaquim Chissano, foram proclamados vencedores pela Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Processo eleitoral idêntico subsequente ocorreu em 1999, numa fase em que, gradualmente, Moçambique foi caminhando paulatinamente rumo à implantação duma sociedade democrática pluripartidária. Estas eleições foram novamente ganhas pelo partido Frelimo e o seu candidato, Joaquim Chissano. O partido Renamo reivindicou os resultados, afirmou não reconhecer os resultados proclamados pela CNE, alegando ter havido fraude.

Em 2004, Moçambique no caminho da consolidação da sua democracia pluripartidária, realizou as terceiras eleições gerais e

²⁹ O autor fez parte desta Comissão, integrando a equipe do Secretariado

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

presidenciais, nelas concorrendo vários partidos políticos, destacando-se, de entre eles, dois principais – a Frelimo e a Renamo –, onde, uma vez mais, o partido Frelimo e o seu candidato vieram a ganhar, desta vez, Armando Emílio Guebuza, um Tenente-General na Reserva. O partido Renamo, de novo, publicamente afirmou não reconhecer os resultados proclamados pela CNE.

Aquele processo foi anetcedido pela revisão da Constituição da República de Moçambique de 1990, que deu lugar à CRM2004, aprovada pela Assembleia da República, a 16 de novembro de 2004, cuja entrada em vigor, nos termos do art. 306 da CRM2004, seria no *dia imediato ao da validação e proclamação dos resultados eleitorais das Eleições Gerais de 2004*.

5.1. Causas da manutenção e prolongamento do AGP (1992-2004)

O estabelecimento de diálogo permanente e construtivo, baseado na compreensão, tolerância e confiança recíprocas entre o Presidente da República, Joaquim Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Dlakama, sempre que surgissem problemas críticos que pusessem em causa o AGP, e a preocupação para a busca de soluções ajustadas em tempo oportuno desses problemas, de entre os quais os de ordem financeira para a satisfação das necessidades político-partidárias e militares inadiáveis internas, relacionadas tanto para a organização e funcionamento do partido, como para o pagamento da força residual armada da Renamo, guarda pessoal de Afonso Dlakama³⁰, nas matas de Gorongosa, contribuiu substancialmente para que no período pós-assinatura do AGP, 1992 até 2004, momento do fim do mandato do Presidente Chissano, não se registassem rupturas neste Acordo.

Em 2009 decorreram em Moçambique as quartas eleições gerais, com a democracia multipartidária a consolidar-se progressivamente. Uma vez mais, o partido Frelimo foi proclamado vencedor nessas eleições e, o seu candidato, Armando Emílio Guebuza, reeleito. Como sempre, o partido Renamo evocou fraude nessas eleições e, conseqüentemente, afirmava não reconhecer o vencedor. Na prática, porém, viria a

³⁰ Durante a implementação do AGP, em que o autor estava integrado na Delegação do Governo à Comissão Conjunta de Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, tomou conhecimento que a RENAMO não integrou a totalidade dos seus guerrilheiros nas Forças Armadas unificadas, Governo-RENAMO, senão que reservou nas matas de Gorongosa força considerável, composta por homens de confiança de Afonso Dlakama, que chamaria por Força Guarnição do Presidente da RENAMO

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

reconhecer, através da tomada de posse dos seus membros na Assembleia da República, que inicialmente a liderança da Renamo se recusava a fazê-lo.

Em outubro de 2014, tiveram lugar as quintas eleições gerais multipartidárias. Por força da Constituição, *O Presidente da República só pode ser reeleito uma vez*, conforme determina expressamente, nesse sentido, o n.º 4 do art. 147 da CRM2004. Assim sendo, Armando Emílio Guebuza não podendo concorrer para um terceiro mandato, a Frelimo elegeu Filipe Jacinto Nyusi, então Ministro da Defesa Nacional, para seu candidato a estas eleições. A CNE proclamou-o vencedor juntamente com o seu partido Frelimo. O partido Renamo contestou veementemente este resultado, considerou-o fraudulento. Alegou ter ganho em seis províncias do centro e norte de Moçambique, nomeadamente Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula e Niassa e, como tal, com direito a governá-las. Esta reivindicação, no entanto, não encontrou anuência do partido Frelimo.

Todavia, um reparo que se pode fazer a esta reivindicação do partido Renamo, é que nos termos do n.º 1 do art. 148 da CRM2004, em vigor, *É eleito Presidente da República o candidato que reuna mais de metade dos votos expressos*. Portanto, para ser proclamado Presidente da República, não conta o número de províncias que um partido tenha ganho, senão o candidato que reunir mais de metade dos votos expressos.

Nesta ótica, na tentativa de conquistar o poder com o recuso à força das armas, em virtude da via eleitoral lhe ter falhado, a Renamo, nos finais de outubro de 2015, concentrou os seus antigos guerrilheiros nas províncias centrais de Manica e Tete, recomeçando com a guerra contra o Governo instituído da Frelimo, estendendo-se para Sofala e prolongando-se em todo o ano de 2016.

Atualmente, estas partes ciclicamente em conflito – a Frelimo e a Renamo –, por entenderem ser inadiável alcançar-se a paz fora da solução militar, por ocasião do fim do ano de 2016 e início de 2017, procuraram, através de tréguas mútuas de sete dias e dois meses, respetivamente, suspender temporariamente os combates no teatro operacional, preparando, provavelmente, um acordo definitivo de cessar-fogo, com vista a instaurar uma paz, eventualmente duradoura.

5.2. Causas da ruptura do AGP (2004-2014)

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Dois fatores decisivos, no entender do autor, determinaram para a ruptura da paz em Moçambique durante o governo do Presidente Armando Emílio Guebuza:

1.º A ausência de diálogo com os partidos políticos da oposição, particularmente com o partido Renamo, o segundo e último ator do AGP, logo a seguir à Frelimo, na discussão dos problemas político-militares, económicos e sociais cruciais do nosso país nos momentos críticos que se impunha a defesa e preservação da paz.

De 2004 a 2010, foi possível manter a paz que os moçambicanos vinham usufruindo desde o Governo anterior, porque havia ainda esperanças, quer da Renamo, quer da sociedade civil, na possível criação dum espaço de diálogo político para a discussão dos problemas então candentes, cuja solução necessária se foi adiando.

De 2010 a 2012, a contínua falta de diálogo entre o Presidente da República e o líder da Renamo, chegou ao ponto de saturação, resultante da pressão interna dos membros do partido e da ala militar da Renamo, exercida ao seu líder, Afonso Dlakama, visando resolver os crónicos problemas financeiros para a satisfação das necessidades atrás apontadas, que esta organização vem enfrentando, cuja solução única encontrada, na ótica da liderança deste maior partido político da oposição em Moçambique, foi o retorno à guerra.

2.º A descoberta de grandes quantidades industriais de recursos naturais energéticos, designadamente o gás natural e o petróleo na bacia do Rovuma, na província nortenha de Cabo Delgado, e do carvão mineral nas províncias central de Tete e nortenha do Niassa, todos caçados pelas grandes potências mundiais, incluindo as ex-potências colonizadoras, que tudo fazem para implantar a velha regra de "dividir para reinar" no país detentor destes estratégicos recursos naturais energéticos, sem excluir Moçambique, com o objetivo último de semear conflitos entre as etnias, regiões, religiões e raças nesse país, a fim de explorarem esses recursos a custo praticamente zero, para o contínuo fortalecimento das suas indústrias pesadas, e a consolidação do progresso e bem-estar dos seus povos, deixando o país detentor desses recursos na extrema pobreza.

6. Breve historial sobre as FADM, a luta armada de libertação nacional, as guerras de agressão dos regimes da Rodésia do Sul e do "apartheid", da África do Sul

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

A a breviatura FADM – Forças Armadas de Defesa de Moçambique –, que hoje se usa, nem sempre foi esta. Para se compreender melhor o percurso da sua origem, é imprescindível recuar no tempo, para, depois, retomar esta atual designação.

As Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), braço armado da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), criada em 25 de junho de 1962, movimento nacionalista de libertação de Moçambique que lutou pela conquista da independência do nosso país, proclamada a 25 de junho de 1975, contra a dominação colonial portuguesa do regime fascista de Salazar, deram origem às Forças Armadas de Moçambique/FPLM, estas, por sua vez, as FADM, processo este que se explica resumidamente nas linhas que se seguem.

As FPLM, uma força guerrilheira, foram criadas pela FRELIMO no dia 25 de setembro de 1962, em Nachingueya, na República Unida da Tanzânia, onde este movimento libertador da Pátria tivera a sua retaguarda para iniciar a luta armada de libertação nacional contra a ocupação colonial portuguesa no nosso país.

O início da luta armada de libertação nacional no dia 25 de setembro de 1964, coincidiu com a data da criação das FPLM – 25 de setembro de 1962 –, no Posto Administrativo de Xai, distrito de Mueda, província de Cabo Delgado³¹.

Depois do fim da luta armada de libertação nacional, a 7 de outubro de 1974, e após a proclamação da independência, no ano de 1980 as FPLM foram transformadas, de forças de guerrilha, para Forças Armadas regulares, ao mesmo tempo que mudaram de designação para Forças Armadas de Moçambique, abreviadamente FAM, a esta tendo-se juntado a designação histórica FPLM, formando uma abreviatura composta FAM/FPLM.

Porém, a guerra de agressão contra Moçambique, perpetrada pelo regime de Ian Smith, da Rodésia do Sul (hoje Zimbábue), que teve o seu começo em 1976, nela, de forma camuflada, estava envolvida a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), criação deste regime para derrubar o Governo dirigido pela FRELIMO em Moçambique.

Com a derrota deste regime, quer na guerra contra Moçambique em 1979, quer na guerra contra os combatentes da luta armada de libertação do Zimbábue, nomeadamente a ZANU-Frente Patriótica, de Robert Mugabe, e a

³¹ A história aqui narrada, resulta de lições extraídas das aulas de Educação Política, disciplina então ensinada nas Escolas Secundárias em Moçambique logo a seguir à proclamação da independência nacional, onde o auctor recebeu estes ensinamentos em 1976

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

ZANU, de Josuan Nkomo, em 1980, através da proclamação da independência deste país, o regime do "apartheid", de Pieter W. Botha, da África do Sul, retomou o apoio à RENAMO, que continuou a guerra em Moçambique contra o Governo da Frelimo, vindo a terminar com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), a 4 de outubro de 1992, em Roma, entre a Frelimo e a RENAMO.

Na implementação do AGP, a RENAMO propôs à sua contra-parte, a Frelimo, a mudança de designação das FAM/FPLM para Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), tendo sido aceite, usando-se, doravante, até aos nossos dias.

Uma resenha histórica de passagem das FPLM para as FAM/FPLM, destas para as FADM, bem como as missões que cada uma destas foi cumprindo em cada etapa histórica, foi suficientemente desenvolvida no Capítulo I.

Analizados os períodos de transição que deram origem às FADM, passa-se, de seguida, a abordar as missões de apoio à paz e humanitárias que as FADM vêm cumprindo no continente africano.

7. Missões das FADM de apoio à paz e humanitárias

Cumprindo com os seus deveres inseridos no quadro dos compromissos assumidos de segurança e defesa subregionais de que Moçambique faz parte, a partir do ano de 2002 aos dias que correm, vem destacando contingentes militares para o cumprimento de missões de operações de apoio à paz e humanitárias no continente africano, no âmbito das missões da UA, destacando-se, nomeadamente, na República Democrática do Congo, Burundi, Sudão, bem como de pacificação na Guiné-Bissau, nas Ilhas Comores e, no plano internacional, concretamente de observador do processo de transição à independência do Timor-Leste em 2002.

Todas estas missões e as outras atrás descritas, encontram a sua consagração na Constituição da República de Moçambique, especificamente no n.º 1 do art. 19, no n.º 1 do art. 20 e no n.º 1 do art. 15, os quais estabelecem expressamente que:

"1. A República de Moçambique solidariza-se com a luta dos povos e Estados africanos, pela unidade, liberdade, dignidade e direito ao progresso económico e social" (art.19).

"1. A República de Moçambique apoia e é solidária com a luta dos povos pela libertação nacional e pela democracia" (art. 20).

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

"1. A República de Moçambique reconhece e valoriza os sacrifícios daqueles que consagraram as suas vidas à luta de libertação nacional, à defesa da soberania e da democracia" (art. 15).

Da leitura dos dispositivos constitucionais acabados de citar, conclui-se que o legislador constituinte moçambicano tratou de abranger todas as gerações de combatentes, quer as que pertenceram as FPLM, que lutaram pela conquista da independência nacional, quer as que ingressaram nas FAM/FPLM, defendendo a independência conquistada, quer ainda as que integraram as FADM, que lutaram pela instauração dum regime de democracia multipartidária, defendendo agora o Estado democrático e de justiça social.

8. Exercícios militares conjuntos entre as FADM, as Forças Armadas da SADC e da CPLP, no âmbito da defesa e segurança dos países da região da África Austral e da CPLP

As FADM, juntamente com as Forças Armadas da SADC, e da CPLP, anualmente têm realizado Exercícios militares conjuntos, inseridos no âmbito dos acordos de cooperação existentes no setor de defesa e segurança dos países da região da África Austral e da CPLP, como forma de preparação para enfrentarem uma eventual agressão armada externa de outros Estados nos seus respetivos países.

Aqueles Exercícios conjuntos realizam-se rodativamente entre as Forças Armadas dos Estados-membros, quer da SADC, quer da CPLP, e têm contribuído, em larga medida, para o enriquecimento de experiências profissionais e conhecimentos técnico-militares das FADM, ao mesmo tempo que ajudam para a correção de algumas dificuldades e problemas relativos à organização e funcionamento que ainda persistem no seio das nossas FADM.

As FADM, pela sua rápida adaptação às diferentes realidades sócio-culturais africanas e de boa convivência social, quer com as partes beligerantes (Forças Armadas-rebeldes), quer com as populações do país acolhedor, têm sido preferidas pela UA e pelas próprias Nações Unidas para integrar Missões de Manutenção de Paz e Humanitárias ao nível do continente africano. Esta particularidade, aliás, tem contribuído para a aproximação e convivência pacífica entre as partes em conflito, passo importante para se alcançar a paz no país então em conflito armado.

Um exemplo do que atrás acaba de ser dito, foi aquando do cumprimento da Missão de Apoio à Paz e Humanitária no Burundi, onde as FADM foram apontadas pela UA e pela ONU como tendo contribuído para aproximar as

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

etnias Hutu e Tutsi, tradicionalmente rivais irreconciliáveis entre si, ao conviverem conjuntamente com estas sem as separar, inculcando-lhes a união, por se tratar de povo do mesmo país.

Em todas as missões que as FADM têm cumprido em todos os três períodos de transição por que passaram – de FPLM para as FAM/FPLM e destas para as FADM –, o Estado Moçambicano se vem confrontando com um dilema que constui o seu grande *calcanhar de Aquiles*, sem solução à vista – a questão de encontrar equilíbrio entre o plano de desenvolvimento económico e social e a necessidade de investir no setor da segurança e defesa, face à escassez de recursos económico-financeiros. Este assunto desenvolve-se com alguns detalhes nas linhas que se seguem.

9. O dilema entre as prioridades para o plano de desenvolvimento económico e social e o investimento no setor da segurança e defesa, face à escassez de recursos económico-financeiros

Em todos os quatro períodos da evolução das Constituições de Moçambique no âmbito da segurança e defesa acabados de analisar, o Estado moçambicano sempre se debateu com o dilema de equilibrar as necessidade para o desenvolvimento económico e social com as do setor da segurança e defesa, face à escassez de recursos económico-financeiros.

É em torno desse melindroso problema que no espaço que se segue se pretende analisar de forma circunstanciada sobre as dificuldades que a maior parte dos governos em geral hoje enfrentam, com maior incidência dos governos dos Países em Vias de Desenvolvimento, em particular do Governo moçambicano, para o reequipamento das suas Forças Armadas, por forma a cumprirem na íntegra com a sua missão tradicional de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial dos seus Estados, e, no caso vertente, do Estado moçambicano, bem como das missões inseridas no âmbito dos compromissos assumidos com as organizações regionais e internacionais de segurança e defesa a que pertencem, no caso em análise a SADC, de que Moçambique faz parte.

9.1. O dilema relativamente às missões no âmbito dos compromissos assumidos com as organizações regionais e internacionais de segurança e defesa de que o Estado Moçambicano faz parte

Falando particularmente das missões no âmbito dos compromissos assumidos com as organizações regionais e internacionais de segurança e

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

defesa de que o Estado Moçambicano faz parte, a questão central que preocupa o autor-investigador, é que as FADM precisam de se apresentar condigna e minimamente equipadas nessas organizações onde representam o Estado Moçambicano, nomeadamente na SADC, na UA, na CPLP e nas missões da ONU, e que as restantes Forças Armadas de outros Estados-membros que cumprem missões nestas organizações se apresentam altamente equipadas e com modernas técnicas militares de combate.

9.2. Solução alternativa possível que o Governo Moçambicano pode encontrar

Em face do problema atrás exposto, o autor-investigador apresenta uma proposta alternativa de solução equilibrada ao seu Governo – o Governo Moçambicano –, tendente à revisão das atuais políticas para o setor da Segurança e Defesa que, grosso modo, não se encontram ajustadas aos atuais desafios dominados pela rápida propagação de riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, por um lado, e, por outro, da necessidade da defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados, substituindo-as por políticas que favoreçam o reequipamento das FDS, em particular das FADM, sem prejuízos maiores na concretização do plano de desenvolvimento económico e social, que garanta o bem-estar geral dos moçambicanos, um dos fins últimos do Estado moçambicano.

9.3. Garantia do bem-estar geral e justiça como fins últimos ou teleológicos do Estado Moçambicano

Nessa ótica dos fins últimos do Estado moçambicano, de garantir o bem-estar geral dos moçambicanos, incluindo, como é óvio, a justiça, vale citar integralmente Frazão Chale (2011, p. 87), que salienta que “A definição da prossecução do interesse geral, pressupõe a relação com as noções de justiça e bem-estar, fins últimos ou teleológicos do Estado, determinantes da equidade social e da satisfação das necessidades materiais e morais da sociedade, através da igualdade das partes e da sua remuneração adequada, da produção e conveniente repartição de bens e da prestação de serviços. Assenta, em grande parte, em medidas de política interna, embora implique, também, medidas diversas de proteção externa, com a obtenção de matérias-primas, a aquisição de equipamentos, a conquista de mercados para os excedentes de produção, e a captação de fluxos turísticos, sendo que todas podem requerer ações estratégicas”.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Dada a importância educativo-corretiva na vertente política, concretamente no que tange às formas de governação em África em geral e, em particular em Moçambique, consubstanciadas na falta de equidade na distribuição da riqueza nacional pelos cidadãos, sem excluir as FADM, vale a pena reter partes da citação acima, que, taxativamente, referem: *A definição da prossecução do interesse geral, pressupõe a relação com as noções de justiça e bem-estar, fins últimos ou teleológicos do Estado, determinantes da equidade social e da satisfação das necessidades materiais e morais da sociedade, através da igualdade das partes e da sua remuneração adequada, da produção e conveniente repartição de bens e da prestação de serviços.*

A observância rigorosa do acima citado por parte dos governantes aos seus cidadãos, constitui um fator determinante na coesão e harmonia sociais de qualquer país, e, no caso em estudo, de Moçambique, mais especificamente aplicada às FADM, no capítulo do cumprimento da sua missão constitucionalmente consagrada, de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano contra agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna. A falta de observância do mencionado princípio de equidade em todos os aspetos sublinhados na citação acima, resulta, muitas vezes, em conflitos sociais violentos, em regra, armados, entre o Governo e as camadas sociais que se sentem excluídas nesse processo, retrocedendo o desenvolvimento económico e social, cultural, científico, técnico e tecnológico do país que antes se criavam as correspondentes condições.

9.4. Fundamento subjacente na necessidade de reequipamento mínimo das FADM para o cumprimento das missões no âmbito dos compromissos assumidos com as organizações regionais e internacionais de segurança e defesa de que o Estado Moçambicano faz parte

O ponto fulcral do problema que acima se levanta, particularmente em relação a Moçambique, não se trata de reequipar as FADM com técnica moderna de ponta, nem destas se apresentarem altamente equipadas. Trata-se sim, simplesmente, de se apresentarem minimamente equipadas e com alguma técnica de combate que mostre, aos olhos dos demais Estados-membros que, apesar das dificuldades económicas e financeiras do país, contam com o mínimo para o cumprimento das missões programadas no âmbito das Forças Armadas da SADC, da UA, da CPLP e da ONU, e dominam perfeitamente a modesta técnica militar que possuem. Por outras palavras, o que está em causa é o prestígio, o bom nome, a imagem do nosso país perante os restantes Estados-membros destas organizações de Segurança e Defesa.

9.5. Paradoxo – propagação de riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados que propiciam o surgimento de Estados falhados

Paradoxalmente, assiste-se nos dias que correm uma mudança radical e violenta na arena mundial, no que respeita aos tipos de riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados. Se no passado eram estes os atores principais nas relações internacionais e, por conseguinte, a sua preocupação de garantir a segurança e defesa se cingia principalmente na defesa dos seus Estados contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados, hoje, porém, com o fim da Guerra Fria e o consequente surgimento da globalização à escala mundial, a situação mudou consideravelmente, pois com a globalização surgiram também novos atores, já não estatais, que intervêm igualmente nas relações internacionais, muitas vezes não sem violência, concorrendo em quase pé de igualdade com os atores estatais, mudando então bruscamente o cenário da segurança dos Estados. É o fenómeno terrorismo, o crime transnacional organizado, o narcotráfico, o tráfico de armas, de seres humanos e seus órgãos, a pirataria marítima, o radicalismo religioso, a degradação do meio ambiente, as calamidades naturais (cheias, ciclones, seca prolongada), a tendência de proliferação de armas nucleares, a imigração ilegal, a cibersegurança, a ciberprostituição infantil, guerras de insurgência ou irregulares no interior das fronteiras dos Estados, na maior parte das vezes organizadas e apoiadas fora delas, todos estes riscos e ameaças que preocupam mormente os Estados em todo o nosso Planeta.

Relativamente a esta matéria, Proença Garcia (2010, p. 114), aponta que “Por outro lado, verificamos que o ator Estado perdeu o monopólio do uso legítimo da força, surgindo novos atores que competem com ele, o que levou a que alguns autores apelidassem estas guerras de novas, pois nas mesmas assiste-se a uma desmilitarização do conflito”.

Ainda acerca deste assunto, Proença Garcia (2010, pp. 112-113), observa que “Apesar da trindade clausewitziana em parte se manter, as guerras de hoje envolvem outros atores para além dos Estados e das suas Forças Armadas, emergindo organizações de um novo tipo que se opõem entre si. Conforme a circunstância, qualificamos os seus agentes como bandidos, terroristas, senhores da guerra, guerrilheiros, mercenários ou milícias. Estes não representam um Estado, não obedecem a um governo, misturam-se e confundem-se com a população e possuem uma capacidade e um impacto desestabilizador em regiões do planeta muito específicas”. Prosseguindo, este autor salienta que “Nestes conflitos é normal a generalização da violação do

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

direito aplicado aos conflitos armados (internacionais e não internacionais), bem como do regime de proteção dos direitos humanos” (Garcia; 2010, p. 113).

Para aquele autor “o processo que está em curso, é progressivo, irregular e caótico, favorecendo o falhanço do Estado e o crescimento da violência internacional não estatal, em casos extremos, privatizada” (Garcia; 2010, p. 113).

Relativamente a esta complexa e delicada matéria da violência internacional não estatal, que atualmente se propaga lentamente e de forma progressiva, com atuação que foge dos padrões clássicos sobre as formas de fazer a guerra, por serem irregulares e difusas, criando, com isso, condições favoráveis do surgimento dos chamados “Estados Falhados”, aponte-se, por exemplo, o caso da Somália, onde, com o derrube do Presidente Siad Barre, na década de 80, o país tornou-se desde então ingovernável, passando a ser dominado por “senhores da guerra”, facções rivais fortemente armadas que disputam o controlo do país, sem existência dum governo central, sobrevivendo principalmente através da prática da pirataria marítima, do tráfico de drogas, de sequestro de viaturas de pessoas, de ONG’s, governamentais e não governamentais, que circulem ou atravessem a Somália, transportando alimentos, medicamentos, vestuário entre outros bens.

A esse propósito, Proença Garcia, autor acabado de citar, refere que “... passou a haver uma desmilitarização da guerra, no sentido em que os objetivos civis não se distinguem dos militares e a violência extrema é exercida contra não combatentes e sobre todos os domínios da vida social” (idem).

9.6. Problemas que se levantam para garantir a segurança e defesa dos Estados em face da escassez de recursos económico-financeiros e da propagação crescente de riscos e ameaças transnacionais a essa segurança

Perante este chocante cenário, deveras preocupante da segurança e defesa dos Estados, as questões que podem ser colocadas são, de entre outras:

1. em face da escassez de recursos económico-financeiros e da rápida propagação de riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, provenientes dos atores não estatais atrás mencionados, que fazer?

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

2. continuarem os Estados a concentrar as suas prioridades apenas para o desenvolvimento económico e social, ignorando a necessidade de segurança e defesa nacionais?
3. manterem-se de braços cruzados, deixando o terrorismo e outros atores não estatais, a semearem terror, a criarem insegurança e a ameaçarem a paz e segurança no interior dos Estados a seu bel prazer?
4. perante este quadro sombrio de segurança e defesa que paira hoje um pouco por todos os cantos do nosso Planeta Terra, o desenvolvimento económico e social pode ser mantido de forma sustentável e duradoura sem defesa, e esta sem economia?
5. a segurança e defesa nacionais garantidas somente através das organizações sub-regionais e regionais de segurança e defesa, são, acaso, suficientes e pontuais para fazerem face aos ataques terroristas e às ações de outros atores não estatais?
6. no caso particular de Moçambique, com um conflito armado interno cíclico, que passa por uma solução política pacífica, por um lado e, por outro, a descoberta de abundantes recursos naturais energéticos, nomeadamente o gás natural e o petróleo, ambos na bacia do Rovuma, na província nortenha de Cabo Delgado e de Inhambane para aquele primeiro recurso natural, do carvão mineral, nas províncias central de Tete e nortenha do Niassa, manter as FDS, em particular as FADM sem o seu reequipamento?

Estas perguntas encontram respostas mais adiante, nos capítulos correspondentes desta Tese.

Acresce que tais dificuldades de reequipamento das Forças Armadas a partir do fim da Guerra Fria, já atrás referenciadas, vieram a ser agravadas mais ainda com a eclosão da crise económica e financeira internacional, em 2008, iniciada nos EUA, cujo fim é, até ao presente momento, imprevisível, facto que piora, grosso modo, este constrangimento económico-financeiro, tornando vulnerável a segurança externa e interna dos Estados, particularmente de Moçambique.

Paradoxalmente, assiste-se nos dias que correm uma viragem radical na estrutura político-militar na arena mundial, no que respeita aos tipos de riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, planificados e executados por atores não estatais suficientemente atrás descritos.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Sobre este assunto, basta recordar os ataques terroristas lançados contra Paris, a 13 de novembro do ano de 2015, que mataram 139, cidadãos indefesos franceses, deixando em pânico a França, a Europa, a América e o mundo inteiro em geral. A crise político-militar que se arrasta no Mali, um país africano, supostamente apoiada pela rede terrorista Al-Qaeda; a instabilidade político-militar cíclica que a Guiné-Bissau, um Estado-membro da CPLP, tem conhecido nos últimos anos, em parte instalada pela atuação da rede de narcotraficantes; o sequestro, a 27 de dezembro de 2010, do navio de pesca «Vega 5», da empresa mista moçambicano-espanhola, Pescamar, na costa de Madagáscar, por piratas somális, com 24 tripulantes a bordo, dos quais 19 moçambicanos, 3 indonésios e 2 espanhóis, que viria mais tarde a ser resgatado com o apoio da Marinha de Guerra Indiana*; o caso de rapto de menores do sexo feminino em Maputo, pela cidadã moçambicana Diana, para fins de prostituição na vizinha África do Sul, são apenas alguns exemplos de riscos e ameaças transnacionais que hoje preocupam sobremaneira os Estados na manutenção da sua segurança.

No tocante aos riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados acabados de apontar, a título ilustrativo, abaixo reportam-se imagens de alguns casos registados, uns mais recentes e outros nos últimos anos, destacando-se, de entre estes, os ataques terroristas lançados contra Paris, a 13 de novembro do ano de 2015, a crise político-militar no Mali e na Guiné-Bissau, e o sequestro do navio moçambicano de pesca, «Vega 5», da empresa Pescamar.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância**Fig. 1: Mapa da França****Fig. 2: Ambulância posta ao serviço de recolha de mortos e feridos no local da ocorrência do ataque terrorista de 13 de novembro em Paris****Fig. 12: Presidente americano, Barack Obama, depositando flores no local onde ocorreu o ataque terrorista em Paris, a 13 de novembro, que matou 139 pessoas**

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Crise política e militar no Mali, com envolvimento da França



Mapa do Mali



Amadou Toumani Touré, presidente do Mali

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância



Tropas francesas controlando o Aeroporto de Bamago, capital do Malí



Desembarque aéreo das tropas francesas para intervirem no Malí



Tropas malianas marchando para a frente de combate

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância



Populações malianas em zonas de acampamento



Manifestantes participando num ato de reivindicação de segurança no norte do país, que enfrenta o avanço de rebeldes tuaregues e da al-Qaeda, em Bamaco, no dia 4 de abril de 2012 (Foto: Issouf Sanogo / AFP)



Populações malianas fungindo de guerra para zonas com segurança

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Conflito político e militar na Guiné-Bissau



Mapa da Guiné-Bissau



Presidente da Guiné-Bissau, José Mário Vaz (atualmente no poder [2015])

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância



Primeira reunião do Conselho de Ministros da Guiné-Bissau, para analisar diversas questões da situação política e militar do país, realizada a 19 de outubro de 2015

Sequestro de navio de pesca moçambicano-espanhol «Vega 5», por piratas somáli e rapto de menores para a prostituição infantil na África do Sul



Fig. 1: Mapa de Moçambique

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Fig. 2: Piratas somáli depois de sequestrarem o navio de pesca moçambicano-espanhol «Vega 5» (acima), e sequestrado parte da tripulação



Fig. 3: Pirata somáli no interior do navio de pesca, «Vega 5», pertencente à Pescamar, empresa moçambicano-espanhola, logo a seguir ao seu sequestro

10. Necessidade de redefinição das políticas do Governo moçambicano para o setor da defesa e segurança, visando fazer face aos múltiplos desafios que se colocam em diversas frentes nesta área

Em face da problemática acabada de colocar, o autor-investigador recomenda ao seu Estado, moçambicano, no sentido de reformular as suas

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

políticas no âmbito da segurança e defesa, tanto externa como interna do país, de modo a reequipar as nossas FDS, em particular as FADM, com vista a garantir a defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado moçambicano contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna, por um lado, e, por outro, tendo em atenção os riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados que pairam na atualidade à escala mundial, tomando ainda em consideração as atuais descobertas dos atrás mencionados recursos naturais energéticos abundantes.

Ressalve-se que a era da globalização em que as sociedades a nível mundial vivem nos nossos dias, caracterizada por desafios globais, riscos e ameaças, incertezas múltiplas e inquietantes, já atrás mencionados, torna-se necessária a afirmação da Segurança externa e interna nacionais como elemento essencial do Sistema de Segurança Nacional.

É tendo em atenção a essa situação que “O caráter estruturante da Segurança interna e a sua contribuição para assegurar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, constitui um dos pilares fundamentais em que assenta o Estado Democrático”, conforme defendem, e com razão, os co-autores Nelson Lourenço, Figueiredo Lopes, Conde Rodrigues, Agostinho Costa e Paulo Silvério (2015, p. 13)³².

Paralelamente a isso, tenha-se presente que “A Segurança Interna é um elemento determinante da paz social e da preservação de um ambiente de legitimidade e de confiança no Estado, essencial ao progresso social e ao desenvolvimento económico”.³³

³² Nelson Lourenço, Figueiredo, Conde Rodrigues, Agostinho Costa e Paulo Silvério, *Segurança Horizonte 2025. Um Conceito Estratégico de Segurança Interna*, Edições Colibri|gresi, 2015, Lisboa

³³ Nelson Lourenço, Figueiredo Lopes, Conde Rodrigues, Agostinho Costa e Paulo Silvério, *Segurança Horizonte 2025. Um Conceito Estratégico de Segurança Interna*, Edições Colibri|gresi, 2015, Lisboa, p. 13

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Igualmente, sendo imperioso considerar que “A Segurança Interna é um fator crucial para a credibilidade do Estado na ordem externa, é essencial para o clima de confiança necessário à atração do investimento e ao interesse dos estrangeiros pelo nosso país”, como referem os mesmos co-autores Nelson Lourenço, Figueiredo Lopes, Conde Rodrigues, Agostinho Costa e Paulo Silvério (2015, p. 13).

Mais ainda, na ótica daqueles citados co-autores, é importante ter em linha de conta que “A tipologia das ameaças transnacionais, como o terrorismo, a proliferação de armas de destruição massiva, o crime organizado transnacional, a cibercriminalidade, as catástrofes e calamidades, os riscos ambientais e as pandemias, exige respostas estratégicas multisetoriais e integradas”.

Apesar da constatação real de todos estes fatores que ameaçam a segurança dos Estados, a questão de alocação de fundos, em princípio considerados razoáveis ou suficientes às Forças Armadas, com vista a cumprirem cabalmente a sua missão tradicional de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial desses mesmos Estados, conforme se referiu no capítulo anterior, tem sido, na atualidade, com destaque depois do fim da Guerra Fria e, mais recentemente, da eclosão da crise económica e financeira internacional, um paradoxo e um verdadeiro *calcanhar de aquiles* para alguns países, não poucos, ou uma das prioridades na alocação desses fundos para outros países.

“A política de defesa e segurança do Estado visa defender a independência nacional, preservar a soberania e integridade do país e garantir o funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos contra qualquer agressão armada”, conforme se retira da consagração constitucional do art. 265 da CRM.

“1 – A defesa nacional tem por objetivos garantir a soberania do Estado, a independência nacional e a integridade territorial de Portugal, bem como assegurar a liberdade e a segurança das populações e a proteção dos valores

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

fundamentais da ordem constitucional contra qualquer agressão ou ameaça externas.

2 – A defesa nacional assegura ainda o cumprimento dos compromissos internacionais do Estado no domínio militar, de acordo com o interesse nacional”³⁴.

Numa análise simplista dos três referidos números, quer da Constituição moçambicana, quer da Lei da Defesa Nacional portuguesa (esta última mencionada por questões dum estudo comparado), pode levar a concluir que dada a importância que transporta consigo a defesa nacional, que tem por objetivos garantir a soberania do Estado, a independência nacional e a integridade territorial de Moçambique, que inclui o assegurar da liberdade e da segurança das populações, bem como, no caso da lei portuguesa (em termos dum estudo comparado), da proteção dos valores fundamentais da ordem constitucional contra qualquer agressão ou ameaça externas, incluindo ainda o cumprimento dos compromissos internacionais do Estado Português no domínio militar, de acordo com o interesse nacional, aparentemente obstáculos não se levantam quanto à aprovação pela Assembleia da República, de fundos considerados suficientes destinados às Forças Armadas, visando cumprirem com aquela nobre e sagrada missão constitucionalmente consagrada.

Porém, no fundo, quando se depara com situações práticas do problema, se depreende que tal ocorre, precisamente, o contrário e, mais ainda, não é apenas um problema que afeta Moçambique. Afeta, também, e grosso modo, muitos países, desde os em vias de desenvolvimento aos desenvolvidos, sobretudo a partir do fim da Guerra Fria e, com ênfase, depois da eclosão da

³⁴ J. Bacelar Gouveia, A. Marques Ferreira, R. Carlos Pereira e Virgílio Teixeira, *Leis de Direito da Segurança*, art. 1.º, Lei da Defesa Nacional, Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, 2014, Lisboa

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

crise económica e financeira internacional, como atrás se tem feito menção a este respeito.

11. Riscos que o Estado Moçambicano incorre ao priorizar o desenvolvimento económico e social, em detrimento do setor da defesa e segurança

Depois do fim da Guerra Fria, a maior parte dos Estados, incluindo alguns da linha industrializada, deixou de concentrar as suas prioridades para o setor da segurança e defesa, virando-se maioritariamente para planos orientados para o desenvolvimento económico e social.

Relativamente à questão da redução substancial de verbas para o setor da defesa depois do fim da Guerra Fria, o General Pinto Ramalho, antigo Chefe do Estado-Maior do Exército Português, reconheceu esta dura realidade em entrevista feita a 14 de janeiro de 2015, pelo autor da presente Tese, a esta entidade de alta patente das Forças Armadas Portuguesas, afirmando que “Nós não podemos esquecer a realidade atual, que é diferente do tempo da Guerra Fria na Europa. O tempo da Guerra Fria na Europa, a ameaça, a chamada ameaça, determinava os orçamentos de defesa. Hoje os orçamentos de defesa são determinados pelas prioridades que os governos estabelecem, e normalmente a defesa nunca é uma prioridade. É sempre algo onde se pode economizar, onde se pode poupar recursos, quer financeiros, quer humanos”.

Sobre este assunto, reconhecendo, por um lado, que nas atuais condições, em que desapareceram tais ameaças que determinavam os orçamentos de defesa há necessidade de economizar, poupar recursos, por outro lado, contudo, esta consideração, no entender do autor-investigador, deve ser vista como aplicável para aqueles países que já possuem meios de combate, recursos humanos qualificados e materiais razoavelmente suficientes para garantirem a defesa da sua soberania e integridade territorial, quer contra prováveis agressões externas de outros Estados, quer contra guerras de insurgência internas (riscos e ameaças com origem na ordem interna),

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

frequentes em África, que não escapa a Moçambique, que muito ainda precisa para garantir a defesa do seu vasto território nacional, que compreende a extensa costa marítima, cujos recursos marinhos são pilhados desenfreadamente por barcos estrangeiros, o espaço aéreo, sem radares suficientes que detetem aviões violadores do espaço aéreo nacional, com fins contrários à segurança do Estado, e as longas fronteiras estatais, vulneráveis, usadas por estrangeiros para a exploração de recursos naturais estratégicos, usando mão-de-obra barata moçambicana. Todos estes recursos naturais explorados para o bem-estar comum dos moçambicanos, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Índico, a pobreza de que hoje assola milhões de cidadãos moçambicanos, seria substancialmente reduzida. Mas, para isso, é urgente e inadiável o Governo reequipar os respetivos ramos, nomeadamente o Exército, a Força Aérea e a Marinha de Guerra, com vista a defendê-los.

Em relação aos países em vias de desenvolvimento, incluindo Moçambique, na sua esmagadora maioria, a problemática de alocação de fundos à altura de as suas Forças Armadas cumprirem com a sua missão tradicional de defesa militar dos seus países, está intimamente relacionada com o défice económico-financeiro quase crónico, a insuficiência de recursos humanos qualificados e, consequentemente, o baixo domínio da ciência, da técnica e da tecnologia, circunstância esta que lhes coloca na impossibilidade de optar, ao mesmo tempo, pela necessidade de investir na criação de condições para o crescimento e desenvolvimento económico e social nacional, e na de investir no setor da defesa, expondo, deste modo, os respetivos países a riscos e ameaças transnacionais múltiplos à sua segurança, em primeiro lugar, as ligadas à pilhagem dos seus recursos naturais estratégicos, como ocorre com Moçambique.

Sem margem a dúvidas, a caça a esses recursos estratégicos hoje pelas grandes potências e potências mundiais, incluindo as potências económicas emergentes e as ex-potências colonizadoras, inverteu assustadoramente a

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

antiga mas recente fórmula de convivência pacífica e civilizada entre os Estados que a humanidade conheceria.

Em consequência do surgimento desse novo cenário nas relações internacionais entre os Estados, a missão das Forças Armadas, constitucionalmente consagrada, de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial dos seus Estados contra agressões armadas de outros Estados, das grandes potências e potências mundiais em alusão, no lugar disso, passou para a ofensiva, sob a forma de invasões e ocupação de outros Estados ou sob a forma de ameaça e, no caso em estudo, dos Estados predominantemente em vias de desenvolvimento e detentores de vastos recursos naturais energéticos ainda não explorados, com destaque para o petróleo, cujos regimes políticos desses Estados, via de regra, se revelam opostos aos interesses daquelas mencionadas grandes potências e potências mundiais.

12. Necessidade de definição pelo Governo moçambicano de políticas a médio e longo prazos para a defesa dos recursos naturais energéticos descobertos em Moçambique

Do que atrás acaba de ser dito, tendo em atenção que Moçambique é detentor de vastos recursos energéticos, de entre estes o petróleo, o gás natural e o carvão mineral, é previsível que mais tarde ou mais cedo, possa ser alvo de invasão ou, indiretamente, de guerras planificadas para derrubar o Governo do dia, democraticamente eleito, se a sua política for oposta aos interesses vitais das grandes potências e potências mundiais ou, em última instância, dos seus aliados, ou de uma destas.

Diga-se, categoricamente, por isso, que a ideia veiculada entre a sociedade civil moçambicana nos últimos anos, segundo a qual a defesa é um setor improdutivo e, como tal, não constitui prioridade para o destino do Orçamento Geral do Estado, senão para o desenvolvimento económico e social, deve ser refutada e considerada perigosa, do ponto de vista da preservação da

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

independência, da soberania e integridade territorial dos Estados, sobretudo daqueles cuja defesa se revela ainda frágil, como é o caso de Moçambique, pois deve ser defendida contra qualquer agressão armada, quer venha do exterior, quer seja de origem interna pois, a acontecer, as próprias vidas dos cidadãos da sociedade civil estará em perigo, e os recursos naturais do país que seriam explorados em moldes a criar o seu bem-estar, serão pilhados por Estados estrangeiros, e, em primeiro lugar, dos Estados do grupo das grandes potências e potências mundiais, incluindo as ex-potências colonizadoras, sem poder reverter a condição de pobreza endémica infinita dos países em vias de desenvolvimento, a começar por Moçambique.

13. Que razões ditam a não aprovação de verbas visando o reequipamento das FADM para estas defenderem a nossa soberania?

A pergunta que se pode lançar em volta deste delicado e complexo problema, tendo em atenção ao avanço galopante do conjunto de riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados atrás mencionados, e o dilema da aprovação de fundos razoáveis para as Forças Armadas cumprirem integralmente com a sua missão de defesa militar dos seus Estados, missão essa constitucionalmente consagrada, é se os órgãos de soberania diretamente responsáveis em matéria de defesa nacional – no caso em estudo de Moçambique –, não se encontram representados ao mais alto nível, a fim de estudarem a solução equilibrada deste mesmo problema.

A resposta convincente mas simultaneamente paradoxal, pode ser dada transcrevendo taxativamente os tais órgãos, previstos na Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas Moçambicanas, Lei n.º 18/97, de 1 de outubro, no art. 29, o qual estabelece que:

1. Os órgãos de soberania diretamente responsáveis pela defesa nacional e pelas Forças Armadas são os seguintes:

a) Presidente da República;

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

- b) Assembleia da República;
- c) Conselho de Ministros (Governo).

2. São ainda diretamente responsáveis pelas Forças Armadas:

- a) Ministro da Defesa Nacional;
- b) Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Como se pode ver na previsão da lei moçambicana acima transcrita, estão representados ao mais alto nível os órgãos de soberania diretamente responsáveis em matéria de defesa nacional, desde o Presidente da República, que toma decisões em última instância sobre matérias de defesa da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano, até aos executores ao mais alto nível da hierarquia militar – o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Por outras palavras, o Presidente da República garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas nos limites das fronteiras de Moçambique, sendo, por inerência de funções, o Comandante-Chefe das FDS (cfr. n.º 4 do art. 266 da CRM); e, num estudo comparado, na Lei portuguesa, podem encontrar-se iguais previsões, onde a Assembleia da República, órgão supremo da nação que legisla estas matérias, ou seja, compete a este órgão legislar sobre a organização da defesa nacional e a definição dos deveres dela decorrentes, bem assim, legislar sobre as bases gerais da organização, do funcionamento, do reequipamento e da disciplina das Forças Armadas (cfr. alíneas e) e f), do art. 11.º da referida Lei Orgânica); o Governo, que é o órgão de condução da política de defesa nacional e das Forças Armadas e o órgão superior de administração da defesa nacional e das Forças Armadas (cfr. o n.º 1 do art. 12.º da já mencionada Lei Orgânica); o Conselho Superior de Defesa Nacional, órgão específico de consulta para os assuntos relativos à defesa nacional e à organização, funcionamento e disciplina das Forças Armadas (cfr. o n.º 1 do

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

art. 16.º, Idem); o Conselho Superior Militar, que é o principal órgão de consulta do Ministro da Defesa Nacional (cfr. o n.º 1 do art. 18.º, Idem); enfim, encontram-se representados os mais altos órgãos do Estado e do Governo, da Assembleia da República, do Conselho Superior de Defesa Nacional, do Conselho Superior Militar, entre outros órgãos já mencionados, que podiam, com alguma facilidade, encontrar a solução do problema de alocação de fundos entendidos suficientes às Forças Armadas, para estas cumprirem com a sua missão de defesa militar da independência, da soberania e integridade territorial do Estado, constitucionalmente consagrada, em virtude de responderem diretamente sobre as matérias de defesa nacional, em particular, no caso em análise.

Todavia, a questão onde o problema reside, não se prende somente com a perspectiva de representação ao mais alto nível dos diferentes órgãos do Estado ou da soberania competentes que diretamente respondem em matérias de defesa nacional para resolver este problema em estudo, tem a ver, sim, fundamentalmente, com a escassez de recursos naturais, financeiros, materiais e humanos, para estes últimos, ditos como suficientemente qualificados, à altura de satisfazer simultaneamente os imperativos categóricos de criação de condições para o desenvolvimento económico e social por um lado, e, por outro, para investir na defesa da independência, soberania e integridade territorial do Estado, setor que requer todos esses recursos em substanciais quantidades. São poucos os países que conseguem equilibrar entre as necessidades de desenvolvimento económico e social sustentável e as de defesa. De entre estes destacam-se os EUA. Este assunto desenvolve-se com pormenores mais adiante.

Assim, sendo os recursos escassos e as necessidades por satisfazer cada vez mais crescentes, a maior parte dos países, com peso para os Países em Vias de Desenvolvimento, onde se inclui Moçambique, optam por priorizar o seu investimento na criação de condições para o desenvolvimento económico e social, pondo a defesa em segundo plano, o que coloca o país vulnerável às

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

ameaças de guerra e, não raros os casos, da materialização dessas ameaças em guerra efetiva, como ficou recentemente demonstrado em Moçambique (2014-2016), aquando da eclosão da guerra provocada pela Renamo contra o Governo instituído da Frelimo, depois de longos anos de paz, cujo Acordo Geral foi assinado a 4 de outubro de 1992, entre estas duas partes ciclicamente beligerantes, sob a mediação da Comunidade de Santo Egídio, uma organização da Igreja católica italiana, com o apoio do Governo italiano, para voltar a ser assinado outro Acordo de Paz, desta vez no interior de Moçambique, no ano de 2014, nas vésperas das eleições gerais e presidenciais, realizadas a 14 de outubro deste mesmo ano, para pôr termo a estas últimas hostilidades armadas entre os mesmos ex-beligerantes, hostilidades no entanto retomadas em outubro de 2015, por a Renamo não concordar com a derrota nos resultados das eleições gerais anunciados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Porém, pôr a defesa em segundo plano arrasta consigo consequências negativas para a segurança nacional, designadamente no que tange à vulnerabilidade, traduzida em riscos e ameaças transnacionais à segurança nacional de difícil controle, viradas, essencialmente, à pilhagem de recursos naturais de que o país disponha, e à instabilização do Estado no interior das suas fronteiras, nomeadamente através de grupos rebeldes nacionais armados, apoiados, financiados e muitas vezes treinados e equipados pelo estrangeiro.

Sobre o assunto em discussão, aponte-se o caso de Moçambique, país que após alcançar o Acordo Geral de Paz (AGP), assinado a 4 de outubro de 1992, em Roma, entre a Frelimo e a Renamo, conforme se acaba de fazer menção, resultante da guerra que durou dezasseis anos, envolvendo estas duas partes, optou por investir prioritária e maioritariamente na economia nacional, pondo a defesa em segundo plano, mesmo o Governo sabendo da propagação de riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados que pairam hoje a nível internacional, protagonizados maioritariamente por atores não estatais, atrás suficientemente mencionados.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

O resultado prático imediato desta opção, foi a pilhagem desenfreada dos recursos marinhos, levada a cabo por barcos piratas estrangeiros em quase toda a costa marítima moçambicana, como resultado da falta de meios adequados e suficientes pela Marinha de Guerra de Moçambique, ramo responsável pelo patrulhamento dessa vasta costa marítima; a exploração ilegal de recursos naturais no espaço terrestre e no subsolo, nomeadamente de pedras preciosas e semi-preciosas, de ouro, respetivamente, nas províncias centrais de Manica, Zambézia e Sofala, e na nortenha de Nampula, distrito de Murrupula; o abate clandestino e descontrolado de madeira e sua posterior exportação ilegal para países maioritariamente asiáticos, devido a falta de reequipamento do Exército para o controle das fronteiras terrestres e o inetrório do território nacional. A violação do espaço aéreo nacional por aeronaves, civis e militares, estrangeiras, com destino primordial aos locais onde se situam recursos naturais estratégicos, para a sua ulterior pilhagem, devido a escassez de meios aéreos para o controle do espaço aéreo nacional por parte da Força Aérea moçambicana.

Outro resultado mais caro que custou ao país resultante daquela opção de relegar a defesa para o plano marginal, foi o reassender do conflito armado entre as duas partes outrora beligerantes atrás apontadas, o qual vem ceifando centenas de vidas de cidadãos moçambicanos, entre civis, militares e polícias, destruiu infraestruturas, bens económicos e sociais importantes, tanto de agentes económicos públicos e privados como das populações em geral; paralisou temporariamente as aulas nas escolas onde o conflito armado se concentrou, nomeadamente nas zonas de Santungira, em Gorongosa, Muxúnguè, Chibabava, todas na província central de Sofala, e, por curto tempo, nas províncias de Nampula e Inhambane, e posteriormente nas províncias de Tete, Manica e Zambézia (a partir de outubro de 2015, depois das eleições gerais e presidenciais que deram vitória à Frelimo e ao seu candidato, Filipe Jacinto Nyusi, no entanto reivindicadas pela Renamo, conforme atrás se referiu), situação esta que veio a regredir o ritmo acelerado que a economia

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

nacional vinha registando e, de certo modo, o investimento estrangeiro reduziu substancialmente durante este período.

Todas as práticas ilegais acabadas de apontar, vêm sendo cometidas por estrangeiros de diversas nacionalidades, predominantemente provenientes da costa somáli, nigerianos e asiáticos, em conluio com cidadãos moçambicanos. Consequentemente, o país sendo rico em diversos recursos naturais que poderiam ser explorados para o crescimento e desenvolvimento económico e social em prol do bem-estar dos moçambicanos, torna-se país empobrecido, não conseguindo defender a sua vasta riqueza natural.

A este propósito, vem a máxima de Nogueira Freire (2005), de *defender o quê e com quê*, in *Pensar a Segurança e Defesa*, que implica, desde logo, defender Moçambique, com os meios adequados e necessários para os três ramos (Exército, Força Aérea e Marinha), contra as violações dos espaços terrestre, aéreo e marítimo nacionais levadas a efeito por estrangeiros, simultaneamente, contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna, bem como contra os riscos e ameaças transnacionais à segurança do Estado Moçambicano, perpetrados por atores predominantemente não estatais, que passaram a intervir ativamente nas relações internacionais, cujo reequipamento destas forças é da responsabilidade primária e constitucional do Estado Moçambicano.

Em síntese, torna-se sempre necessário que os órgãos de soberania diretamente responsáveis em matéria de defesa nacional, ao discutirem e aprovarem o OGE, tomem em linha de conta a necessidade de equilibrar, dentro dos princípios da racionalidade e razoabilidade, entre as necessidades de investimento na área de desenvolvimento económico e social e as de investimento no setor da defesa, pese embora reconhecendo-se a escassez de recursos económico-financeiros e materiais, por forma a que as Forças Armadas cumpram a sua missão genérica de defesa militar da independência, da soberania e integridade territorial do Estado contra eventuais agressões

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

armadas externas de outros Estados e de origem interna, missão esta constitucionalmente consagrada. Portanto, não há economia que se desenvolva de forma sustentada sem a componente defesa e vice versa.

Sobre a dificuldade de equilibrar as necessidades do setor da segurança e defesa com a necessidade de desenvolvimento económico e social, e as negativas consequências que daí advêm, Capitão Ginga, autor suficientemente referenciado neste capítulo, refere que “É importante saber definir, em cada momento, o ponto de equilíbrio de desenvolvimento da força nacional, tendo presente que, por um lado, a segurança se estrutura sobre uma base de desenvolvimento e social, abaixo da qual se degrada a capacidade de realizar esforços estratégicos e que, por outro lado, o desenvolvimento se estrutura sobre uma base de segurança, abaixo da qual não dispõe da capacidade de preservação dos interesses económicos e sociais” (Ginga; 2014, p. 172).

Esta preocupação com a segurança e defesa do Estado Moçambicano não é somente do autor-investigador desta Tese, na sua qualidade de cidadão moçambicano. Cidadãos de outros Estados há também que se preocupam com este assunto da mais alta relevância nacional, com os seus Estados. Por exemplo, o angolano Capitão Ginga (2014, p. 172), autor que atrás se fez citação, refere que “Assim e como já o era na Antiga Ordem na qual a finalidade dominante dos Estados sempre foi a garantia da Defesa Militar, nestes novos tempos marcados pelos mercados financeiros o poder económico continua a não substituir a segurança militar, apesar das alterações ocorridas no leque dos instrumentos da “política internacional”. Ginga prossegue, observando que “Esta situação implica que, apesar do crescimento económico verificado em Angola, “a segurança militar jamais poderá ser descurada”, por ser uma condição necessária para a prossecução de todos interesses permanentes do Estado e da sua afirmação, enquanto peça do xadrez mundial”.

“Por isso, numa altura em que Angola se encontra em franco crescimento, em que se regista um fortalecimento das capacidades económicas do país e existe uma melhoria gradual das condições psicossociais das populações, o país não poderá menosprezar o papel das FA, devendo pois canalizar um maior investimento nestas; a não ser assim, o País torna-se mais vulnerável à coação militar de possíveis adversários.”, (Ginga; 2014, p. 172).

Em face da problemática acabada de colocar, o autor-investigador recomenda ao Estado moçambicano, no sentido de rever as suas políticas no âmbito da segurança e defesa, tanto externa como interna do país, de certo modo desajustadas à atual situação da segurança nacional, caracterizada pelo

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

conflito armado conduzido pela Renamo contra o Governo instituído da Frelimo, e pela rápida difusão de múltiplos riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, suficientemente mencionados ao longo do desenvolvimento do tema em estudo, tanto no plano internacional como a nível interno, com vista a possibilitar o reequipamento das suas FDS, em particular das FADM, visando garantir a defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado moçambicano contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados, tendo ainda em consideração as atuais descobertas dos atrás apontados recursos naturais energéticos, pese embora com a redução de preços que se regista atualmente no mercado internacional neste setor.

Concluindo, com a situação surgida a partir do fim da Guerra Fria, que quebrou as tradicionais ameaças à paz e segurança internacionais, particularmente na Europa, onde Moçambique recebe maior parte dos financiamentos do seu OGE; surgiu a globalização que trouxe consigo múltiplos riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados; eclodiu a crise económica e financeira internacional em 2008, iniciada nos EUA, passando a segurança e defesa para o plano secundário, e, em contrapartida, os governos passaram a concentrar as suas prioridades para o plano de desenvolvimento económico e social, devido à dificuldade de equilibrar as necessidades do setor da segurança e defesa com este último, face à escassez de recursos económico-financeiros, constituindo um verdadeiro dilema perante dois problemas de solução nacional inadiável.

CAPÍTULO III

Enquadramento da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, da Lei da Política de Defesa e Segurança, da Lei do Conselho Nacional de Defesa e Segurança na Constituição da República, do Conceito Estratégico de Defesa Nacional na Resolução n.º 42/2006, de 26 de Dezembro, do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, da Organização das FADM e missões dos seus Ramos

No presente capítulo analisa-se o enquadramento na Constituição da República de Moçambique da Lei n.º 18/97, de 7 de Outubro, Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, da Lei n.º 17/97, de 7 de Outubro, que aprova a Política de Defesa e Segurança, da Lei n.º 8/96, de 5 de Junho, que aprova o Conselho Nacional de Defesa e Segurança, da Lei n.º 2/2005, de 12 de Abril, que altera a Lei n.º 8/96, de 5 de Junho, o enquadramento na Resolução n.º 42/2006, de 26 de Dezembro, do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, bem como da Organização das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e as missões que são atribuídas aos seus Ramos.

1. Enquadramento na Constituição da República de Moçambique da Lei nº 18/97, de 7 de Outubro, Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas

1.1. Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas

Foi aprovada pela Assembleia da República aos 31 de Julho de 1997, com o seguinte preâmbulo:

A necessidade de atualizar o quadro legal e institucional subjacente ao sistema de defesa nacional e de consagrar os princípios fundamentais normadores da Política de Defesa Nacional e da instituição especificamente encarregada de assegurá-la por via militar – as Forças Armadas – determina a aprovação da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, enquanto instrumento jurídico básico nesta matéria.

A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas tem um título, com um total de oito artigos. Destes, serão desenvolvidos os mais relevantes para a defesa nacional, designadamente:

- TÍTULO I – Princípios gerais
- CAPÍTULO I – República

O art. 1, Defesa Nacional, estabelece que:

“A defesa nacional é atividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos que visa defender a independência nacional, preservar a soberania, a unidade e a

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

integridade do país e garantir o funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos contra qualquer ameaça ou agressão armada”.

O art. 4, que define os objetivos permanentes da política de defesa prevê que:

“A defesa nacional prossegue os seguintes objetivos permanentes:

- a) garantir a independência nacional e a soberania;
- b) consolidar a paz, a democracia e a unidade nacional;
- c) assegurar a integridade territorial e a inviolabilidade do território nacional;
- d) salvaguardar a liberdade e a segurança das populações bem como a proteção dos seus bens e do património nacional;
- e) garantir a liberdade de ação dos órgãos de soberania o funcionamento das instituições e a realização das tarefas fundamentais do Estado;
- f) contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da comunidade nacional, de modo a que possa prevenir ou reagir pelos meios legítimos adequados;
- g) assegurar a manutenção ou o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais”.

Os objetivos permanentes da política de defesa atrás citados, mesmo que haja revisão da lei, em regra, eles não são alterados de qualquer maneira, isto é, mantêm-se os mesmos, pois são prosseguidos em todas as épocas, salvo mudanças políticas radicais conjunturais nacionais e internacionais profundas.

O art. 5, que faz a caracterização e divulgação da defesa nacional, determina que:

- “1. a defesa nacional tem caráter nacional e permanente, exercendo-se a todo o tempo e em qualquer lugar;
- 2. a defesa nacional tem natureza global, abrangendo uma componente militar e outra componente não militar;
- 3. cabe a todos os órgãos do Estado promover as condições indispensáveis ao cumprimento da Política de Defesa Nacional;
- 4. a necessidade da defesa nacional, os deveres dela decorrentes e as linhas gerais da Política de Defesa Nacional são objeto de informação pública”.

Para o conhecimento dos cidadãos e o consequente cumprimento das matérias da defesa nacional, a sua caracterização e divulgação revela-se importante, pois, dessa forma, justificará a aplicação de sanções pelo Estado, em caso de incumprimento por parte de qualquer cidadão.

Por outro lado, num país de diversidade linguística, como Moçambique, e em que a maior parte da população pouco fala a língua portuguesa, língua oficial em Moçambique (cfr. art. 10 da CRM), a sua divulgação em línguas

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

maternas locais, usando-se preferencialmente a Rádio, que muitos cidadãos têm acesso, afigura-se igualmente importante e prático.

O art. 6, que define a execução da Política da Defesa Nacional, prevê que:

“Compete ao Conselho de Ministros conduzir a Política de Defesa Nacional e definir as linhas gerais da execução da política governamental em matéria de defesa nacional”.

O Conselho de Ministros sendo o Governo de Moçambique, é por via disso, o órgão por excelência para definir as linhas gerais de como deve ser executada a política governamental no que concerne a defesa nacional.

O art. 7, que define o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, estabelecendo que:

“1. O conceito estratégico de defesa nacional é a definição dos aspetos fundamentais da estratégia global do Estado, adotado para a consecução dos objetivos da Política de Defesa Nacional.

2. No contexto da Política de Defesa Nacional, é aprovado pelo Conselho de Ministros o conceito estratégico de defesa nacional”.

Uma vez definidos os aspetos fundamentais da estratégia global do Estado caberá, passo subsequente, a consecução dos objetivos da Política de Defesa Nacional pelos órgãos competentes.

O art. 8, que define as responsabilidades pela defesa nacional, determina que:

- “1. a defesa da pátria dever fundamental de todos os moçambicanos;
2. a atividade de defesa nacional cabe à comunidade nacional em geral, a cada cidadão em particular e é assegurada pelo Estado constituindo especial responsabilidade dos órgãos centrais do Estado;
3. É dever individual de cada cidadão moçambicano a passagem à resistência, ativa e passiva, nas áreas do território nacional ocupadas por forças agressoras;
4. Os titulares dos órgãos de soberania que estejam impedidos de funcionar livremente têm o dever de agir no sentido de criar condições para recuperar a liberdade de ação e para orientar a resistência, com vista ao restabelecimento da independência nacional e da soberania”.

Neste artigo encontra-se definido o dever geral e particular de todos os cidadãos de participar na defesa da pátria moçambicana, sendo o seu cumprimento assegurado pelo Estado, através dos seus órgãos centrais.

Quando ocorra uma situação anormal de continuidade de funcionamento dos órgãos de soberania, como nos casos de agressão armada externa ou de golpe de Estado, a lei aqui estabelece o dever destes agirem por forma a

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

recuperarem a liberdade de ação, nomeadamente resistindo no sentido de restabelecerem a independência e a soberania então perdidas.

2. Estatutos dos Militares das Forças Armadas

Os Estatutos dos Militares das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, aprovados pelo Decreto n.º 46/2008, que introduz alterações em alguns artigos dos Estatutos dos Militares das Forças Armadas aprovados pelo Decreto n.º 4/98, de 17 de fevereiro, no art. 211, quanto ao posto do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, estabelecem que:

“O Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas tem o posto de General de Exército ou Almirante e é hierarquicamente superior a todos os Oficiais Gerais, sendo nomeado e exonerado nos termos da lei”.

Quanto ao Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o art. 212, dos referidos Estatutos, prevê que:

“O Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, tem o posto de Tenente-General ou Vice-Almirante, segue em precedências o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, é hierarquicamente superior a todos os Oficiais Gerais do mesmo posto e é nomeado e exonerado nos termos da lei”.

Nos artigos 211 e 212 dos Estatutos dos Militares das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, que foram aprovados pelo Decreto n.º 4/98, de 17 de fevereiro, resultante das alterações feitas pelo Decreto n.º 46/2008, definem-se os postos do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, e do seu Vice-Chefe, sendo o de General de Exército, caso seja do ramo do Exército ou Almirante, caso seja do ramo da Marinha de Guerra, sendo hierarquicamente superiores a todos os Oficiais Gerais dos mesmos postos, respetivamente, sendo exonerados somente nos termos em que a lei estabelece para estes fins.

Em relação aos Comandantes de Ramo das Forças Armadas, o art. 213, dos atrás mencionados Estatutos, estabelece que:

“Os Comandantes de Ramos do Exército e Força Aérea têm o posto de Major-General e o da Marinha de Guerra o de Contra-Almirante”.

Relativamente aos postos dos Chefes dos Estados-Maiores de Ramos, o art. 214, dos já mencionados Estatutos, determina que:

“Os Chefes dos Estados-Maiores dos Ramos do Exército e Força Aérea, têm o posto de Brigadeiro e o da Marinha de Guerra o de Comodoro”.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Nos artigos 213 e 214 dos atrás referidos Estatutos, quanto aos Comandantes de Ramo das Forças Armadas e aos Chefes dos Estados-Maiores dos Ramos do Exército e Força Aérea, aos primeiros definem o posto de Major-General e o da Marinha de Guerra o de Contra-Almirante, enquanto para estes últimos, o posto de Brigadeiro e o da Marinha de Guerra o de Comodoro, respetivamente.

Quanto à hierarquia superior do Estado-Maior General das Forças Armadas e dos Ramos, o art. 216 dos estatutos que vêm sendo mencionados, determina que:

“Ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e aos Comandantes dos Ramos compete estabelecer o ordenamento hierárquico dos restantes oficiais gerais que prestem serviço na sua dependência, de acordo com a natureza dos cargos que ocupam”.

O art. 216 dos Estatutos, vem dar a competência ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e aos Comandantes dos Ramos, no sentido de estabelecer o ordenamento hierárquico dos demais oficiais gerais que prestem serviço na sua dependência, consoante a natureza dos cargos que ocupam dentro da estrutura orgânica.

3. Organização das FADM e missões dos seus Ramos

3.1. No que respeita à Organização das FADM, o art. 19, que define a composição e organização das Forças Armadas, estabelece que:

1. As Forças Armadas são constituídas exclusivamente por cidadãos moçambicanos.
2. A organização das Forças Armadas é única para todo o território nacional e baseia-se no serviço militar.
3. As Forças Armadas são compostas por ramos e serviços.
4. Os ramos das FADM são o Exército, a Força Aérea e a Marinha.

No que respeita à Organização das FADM e missões dos seus Ramos, o art. 19 dos Estatutos define serem somente cidadãos moçambicanos que devem constituir as Forças Armadas, não havendo outra forma de organização em todo o território nacional, e baseando-se no serviço militar.

Quanto à composição, as FADM compreendem três ramos, nomeadamente o Exército, a Força Aérea e a Marinha, incluindo serviços.

O art. 20, que estabelece os princípios de organização das Forças Armadas, prevê que:

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

1. A organização das Forças Armadas tem como objetivos essenciais o aprontamento eficiente e o emprego operacional eficaz das forças no cumprimento das missões atribuídas.

(...)

3. No respeito pela sua missão genérica, a organização permanente das Forças Armadas, em tempo de paz, deve permitir que a transição para estados de crise ou de guerra se processe com o mínimo de alteração possível.

Neste art. 20, dos Estatutos, a lei pretende que a organização das FADM tenha um aprontamento eficiente e, o emprego operacional, seja eficaz no cumprimento das missões que lhes são atribuídas. Para isso, em tempo de paz, as FADM devem transitar para os estados de crise ou de guerra sem grandes alterações.

O art. 21, que determina o funcionamento das Forças Armadas, estabelece que:

1. É assegurada de forma permanente a preparação do país, em particular das Forças Armadas, para a defesa da pátria.
2. O funcionamento das Forças Armadas em tempo de paz deve ter, principalmente em vista, prepará-las para fazer face a quaisquer ameaças ou agressões externas.
3. A atuação das Forças Armadas desenvolve-se no respeito da Constituição e da lei, na execução da Política de Defesa Nacional definida e do conceito estratégico de defesa nacional, por forma a corresponder às normas e orientações estabelecidas nos seguintes níveis:
 - a) conceito estratégico militar;
 - b) missões das Forças Armadas;
 - c) sistemas de forças;
 - d) dispositivo.

Neste art. 21, dos Estatutos, o legislador ordinário estabelece a necessidade do país estar permanentemente preparado, através da prontidão das suas Forças Armadas, com vista à defesa militar da pátria moçambicana contra quaisquer agressões armadas externas de outros Estados.

Assim, na sua atuação, as FADM são obrigadas a respeitar a Constituição e a lei durante a implementação da Política de Defesa Nacional traçada, e do conceito estratégico de defesa nacional, de modo a corresponder às normas e orientações estabelecidas nos níveis do conceito estratégico militar, das missões das Forças Armadas, dos sistemas de forças e do dispositivo.

O art. 22, que define o Conceito Estratégico Militar, preconiza que:

1. O conceito estratégico militar é a definição dos aspetos da estratégia militar a adotar pelas Forças Armadas com vista a cumprir as missões que lhe são atribuídas.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

2. O conceito estratégico militar é proposto pelo Ministro da Defesa Nacional e aprovado pelo Presidente da República.

Neste art. 22, dos Estatutos, onde se define o Conceito Estratégico Militar como sendo a determinação dos aspectos da estratégia militar a ser adotada pelas Forças Armadas, visando cumprir as missões que legalmente lhes são atribuídas.

O Ministro da Defesa Nacional é quem propõe a aprovação do conceito estratégico militar pelo Presidente da República.

O art. 23, que define a Missão das Forças Armadas, prevê que:

1. A missão genérica das Forças Armadas consiste em assegurar a defesa militar contra quaisquer ameaças ou agressões externas.
2. Dentro da missão genérica referida no número anterior, são definidas pelo Presidente da República, as missões específicas das Forças Armadas.
3. As Forças Armadas podem desempenhar outras missões de interesse geral a mando do Estado, ou colaborar em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Neste art. 23, dos Estatutos, a lei define a missão principal das Forças Armadas, a qual deve garantir a defesa militar do Estado moçambicano contra quaisquer ameaças ou agressões armadas externas de outros Estados. Dentro desta sua missão principal, o Presidente da República define as missões específicas das Forças Armadas.

Além da sua missão principal, as Forças Armadas podem também desempenhar outras missões de interesse geral por determinação do Estado, bem como colaborar em atividades que dizem respeito à satisfação das necessidades básicas e à melhoria da qualidade de vida das populações.

O art. 26, que define a constituição do Sistema de Forças e Dispositivo, detmina que:

1. O sistema de forças nacional é constituído por:
 - a) uma componente operacional, englobando o conjunto de forças e meios relacionados entre si numa perspetiva de emprego integrado;
 - b) Uma componente fixa ou territorial, englobando o conjunto de órgãos e serviços essenciais à organização e apoio geral das Forças Armadas.
- (...)

O art. 26, que traça os objetivos do Sistema de Forças e Dispositivo, estabelece que:

4. Os principais objetivos do sistema de forças permanentes são:

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

- a) constituir um dissuasor credível;
 - b) instruir um contingente nacional com base no serviço efetivo normal, cuja mobilização faculta a capacidade nacional máxima para a defesa do território, em caso de ameaça externa.
5. Compete, ao Presidente da República, a definição dos sistemas de forças necessários ao cumprimento das missões das Forças Armadas.

No art. 26, dos Estatutos, estabelecem-se os componentes do sistema de forças nacional, são traçados os objetivos principais do Sistema de Forças e Dispositivo; é atribuída ao Presidente da República a competência de definir os sistemas de forças entendidos necessários para o cumprimento das missões das Forças Armadas.

CAPÍTULO II – Estrutura Superior da Defesa Nacional

O art. 29, que define os órgãos de soberania diretamente responsáveis pela defesa nacional, determina que:

“1. Os órgãos de soberania diretamente responsáveis pela defesa nacional e pelas Forças Armadas são os seguintes:

- a) Presidente da República;
 - b) Assembleia da República;
 - c) Conselho de Ministros.
2. São ainda diretamente responsáveis pelas Forças Armadas:
- a) Ministro da Defesa Nacional;
 - b) Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas”.

No presente art. 29, dos Estatutos, são definidos os diferentes órgãos de soberania que são diretamente responsáveis pela defesa nacional, desde o Presidente da República ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o que implica, legalmente, que só são estes os órgãos que diretamente respondem pelas Forças Armadas e, só uma exceção determinada por lei, pode estabelecer o contrário desta previsão legal.

CAPÍTULO III – Estrutura Superior das Forças Armadas

O art. 34, que fixa a Estrutura das Forças Armadas, estabelece que:

A estrutura das Forças Armadas compreende:

- a) o Estado-Maior General das Forças Armadas;
- b) os ramos do Exército, da Força Aérea e da Marinha;
- c) os órgãos militares de comando das Forças Armadas.

Neste art. 34, dos Estatutos, é fixada a Estrutura das Forças Armadas, ou seja, os diferentes órgãos que a compõem, do topo à base (do Estado-Maior

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

General das Forças Armadas até os órgãos militares de comando das Forças Armadas).

O art. 35, que fixa a composição da Organização do Estado-Maior General das Forças Armadas, determina que:

O Estado-Maior General das Forças Armadas compreende:

- a) o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas;
- b) o Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas;
- c) os departamentos e órgãos de apoio do Estado-Maior General;
- d) os órgãos de conselho;
- e) os órgãos de inspecção;
- f) os órgãos de implantação territorial;
- g) os comandos operacionais que eventualmente se constituam.

Finalmente, neste art. 35, dos Estatutos, a lei determina a composição da Organização do Estado-Maior General das Forças Armadas, que começa do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas até os comandos operacionais que eventualmente venham a ser constituídos.

4.1. Missões dos Ramos das FADM – Exército, Força Aérea e Marinha de Guerra

As missões dos três ramos das FADM, nomeadamente o Exército, a Força Aérea e a Marinha de Guerra, tanto gerais como específicas, encontram-se desenvolvidas mais adiante, no capítulo V desta Tese.

1. Enquadramento na Constituição da República de Moçambique da Lei nº 8/96, de 5 de junho, alterada pela Lei nº 2/2005, de 12 de abril, que aprova o Conselho Nacional de Defesa e Segurança

Esta lei tem a sua base legal no artigo 268 da Constituição da República, com o seguinte preâmbulo:

“A defesa da independência nacional, a preservação da soberania, integridade do país, a garantia do funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos exigem a definição e funcionamento de instrumentos apropriados”.

Tem três artigos, quais sejam:

O art. 1, que define o Conselho Nacional de Defesa e Segurança, prevê que:

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

“O Conselho Nacional de Defesa e Segurança (CNDS) é o órgão consultivo do Presidente da República na sua qualidade de Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança para assuntos relativos à soberania nacional, integridade territorial, defesa do poder democraticamente instituído e à segurança da Nação Moçambicana”.

Com este art. 1, dos Estatutos, que define o Conselho Nacional de Defesa e Segurança, veio a preencher-se uma lacuna que há muito se sentia na criação dum órgão como este, por intermédio do qual o Presidente da República se valesse para consultar as complexas matérias que compreendem a Defesa e Segurança.

O art. 2, que define a composição do Conselho Nacional de Defesa e Segurança, estabelece que:

“1. O CNDS é convocado e presidido pelo Presidente da República e tem a seguinte composição:

- a) o Primeiro-Ministro;
- b) o Ministro da Defesa Nacional;
- c) o Ministro do Interior;
- d) o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
- e) o Ministro das Finanças
- f) o Ministro dos Transportes e Comunicações;
- g) o Ministro da Justiça;
- h) o Director-Geral do SISE;
- i) o Chefe do Estado-Maior General das FADM;
- j) o Comandante-Geral da Polícia;
- k) dois membros designados pelo Presidente da República;
- l) cinco membros eleitos pela Assembleia da República;

2. O Presidente da República pode convocar, para participarem nas reuniões do Conselho, outras entidades, de acordo com a matéria a tratar”.

No art. 2, dos Estatutos, onde se define a composição do Conselho Nacional de Defesa e Segurança, encontram-se, seguramente, os titulares dos órgãos-chave para a garantia da defesa e segurança da Nação, que, periodicamente, analisam a evolução da situação da segurança e defesa do país e posteriormente encaminham ao Presidente da República, na sua qualidade de Comandante-Chefe das FDS, com vista a tomar decisões pertinentes e oportunas em cada momento e aos casos concretos que surgem e lhe são submetidos para apreciação e tomada de decisão conscienciosa.

O art. 3, que define as competências do Conselho Nacional de Defesa e Segurança, determina que:

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

"1. Compete ao CNDS:

- a) Pronunciar-se sobre o estado de guerra antes da sua declaração;
- 2. Pronunciar-se sobre a suspensão das garantias constitucionais e a declaração do estado de sítio ou do estado de emergência;

- a) Pronunciar-se sobre a política nacional de defesa e segurança;

(...)

- f) Pronunciar-se sobre missões de paz no estrangeiro.

2. Compete, ainda, ao CNDS pronunciar-se e emitir pareceres sobre os seguintes assuntos:

- a) Conceito de Defesa Nacional e conceito estratégico militar, bem como

- b) as missões das Forças Armadas e o respetivo sistema de forças;

- c) Legislação respeitante à organização, funcionamento e disciplina das

- d) Forças de Defesa e de Segurança (...);

(...)

- f) Nomeação, exoneração e demissão do Chefe e Vice-Chefe do EMG;

g) Promoção a Oficial general e as promoções de Oficiais das Forças Armadas ou equivalentes nas demais forças de segurança".

Neste art. 3, dos Estatutos, onde se definem as competências do Conselho Nacional de Defesa e Segurança, o conjunto dessas competências dá aos membros deste Conselho a possibilidade de apreciarem com apurada responsabilidade os vários assuntos da defesa e segurança que surgem no momento e se pronunciarem no sentido de o Presidente da República tomar a melhor decisão, consoante a natureza e a gravidade do assunto.

2. Enquadramento na Constituição da República de Moçambique da Lei nº 17/97, de 7 de Outubro – Lei da Política de Defesa e Segurança

Esta lei tem a sua base legal no art. 265 da Constituição da República, com o preâmbulo seguinte:

"A garantia da independência nacional e integridade territorial, a consolidação da unidade nacional, o desenvolvimento do país, pressupõem a existência de uma Política de Defesa e Segurança que, inspirando-se na resistência secular do nosso povo contra a dominação estrangeira e atendendo às situações conjunturais no país, região, no continente e no quadro internacional, estabeleça modalidades aptas a atender aos imperativos de defesa e segurança do país.

Tem quatro capítulos, quais sejam:

CAPÍTULO I – Disposições gerais;

CAPÍTULO II – Defesa Nacional;

CAPÍTULO III – Segurança Interna;

CAPÍTULO IV – Segurança do Estado;

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Tem seis artigos, nomeadamente:

O art. 1, que define a Política de Defesa e Segurança, estabelece que:

"A Política de Defesa e Segurança (PDS) é um conjunto de princípios, objetivos e diretrizes, que visa defender a independência nacional, preservar a soberania e a integridade do país e garantir o funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos".

Neste art. 1, dos Estatutos, em que se define a Política de Defesa e Segurança, ela constitui um dos pilares fundamentais na garantia da defesa da independência nacional, na preservação da soberania e da integridade territorial do Estado Moçambicano, ao mesmo tempo que visa assegurar o funcionamento normal das instituições, bem assim da segurança dos cidadãos.

O art. 2, que estabelece os princípios básicos da Política de Defesa e Segurança, prevê que:

"A PDS assenta nos seguintes princípios:

- a) Responsabilidade do cidadão na defesa da pátria e na promoção da segurança do Estado e da ordem pública;
- b) Envolvimento de todos os setores do Estado e da sociedade na defesa e segurança nacional;
- c) Unidade da nação e na defesa dos seus interesses;
- d) Reforço da unidade nacional;
- e) Apartidarismo das instituições de defesa e de segurança (...);
- f) Fidelidade exclusiva à Constituição, à lei, à Nação e dever especial de obediência ao Presidente da República, na sua qualidade de Comandante-Chefe;
- g) Prossecução de uma política de paz, só recorrendo à força em caso de legítima defesa;
- h) Primazia de prevenção e solução negociada de conflitos;
(...)
- k) Proibição de incorporação (...) de cidadãos menores de 18 anos de idade (...)"

No presente art. 2, dos Estatutos, onde são estabelecidos os princípios básicos da Política de Defesa e Segurança, estes assentam, essencialmente, no dever cívico-patriótico de todos os cidadãos moçambicanos participarem na defesa da pátria, na garantia da unidade nacional, por esta ser indispensável para o progresso, quer das FADM, quer da própria sociedade, no assegurar do apartidarismo das FADM, na fidelidade escrupulosa à Constituição da República, às leis e à Nação, assim como ao Presidente da República, na qualidade que lhe é investida, de Comandante-Chefe das FDS, na prossecução duma política de

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

coexistência pacífica, abstendo-se do uso da força, recorrendo-o como último recurso quando se trate de legítima defesa.

Por último, como forma de evitar o traumatismo de menores, a lei proíbe a incorporação de menores de 18 anos de idade nas FADM.

O art. 3, que define os objetivos da PDS, preconiza que:

"A PDS assenta nos seguintes objectivos fundamentais:

- a) Garantir a independência, a soberania, a integridade e a inviolabilidade do território nacional;
- b) Defender e consolidar a unidade nacional;
- c) Garantir a defesa e o funcionamento normal das instituições;
- d) Defender o património e os interesses vitais e estratégicos nacionais;
- e) Salvaguardar a segurança interna e externa do Estado;
- (...)
- k) Assegurar mecanismos visando a prevenção e o socorro às populações em caso de ocorrências de calamidades e acidentes;
- l) Contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da comunidade nacional, de modo a permitir a sua participação eficaz na defesa e estabilidade do país;
- m) Proteger o segredo do Estado, nos termos da lei;
- n) Garantir o desenvolvimento económico e social".

Este art. 3, dos Estatutos, define os objetivos que a Política de Defesa e Segurança prossegue, visando garantir que a independência, a soberania, a integridade territorial do Estado não sejam violadas. Ao mesmo tempo, assegura a defesa e o funcionamento contínuo das instituições, bem como o património e os interesses vitais e estratégicos da Nação; salvaguarda a segurança interna e externa do Estado. Cria condições de prevenção e socorro às populações em caso de ocorrências de calamidades e acidentes naturais.

Paralelamente, a PDS visa contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais das populações a nível nacional, por forma a permitir a sua participação eficaz na defesa e estabilidade do país, assim como assegurar o desenvolvimento económico e social do país.

O art. 4, que faz a caracterização da PDS, estabelece que:

"A PDS tem a seguinte caracterização:

- a) a defesa e segurança são atividades permanentes e exercem-se a todo o tempo e em qualquer lugar;
- b) A defesa e segurança têm carácter global, abrangendo as componentes militares e não militar tendo em vista garantir, em todas as circunstâncias e contra todas as formas de agressão, a segurança e integridade do território, bem como a vida e bens da população;

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

d) A defesa da independência, soberania e integridade territorial é dever sagrado e honra de todos os cidadãos moçambicanos;

e) As modalidades, as carreiras militares e a duração da prestação do serviço militar são estabelecidas por legislação específica”.

Este artigo 4, dos Estatutos, tratou de caracterizar de forma genérica o âmbito de aplicação da Política de Defesa e Segurança.

O art. 5, que estabelece a Orgânica das Forças de Defesa e Segurança, prevê que:

“As estruturas superiores da orgânica das Forças de Defesa e Segurança (FDS) são fixadas por lei, sendo a sua organização, funcionamento e competência reguladas por decreto do Conselho de Ministros”.

O art. 6, que define o órgão que fixa a política de equipamento das Forças de Defesa e Segurança, determina que:

“A política de equipamento das Forças de Defesa e Segurança é fixada pelo Conselho de Ministros”.

CAPÍTULO I – Disposições gerais

CAPÍTULO II - Defesa Nacional

O art. 7, que define a Defesa Nacional, preconiza que:

“A Defesa Nacional é a atividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos, que visa assegurar a independência e a unidade nacional, preservar a soberania, a integridade e a inviolabilidade do país e garantir o funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos contra qualquer ameaça ou agressão armada”.

O art. 8, que fixa a responsabilidade da entidade que assegura a componente militar e a não militar da Defesa Nacional, estabelece que:

“A componente militar da Defesa Nacional é assegurada pelas FADM e a não militar pelos demais órgãos do Estado”.

O art. 9, que define a atuação das FDS em Estado de Sítio ou Estado de Guerra, prevê que:

1. Cabe ao Presidente da República a direção superior da guerra, na sua qualidade de Comandante-Chefe.

2. Em Estado de Sítio ou Estado de Guerra as FDS ficam colocadas, para efeitos operacionais, sob comando do CEMGFA, a quem incumbe a condução militar da guerra.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

O art. 10, que define a missão genérica das Forças Armadas, determina que:

“As Forças Armadas têm fundamentalmente as seguintes missões:

- a) Defender os interesses vitais do país contra todas as formas de ameaça ou agressão;
- b) Garantir a integridade do território nacional, a soberania, a liberdade dos cidadãos e a segurança dos meios do desenvolvimento da Nação;
- c) Assegurar o funcionamento normal das instituições em todas as circunstâncias e face a quaisquer ameaças diretas ou indiretas;
- d) Participar na proteção dos organismos, instalações ou meios civis determinantes para a manutenção da vida das populações, bem como tomar medidas de prevenção e de socorro que se requeiram em determinadas circunstâncias por decisão da autoridade competente;
- e) Participar em ações tendentes à manutenção da paz e ao respeito do direito internacional;
- e) Contribuir para a defesa e a segurança da região e do continente;
- f) apoiando as acções de prevenção e de resolução de conflitos;
- g) Assegurar a defesa do território nacional face a todo o tipo de ameaça incluindo o terrorismo”.

CAPÍTULO III – Segurança Interna

O art. 11, que define a Segurança Interna, determina que:

“A Segurança Interna é a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger as pessoas e bens, prevenir a criminalidade, contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela Constituição e pela legalidade”.

O art. 12, que define o órgão responsável pela ordem, segurança e tranquilidade públicas, determina que:

“A ordem, segurança e tranquilidade públicas são asseguradas pela Polícia da República de Moçambique (PRM) e demais instituições criadas por lei, com apoio da sociedade em geral”.

CAPÍTULO IV – Segurança do Estado

Neste capítulo definiu-se a Segurança do Estado, visando garantir a produção de inormações destinadas a salvaguardar a independência nacional e ao funcionamento dos órgãos de soberania e demais instituições, observando-

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

se estritamente a Constituição e às leis, incluindo a defesa dos interesses vitais do Estado moçambicano.

O art. 14, que define a Segurança do Estado, prevê que:

“A Segurança do Estado é a atividade desenvolvida pelo Estado tendente a assegurar, no respeito da Constituição e da lei, a produção de informações necessárias à salvaguarda da independência nacional, à garantia da segurança nacional, ao funcionamento dos órgãos de soberania e demais instituições no quadro da normalidade constitucional e à proteção dos interesses vitais da sociedade”.

O artigo 15, que define a responsabilidade dos Serviços de Informações e Segurança do Estado (SISE), preconiza que:

“Os Serviços de Informações e Segurança do Estado (SISE) é o organismo incumbido da recolha, pesquisa, produção, análise e avaliação de informações úteis à segurança do Estado, à prevenção de atos que atentem contra a Constituição, contra o funcionamento dos órgãos do poder do Estado e ao combate das atividades de espionagem, sabotagem e terrorismo”.

3. Enquadramento da Lei n.º 18/97, de 1 de Outubro, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, da Resolução n.º 42/2006, de 26 de Dezembro - Conceito Estratégico de Defesa Nacional

Esta Resolução tem o seguinte preâmbulo:

“A Lei n.º 18/97 de 1 de Outubro, a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, estabelece que o Conselho de Ministros aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, instrumento a partir do qual as instituições do Estado têm presentes as suas responsabilidades na prossecução da Política de Defesa Nacional, tanto na sua componente militar como na componente não militar.

Com a aprovação desta Lei pela Assembleia da República veio a preencher-se um vazio que antes existia na definição do órgão competente para a aprovação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, bem como das instituições do Estado que a partir deste instrumento legal tomam as suas responsabilidades na prossecução da Política de Defesa Nacional, na componente militar e na componente não militar.

3.1. Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Resolução n.º 42/2006 de 26 de Dezembro)**3.2. Definição**

“1. O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) é a definição dos

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

aspectos fundamentais da estratégia global do Estado, adoptada para a consecução dos objetivos da Política de Defesa Nacional”.

Esta definição assenta, por um lado, no pressuposto de que a garantia da defesa nacional constitui uma obrigação do Estado e tem por objetivo garantir, no respeito das instituições democráticas, a independência nacional, a integridade do território, a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas, bem assim a promoção da paz, segurança e estabilidade política a nível internacional.

Por outro lado, a definição em apreço encerra a essência deste conceito, nomeadamente o de ser um instrumento orientador das ações do Estado no domínio da defesa, em conformidade com os objetivos permanentes da defesa nacional e a orientação estratégica do Estado.

3.3. Enquadramento**3.4. Internacional**

As independências do Zimbabwe e da Namíbia, o fim do regime do “Apartheid” e do conflito armado em Angola e em Moçambique, ampliaram os espaços de diálogo e cooperação entre os Estados da região Austral de África e aproximou esta região a um ambiente de relativa estabilidade política.
(...)

O enquadramento internacional do Conceito Estratégico de Defesa Nacional toma como referência da política conjuntural, caracterizada pelo surgimento na África Austral das independências do Zimbabwe e da Namíbia, a abolição do regime segregacionista do “apartheid”, na África do Sul e, por fim, as guerras que assolavam Angola e Moçambique, que tanto preocupavam os Estados e povos desta região Asutral de África.

Hoje, no entanto, todos os cenários atrás mencionados tendo terminado a um período de tempo relativamente maior e que novos desafios surgiram, como a intensificação do crime internacional organizado, o tráfico de seres humanos e seus órgãos, o tráfico de drogas, de armas, a imigração ilegal, o terrorismo, a pirataria marítima, o radicalismo religioso, a cibersegurança, a degradação do meio ambiente, a ciberprostituição infantil, as calamidades naturais, urge redefinir o referido enquadramento internacional do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

7.7. Nacional

1. A situação política do país caracterizada por um ambiente de relativa estabilidade e segurança conjugado com um esforço visando a consolidação da paz, reconciliação, unidade nacional e da consciência patriótica, estando subjacentes os níveis de crescimento económico, afigura-se como propícia para a operacionalização do projeto nacional de desenvolvimento;

2. (...) constituem ameaça à estabilidade e segurança nacionais a propensão do país a fenómenos naturais, desastres naturais e crises

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

climatéricas cíclicas, caracterizadas por terremotos, cheias, inundações estiagem e secas prolongadas;

3. O elevado nível de desemprego no seio da população ativa e a concorrência acrescida por recursos limitados, devido a pressão demográfica.

O enquadramento nacional do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, igualmente mostra-se necessário atualizá-lo, no que respeita aos níveis de crescimento económico então positivos que Moçambique registava, sendo que a partir do ano 2015 o país começou a ressentir-se duma grave crise económica e financeira, cujo fim não se vislumbra que seja a curto prazo, se se adicionar a esse facto a seca prolongada que afetou a região sul do país, seguida do ciclone Dineo, que devastou as províncias de Maputo e Inhambane, destruindo diversas infraestruturas económicas e sociais, cujo restabelecimento custará ao Governo avultadas somas de dinheiro, que não possui.

4. Objetivos da Defesa Nacional

Os objetivos preconizados pela Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas são, na sua essência, definir um carácter abrangente compreendendo, por um lado, uma componente militar e outra não militar, estabelecendo o dever de todos os cidadãos participarem na defesa nacional, cabendo ao Estado a responsabilidade de garantir o seu cumprimento. Assim, encontra-se na referida Lei previsto que:

“Em conformidade com a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, a Defesa Nacional tem, por um lado, uma natureza global abrangendo uma componente militar e não militar”. Mais ainda, estabelece que:

“A Defesa Nacional é igualmente uma atividade que cabe à comunidade nacional em geral, a cada cidadão em particular e é assegurada pelo Estado, constituindo especial responsabilidade dos órgãos centrais do Estado. Assim, (...), a Defesa Nacional prossegue os seguintes objetivos permanentes:

- a) Garantir a independência nacional e a soberania;
- b) Consolidar a paz, a democracia e a unidade nacional;
- c) Assegurar a integridade territorial e a inviolabilidade do território nacional;
- d) Salvarguardar a liberdade e a segurança das populações, bem como a proteção dos seus bens e do património nacional;
- e) Garantir a liberdade de ação dos órgãos de soberania, o funcionamento das instituições e a realização das tarefas fundamentais do Estado;
- f) Contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da comunidade nacional, de modo a que possa prevenir ou reagir pelos meios legítimos adequados;
- g) Assegurar a manutenção ou o restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais”.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância**4. O Espaço Estratégico de Interesse Nacional**

Para a concretização dos objetivos permanentes da defesa nacional conjugado com o imperativo do Estado assegurar a realização do interesse estratégico nacional, Moçambique identifica-se com um espaço estratégico de interesse nacional que comporta o espaço de interesse permanente e o de interesse conjuntural.

Este espaço conforma-se com os objetivos perenes da Política de Defesa Nacional, nomeadamente a defesa do território nacional em toda a sua extensão continental e as águas territoriais e se visualiza nos termos seguintes:

4.1. Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente

Constitui espaço estratégico de interesse nacional permanente o seguinte:

- a) o território de Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Oceano Índico;
- b) os espaços aéreo e marítimo sob responsabilidade nacional, as nossas águas territoriais, os fundos marinhos contíguos, a zona económica exclusiva e a zona que resultar do processo de alargamento da plataforma continental.
- c) Moçambique, por força do seu vínculo com as organizações internacionais, considera igualmente de capital importância colocar-se numa posição ativa nos espaços de ação destas organizações.
- d) Assim, Moçambique identifica-se com os espaços geográficos em que as organizações internacionais de que é parte se estabelecem com o objetivo de prosseguirem ações concorrentes ao estabelecimento de um ambiente de paz, estabilidade e segurança, em estreita conformidade com os princípios da política externa do Estado e o potencial económico mobilizável pelo país.

4.2. Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural

Este espaço decorre da avaliação da conjuntura internacional e da definição da capacidade nacional, tendo em conta as prioridades da política externa e de defesa, os atores em presença e das diversas organizações em que Moçambique é parte. Neste sentido, são áreas prioritárias com interesse relevante para a definição do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural as seguintes:

- a) o espaço geográfico da SADC;
- b) os espaços geográficos dos países em que existem comunidades de emigrantes moçambicanos.
- c) podem considerar-se áreas de interesse relevante para a definição do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural para além das mencionadas, quaisquer outras zonas do globo em que, em certo momento, os interesses nacionais estejam em causa ou tenham lugar acontecimentos que as possam afetar.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Conforme esta alínea c), pode considerar-se também áreas de interesse relevante para a definição do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural, o espaço geográfico da CPLP, de que Moçambique é membro de pleno direito e um dos Estados fundadores.

4. Orientação Estratégica

1. A orientação estratégica de Moçambique assenta nos princípios consagrados na Constituição da República, na Carta das Nações Unidas e no Ato Constitutivo da União Africana, nomeadamente numa política de paz, só recorrendo à força em caso de legítima defesa;

2. na primazia da solução negociada dos conflitos; no desarmamento geral e universal de todos os Estados, e na transformação do Oceano Índico em zona desnuclearizada e de paz;

3. Nestes termos, a ação da Defesa Nacional caracteriza-se por uma diplomacia voltada para a paz, e consubstancia-se numa postura estratégica dissuasora e de caráter defensivo com uso da força somente em caso de agressão ou legítima defesa.

5. Para a prossecução da ação da Defesa Nacional, a estratégia do Estado tem em conta o enquadramento internacional, regional e nacional, os objetivos da Defesa Nacional e ainda os seguintes aspetos adicionais:

a) fortalecimento da unidade nacional e a consolidação da democracia inspirado nos ideais de liberdade, justiça e progresso do povo moçambicano, no sentido de reforço da vontade coletiva de defesa;

b) coordenação das diferentes políticas setoriais de forma a contribuir para o aumento das capacidades da Nação no domínio da defesa;

c) coordenação de ações civis e militares que importam a defesa do país preparando, dotando e acionando os órgãos próprios previstos na lei;

d) prossecução duma política para as Forças Armadas que propicie a eficiente execução das missões que lhe são acometidas em tempo de paz e de conflito armado.

6. Diretrizes

Para a concretização dos seus objetivos permanentes de Defesa Nacional compete ao Estado desenvolver as seguintes ações:

6.1. Plano Interno

a) Divulgar e difundir junto dos jovens e da população em geral o conhecimento e o interesse sobre a História de Moçambique, com particular destaque para a Luta de Libertação Nacional, contribuindo para o reforço da Unidade Nacional e da consciência patriótica com vista à defesa do país;

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

b) Fortalecer o sistema de ensino com padrões de identidade e introduzir o conhecimento dos princípios da segurança e defesa e as obrigações do patriotismo e de cidadania;

c) Contribuir para a preservação dos valores histórico-culturais dos moçambicanos;

(...)

g) Dotar o país de meios de vigilância e proteção das suas águas territoriais e da Zona Económica Exclusiva;

h) Dotar o país de meios indispensáveis para o socorro às populações em caso de ocorrência de desastres naturais;

k) Estimular a participação das Forças Armadas na investigação, promovendo programas direcionados ao desenvolvimento e capacitação da componente militar;

l) Apoiar iniciativas que visem a criação de mais unidades de investigação científico-militar e de produção nas Forças Armadas de modo a garantir a sua contínua superação técnico-profissional e auto abastecimento logístico-material;

t) Desenvolver capacidades para garantir reservas de recursos energéticos para as tarefas de defesa nacional;

(...)

Quanto às Diretrizes no Plano Interno, no que concerne à divulgação e difusão junto dos jovens e da população em geral do conhecimento e do interesse sobre a História de Moçambique, com particular destaque para a Luta de Libertação Nacional, referidas na alínea a), surgem atualmente versões contraditórias sobre os factos que realmente ocorreram no processo da evolução dessa Luta de Libertação Nacional, contados por alguns combatentes séniores da Frelimo que participaram nessa luta e ocuparam cargos relevantes.

Assim sendo, com o decurso do tempo, necessidade haverá de rever essa história militar do nosso país.

6.2 Plano Externo

a) Promover o estabelecimento de relações de amizade e de cooperação com outros Estados na base dos princípios de respeito mútuo, pela soberania, igualdade, não interferência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios;

b) Desenvolver o diálogo e a cooperação mutuamente vantajosa com Estados e organizações internacionais buscando inspiração nos laços históricos e culturais e na afinidade de interesses políticos, económicos e sociais;

c) Promover a cultura e política de paz, dando primazia a soluções negociadas de conflitos e só recorrendo a força em caso de legítima defesa;

d) Fortalecer a participação dos cidadãos nacionais residentes no estrangeiro na vida política, económica, social e cultural do país através de intercâmbios no país de acolhimento, difundindo a cultura e a identidade moçambicana, prestigiando, deste modo, o país;

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

e) Desenvolver e consolidar as relações bilaterais com todos os países vizinhos de Moçambique que possam contribuir para o reforço da paz e estabilidade nacional;

f) Firmar alianças com os países vizinhos de que, pela sua posição, possam contribuir para um correto equilíbrio regional e para a minimização de vulnerabilidades nacionais;

(...)

h) Fortalecer a participação dos cidadãos nacionais residentes no estrangeiro na vida política, económica social e cultural do país através de intercâmbios no país de acolhimento, difundindo a cultura e salvaguardando a identidade moçambicana, prestigiando, deste modo, o bom nome e imagem do país a nível nacional e no estrangeiro.

Se no passado os laços históricos e culturais e na afinidade de interesses políticos, económicos e sociais eram orientados fundamentalmente para os países socialistas, segundo refere a alínea b), hoje, no entanto, com o desmoronamento do sistema socialista, esses laços se estendem e se consolidam para os países ocidentais, a começar por Portugal.

6.3. Plano Militar

Constituir um Sistema de Forças e o respetivo Dispositivo que, de acordo com os recursos financeiros disponíveis e os objetivos estabelecidos na Política de Defesa Nacional assegurem as capacidades necessárias para:

a) Realizar operações, individualizadas ou conjuntas, de vigilância, controlo e defesa de toda extensão do território nacional;

b) Colaborar em missões de apoio a paz nos termos solicitados pelas organizações internacionais e devidamente autorizadas pelos órgãos competentes nacionais;

c) Realizar missões de interesse público com destaque para as que concorrem para o desenvolvimento das comunidades nas componentes económica e social e para a operacionalização do projeto nacional de desenvolvimento;

d) Realizar missões de natureza humanitária, sem prejuízo das missões de natureza intrinsecamente militar.

Assegurar que, na concretização do Sistema de Forças e do respetivo Dispositivo, se tenha em conta a necessidade de:

a) Dotar a instituição militar de mobilidade operacional que satisfaça as necessidades impostas pela grandeza territorial;

b) Operacionalizar capacidade de comando e controlo;

c) Capacitar a componente de obras e fortificações incluindo a logística multilateral;

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

d) Fortalecer as Forças Armadas de Defesa de Moçambique, através de formação em áreas específicas e em ciências militares, dotando-as igualmente de estabelecimentos de ensino militar e a respetiva base material de estudo;

e) Colaborar nas ações de intercâmbio, diálogo e cooperação com Forças Armadas de países vizinhos de forma a fortalecer o entendimento mútuo que previna conflitos;

f) Desenvolver ações de cooperação técnico-militar com vista a criar uma plataforma comum de partilha de conhecimentos em matérias de defesa e para a afirmação da componente de defesa enquanto instrumento para a manutenção da paz e segurança.

Em jeito de conclusão, este capítulo analisou o enquadramento da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, da Lei da Política de Defesa e Segurança, da Lei do Conselho Nacional de Defesa e Segurança na Constituição da República, do Conceito Estratégico de Defesa Nacional na Resolução n.º 42/2006, de 26 de Dezembro, do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto n.º 46/2008, de 10 de outubro, bem como da Organização das FADM e missões dos seus Ramos, reportando as correspondentes revogações feitas tanto das leis como dos decretos, por forma a corresponderem com a realidade da evolução e de desenvolvimento técnico-militar das FADM de cada momento histórico e político-militar.

No Plano Militar, a parte relativa à constituição dum Sistema de Forças e o respetivo Dispositivo que, de acordo com os recursos financeiros disponíveis e os objetivos estabelecidos na Política de Defesa Nacional assegurem as capacidades necessárias, a que alude o n.º 6.3., é importante referir que com a crise económica e financeira que Moçambique enfrenta nos dias que correm, com destaque a partir de 2015, esse objetivo prossegue-se com enormes dificuldades, situação que se agrava a partir da desistência da maior parte dos tradicionais doadores da União Europeia ao Orçamento Geral do Estado, devido a problemas relacionados com a dívida não declarada pelo Governo cessante.

7. Estudo comparado sobre o enquadramento da missão das Forças Armadas Moçambicanas na Constituição entre Moçambique e os demais Estados-membros da CPLP

O Estudo comparado sobre o enquadramento da missão das Forças Armadas Moçambicanas na Constituição entre Moçambique e os Estados-membros da CPLP que aqui se apresenta, abrange principalmente os PALOP e inclui, de certa forma, o Timor-Leste, não abarcando o Brasil e a Guiné Equatorial, em virtude de Portugal não exercer maior influência sobre estes dois países.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Em relação a Timor-Leste se incluiu, devido ao papel crescente que Portugal desempenha sobre este país no apoio à criação de condições em diferentes áreas da vida social, nomeadamente na segurança e defesa, educação, saúde, justiça, administração, agricultura, comércio, infraestruturas sociais, entre outras.

A razão de se chamar à colação este estudo, prende-se com o facto de a Constituição Moçambicana consagrar com certas lacunas a missão das FADM e, em contraposição, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor-Leste, todos estes Estados-membros da CPLP, terem-na definido com clareza, precisão e objetividade, situação que facilita a compreensão dos seus destinatários diretos – as Forças Armadas –, sendo daí importante extrair alguns subsídios suscetíveis de enriquecer a Constituição Moçambicana, com as necessárias adaptações à realidade sócio-cultural, política e jurídico-constitucional de Moçambique.

Este assunto será retomado mais adiante no capítulo V.

5.1. Estudo comparado sobre a consagração constitucional da missão das Forças Armadas Moçambicanas, Portuguesas e dos demais Estados-membros da CPLP

5.2. Estudo comparado sobre a consagração constitucional da missão das Forças Armadas Moçambicanas e Portuguesas

A tabela 1, abaixo, mostra as semelhanças e diferenças no que tange à consagração constitucional da missão das Forças Armadas Moçambicanas e Portuguesas, e, o texto que à mesma se segue, com a tabela 2, num esforço de estudo comparado, ilustra a consagração constitucional da missão das Forças Armadas dos restantes Estados-membros da CPLP.

Tabela 1. Estudo comparado entre a missão das Forças Armadas Moçambicanas e Portuguesas quanto à sua consagração constitucional

Art. nas Constituições Portuguesa e Moçambicana	Missão	Semelhança	Diferença
n.º 1, do artigo 275.º, da CRP	As Forças Armadas incumbem a defesa militar da República	As duas constituições consagram expressa e explicitamente a missão das Forças Armadas	<ul style="list-style-type: none"> - A CRP expressa a missão de forma clara, precisa e sucinta. - A CRM não é clara, deixa ambiguidades. Parece que o juramento dos membros das FA e dos Serviços de

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

			Segurança do Estado é que condiciona o dever de respeitar a Constituição, de defender as instituições e de servir o povo.
n.º 2, do artigo 266, da CRM	O juramento dos membros das forças de defesa e dos serviços de segurança do Estado estabelece o dever de respeitar a Constituição, defender as instituições e servir o povo.		
n.º 4 do art. 275.º da CRP e o n.º 3 do artigo 266 da CRM	Ambas serem Forças Armadas apartidárias	Ambas as Constituições conferem peso ao princípio da apartidarização das Forças Armadas	-
n.º 4 do art. 275.º da CRP e o n.º 2 do art. 266 da CRM	As FA servirem o povo	Pôr as Forças Armadas ao serviço dos seus respetivos povos,	-
<p>- A CRP, no n.º 3 do art. 275.º,</p> <p>- A CRM, no n.º 4 do art. 266</p>	<p>- Este art. estabelece, sem no entanto especificar, a obediência das Forças Armadas aos órgãos de soberania competentes, "nos termos em que a Constituição e a lei determinam".</p> <p>- A CRM determina especificando expressamente o órgão de soberania competente que "As FDS e os serviços de segurança do Estado devem especial obediência – ao Presidente da República na sua qualidade de Comandante-Chefe".</p>	-	<p>- A CRP não estabelece, em concreto, a obediência das Forças Armadas aos órgãos de soberania competentes, diretamente responsáveis por elas.</p> <p>- A CRM consagra de forma expressa o órgão de soberania competente, como sendo o Presidente da República na sua qualidade de Comandante-Chefe, conforme determina: "As FDS e os serviços de segurança do Estado devem especial obediência ao Presidente da República na sua qualidade de Comandante-Chefe".</p>
O n.º 5 do art. 275.º da CRP	- Este art. define a missão das Forças Armadas Portuguesas de satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no domínio militar e de participação em missões humanitárias e de paz, vem definida na Constituição	-	- A missão de satisfazer os compromissos internacionais assumidos pelo Estado português vem consagrada diretamente na CRP, enquanto esta mesma missão em vez da sua consagração na CRM, ela vem na Lei da Política de Defesa e

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Lei moçambicana n.º 17/97, de 7 de outubro, Lei da Política de Defesa e Segurança.	Portuguesa. - Esta mesma missão, ao invés da sua consagração na Constituição Moçambicana, ela vem prevista na Lei.		Segurança.
--	---	--	------------

5.3. Estudo comparado sobre a consagração constitucional da missão das Forças Armadas dos demais Estados-membros da CPLP

Em relação ao estudo comparado sobre a consagração constitucional da missão das Forças Armadas quanto às Constituições dos restantes Estados-membros da CPLP, atrás apontados, pode dizer-se que a maior parte dessas Constituições consagraram-na de forma objetiva, clara, precisa e explícita, com a exceção de São Tomé e Príncipe (art. 11.º da CRDSP), que a consagrou implicitamente, e, de Moçambique (art. 266), que faltaram a objetividade, clareza e precisão, não obstante ser explícita, conforme atrás ficou referenciado.

Assim, a tabela 2, deste capítulo, abaixo, ilustra claramente o que atrás ficou referenciado.

Tabela 2: Estudo comparado sobre a Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas nas Constituições dos Estados de Língua Portuguesa

N/O	País	Art. da CR	Definição da missão das FA na CR	Forma de definição da missão
01	Angola CRA de 2010	art. 207.º	"1. As Forças Armadas Angolanas são a instituição militar nacional permanente, regular e apartdária, incumbida da defesa militar do país, organizadas na base da hierarquia, da disciplina e da obediência aos órgãos de soberania competentes, sob a autoridade suprema do Presidente da República e Comandante-em-Chefe, nos termos da Constituição e da lei, bem como das convenções internacionais de que Angola seja parte".	Explícita, clara e objetiva
02	Cabo Verde CRCV de 1992	art. 248.º	"1. Às Forças Armadas incumbe, em exclusivo, a execução da componente	Explícita, clara e objetiva

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

			militar da defesa nacional, competindo-lhes a defesa militar da República contra qualquer ameaça ou agressão externas.”	
03	Guiné-Bissau, CRGB de 1993	art. 20.º	“1. As Forças Armadas revolucionárias do Povo (FARP), instrumento de libertação nacional ao serviço do povo, são a instituição primordial de defesa da nação. Incumbe-lhes defender a independência, a soberania e a integridade territorial, e a colaborar estreitamente com os serviços nacionais específicos na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública”.	Explícita, clara e objetiva
04	Moçambique CRM de 2004	art. 266	“1. As forças de defesa e os serviços de segurança subordinam-se à política nacional de defesa e segurança e devem fidelidade à Constituição e à nação. 2. O juramento dos membros das forças de defesa e dos serviços de segurança do Estado estabelece o dever de respeitar a Constituição, defender as instituições e servir o povo”.	Explícita, mas sem clareza nem objetividade
05	Portugal, CRP de 1976	art. 275.º	“1. As Forças Armadas incumbe a defesa militar da República”.	Explícita, clara e objetiva
06	São Tomé e Príncipe, CRDSTP de 1990	11.º	Defesa Nacional “1. Compete ao Estado assegurar a defesa nacional. 2. A defesa nacional tem como objetivos essenciais garantir a independência nacional, a integridade territorial e o respeito das instituições democráticas”.	Implícita, sem clareza nem objetividade. Não faz qualquer referência sobre o cumprimento desta missão pelas FA.
07	Timor-Leste CRDTL de 2002	art. 146.º	“1. As forças armadas de Timor-Leste, FALINTIL-FDTL, compostas exclusivamente de cidadãos nacionais, são responsáveis pela defesa militar da República Democrática de Timor-Leste e a sua organização é única para todo o território nacional. 2. As FALINTIL-FDTL, garantem a independência nacional, a integridade territorial e a liberdade e segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externa, no respeito pela ordem constitucional”.	Explícita, clara e objetiva

Como se pode depreender pela leitura dos dispositivos transcritos dos textos das Constituições dos Estados de Língua Portuguesa atrás apresentados nas tabelas 1 e 2, relativamente à consagração constitucional da missão das suas Forças Armadas, dúvidas não se colocarão em concluir que ela foi consagrada de forma clara, objetiva, precisa e explícita, facto que facilita a sua interpretação e pronto cumprimento da missão por parte das Forças Armadas dos mencionados Estados.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Tal clareza, objetividade, e precisão na forma de consagração da missão das Forças Armadas no texto constitucional dos demais Estados de Língua Portuguesa, incluindo no de Portugal, atrás mencionados, constituirão os subsídios a acolher pelo autor-investigador para o enriquecimento da Constituição Moçambicana nas partes identificadas como possuindo algumas lacunas, com as devidas adaptações à realidade sócio-cultural, política e jurídico-constitucional de Moçambique.

Finalmente, no rol das lacunas constatadas na previsão constitucional da missão das Forças Armadas Moçambicanas, aponta-se a particularidade de aspetos relevantes e sensíveis que deveriam constar na Constituição, se encontrarem estabelecidos em leis ordinárias e avulsas, circunstância que dificulta às Forças Armadas para o pronto cumprimento da sua missão tradicional, tendo em conta que essas leis, via de regra, não têm sido acessíveis a muitos cidadãos, em particular aos militares, cumpridores da missão em estudo, senão a Constituição da República, que é mais conhecida e usada pela maioria dos militares.

Tais aspetos relevantes e sensíveis que deveriam constar na Constituição e não somente em leis ordinárias e avulsas, de que atrás se aludem são, nomeadamente:

6. A referência de as Forças Armadas Moçambicanas serem compostas exclusivamente por cidadãos moçambicanos, e a sua organização ser única em todo o território nacional.

Essa referência afigura-se importante e necessária porque, por um lado, as Forças Armadas em qualquer país são aquelas que asseguram a defesa dos interesses vitais desse país mas, por outro, dissipa quaisquer dúvidas de integração de estrangeiros nas Forças Armadas, pois, a acontecer, constitui séria ameaça para a manutenção e preservação da independência, soberania e integridade territorial do Estado. Por outro lado, prevê-se que a sua organização seja única em todo o território nacional porque, uma multiplicidade de Forças Armadas dentro do mesmo país, configura-se na séria ameaça à segurança nacional.

7. A menção da incumbência às Forças Armadas Moçambicanas, nos termos da lei, de satisfazer os compromissos internacionais do Estado Moçambicano no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Moçambique faça parte.

Esta menção é importante que conste na Constituição e não apenas em leis ordinárias, porque a participação das Forças Armadas em

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

missões humanitárias e de paz que tenham sido assumidas pelas organizações internacionais de que o nosso país faça parte, não pode oferecer dúvidas da sua constitucionalidade material, porquanto o impacto político-militar que resulta dessa participação no plano internacional é maior para o país, no que tange ao seu prestígio.

8. A referência de as Forças Armadas poderem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de proteção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, e em ações de cooperação técnico-militar no âmbito da política de cooperação.

Esta referência é igualmente importante que conste na Constituição, porquanto a participação das Forças Armadas na proteção civil não constitui sua missão principal senão doutras forças. Fá-lo por dispor de meios eficazes e eficientes para o cumprimento desta missão, designadamente da sua Engenharia Militar e dos meios de evacuação às populações em curto espaço de tempo, contando com a especial preparação dos militares para executar estas tarefas com particular eficiência e eficácia. Resulta por outro lado importante a menção no texto da Constituição sobre a cooperação técnico-militar, pois é a vertente que, trazendo mais-valia às Forças Armadas envolvidas neste processo, para a troca e aperfeiçoamento de experiências técnico-militares, vezes há que, no entanto, surgem problemas práticos, vezes sem conta, de natureza político-diplomática, que chamam à colação a constitucionalidade material do estreitamento de relações na referida cooperação.

9. A referência de as leis que regulam o estado de sítio e o estado de emergência fixarem as condições do emprego das Forças Armadas quando se verificarem essas situações.

Esta menção na Constituição torna-se ainda necessária, dado que o estado de sítio e o estado de emergência, por natureza, ambos são de tempo limitado, implicando ao mesmo tempo, a restrição temporária de certos direitos fundamentais dos cidadãos, e o emprego das Forças Armadas nestas circunstâncias pode originar problemas de respeitabilidade desses direitos, indesejáveis num Estado de Direito e Democrático, tornando-se daí necessário que as leis fixem as condições de emprego das Forças Armadas.

Quanto aos aspetos relevantes e sensíveis que deveriam constar na Constituição Moçambicana e não somente em leis ordinárias atrás referenciados, um estudo comparado exemplificativo, vale transcrever, na

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

íntegra, alguns deles, constantes do artigo 275.º da Constituição Portuguesa, que determinam o seguinte:

“2. As Forças Armadas compõem-se exclusivamente de cidadãos portugueses e a sua organização é única para todo o território nacional.

3. As Forças Armadas obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei.

4. As Forças Armadas estão ao serviço do povo português, são rigorosamente apartidárias e os seus elementos não podem aproveitar-se da sua arma, do seu posto ou da sua função para qualquer intervenção política.

5. Incumbe às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte.

6. As Forças Armadas podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de proteção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, e em ações de cooperação técnico-militar no âmbito da política nacional de cooperação.

7. As leis que regulam o estado de sítio e o estado de emergência fixam as condições do emprego das Forças Armadas quando se verificarem essas condições”.

Como se pode ver pelas disposições dos números acabados de transcrever do artigo 275.º da CRP, que constituem os aspetos relevantes e sensíveis, quando os mesmos constam diretamente na Constituição e não apenas em leis ordinárias, facilitam não somente as Forças Armadas, na sua qualidade de executoras diretas da sua missão de defesa militar da República contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna, como facilita também os cidadãos em geral, que se interessam em conhecer estas matérias.

CAPÍTULO IV

Missões das Forças Armadas, da Polícia e do SISE em tempo de paz e necessidade de operações conjuntas em tempo de guerra (Decretos Militares, Estatutos e Condição Militar)

Neste capítulo tem-se em vista esclarecer a problemática com que a sociedade civil moçambicana frequentemente se depara quando confrontada com a criminalidade violenta, particularmente nas zonas urbanas, em que exige a participação das FADM no patrulhamento urbano conjuntamente com a Polícia, contrariando a separação feita quer pela Constituição quer por leis, no que tange às missões das Forças Armadas, da Polícia e do SISE em tempo de paz, admitindo-se essa participação, a título excecional, em duas situações: 1) em caso de ataque terrorista em curso ou eminente; e 2) em caso de incapacidade total da Polícia em manter a lei e ordem, resultante da referida criminalidade urbana violenta, havendo, em contraposição, necessidade de operações conjuntas entre as três forças em tempo de guerra. Nestas missões conjuntas, Forças Armadas-Polícia, incluem-se missões de interesse público.

1. Enquadramento da Missão das Forças Armadas na Condição Militar

No que diz particularmente respeito às missões das Forças Armadas, elas inserem-se na Condição Militar, que é aquela que estabelece o regime a que deve obedecer o exercício dos direitos e o cumprimento dos deveres pelos militares dos quadros permanentes em qualquer situação e pelos restantes militares enquanto na efetividade de serviço, assim como os princípios orientadores das respectivas carreiras, conforme prevê o artigo 37 da Lei n.º 18/97, de 1 de outubro, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Assim, nos termos do artigo 38 da referida Lei, a condição militar caracteriza-se pela:

- a) subordinação ao interesse nacional e ao poder político democraticamente instituído;
- b) permanente disponibilidade para lutar em defesa da Pátria, se necessário com o sacrifício da própria vida;
- c) sujeição aos riscos inerentes ao cumprimento das missões militares, bem como à formação, instrução e treino que as mesmas exigem, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra;
- d) subordinação à hierarquia militar nos termos da lei;
- e) aplicação de um regime disciplinar próprio;
- f) permanente disponibilidade para o serviço, ainda que com sacrifício de

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

interesse pessoal;

g) restrição do exercício de alguns direitos e liberdades;

h) obrigação de adoptar, em todas as situações, uma conduta conforme com o código de honra e a ética militar, por forma a contribuir para o prestígio e valorização moral das Forças Armadas;

i) atribuição de direitos, compensações e regalias, designadamente nos domínios da segurança social, assistência, remuneração, carreiras e formação.

No entanto, estas características da condição militar, a sua observância rigorosa visando alcançar-se êxito no cumprimento da missão das Forças Armadas, constitucionalmente consagrada, de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado contra agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna, exige a existência de confiança entre os militares e a sua instituição castrense, entre estes e os seus superiores hierárquicos a diferentes escalões.

A respeito da confiança dos subordinados ou dos cidadãos para com as instituições, Carvalho Finuras (2012, p. 14)³⁵, refere que "A importância do estudo da confiança deriva... de a mesma ser um elemento sociocultural universal e imprescindível em todas as sociedades humanas. Por conseguinte constitui-se como um dos traços do seu capital social que está na base de todos os processos de interação numa sociedade. Isto permite que as instituições e a própria sociedade existam. Existam e funcionem!"

2. Missões das Forças Armadas, da Polícia e do SISE em tempo de paz

Nesta parte são analisados dois momentos diferentes em que as Forças Armadas, a Polícia e os Serviços de Informações e Segurança do Estado (SISE), cumprem as suas missões, nomeadamente: 1) separadamente, em tempo de paz, e 2) conjuntamente, em tempo de guerra, em observância, em ambos os casos, ao previsto na Constituição da República de Moçambique, na Lei da Política de Defesa e Segurança, em Decretos Militares e na Condição Militar, nos termos que se seguem:

2.1. Separação das missões em tempo de paz: a separação das missões entre as Forças Armadas, a Polícia e o SISE em tempo de paz, segue a forma estabelecida na Constituição da República e na Lei da Política da Defesa e Segurança, Lei n.º 17/97, de 7 de

³⁵ António Paulo Meneses de Carvalho Finura, na sua tese de doutoramento em Ciência Política pela Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias de Lisboa

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

outubro³⁶, onde as Forças Armadas garantem a segurança externa do Estado Moçambicano contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna³⁷, podendo, no entanto, cumprir outras missões quer estabelecidas na Constituição, quer definidas na lei, como, por exemplo, missões de interesse público e de socorro às populações em caso de calamidades naturais, enquanto a Polícia responde pela segurança interna, com vista a garantir a ordem pública e a respeitabilidade dos direitos fundamentais dos cidadãos³⁸.

A seguir analisam-se, de forma independente, as missões de cada uma das três forças em estudo:

3. Missão das Forças Armadas

Para as Forças Armadas, por exemplo, no caso moçambicano, o artigo 266 da CRM prevê expressamente esta missão que "O juramento dos membros das forças de defesa e dos serviços de segurança do Estado estabelece o dever de respeitar a Constituição, defender as instituições e servir o povo".

O que é importante reter no citado dispositivo constitucional para o tema em análise, no que toca especificamente à missão das Forças Armadas, é o dever que estas têm de respeitar a Constituição, como a lei-mãe de todas as leis – a Constituição –, estabelece, de defender as instituições, bem como servir o povo moçambicano, missão esta que se traduz, essencialmente, na defesa militar da independência, da soberania e integridade territorial do Estado moçambicano contra quaisquer eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna.

³⁶ A Lei da Política da Defesa e Segurança, no artigo 8, estabelece que "A componente militar da Defesa Nacional é assegurada pelas FADM"

³⁷ Nesse sentido, o artigo 266, em conjugação com o artigo 265, ambos da Constituição da República de Moçambique, e com o artigo 10 da Lei n.º 17/97, de 7 de outubro, Lei da Política de Defesa e Segurança, que define a missão das Forças Armadas

³⁸ Conforme previsão do artigo 254 da Constituição da República de Moçambique

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Contudo, um reparo acerca do mesmo dispositivo já citado, no entender do autor, e conforme se referiu no capítulo I, deve ser feito quanto à lacuna que consigo transporta, ao não fazer qualquer menção à defesa da independência nacional, à preservação da soberania e integridade territorial do país, menção que só se encontra, entretanto, feita no artigo 265 da CRM, ou, ainda, no artigo 10 da Lei n.º 17/97, de 7 de outubro, Lei da Política de Defesa e Segurança Moçambicana, ambos que definem claramente a missão principal das Forças Armadas.

Da observação atrás feita, pode concluir-se que, seja como for, embora com imprecisão, encontra-se na CRM a definição da missão das FADM, que estas devem cumprir tanto em tempo de paz como em tempo de guerra, já como normas rígidas e específicas acrescidas para esta última situação (em tempo de guerra).

4. Missão da Polícia

Quanto à missão da Polícia da República de Moçambique (PRM), no n.º 1 do artigo 254, a CRM estabelece que:

“**1.** A Polícia da República de Moçambique, em colaboração com outras instituições do Estado, tem como função garantir a lei e a ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos”.

Por sua vez, o n.º 2 do mencionado artigo, determina que:

2. No exercício das suas funções a Polícia obedece a lei e serve com isenção e imparcialidade os cidadãos e as instituições públicas e privadas”.

No que concerne à missão da PRM definida no n.º 1 do já citado artigo 254 da CRM, é importante observar que há uma preocupação do legislador constitucional em que a Polícia, para além da sua missão genérica de garantir a lei e a ordem, de salvaguardar a segurança de pessoas e os repetivos bens, de assegurar a tranquilidade pública e de

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

respeitar o Estado de Direito Democrático instituído, no exercício das suas funções, esta corporação deve, também, em larga medida, observar rigorosamente a respeitabilidade dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, consagrados na CRM. Isto encontra seu fundamento supremo no facto de Moçambique descansar num Estado de Direito Democrático e de justiça social, conforme se retira do artigo 1 da CRM, que estabelece expressamente que:

"A República de Moçambique é um Estado independente, soberano, democrático e de justiça social".

Paralelamente, o n.º 3 daquele dispositivo constitucional, estabelece a obrigatoriedade de a PRM, no exercício das suas funções, ter que obedecer a lei perante as situações adversas que se apresentam, devendo, ao mesmo tempo, servir com isenção e imparcialidade os cidadãos, assim como as instituições públicas e privadas.

Como se pode concluir pela análise dos dois dispositivos constitucionais atrás citados, um definindo a missão das FADM e o outro as da PRM, as duas missões estão nitidamente separadas entre si, isto é, são independentes umas das outras. Equivale isto dizer que cada uma das forças em presença tem a sua missão específica em tempo de paz, tendo em atenção às suas particulares complexidades e especificidades de atuação, no que respeita ao uso da força, quando se trate de lidar com cidadãos civis, em moldes a respeitar os seus direitos e liberdades fundamentais consagrados na Constituição da República.

Nota importante a tomar em consideração nesta análise, é que não obstante a clareza da CRM quanto à definição da missão daquelas duas forças – Forças Armadas e Polícia –, um grande problema que costuma ser levantado em tempo de paz pela sociedade civil, concretamente quando ocorre um recrudescimento da criminalidade violenta nas cidades, ou uma greve de grande envergadura, que assuma proporções por vezes violentas, organizada pelas populações nessas cidades, ameaçando por conseguinte a circulação de viaturas e pessoas, e em

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

contrapartida a Polícia não possui capacidade de resposta imediata suscetível de pôr termo a esses fenómenos, tem sido, precisamente, a sua reclamação para a necessidade dum patrulhamento urbano conjunto entre a Polícia e as Forças Armadas, como forma de repor a lei e ordem pública, e a tranquilidade no seio das populações urbanas, no caso concreto em Moçambique.

Posto o assunto em análise desta maneira, parece um controverso de especial interesse. A mesma sociedade civil que, nas condições da normalidade da ordem pública e tranquilidade urbanas contesta a alocação de fundos suficientes para as Forças Armadas se prepararem em moldes a cumprirem prontamente com a sua missão de defesa militar do país contra agressões armadas externas de outros Estados ou de origem interna, quando ocorre o recrudescimento da criminalidade neste meio urbano, nas condições descritas, reivindica, então, o envolvimento das mesmas Forças no patrulhamento conjunto com a Polícia, a fim de lhes defender.

A questão crucial que se coloca sobre este melindroso problema e que, grosso modo, pode constituir obstáculo à concretização daquela vontade popular liga-se, indissociavelmente, com a separação constitucional e legal das missões das Forças Armadas e da Polícia em tempo de paz, atrás feita referência, tendo em atenção ao respeito e à estrita observância dos direitos fundamentais constitucionalmente reservados aos cidadãos, se se levar em linha de conta, por um lado, o uso da força, por vezes excessivo, característico das Forças Armadas, pela própria natureza da sua missão e sua especial preparação e prontidão para agirem nesse sentido e, por outro, a consideração de que se está perante uma sociedade democrática, defensora intransigente dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Sobre o provável uso da força, e eventualmente excessivo, pelas Forças Armadas contra as populações durante um eventual patrulhamento urbano conjunto Polícia-Forças Armadas, no momento em

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

que ocorra um recrudescimento da criminalidade urbana e, por conseguinte, a Polícia se encontre completamente incapacitada para controlar a situação, pelo menos a curto prazo, a probabilidade desse uso da força é maior, tendo em consideração experiências anteriores reportadas neste domínio, em particular nas grandes cidades, aquando da organização de greves com carácter violento (queimadas de viaturas e pneus destas no meio de estradas e incêndio a estabelecimentos comerciais), como se tem assistido nos últimos anos na cidade de Maputo.

Note-se, no entanto, conforme atrás se fez menção, que tanto a Constituição como a lei, os legisladores constitucionais e ordinários, respetivamente, prevendo a ocorrência destes fenómenos sociais, trataram de separar clara e cuidadosamente as missões de cada uma daquelas forças, particularmente em tempo de paz, em que a tensão psico-social e profissional é menor, tornando-se por isso possível agir técnica e profissionalmente com ponderação, evitando, portanto, a violação dos direitos fundamentais dos cidadãos, em princípio, desnecessária.

5. Missão do SISE

Em relação à definição e missão dos Serviços de Informações e Segurança do Estado (SISE), o artigo 14 da Lei n.º 17/97, de 7 de outubro, Lei da Política de Defesa e Segurança Moçambicana, define-a nos seguintes termos:

“A Segurança do Estado é a atividade desenvolvida pelo Estado tendente a assegurar, no respeito da Constituição e da lei, a produção de informações necessárias à salvaguarda da independência nacional, à garantia da segurança nacional, ao funcionamento dos órgãos de soberania e demais instituições no quadro da normalidade constitucional e à proteção dos interesses vitais da sociedade”.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Quanto à missão do SISE, o artigo 15 da referida Lei n.º 17/97, determina que:

“Os Serviços de Informações e Segurança do Estado (SISE) é o organismo incumbido da recolha, pesquisa, produção, análise e avaliação de informações úteis à segurança do Estado, à prevenção de atos que atentem contra a Constituição, contra o funcionamento dos órgãos do poder do Estado e ao combate das atividades de espionagem, sabotagem e terrorismo”.

Portanto, da análise que se faz em torno da missão do SISE em tempo de paz, à semelhança da missão constitucionalmente consagrada na CRM em relação às Forças Armadas e à Polícia, aqui, embora estabelecida numa lei ordinária, configurara-se igualmente autónoma, sendo que a estes serviços incumbe a missão de proceder à recolha, fazer pesquisa, produzir, analisar e avaliar as informações que entender úteis para garantir a segurança do Estado, com vista a prevenir de atos que possam atentar contra a Constituição do Estado, bem como combater as atividades de espionagem e de sabotagem, incluindo as de terrorismo, canalizando atempadamente todas estas informações ao órgão competente para a tomada de decisão entendida pertinente e em tempo oportuno.

6. Missões conjuntas em tempo de guerra: nestas condições, as três Forças de Defesa e Segurança (FDS) – Forças Armadas, Polícia da República de Moçambique (PRM) e os Serviços de Informações e Segurança do Estado (SISE) –, cumprem conjuntamente missões operacionais, sob o comando operacional do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, poder que a este lhe é delegado pelo Presidente da República, na sua qualidade de Comandante-Chefe das FDS, conforme prevê o n.º 2 do artigo 9 da Lei da Política da Defesa e Segurança³⁹, atrás feita menção, para fazerem face à guerra, a fim de

³⁹ A Lei da Política da Defesa e Segurança, no n.º 2 do artigo 9, determina que “**2.** Em Estado de Sítio ou Estado de Guerra as FDS ficam colocadas, para efeitos operacionais, sob comando do CEMGFA, a quem incumbe a condução militar da guerra.”

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

conquistarem a vitória o mais rápido possível sobre a força adversária agressora.

Quanto a este assunto, levanta-se a questão de saber, por um lado, se a Polícia e o SISE, possuindo estrutura hierárquica próprias, porquê subordinarem-se ao CEMGFADM no processo da condução da guerra, e, por outro, a vantagem tático-operacional que se obtém decorrente dessa subordinação.

Estas e outras questões são objeto de desenvolvimento no capítulo que se desenvolve mais adiante nesta Tese.

CAPÍTULO V**A Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua importância (período 1975-2016)**

A consagração da missão principal das Forças Armadas na Constituição, para qualquer país que possui esta lei-mãe da Nação, configura-se no princípio determinante de crucial relevância, porquanto é na Constituição onde as Forças Armadas encontram definida, por ordem hierarquizada de prioridades sobre a forma como devem cumprir as diferentes missões que lhes são constitucionalmente atribuídas, na defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do seu Estado, contra quaisquer agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna.

Porém, antes de entrar na análise deste tema central da presente Tese, com vista a apresentar uma ideia geral das particularidades e especificidades dos três ramos que compõem as Forças Armadas Moçambicanas, no que respeita à sua missão, constitucionalmente consagrada, atrás referenciada, de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna, abaixo se apresentam as imagens desses ramos e os respetivos recursos humanos e meios de combate, estes últimos hoje obsoletos, que exigem a sua modernização, visando fazer-se face, com sucesso, os múltiplos desafios que na atualidade se colocam em várias frentes da segurança e defesa do País, onde os riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados e, no caso concreto, do Estado Moçambicano, estão presentes.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância



Ramo do Exército moçambicano⁴⁰



Ramo da Força Aérea moçambicana



Ramo da Marinha de Guerra moçambicana

⁴⁰ As imagens dos três ramos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique podem ser encontradas em:
http://www.google.pt/search?q=imagens+das+forças+armadas+de+defesa+de+moçambique+fadm&rlz=1C2FDUM_enPT477MZ484&biw=1821&bih=898&tb

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância**1. Preliminares**

Nota prévia, antes de fazer referência aos preliminares, convém primeiro, por imperativos didáticos, salientar que a consagração constitucional da missão das Forças Armadas para os países que possuem Constituição como, no caso em estudo, de Moçambique, constitui o fundamento constitucional-legal, para a exigência ao Estado, em cada época histórica da evolução e da dinâmica dos acontecimentos político-militares no xadrez mundial, no sentido deste providenciar os meios necessários e adequados para garantir a segurança e defesa, quer das fronteiras do Estado contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna, quer dos seus cidadãos (uma das suas obrigações tradicionais), e, ao mesmo tempo, um limite ao poder dos órgãos de soberania diretamente responsáveis por essas mesmas Forças Armadas na atribuição da referida missão e, ainda, a base legal pela qual estas se orientam para o seu cumprimento.

Passando de imediato para os preliminares, torna-se necessário referir, em primeiro lugar, que a partir do fim da Guerra Fria, que pôs termo às então tradicionais ameaças à paz e segurança internacionais, particularmente na Europa, quebrando consequentemente a bipolarização do mundo que se assistia entre as duas superpotências mundiais de outrora – os EUA, à cabeça do sistema capitalista, e, a URSS, encabeçando o sistema socialista, sobrevivendo aquela primeira –, e com o advento posterior da eclosão da crise económica e financeira internacional, iniciada nos EUA, em 2008, que obrigou a maior parte dos Estados a nível mundial, com maior incidência para os países em vias de desenvolvimento, de entre os quais se inclui Moçambique, a concentrar as suas prioridades para o plano de desenvolvimento económico e social, visando cumprir uma das suas tradicionais obrigações – proporcionar o bem-estar aos seus cidadãos –, deixando no plano secundário outra, também tradicional obrigação –, garantir a segurança dos mesmos cidadãos –, ambas as obrigações no entanto constitucionalmente consagradas, coloca o Estado num dilema, entre satisfazer as necessidades de desenvolvimento económico e

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

social, ignorando o setor da segurança e defesa, realidade que vem encostá-lo entre a espada e a parede, face ao recrudescimento de riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, levados à prática maioritariamente, nos tempos que correm, por atores não estatais, que passaram a intervir ativamente nas relações internacionais, desafiando os Estados.

Em segundo lugar, como que não bastasse, o relegar a segurança e defesa no plano secundário, levanta um problema embaraçoso que exige solução imperiosa e inadiável – a necessidade urgente de fazer face a tais riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados –, que se propagam incessantemente, ano após ano, requerendo avultadas somas de dinheiro a desembolsar dos cofres desses mesmos Estados, para o reequipamento das suas Forças de Defesa e Segurança, e, em primeiro lugar, das Forças Armadas.

Que fazer perante a este delicado e complexo problema? A resposta equilibrada a esta pergunta encontra resposta nos capítulos que precedem.

2. Enquadramento doutrinário da missão das Forças Armadas

A missão das Forças Armadas, para além da sua consagração na Constituição da República (para os países que possuem Constituição) e sua operacionalização nas leis ordinárias, encontra o seu enquadramento também, do ponto de vista doutrinário, na segurança externa do Estado, cujo conceito, nos dias que correm, vem conhecendo amplo alargamento, com ênfase desde o fim da Guerra Fria, abarcando não somente a missão tradicional das Forças Armadas, de defesa militar da independência, da soberania e integridade territorial da República no interior das fronteiras estatais contra agressões armadas externas de outros Estados, como abrangendo também outras novas componentes, como *“a política, a economia, a diplomacia, a segurança alimentar, a educação e cultura, a saúde, a ciência e técnica, os transportes e comunicações, a defesa do meio ambiente, procurando encarar riscos e ameaças, em que a vontade e os interesses particulares dos diferentes atores*

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

*se manifestam neste ambiente*⁴¹, entre outros riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, que a seguir se mencionam.

Nesse sentido, Proença Garcia (2010, p. 225), considera que “A Segurança também modificou o seu valor, passando-se de uma segurança de proteção dos interesses vitais ameaçados por um inimigo comum, ou seja, de uma segurança previsível, para uma segurança agora orientada para riscos diversos, mais difusos na forma, origem, espaço e atores, onde a imprevisibilidade aumenta as condições para a eclosão de conflitos. A Segurança passou assim a ter interesses para além dos vitais, por vezes materializados longe da base territorial dos Estados”.

Fala-se hoje de alargamento do conceito porque, se no passado a segurança externa, garantida pelas Forças Armadas, cingia-se, basicamente, na tradicional missão de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial dos Estados contra agressões armadas externas de outros Estados, conforme atrás se referiu, na atualidade, porém, a partir do fim da Guerra Fria, com o fenómeno globalização, que trouxe consigo riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, designadamente o crime internacional organizado, o narcotráfico, o tráfico de pessoas e seus órgãos, o tráfico de armas, o terrorismo, a imigração ilegal, a pirataria marítima, a ciberssegurança, a ciberprostituição infantil, a proliferação de armas nucleares, a degradação do meio ambiente, o fundamentalismo religioso, entre outros, o cenário alterou-se substancialmente, passando a elencar outras realidades que, direta ou indiretamente, se ligam indissociavelmente à segurança externa.

Nessa linha de pensamento, segundo Proença Garcia (2010, p. 225), “A defesa tem obrigatoriamente de procurar corresponder a este conceito alargado de Segurança e de flexibilização de fronteiras, através de uma articulação das várias componentes, onde a característica determinante será a inovação, a flexibilidade e a oportunidade de atuação. No presente, cada vez mais a

⁴¹ Francisco Proença Garcia, *Da Guerra e da Estratégia, A Nova Polemologia*, Editora – Prefácio-Edição de Livros e Revisadas Lda, Lisboa, 2010, p. 225

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Segurança e a Defesa asseguram-se na fronteira dos interesses e em quadros coletivos e cooperativos”.

Analisando os riscos e ameaças acabados de mencionar e terminando por conceitualizar a segurança externa, o autor Marques Quedes⁴² (2015), salienta que “...a noção de ‘segurança’ hoje em dia recobre uma enorme variedade de preocupações e temas interligados, visto terem um impacto no nosso bem-estar, porventura mesmo na nossa sobrevivência, e que não podemos por isso negligenciar”. Prossegue este autor afirmando que “Um elenco de temas e preocupações que – se e quando encaradas de um ponto de vista ‘externo’ a quaisquer entidades que se queira considerar – inclui questões de advém da complexidade da interdependência dos cada vez mais numerosos atores internacionais que tanto marca as conjunturas atuais – que envolvem Estados e os seus conflitos e guerras, mas também tensões e litígios mais atípicos como conflitos económicos, financeiros e comerciais, o acesso a recursos energéticos ou hídricos, passando por degradação ambiental, eventuais mudanças climáticas de fundo, e atividades de atores não-estatais, o que abarca terrorismo, pirataria, crime organizado, imigração ilegal, tráfico de pessoas, tráfico de droga e armamentos, etc. Sobre todos estes tópicos versa o que se convencionou apelidar de “segurança externa” – uma expressão no essencial descritiva que...coincide amplamente com segurança em espaços que” apelidamos de “internacionais” desde o último quartel do século XVIII, altura em que a palavra foi composta por Jeremy Bentham, in *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos (2015, p. 413).

É no entanto de notar que, apesar da multiplicidade de atores que hoje intervêm nas relações internacionais, o papel do Estado nestas mesmas relações internacionais continua irrefutável, embora diluído, se comparado com as décadas passadas, por um lado pela grande interdependência entre os

⁴² Armando Marques Guedes, in *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos (2015), GURPO ALMEDINA, Coimbra, p. 411

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Estados, e, por outro, pela intervenção dos mencionados atores não estatais, que exercem influência no exercício do poder e nas decisões mundiais.

Sobre este assunto, Nelson Lourenço (2015, pp. 32-33)⁴³, observa que “Nas ordens interna e externa, o Estado continua a ser o interlocutor predominante, embora a complexidade do atual ambiente de segurança tenha conferido um papel de progressiva relevância a outros atores”.

Por outro lado, no leque do alargamento do conceito de segurança externa, incluiu-se, como é óvio, o indivíduo e seus direitos que, no dizer de Nelson Lourenço (2015, p. 33), “Para além da polissemia do conceito, em si, a segurança alargou-se a novas áreas. Não basta salvaguardar os Estados, há que proteger os indivíduos e garantir valores como o bem-estar, a liberdade individual, a segurança individual e promover o desenvolvimento humano, erradicando as causas das ameaças”⁴⁴.

Nota de realce, considere-se que os estudos em volta do conceito alargado de segurança veio a ser consolidado a partir do fim da Guerra Fria, momento em que as tradicionais ameaças à segurança dos Estados na Europa deixaram de pairar, com a quebra do mundo então bipolarizado entre duas superpotências mundiais – os EUA e a URSS.

Nesse sentido, Proença Garcia refere que “Esta visão (que considera a defesa militar da soberania do Estado um dos objetivos primordiais da política de segurança) foi consolidada pela abordagem realista das Relações Internacionais e pela Guerra Fria”. O mesmo autor acrescenta que “Foi todavia necessário que o desenvolvimento científico e tecnológico criasse as condições materiais da globalização, que se tomasse consciência da gravidade dos

⁴³ Co-autores Nelson Lourenço, Figueiredo Lopes, Conde Rodrigues, Agostinho Costa e Paulo Silvério, *Segurança Horizonte 2025, Um Conceito Estratégico de Segurança Interna*, Lisboa, 2015

⁴⁴ Nelson Lourenço, *Segurança Horizonte 2025. Um Conceito Estratégico de Segurança Interna*, Edições Colibri|gresi, Lisboa, 2015, p. 33

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

problemas globais, que se comprovasse a incapacidade por parte do Estado para fazer face a esses problemas, para que a segurança saísse dessa prisão estatal-militar e se encontrasse uma nova conceptualização”⁴⁵.

Em síntese, quando os Estados analisam os problemas da sua segurança externa nos tempos que correm, no lugar de persistirem com a perspetiva clássica ou tradicional de defesa unicamente militar da independência, soberania, integridade territorial dos seus Estados, precisam de ver o problema na ótica contemporânea, mais abrangente, que conceitualiza a segurança no sentido amplo, enquadrando os riscos e ameaças atrás apontados em todas as suas vertentes, com vista a encontrar soluções alternativas reais que conduzam à alocação de recursos materiais e financeiros que assegurem o reequipamento das Forças Armadas, a fim de estas cumprirem cabalmente a sua missão de defesa militar do Estado, não somente contra agressões armadas externas de outros Estados, missão essa constitucionalmente consagrada, como abrangendo, também, demais riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados já anteriormente referidos e, mais, privilegiando o estreitamento da cooperação entre si, bem assim na criação e consolidação das organizações subregionais, regionais e internacionais no domínio da segurança e defesa coletivas.

Da análise que acaba de ser feita, vale referir que o cumprimento da missão das Forças Armadas Moçambicanas, na atualidade, incluindo mesmo de outras Forças Armadas no plano internacional em geral, missão essa em geral devidamente consagrada constitucionalmente (para os países que possuem Constituição), e cuja importância é do domínio público global, é confrontado por vários desafios para a sua concretização, a começar pela resistência oferecida pela sociedade civil, passando pela Assembleia da República ou Parlamento, partidos políticos, desembocando nos governantes a diversos níveis hierárquicos, especificamente para a aprovação da correspondente dotação

⁴⁵ Francisco Proença Garcia, *Da Guerra e da Estratégia. A Nova Polemologia*, PREFÁCIO, Lisboa, 2010; pp. 226-227

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

orçamental considerada razoável, destinada ao reequipamento, treinamento, formação e pagamento de salários condignos às Forças Armadas, tendo em consideração a sua particular condição militar (de privação de múltiplos direitos civis e políticos), a fim de estas cumprirem integralmente a sua tradicional missão de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial dos seus países.

3. A Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua importância (período 1975-2016)

Com a abordagem deste tema central da presente Tese, tem-se por objetivo essencial, partindo do estudo tido na disciplina de Direito Constitucional da Segurança, no Curso de Doutorado em Direito e Segurança, observar a forma lacunosa ou imprecisa com que o legislador constitucional moçambicano consagrou a missão das Forças Armadas Moçambicanas, apresentando-se, para o efeito, uma proposta visando a supressão dessa lacuna, baseada num estudo comparado das Constituições dos Estados de Língua Portuguesa, que, em geral, consagraram de forma clara, objetiva e precisa essa missão, trabalho a ser feito com as necessárias adaptações à realidade jurídico-constitucional, política e sócio-cultural moçambicana.

Por outro lado, pretende-se ainda analisar as principais missões das FADM, constitucionalmente consagradas, no âmbito externo e interno, por estas cumpridas no período 1975-2016, apontando-se êxitos, constrangimentos, propostas da sua supressão e desafios.

Assim, a título introdutório, neste capítulo, tendo em atenção a particular relevância que assume a consagração constitucional da missão das Forças Armadas de um país e, no caso em estudo, de Moçambique, levantam-se algumas questões prévias de suma importância, bastante atuais e cruciais, de saber, diretamente relacionadas com uma das tradicionais obrigações do Estado – a garantia da segurança (militar) dos seus cidadãos –, quais sejam:

1. porquê a consagração constitucional da missão das Forças Armadas Moçambicanas? E, questões derivadas a esta pergunta:
2. quais as consequências jurídico-políticas da consagração constitucional da missão das Forças Armadas para o Estado Moçambicano?

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

3. o Estado pode eximir-se da sua responsabilidade de garantir a segurança e defesa dos seus cidadãos?
4. é suficiente a Consagração na Constituição da Missão das Forças Armadas para o Governo alocar a estas uma dotação orçamental entendida suficiente para o cumprimento da sua missão tradicional? Se sim, isso tem sido fácil, e como se consegue? Se não, quais as razões que estarão por detrás?
5. é possível o Governo equilibrar as necessidades de desenvolvimento económico e social com as necessidades de defesa, face a escassez de recursos, particularmente financeiros? Se sim, como alcançar esse objetivo, sobretudo para os países em vias de desenvolvimento, com sérias dificuldades económicas, como Moçambique? Se não, porquê?
6. existirão razões histórico-políticas e económicas, na época contemporânea, que justifiquem a relutância de muitos governos, particularmente o moçambicano, virarem as suas atenções para o plano de desenvolvimento económico e social em detrimento do setor da defesa?
7. se tal relutância continuar, como fazer face aos riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, levados a efeito por atores não estatais, cada vez mais violentos e incessantes?
8. existirá no mundo um país que tenha conseguido com sucesso equilibrar as necessidades de desenvolvimento económico e social com as necessidades de defesa? Se sim, quais as razões que determinaram que isso fosse possível? Se não, porquê?
9. como os países em vias de desenvolvimento podem garantir a sua segurança externa e mesmo interna, sem grandes prejuízos para o plano de desenvolvimento económico e social?

Com o tema *A Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua importância (período 1975-2016)*, o autor-investigador apresenta um estudo a partir do qual, no Direito Constitucional da Segurança, no que toca ao estudo comparado das Constituições dos Estados de Língua Portuguesa, veio a constatar a existência de certas lacunas na forma da

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

consagração dessa missão no texto constitucional pelo legislador constitucional moçambicano, segundo atrás se referiu, designadamente a maneira imprecisa ou incompleta com que a referida missão foi definida no artigo 266, em que, para completá-la, requiere a conjugação deste dispositivo constitucional com o 265, ambos da CRM, ou recorrer o artigo 10 da Lei n.º 17/97, de 7 de outubro, Lei da Política de Defesa e Segurança, que a definiu com rigorosa clareza e objetividade, bem como o facto de aspetos relevantes e sensíveis que deveriam constar na Constituição, encontrarem a sua previsão em lei ordinária, situação esta que dificulta o destinatário direto – as Forças Armadas –, de encontrá-la reunida num instrumento legal mãe mais usado, a Constituição da República.

Relativamente à apontada lacuna no que tange à definição da missão das Forças Armadas, analisando literalmente a previsão do artigo 266 do texto constitucional, pode facilmente constatar-se esse facto, ao estabelecer que:

"1. As forças de defesa e os serviços de segurança subordinam-se à política nacional de defesa e segurança e devem fidelidade à Constituição e à Nação.

"2. O juramento dos membros das forças de defesa e dos serviços de segurança do Estado estabelece o dever de respeitar a Constituição, defender as instituições e servir o povo".

Nota-se facilmente que tanto a disposição do n.º 1 como a do n.º 2 do citado artigo 266 da CRM, não se encontra a definição explícita, senão implícita, da missão das Forças Armadas Moçambicanas. Por outras palavras, dá entender que a missão das Forças Armadas é condicionada pelo juramento dos membros das forças de defesa e dos serviços de segurança do Estado e, por via disso, estabelecer o dever de respeitar a Constituição, defender as instituições e servir o povo.

Quanto ao que acaba de ser dito, note-se, porém, que vezes há, por imperativo categórico das situações do momento (com base nas experiências da recente terminada guerra dos 16 anos entre a Frelimo e a RENAMO), em que antes do juramento, as Forças Armadas recebem missões combativas, constitucionalmente consagradas, e cumprem-nas integralmente.

No entanto, a definição dessa missão subsume-se pela leitura do disposto no n.º 1, que estabelece a subordinação das forças de defesa e os serviços de segurança à política nacional de defesa e segurança, que constitui uma remissão implícita ao artigo 265 da CRM, que prevê o seguinte:

"A política de defesa e segurança do Estado visa defender a independência nacional, preservar a soberania e integridade do país e garantir o

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

funcionamento normal das instituições e a segurança dos cidadãos contra qualquer agressão armada”.

Atentos à previsão deste citado dispositivo constitucional, que estabelece os princípios fundamentais da defesa nacional, dúvidas não restam senão concluir que é no mesmo onde se encontra definida claramente a missão das Forças Armadas Moçambicanas.

Mais ainda, outra forma de encontrar a definição clara e completa da missão das Forças Armadas Moçambicanas fora da Constituição, conforme atrás se referiu, é recorrendo o artigo 10 da Lei n.º 17/97, de 7 de outubro, Lei da Política de Defesa e Segurança, o qual determina que:

"As Forças Armadas têm fundamentalmente as seguintes missões:

- a) Defender os interesses vitais do país contra todas as formas de ameaça ou agressão;*
- b) Garantir a integridade do território nacional, a soberania, a liberdade dos cidadãos e a segurança dos meios do desenvolvimento da Nação;*
- c) Assegurar o funcionamento normal das instituições em todas as circunstâncias e face a quaisquer ameaças diretas ou indiretas;*
- d) Participar na proteção dos organismos, instalações ou meios civis determinantes para a manutenção da vida das populações, bem como tomar medidas de prevenção e de socorro que se requeiram em determinadas circunstâncias por decisão da autoridade competente;*
- e) Participar em ações tendentes à manutenção da paz e ao respeito do direito internacional;*
- f) Contribuir para a defesa e a segurança da região e do continente apoiando as ações de prevenção e de resolução de conflitos;*
- g) Assegurar a defesa do território nacional face a todo o tipo de ameaça incluindo o terrorismo”.*

Como se pode depreender pela leitura deste artigo 10, da já mencionada Lei n.º 17/97, de 7 de outubro, Lei da Política de Defesa e Segurança, este define de forma clara e precisa a missão das Forças Armadas Moçambicanas e é, no entender do autor-investigador, a redação que deveria constar no texto da Constituição, com as necessárias melhorias.

4. Proposta de revisão pontual da Constituição da República de Moçambique de 2004

Em face das lacunas acabadas de apontar em torno da Constituição da República de Moçambique de 2004, é de propôr que haja uma revisão pontual, por forma a saná-las, consagrando-se com clareza, objetividade e precisão a missão das Forças Armadas Moçambicanas, à semelhança das Constituições dos demais Estados de Língua Portuguesa que assim o fizeram, atrás mencionados.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Por outro lado, inserido no âmbito da missão das Forças Armadas Moçambicanas, constitucionalmente consagrada, serão abordadas as principais dificuldades que o Estado Moçambicano enfrenta para o seu reequipamento, com ênfase desde o fim da Guerra Fria, que pôs fim a bipolarização do mundo entre as então duas superpotências mundiais – os EUA, liderando o sistema capitalista, e a URSS, encabeçando o sistema socialista (onde o Estado Moçambicano dependia para o reequipamento das suas Forças Armadas) –, e, com destaque, a partir da eclosão da crise económica e financeira internacional, que iniciou nos EUA, em 2008, e a consequente reorientação da política de cooperação de Moçambique para os países ocidentais, a começar por Portugal.

Nessa análise dá-se ênfase:

1. às missões dos ramos das FADM;
2. à responsabilidade do Estado Moçambicano na criação de condições para o reequipamento das suas Forças Armadas, tendo em atenção quer para a defesa militar do Estado, visando assegurar a independência, a soberania e a integridade territorial do país contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna, quer para o cumprimento de compromissos internacionais de missões militares no quadro dos compromissos assumidos com as organizações regionais de defesa e segurança de que o Estado Moçambicano faz parte, quer ainda para fazer face aos múltiplos riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, levados a cabo por atores não estatais que nos últimos anos passaram a influenciar negativamente os acontecimentos internacionais, com particular incidência a partir do fim da Guerra Fria, e o consequente surgimento da globalização à escala mundial.

Por último, serão analisadas as missões principais das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), constitucionalmente consagradas, desde o período 1975-2016 que, dada a sua complexidade e multiplicidade, foram divididas em duas partes: a primeira parte aborda dez períodos principais e um sub-período dessas missões, conforme ficaram analisadas no capítulo I, tornando-se dispensável agora a sua repetição, passando-se a destacar as restantes, a começar no âmbito externo:

5. Missões das FADM no âmbito externo

- as missões históricas internacionais de apoio à luta dos movimentos de libertação nacional pela sua autodeterminação e independência em África e noutros quadrantes no plano internacional;

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

- o apoio prestado à República Unida da Tanzânia aquando da invasão do Exército Ugandês, de Ide Amin Dadá, a este país;
- as missões de apoio à paz e humanitárias no continente africano, nomeadamente na República Democrática do Congo, Burundi, Sudão, Comores, bem como de pacificação na Guiné-Bissau, e no plano internacional, concretamente de observador do processo de transição à independência do Timor-Leste em 2002.
- nos exercícios militares conjuntos entre as FADM, as Forças Armadas da SADC, e da CPLP (FELINO), no âmbito da defesa e segurança dos países da região da África Austral e da CPLP.

Estas e outras missões que a seguir se abordam, desenvolvem-se com detalhes mais adiante.

6. Ganhos obtidos por Moçambique com as missões externas das FADM

- ✓ Com o apoio à luta dos movimentos de libertação nacional pela sua autodeterminação e independência: os movimentos de libertação então apoiados, os seus países alcançaram a independência. Hoje são Estados soberanos, democráticos, sendo membros de pleno direito da UA e da ONU, traçam as suas políticas económicas e sociais, firmam acordos de cooperação em vários domínios com outros Estados, com destaque para o setor da segurança e defesa, onde fazem parte de organizações sub-regionais nesta área.
- ✓ A partir das experiências acumuladas na luta armada pela independência de Moçambique, as FADM ampliaram as suas experiências de luta armada, política e diplomática junto dos movimentos de libertação então apoiados.
- ✓ Com o apoio à República Unida da Tanzânia aquando da invasão do Uganda, de Ide Amin Dadá: em cooperação com as FADM, este país rechaçou completamente o Exército invasor ugandês, restabeleceu a sua segurança e hoje está a consolidar a sua democracia, as Forças Armadas tanzanianas encontram-se integradas na organização subregional de segurança e defesa da SADC, as relações históricas de amizade e cooperação entre Moçambique e a República Unida da Tanzânia se fortaleceram consideravelmente.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

- ✓ Com as missões de apoio à paz e humanitárias no continente africano: nos países onde as FADM cumpriram essas missões, nomeadamente na República Democrática do Congo, Burundi, Sudão e Comores, este último e o Burundi, restabeleceram a paz e a democracia nos seus países. Execetua-se, no entanto, a República Democrática do Congo e o Sudão, que ainda continuam com certos conflitos políticos internos. Relativamente à missão de pacificação na Guiné-Bissau, numa primeira fase a missão alcançou, com sucesso, o objetivo estabelecido mas, em curto espaço de tempo, a instabilidade política voltou a instalar-se, seguindo-se sucessivos golpes de Estado. Quanto à missão de observador do processo de transição à independência do Timor-Leste em 2002: foi coroada de êxito. O país tornou-se independente, hoje consolida a sua independência política e económica, e a democracia, organiza com sucesso as suas Forças Armadas.
- Com os exercícios militares conjuntos entre as FADM, as Forças Armadas da SADC, e da CPLP (FELINO), no âmbito da defesa e segurança dos países da região da África Austral e da CPLP: as FADM consolidam o seu treinamento, formação e organização, enriquecendo as suas experiências.

7. Missões das FADM no âmbito interno

Esta segunda parte, reporta as missões das FADM de carácter interno, relacionada com as missões de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano, e de apoio às populações, consubstanciadas:

- na luta contra as agressões armadas dos regimes da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), de Ian Smith, e do "Apartheid", da África do Sul, de Pieter W. Botha;
- b) na luta de desestabilização dos dezasseis anos perpetrada pela RENAMO, apoiada, financiada, treinada e equipada pelos atrás mencionados regimes da Rodésia do Sul, de Ian Smith, e do "Apartheid", da África do Sul, de Pieter W. Botha, contra Moçambique;
- c) no treino operacional, levado a termo pelas FADM, e as atividades de ensino realizadas pelas instituições de ensino superior e médio militares, nomeadamente o ISEDEF, a AMMSMM e a ESFA, respetivamente;

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

- d) na busca, salvamento e reassentamento em locais seguros das populações afetadas durante a época de cheias e inundações, bem como de ciclones e de outros desastres naturais.



Contingente de Capacetes Azuis da ONU, as FADM integrando missões de apoio à paz e humanitárias no Burundi

7. Ganhos obtidos com as missões internas das FADM

Com as missões de âmbito interno, o país obteve mais valias:

- ✓ na luta contra as agressões armadas dos regimes da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), de Ian Smith, e do "Apartheid", da África do Sul, de Pieter W. Botha: as FADM rechaçaram as repetidas agressões dos dois regimes, impedindo que Moçambique fosse ocupado ou recolonizado.
- ✓ na luta dos 16 anos entre a Frelimo e a RENAMO: as duas partes então beligerantes assinaram o Acordo Geral de Paz, a 4 de outubro de 1992, em Roma, sob a mediação da Comunidade italiana de Santo Egídio, paz que durou 20 anos e 8 meses, voltando a guerra a eclodir em 2013, por desentendimentos políticos entre os dois partidos políticos, e, agora (2017), estas mesmas partes acordaram trégua indeterminada das hostilidades que, provavelmente, culminarão com a paz efetiva.
- ✓ no treino operacional das FADM e as atividades de ensino realizadas pelas instituições de ensino superior e médio militares (ISEDEF, AMMSMM e ESFA): as FADM consolidam os seus conhecimentos técnico-militares em diferentes áreas, envidam

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

esforços orientados para a melhoria da sua organização e funcionamento.

8. Responsabilidade do Estado Moçambicano na criação de condições para o reequipamento das suas Forças Armadas

Uma das tradicionais responsabilidades do Estado Moçambicano, segundo atrás se referiu, é garantir a segurança dos seus cidadãos, quer individual, quer coletiva. Dessa responsabilidade deriva a sua obrigação incontornável de criar condições para o reequipamento das suas Forças Armadas, com vista a garantir quer a defesa militar do Estado, visando assegurar a independência, a soberania e a integridade territorial do país contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna (cfr. alínea a) do art. 11 da CRM), quer para o cumprimento de compromissos internacionais de missões militares no quadro dos compromissos assumidos com as organizações regionais de defesa e segurança de que o Estado Moçambicano faz parte; quer ainda para fazer face aos múltiplos riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, e, no caso vertente, do Estado Moçambicano, levados a cabo por atores não estatais que nos últimos anos passaram a influenciar negativamente os acontecimentos internacionais, com particular incidência a partir do fim da Guerra Fria, e o consequente surgimento da globalização à escala mundial, que trouxe consigo a multiplicidade dos já referenciados riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, suficientemente descritos nos capítulos precedentes.

A respeito da garantia da segurança individual ou pessoal e coletiva dos cidadãos como um dos deveres do Estado, Guedes Valente (2013, pp. 21-22), explica que “A segurança pessoal consiste na proteção, que o Governo deve dar a todos, para poderem conservar os seus direitos pessoais”. Este autor prossegue afirmando que “A liberdade – quer como direito, quer como princípio próprio da emanção da razão e essência humana, ou seja, como o mais alto valor ou princípio da justiça – cedida impõe, como contrapartida, a segurança que não a pode aniquilar nem restringir desmensuradamente, porque a liberdade individual e coletiva é fundamento e limite da segurança”.

Para aquele autor “Todas as constituições portuguesas assumem, a ideia crucial de que a liberdade, como fundamento e razão de implementação de medidas legislativas e práticas policiais e judiciais, não se exerce sem segurança, mas não é menos verdade que a

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

segurança só vale se existir liberdade de pensamento, de decisão, de agir, de locomoção, de reunião, de diversão, de escolha do seu *habitat*, de escolha dos espetáculos desportivos ou de diversão artística, sem que haja uma lei que diminua ou restrinja, para além do necessário, o exercício de todos os direitos fundamentais pessoais. O contrato social impõe-se e revela-se no dia-a-dia do cidadão” (Valente; 2013, pp. 22-23).

Face às mudanças operadas nas relações internacionais, caracterizadas pela intervenção violenta dos atrás mencionados atores não estatais, ameaçando seriamente a segurança dos Estados, Proença Garcia (2010, p. 224), observa que “A entrada no terceiro milénio continua cheia de incertezas, sendo evidentes as mudanças profundas na conjuntura internacional. Com a implosão a Leste, a ameaça que estava bem definida desapareceu, dando lugar a um período de anormal instabilidade, com uma ampla série de focos de convulsão regionais e múltiplos radicalismos. A instabilidade é igualmente criada pelos novos tipos de ameaças, algumas já manifestas, de que os trágicos acontecimentos de Nova Iorque, Madrid e Londres são o paradigma”.

Garcia acrescenta, nesta sua análise, afirmando que “A atual conjuntura internacional, onde o papel do Estado soberano está em crise, também se caracteriza pela flexibilidade do conceito de fronteira e pela aceitação de situações de cidadanias múltiplas e de governação partilhada. Este cenário facilita o crescimento e o disseminar da violência internacional não-estatal, deixando as guerras de obedecer à concepção típica de matriz clausewitziana, do anterior sistema internacional. No presente, a violência global, que é permanente, manifesta-se sobretudo de uma forma assimétrica, não tem uma origem clara, pode surgir em qualquer lugar e apresentar um cariz subversivo”.

A caracterização acima do estágio atual da insegurança dos Estados, cujo papel destes encontra-se em crise, resultante da intervenção violenta dos atores não estatais nas relações internacionais é o que hoje se assiste, na prática, um pouco por todos os cantos a nível internacional, com destaque para a Europa, América e, até certo ponto, para África e Ásia.

9. Missões históricas de apoio à luta dos movimentos de libertação nacional pela sua autodeterminação e independência em África e noutros quadrantes no plano internacional**9.1. Apoio à luta de libertação do Zimbabwe**

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Um ano depois da proclamação da independência nacional em Moçambique, a FRELIMO começou a apoiar os combatentes rodesianos que lutavam pela sua autodeterminação e independência contra a ocupação britânica na Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe) e, em 1976, o governo de Moçambique declarou oficialmente aplicar as sanções estabelecidas pela ONU contra o governo ilegal de Salisbúria, de Ian Smith, e fechou as fronteiras com aquele país. A Rodésia do Sul dependia em grande parte do corredor da Beira, incluindo a linha de caminhos de ferro, a estrada e o oleoduto que ligavam o porto da Beira àquele país, encravado do *ineterland*. Embora a Rodésia tivesse boas relações com o regime sul-africano do "Apartheid", este encerramento das suas fontes de abastecimento foi um duro golpe para o regime rodesiano.

Pouco tempo depois, o regime da Rodésia do Sul, de Ian Smith, intensificou o seu apoio, financiamento, treinamento e equipamento a dissidentes moçambicanos, criando-lhes mais tarde condições para se transformarem em movimento de resistência – a "Resistência Nacional Moçambicana", abreviadamente designada por RENAMO –, e criarem uma estação de rádio, usada para propaganda político-ideológica contra o Governo moçambicano, dirigido pela Frelimo, designada por "Voz da Quizumba"⁴⁶, a fim de dar-lhe credibilidade no plano internacional. Ato simultâneo, a RENAMO passou a intensificar os seus ataques contra alvos económicos e sociais estratégicos, estradas, pontes, viaturas de transporte público e privado de passageiros, matando os seus ocupantes no seu interior e colunas de abastecimento de produtos alimentares, combustíveis e lubrificantes, queimada de casas das populações dentro de Moçambique (acontecimentos vividos pelo autor na sua qualidade de comandante de Batalhão no campo da batalha). No espaço que se segue, a maior parte dos factos narrados são da responsabilidade do autor, na qualidade de narrador participante.

⁴⁶ A "Voz da Quizumba" foi amplamente usada pelo regime de Ian Smith durante a guerra de agressão contra Moçambique, para desacreditar o Governo moçambicano a nível interno e no plano internacional, alegadamente por ser comunista

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Até 1980, altura da proclamação da independência do Zimbabwe, a RENAMO, com a impossibilidade do contínuo apoio do regime da Rodésia do Sul, de Ian Smith, agora apoiada, financiada e treinada pelo regime segregacionista do "apartheid", da África do Sul, de Pieter W. Botha, continuou os seus ataques a aldeias e infraestruturas económicas e sociais em Moçambique, ações que passaram a ser reforçadas por colocação de minas terrestres antipessoais e anticarros em várias estradas do país, principalmente nas regiões mais próximas das fronteiras com a Rodésia do Sul, da África do Sul, bem como ao longo da linha férrea e seus arredores.

Aquelas ações tiveram um impacto negativo, desestabilizador e destruidor da economia moçambicana, uma vez que não só obrigaram o governo a concentrar importantes recursos financeiros, materiais e humanos para alimentar a máquina militar de guerra, como também, principalmente, porque levaram ao êxodo de milhares de moçambicanos do campo para as cidades e para os países vizinhos, à procura de segurança, o que resultou, rapidamente, na diminuição substancial da produção agrícola nos distritos donde as populações saiam.

Com a independência do Zimbabwe, segundo acaba de ser referenciado, a RENAMO sentiu-se obrigada a mudar a sua base de apoio militar, da Rodésia do Sul, para a África do Sul, o que conseguiu com muito sucesso, tendo tido amplo apoio das Forças Armadas sul-africanas e, obviamente, do próprio governo sul-africano, que sempre se pronunciou contra "o governo marxista ou comunista" da Frelimo em Moçambique, sob receio da sua expansão para o resto da África.

Para além disso, as Forças Armadas Sul-Africanas, a mando do seu Governo, realizavam sistematicamente "raids" terrestres e aéreos contra Maputo, alegadamente para destruírem "bases" do ANC, um apoio que a Frelimo prestava a este movimento libertador na sua luta contra o regime segregacionista do "Apartheid".

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

No entanto, o governo de Moçambique, que já tinha secretamente encetado negociações com o governo sul-africano e com a própria RENAMO, assinou, em 1983, um acordo de "boa vizinhança" com aquele governo, que ficou conhecido por Acordo de Nkomati⁴⁷, nos termos do qual o governo sul-africano se comprometia a abandonar o apoio militar à RENAMO, e, em contrapartida, o governo moçambicano se comprometia a deixar de apoiar e de albergar os militantes do ANC, que se encontravam em Moçambique.

Em 1986, a RENAMO tinha já estabelecido uma base central na serra da Gorongosa e expandia progressivamente as suas ações militares para todas as províncias de Moçambique, contando ainda com o apoio do Presidente Kamuzo Banda, do Malawi, cujo governo tinha boas relações com o regime do "Apartheid". Nessa altura, a RENAMO tinha conseguido alcançar um dos objetivos estratégicos mandatada pelos regimes da Rodésia do Sul, de Ian Smith, e do "Apartheid", de Pieter W. Bota, da África do Sul, iniciado por aquele primeiro, que consistia em obrigar o governo da Frelimo a abandonar a sua política de "socialização do campo", através das aldeias comunais e machambas (campos de cultivo) estatais.

9.2. Apoio à luta de libertação do ANC, da África do Sul

Até 1990 a África do Sul era uma sociedade formalmente de segregação racial, isto é, a população negra sul-africana era, por lei, vedada de viver no mesmo espaço geográfico com a população branca, e, conseqüentemente, não tinha cidadania sul-africana, política que ficou conhecida por "apartheid".

Segundo [Thais Pacievitch](#) "O **apartheid**, termo africâner que quer dizer separação, surgiu oficialmente na [África do Sul](#) em 1944, e serve para designar a política de segregação racial e de organização territorial aplicada de forma sistemática àquele país, durou até 1990"⁴⁸.

De acordo com [Thais Pacievitch](#), "O objetivo do apartheid era separar as raças no terreno jurídico (brancos, asiáticos, mestiços ou *coloured*, bantus ou

⁴⁷ O Acordo de Nkomati foi assim designado, por ter sido assinado nas proximidades do rio Incomati, província de Maputo

⁴⁸ [Thais Pacievitch](#), Info Escola, Navegando e Aprendendo, pode ser encontrado em www.infoescola.com/historia/apartheid, consultado em 17/07/2016

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

negros), estabelecendo uma hierarquia em que a raça branca dominava o resto da população e, no plano geográfico, mediante a criação forçada de territórios reservados: os Bantustanes”.

Finalmente, conforme Pacievitch, “Em 1959, com o ato de autogoverno, o apartheid alcançou a sua plenitude quando sua população negra ficou relegada a pequenos territórios marginais, autônomos e privados da cidadania sul africana”.

Tal política segregacionista do “apartheid” foi rigorosamente seguida e defendida pelas diferentes gerações de governantes bóers da África do Sul contra a população negra, no entanto severamente condenada pelas Nações Unidas.

O Congresso Nacional Africano (ANC), movimento de libertação que lutou pela igualdade racial e instauração duma sociedade democrática na África do Sul, nessa sua luta teve apoio moral, material, militar, político-diplomático e de acolhimento em Moçambique, pelo Governo da Frelimo, conforme se vem referindo acerca desta matéria.

Em retaliação a esse apoio ao ANC, o regime do “apartheid”, de Pieter W. Botha, desencadeou uma guerra de agressão serrada contra Moçambique, e, ação simultânea, apoiou, financiou, treinou e equipou a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), na sua luta contra a Frelimo, partido que governa Moçambique desde a proclamação da independência nacional, a 25 de junho de 1975.



Símbolo que representa a condenação à política segregacionista do “apartheid”

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Pela passagem do 25.º aniversário do fim do “apartheid”, em 2015, na África do Sul, o presidente Sul-Africano, Jacob Zuma, expressou, em Maputo, o seu agradecimento a Moçambique pelo apoio prestado pela Frelimo ao ANC, na sua luta contra o regime segregacionista do “Apartheid”, com estas palavras:

“Agradecemos a Frelimo e ao povo de Moçambique pela sua solidariedade que lhes custou muito caro economicamente e politicamente, e também quando o exército do “apartheid” conduziu ataques para além das suas fronteiras que resultaram na perda de muitas vidas humanas a este país (Moçambique)⁴⁹”, disse Zuma, que também desempenha as funções de presidente do ANC.

9.3. Apoio à luta de libertação da FRETILIN, de Timor-Leste

Moçambique concedeu apoio moral, material, militar, político-diplomático e de acolhimento em Moçambique à FRETILIN, de Timor-Leste, na sua luta contra a ocupação da Indonésia. Grosso efetivo de combatentes deste movimento de libertação recebeu formação quer militar, quer escolar em Moçambique. No âmbito da formação escolar, os timorenses frequentaram escolas do ensino primário, secundário até universitário, maioritariamente em Maputo, onde a FRETILIN tinha a sua sede político-militar.

Exemplo notável dessa formação, a nível universitário, aponte-se o de Mary Alcatiri, alto dirigente da FRETILIN, que no primeiro governo pós-independência de Timor-Leste, desempenhou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, formou-se em Direito na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em Maputo.

Durante o período de transição para a independência, um contingente das FADM e uma missão do Governo moçambicano participaram neste processo como observadores. Neste período, a pasta da Justiça foi ocupada por uma jurista moçambicana.

⁴⁹ O que está entre parênteses é do autor-investigador

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância**9.4. Apoio a outros movimentos de libertação nacional**

Moçambique, além dos movimentos de libertação nacional atrás referenciados, prestou igualmente apoio a outros movimentos de libertação na sua luta pela autodeterminação e independência nos seus respetivos países, tanto no continente africano como noutros quadrantes a nível internacional, desta vez circunscrito no âmbito moral, político e diplomático, ou seja, sem a componente militar direta. Em África, a Frelimo apoiou a luta da SWAPO, da Namíbia, contra a anexação do seu país pela África do Sul; a Frente Polisário, da República Árabe Saarawi, contra a anexação do seu território por Marrocos; e, na América Latina, a Frente SANDINISTA, da Nicarágua, na sua luta contra o regime ditatorial de Anastácio Somosa.

10. Apoio prestado à República Unida da Tanzânia aquando da invasão do Uganda

Em 1978, o Exército ugandês, a mando do então presidente do Uganda, Ide Amin Dadá, invadiu a República Unida da Tanzânia.

O presidente e Marechal da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, em solidariedade para com o país vizinho, que no passado serviu de retaguarda da luta armada de libertação nacional de Moçambique contra a ocupação colonial portuguesa, ordenou ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas que destacasse uma força especial altamente treinada, equipada com Artilharia pesada reativa BM-21, com a missão expressa de “avançar e expulsar imediatamente da pátria de Mwalimo (Professor, em língua Swahili), as tropas ugandesas invasoras”.

Com efeito, uma vez chegado e se posicionado no solo pátrio tanzaniano, em menos de uma semana, o contingente das FAM/FPLM rechaçava completamente as tropas invasoras ugandesas, que se retiraram, sem demora, em debandada, para o seu país de proveniência – Uganda, missão cumprida em articulação com as Forças Armadas Tanzanianas. No seu regresso a Moçambique, o contingente dava o relatório seguinte ao Marechal da República: *Comandante-Chefe, missão cumprida. As tropas invasoras ugandesas, estão confinadas no Uganda, não estão mais na pátria de Mwalimo!*

11. Missões de caráter interno no âmbito da defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano

No âmbito interno, desde 1975, momento da proclamação da independência nacional em Moçambique, aos nossos dias (2016), as FADM têm vindo a cumprir uma diversidade de missões em diferentes áreas, inseridas no quadro da defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano contra agressões armadas de outros Estados e de origem interna, segundo se depreende das referências atrás já feitas acerca desta matéria, incluindo o apoio às populações afetadas durante a época das cheias, inundações e outros desastres naturais, e das que adiante se fazem menção.

A propósito da defesa militar da independência, da soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano, um problema de interesse vital ligado a esta matéria que urge discutir, ainda que em breves linhas, tem a ver com quatro perguntas que frequentemente se fazem, como, por exemplo, defender o quê, contra quê, com quê, com quem?

Para o caso em estudo na presente Tese, estas perguntas foram colocadas e respondidas por Freire Nogueira (2005)⁵⁰, as quais, dada a sua especial importância para o tema em análise, e por se encontrarem relacionadas indissociável e inquestionavelmente com a situação concreta que Moçambique vive nos dias que correm, no capítulo da segurança e defesa em particular, se desenvolvem, resumidamente, no espaço que se segue e, como é óvio, com as devidas adaptações à realidade sócio-cultural, e política moçambicanas, sobretudo nesta fase crucial em que o país se encontra, caracterizada por incertezas na definição de políticas realistas e pragmáticas, adaptadas à fase conturbada em que o mundo globalizado dos nossos dias vive, caracterizado pela difusão de múltiplos riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, que têm sido sistematicamente apontados ao longo da abordagem desta problemática.

⁵⁰ Freire Nogueira, *Pensar a Segurança e Defesa*, 2005, Lisboa, pp. 279-281

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Eis as quatro perguntas que Freire Nogueira faz e responde ele mesmo, nos termos que se seguem, adaptadas, porém, à realidade sócio-cultural e política de Moçambique, conforme previamente atrás se fez referência.

12. Defender o quê, contra quê, com quê, com quem?

Freire Nogueira, na atrás mencionada obra e nas acima indicadas perguntas, que se revelam de particular interesse para o Direito Constitucional da Segurança Moçambicano, e por tal motivo dignas de registo para o devido estudo nas universidades, em particular nas instituições superiores e médias de ensino militar em Moçambique, mesmo que extensas, expende resumidamente que:

12.1. “Quando se fala em defesa, aquilo que é necessário definir à partida é exatamente do que estamos a falar. **Defender o quê?** A resposta não é... muito complicada. Defendemos aquilo que nos torna diferentes, aquilo que nos dá identidade própria. Isto, se a esses fatores nos liga um laço de afetividade. Efetivamente, só se defende aquilo que se ama”.

Na verdade, só se defende aquilo que, não obstante às diferenças étnoculturais, linguísticas, regionais, religiosas, raciais, as pessoas estão unidas pelos laços de pertença a um país, com o qual têm uma identidade nacional comum, havendo, por isso mesmo, ligação por laços de afetividade que conduzem ao amor, a afinidade entre as pessoas, ao amor à Pátria, e, por via desse amor, surge a necessidade e o dever de a defender, e se necessário, com a própria vida.

Continuando na sua abordagem, Freire Nogueira salienta que:

“Defendemos pois a nossa cultura, a nossa língua, o nosso espaço geográfico, que é a terra dos nossos antepassados donde etimologicamente deriva a palavra Pátria”.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Com efeito, a cultura, a língua de um povo, ligado inseparavelmente ao espaço geográfico da sua localização, constituem elementos-chave simultaneamente de identidade própria, de união desse povo e razão da sua existência num determinado país. Por assim dizer, a cultura e a língua são dois elementos fundamentais que diferenciam os povos no nosso Planeta Terra, na sua maneira de ser e de estar na sociedade, comparativamente aos outros. Como é óvio, a terra liga as pessoas aos seus respetivos antepassados, onde nasceram e jazem esses seus antepassados e, por isso mesmo, a imperiosa necessidade da sua defesa pelos seus cidadãos, por aqueles que os viu a nascer.

Prosseguindo o assunto em análise, aquele autor defende afirmando o seguinte:

“Defendemos também a nossa liberdade de escolha, o nosso passado comum e a nossa ideia de futuro. No fundo, defendemos *os nossos interesses*”.

De facto, a liberdade de escolha, no caso a liberdade de escolha do regime político que deve vigorar num país, a escolha dos governantes num processo democrático, traduzido nas eleições periódicas presidenciais e legislativas, bem como de órgãos autárquicos locais, em regra de cinco em cinco anos, que se associa a um passado comum entre os cidadãos, eleitores, e aqueles que são eleitos para os representar, defender os seus interesses, enfim, um passado que pode ser histórico, político, económico e social (eventualmente de colonização, como o caso de Portugal em relação a Moçambique), cultural e, em conexão com isso, qual o futuro que os espera perante a sua escolha, em última análise, relativa ao progresso e bem-estar, crescimento e desenvolvimento económico e social, técnico-científico e tecnológico que beneficie o povo, os cidadãos em geral, todas estas realidades que se resumem em poucas palavras – interesses de um povo, de um Estado, vitais e não vitais, que devem ser defendidos.

Avança ainda o referido autor, perguntando-se:

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

12.2. “Defendemos *contra* *quê?*”. Responde logo afirmando: “contra tudo o que, sem o nosso consentimento, nos queira impor outra cultura, outra língua, ou assenhorar-se da terra dos nossos antepassados, da nossa liberdade coletiva ou do nosso futuro”.

Realmente, um povo defende-se contra imposições externas de vária natureza, proveniente, via de regra, de grandes potências mundiais, ou, não sendo grandes potências mundiais, daquelas que se encontram na posição de superioridade (económica, político-militar, técnica e tecnológica, científica e cultural), em relação aos subjugados ou aos que se pretendam subjugar, que abrange desde a cultura, a língua, passando pela ocupação do seu território ou Pátria, até a privação da liberdade de que antes as pessoas desfrutavam, incluindo o bem-estar futuro que almejavam, havendo daí a necessidade de um povo se defender intransigentemente contra todo o tipo de imposições externas, *de per si* indesejáveis e inadmissíveis.

Analisando o *contra* *quê?* No mundo contemporâneo globalizado, aquele autor explica que “Num mundo globalizado e interdependente, a identificação do *contra* *quê?*, põe problemas que são por vezes de difícil solução”. Ele adianta dizendo que:

“Antigamente, podia dizer-se que se *a guerra era contra os inimigos, a paz era contra os amigos*”. Mas “Hoje, a interdependência, a exiguidade das funções clássicas do Estado, a adesão a espaços políticos e económicos cada vez mais alargados, tornam esta atitude bastante redutora, embora por vezes a realidade brutal dos egoísmos nacionais a faça voltar à superfície duma forma que surpreende os ingénuos”.

Com razão, o fenómeno globalização na atualidade, que se afirmou com peso desde o fim da Guerra Fria, vindo a quebrar as velhas e tradicionais ameaças à paz e segurança internacionais, particularmente na Europa, e o consequente fim da bipolarização do mundo entre as outrora duas superpotências mundiais – os EUA, encabeçando o sistema capitalista, e a

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

URSS, à cabeça do sistema socialista então em ascensão –, que se caracteriza por formação de organizações regionais, uniões económicas e monetárias, tendo começado por estreita colaboração no âmbito político entre os Estados regionais ou continentais, a definição de inimigo que dantes era nítida e clara, hoje tornou-se bastante difícil, pois quase todos se tornaram interdependentes, países amigos, pelo menos aparentemente. Mas, mesmo assim, os países mais desenvolvidos nos campos económico, social, cultural, político-militar, técnico-científico e tecnológico, apesar dessa aparente amizade, acabam impondo os seus interesses aos países com menos nível de desenvolvimento nestas áreas, com sinais de protecionismo por vezes a continuarem presentes; mais ainda, mesmo entre os Estados industrializados e amigos entre si, assiste-se interferência em matérias de espionagem económica, tecnológica, no domínio securitário e de outra natureza, e, com isso tudo, as funções clássicas dos Estados, que dantes se afirmavam inegavelmente, nos dias que correm acabaram perdendo consideravelmente esse peso que no passado detinham, por força da progressiva interdependência entre si, facto que se alia à intervenção, cada vez mais ativa, de atores não estatais nas relações internacionais, atuando em paralelo com o poder dos Estados, sendo, simultaneamente, agentes difusores de riscos e ameaças transnacionais à segurança dos mesmos Estados.

10.3. Em relação à pergunta, **defendemos *com qué?*** O autor de que se vem fazendo citação, responde explicando que “A resposta flui diretamente do argumento anterior e só pode ser uma: defendemos *com tudo*, já que a nossa liberdade, língua, cultura, território, história e vontade de continuar a viver em comum exigem um “combate” em todas as “frentes” onde esses valores sejam ameaçados”.

Portanto, defendemos *com qué*, sem rodeios, todos os meios servem para defender, a todo o custo, todos os altos valores humanos, como a liberdade, a língua, a cultura, o país, a história, a fim de preservá-los e conservá-los, eternamente, sendo que a vontade de continuar a vida em sociedade obriga,

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

rigorosamente, a combater em todas as frentes onde quer que o referido conjunto de valores se mostre ameaçado, e venha donde vier tal ameaça.

Outra referência da maior importância que o autor em referência faz em torno dos pontos que se têm vindo a abordar, refere-se à defesa tradicional levada a efeito pelas Forças Armadas (defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado contra agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna), sublinhando que:

“Obviamente que também defendemos de forma tradicional, isto é, com a força militar. A evolução do mundo e a presente conjuntura estratégica afastaram a necessidade dessa defesa para longe (Funções Estratégicas *Prevenção e Projeção*) das nossas fronteiras geográficas, *sem de nenhuma forma diminuir a sua necessidade*, já que ela se relaciona diretamente com a *afirmação* (Função Estratégica) da nossa vontade no contexto internacional”.

Efetivamente, a forma tradicional ou militar de defesa dum Estado continua hoje a ser indispensável, pese embora os diversos modos de cooperação hoje registados entre os Estados, aproximando-os cada vez mais, desde organizações sub-regionais, regionais de segurança e defesa, uniões económicas e monetárias, abolição de vistos de entrada de cidadãos dos Estados-membros, assistem-se um pouco por várias regiões do nosso globo terrestre muitos cenários de guerra, entre eles os de invasão e ocupação, agressões de outros Estados, apoio a grupos rebeldes no interior dos Estados levados a efeito por outros Estados, com o fim de derrubar o governo no poder, democraticamente eleito, todos protagonizados por Estados contra outros Estados; grupos rebeldes no interior dos Estados que, com apoios externos, pretendem conquistar o poder com o recurso à guerra. Daí tornar-se indispensável manter ainda a defesa tradicional, militar, como a via mais segura da defesa da soberania e integridade territorial dos Estados.

Exemplos recentes e frescos na memória da humanidade do que acaba de ser dito e que demonstra a necessidade premente de ainda ter que os Estados

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

se valerem da defesa tradicional, militar, são os conflitos na Europa que conduziram a desintegração da ex-República Federativa da Jugoslávia, surgindo novos Estados, designadamente a Eslovênia, a Croácia, a Bósnia e Herzegovina, a Macedónia, o Montenegro e a Sérvia; as invasões e ocupações do Iraque e do Afeganistão, levados a cabo pelos EUA, para a exploração de petróleo; o conflito russo-ucraniano, visando a recuperação da sua zona tradicional de influência e assegurar a distribuição de gás natural para o resto da Europa, através de gasodutos que passam pela Ucrânia; a guerra dos rebeldes líbios contra o regime do líder e presidente líbio, Coronel Muammar Kadafi, apoiada pela França, que culminou com o seu derrube e matança deste, pela posse de petróleo, e, ainda, pela sua posição de liderança, traduzida no seu projeto de unir África, formando os Estados Unidos de África, tornando-a num continente autónomo, de progresso e desenvolvimento económico e social; a “Primavera Árabe”, que derrubou governos por muitos anos considerados estáveis na região do Magrebe, especificamente na Tunísia e no Egito; a divisão do Sudão em dois países, originada por conflitos religiosos (norte islâmico, contra o sul cristão e animista), e na divisão dos rendimentos resultantes da exploração do petróleo, resultando em Sudão do Norte e Sudão do Sul, continuando este último instável, devido a conflitos armados internos; os conflitos armados no Norte da Nigéria, de maioria muçulmana, envolvendo o Governo e os rebeldes do grupo Boko Haram, que luta por instaurar um Estado islâmico; a intervenção da França no Mali, a 11 de janeiro de 2014, para deter os rebeldes islâmicos que derrubaram o Governo no poder, aparentemente por estarem ligados à rede terrorista da Al-Qaeda; a crise política cíclica na Guiné-Bissau, caracterizada por matanças constantes de altos dirigentes governamentais, entre políticos e militares, destacando-se, de entre estes, o antigo presidente da República, Bernardo “Nino” Vieira, os antigos Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas, Ansumane Mané, Veríssimo Correia Seabra e Tagmé Na Waié; a situação conflituosa entre o Governo e rebeldes do grupo M23, na República Democrática do Congo, por disputas no controlo de recursos naturais, sobretudo minerais abundantes, como o petróleo, o diamante, cobalto e um

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

potencial hidráulico que abrange metade do continente africano, para além de possuir extensas florestas que fornecem madeira, o cultivo de café, óleo de palma, borracha, cacau, algodão e chá; o recente conflito armado em Moçambique entre o Governo e a Renamo, esta última que pretende conquistar o poder por via das armas, com apoio externo, conflito esse que terminou com a assinatura do Acordo de Cessar Fogo, a 5 de setembro de 2014, em Maputo, entre o Presidente cessante, Armando Emílio Guebuza, e o líder da Renamo, Afonso Dlakama, nas vésperas da realização das eleições gerais e presidenciais, a 15 de outubro de 2014, conflito que, no entanto, viria a ser retomado pela Renamo, em outubro de 2015, a partir das províncias centrais de Manica e Tete, com alegação de fraude nas referidas eleições de 2014, continuando até aos dias que correm (2016).

Estes exemplos demonstram o quão a missão das Forças Armadas, constitucionalmente consagrada, para a defesa tradicional militar da independência, da soberania e da integridade territorial dos seus respetivos Estados é, na atualidade, ainda imprescindível, não obstante os avanços registados nas últimas décadas, tendentes à cooperação multilateral, consubstanciada nas organizações sub-regionais e regionais viradas para a defesa coletiva entre os Estados-membros, as uniões económicas, monetárias e aduaneiras entre os Estados.

Nota interessante no que toca aos conflitos armados nos países atrás mencionados, particularmente nos países africanos, até naqueles em vias de desenvolvimento em geral, onde se concentram abundantes recursos naturais estratégicos para o desenvolvimento económico e social, com destaque para os setores da indústria pesada e de armamento, é que por detrás desses conflitos estão as grandes potências e potências mundiais, incluindo as ex-potências colonizadoras, a atíçarem a sua concretização e propagação, através da sua planificação minuciosa e monitorização, usando sempre a velha fórmula de *dividir para reinar*, e sua posterior execução no terreno, no momento entendido oportuno e previsto pelos seus programadores, fornecendo armamento a um

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

grupo étnico rival, e fomentando filosofias de ódios e intrigas a outro grupo étnico, igualmente rival. Esta fórmula, infeliz e invariavelmente, culmina em conflitos armados entre os grupos étnicos rivais num determinado país.

As formas de planificação para a propagação de tais conflitos armados, conforme atrás se referiu, baseiam-se, basicamente, na velha mas sempre atual fórmula de *dividir para reinar*, usando-se para o efeito, para as elites locais atingirem os poderes político e económico, a divisão étnica, regional, religiosa, racial, vantagem na formação académica ou na posse de riqueza entre as diferentes etnias que compõem o país, através do uso de formas e métodos subtis para a sua difusão no seio das etnias do país que, chegado o ponto culminante do resultado idealizado, começam a eclodir conflitos que assumem, em geral, contornos violentos, isto é, armados. Iniciam-se então as guerras étnicas, umas com intenções de conquistar o poder por via das armas, outras para impor uma certa religião, outras ainda, para reclamarem a inclusão no poder, e, em contraposição, as etnias que estão no poder, a não mostrarem sinais de quererem partilhar esse poder com as outras etnias e, tudo fazerem, para impedir que isso aconteça, usando, para isso, todos os meios ao seu alcance, desde crimes hediondos, corrupção, fomentar intrigas no seio de outras etnias, visando incitar a violência armada, apoderamento indevido de dinheiro do herário público, entre outras formas de manifestação criminosa, ou seja, a teoria de Maquiavel, segundo a qual “o fim justifica os meios”, ou “conquistar e manter o poder a todo custo”, é uma lição que ficou bem aprendida e aplicada na prática pela etnia que conquistou e se mantém no poder, com todas as consequências daí resultantes e, em primeiro lugar, de regressão no caminho de crescimento e desenvolvimento económico e social, científico-técnico e tecnológico do país. Essas guerras são alimentadas, via de regra, pelo fornecimento de armas a uma das etnias em conflito e, a outra etnia, é inculcada valores, ideologias ou de ódio ou de superioridade em relação a outra. Assim, os conflitos perpetuam-se sem cessar nos países em vias de desenvolvimento, com vastos recursos naturais estratégicos, sobretudo em

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

África, com destaque para a África Subsaariana, onde, por ironia do destino, num só país há várias etnias ou tribos com línguas, valores culturais e usos e costumes tradicionais diferentes, factos todos estes explorados por aqueles que se interessam em dividir para reinar, isto é, conquistar e manter o poder, excluindo, a todo custo, todas as restantes etnias.

O resultado dessas guerras, por um lado, as superpotências, as potências e as ex-potências colonizadoras saem ganhando, pois conseguem implantar no poder as elites locais que defendem os seus interesses, continuando, desse modo, a explorar os recursos naturais dos países detentores, em condições vantajosas para aquelas e desvantajosas para estes países detentores dos referidos recursos naturais, indo reforçar o seu poderio de desenvolvimento económico, social, cultural, científico, técnico e tecnológico, militar, que vem a desembocar na modernização das suas indústrias pesadas e, em última instância, de armamento, cujas armas vão vender a esses países cujos grupos étnicos estão em guerra, a fim de continuarem a degladiar-se, a matarem-se impiedosamente, e eles a ganharem à velocidade luz.

Por outro lado, os países detentores dos mencionados recursos naturais, como resultado das guerras entre e contra compatriotas, verifica-se a redução da força de trabalho, decorrente das mortes maciças durante as guerras, regista-se a fome crónica, violações sexuais de mulheres, com maior incidência de menores durante o conflito armado, a economia nacional baixa, assiste-se a propagação de doenças endémicas de todo tipo, eleva-se a taxa de analfabetismo que, conseqüentemente, perpetua o obscurantismo do povo, que não pode interpretar com uma visão realista e pragmática os fenómenos sociais e da realidade geopolítica que lhe rodeia, por forma a contribuir positivamente com as suas ideias, visando melhorar a forma de governação nos seus respetivos países. Em breves palavras, os países detentores de abundantes recursos naturais tornam-se ciclicamente cada vez mais pobres, enquanto as grandes potências, potências mundiais e as ex-potências colonizadoras, se tornam cada vez mais ricas, resultado de pilhagem das riquezas naturais

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

daqueles primeiros, sob a nova roupagem introduzida pela globalização, usando-se a nova linguagem de “cooperação”, uma cooperação que não resulta em vantagens recíprocas, senão para a parte na posição de supremacia nessa “cooperação”, portanto, um enriquecimento sem causa.

Paradoxalmente, as mesmas superpotências, potências mundiais e ex-potências colonizadoras, perante tal cenário, de que são elas próprias responsáveis, em grande medida, pela sua perpetuação, aparecem a dizer, para o caso concreto de África que: *África é um continente cujas tradições não permitem o desenvolvimento. África é um continente só de conflitos.*

Perante este quadro delicado e complexo, cuja solução, não pacífica, e, à partida de longo prazo, no ponto de vista do autor-investigador, requer uma mudança radical na forma de impor os interesses por parte das superpotências, potências mundiais e das ex-potências colonizadoras aos países em vias de desenvolvimento, particularmente aos países africanos, detentores de recursos naturais abundantes e estratégicos, maioritariamente energéticos, e em contraposição sem quadros técnicos qualificados para os explorar, no lugar de semearem e alimentarem conflitos armados que travam o progresso e desenvolvimento multifacetado desses países, formem esses quadros técnicos com qualificações necessárias que lhes possibilitem explorar esses seus recursos, lado a lado, com as companhias multinacionais dessas grandes potências e potências mundiais, bem assim das ex-potências colonizadoras, numa posição de cooperação reciprocamente vantajosa.

Só assim, é que falaremos dum mundo moderno de globalização civilizadamente justo, em que há oportunidade de vantagens mútuas para todas as partes envolvidas e interessadas numa cooperação. Em poucas palavras, num mundo em que há cooperação mutuamente vantajosa entre os Estados, grandes e pequenos, ricos e pobres.

Concluindo, dessa forma, por um lado, a missão das Forças Armadas, constitucionalmente consagrada, dos países detentores dos recursos naturais

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

estratégicos, no lugar de se empenharem em guerras internas de desgaste (causadas fundamentalmente pela exclusão étnica, regional, religiosa, racial, na partilha dos poderes político e económico, este último traduzido na partilha abismalmente desigual dos resultados da riqueza nacional, criada no processo do trabalho comum da sua produção), concentrarão a sua atenção para a defesa militar da independência, da soberania e da integridade territorial dos seus países contra qualquer agressão armada externa.

Por outro lado, e simultaneamente a essa missão, defenderão as instituições, o povo, para que produzam os bens e serviços necessários à criação de condições propícias para o crescimento e desenvolvimento económico e social sustentado, que beneficie a sociedade no seu todo, à semelhança das grandes potências, potências mundiais e das ex-potências colonizadoras, que criaram todas estas condições de bem-estar, progresso, crescimento e desenvolvimento económico e social, avanço científico, técnico e tecnológico para os seus povos.

Concordando com a ideia do autor Freire Nogueira, nesta terceira pergunta, *Defendemos com quê?*, ele conclui, e com razão, afirmando que:

“... dentro do nosso espaço de soberania, não podemos deixar que as funções básicas de defesa não sejam por nós efetuadas mesmo com limitações, já que não só o “Poder tem horror ao vazio” (isto é um espaço não preenchido será naturalmente ocupado) como uma tal dimensão de soberania não deixará de ser percebida pelos nossos aliados como uma vulnerabilidade e uma “fenda” em qualquer sistema de segurança coletiva (Funções Estratégicas *Afirmção e Proteção*)”.

Atribui-se razão da maior relevância a esta ideia porque um país, no caso vertente de Moçambique, de que o autor é nacional, relegar a defesa militar da soberania e integridade territorial do país para um segundo plano, com o fundamento de priorizar o plano de desenvolvimento económico e social, visando restaurar a economia nacional severamente dilacerada pela guerra que

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

assolou Moçambique durante dezasseis anos, sendo isto verdade, também não constitui menos verdade que não obstante a escassez de recursos financeiros que o país vem enfrentando, a defesa da independência, da soberania e integridade territorial do Estado moçambicano, duramente conquistada, a custo do derramamento de sangue de muitos heróis nacionais, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Índico, deve constituir preocupação perpétua e prioridade número um na agenda do Governo, em igualdade de circunstâncias com a de desenvolvimento económico e social, sob pena de, não o fazendo, entregá-la na “bandeija” a países alheios, hoje ávidos de caça aos recursos naturais estratégicos, sobretudo energéticos, onde quer que eles se encontrem, usando, para esse fim, todos os meios ao seu alcance, incluindo, em última análise, o recurso à força das armas, pois aqui vale mais do que nunca o princípio de Maquiavel, de que “o fim justifica os meios”.

Por outro lado, tenha-se presente que um reequipamento das Forças Armadas na atualidade, justifica-se pela propagação incessante de riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, conduzidos por atores não estatais que passaram a intervir negativa e ativamente nas relações internacionais paralelamente com os atores estatais, nomeadamente o terrorismo, o crime internacional organizado, o tráfico de drogas, de armas, de seres humanos e seus órgãos, a pirataria marítima e aérea, a cibersegurança, a ciberprostituição infantil, a tendência de proliferação de armas nucleares, a degradação do meio ambiente, a imigração ilegal, as catástrofes naturais, o radicalismo religioso, entre outros.

Nesse sentido, o autor Francisco Garcia (2010, p.239), salienta que “O crime organizado de cariz transnacional representa uma ameaça para as sociedades e para os Estados, provocando a erosão do poder dos órgãos de soberania e da segurança”⁵¹,

⁵¹ Francisco Proença Garcia, *Da Guerra e da Estratégia. A Nova Polemologia*, PREFÁCIO, Lisboa, 2010; p.239

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Francisco Garcia adverte que “Desde o ataque do dia 11 de Setembro de 2001 a World Trade Center, o mundo vive obcecado com o terrorismo, com as suas potenciais atividades e com a forma como podem afetar as sociedades...”. E acrescenta alertando que “Raros são aqueles que ousam olhar noutra direção e que se apercebem da existência de outras fontes de insegurança, potencialmente tão perigosas ou mais do que o próprio terrorismo”. E sublinha que “O crime organizado transnacional é um dos exemplos de ameaças que têm procurado explorar a concentração de meios estatais na luta antiterrorista para expandir as suas atividades”.

Tendo em atenção ao que acaba de ser dito, a consideração do Governo ao setor da defesa como prioritário em equilíbrio com o desenvolvimento económico e social, no ponto de vista do autor-investigador, só permitirá ao nosso país, por um lado fazer face aos mencionados riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, e , por outro, melhor defender as elevadas quantidades industriais de recursos naturais energéticos, designadamente gás natural e petróleo, ambos descobertos na bacia do Rovuma, na província nortenha de Cabo Delgado, sendo que o gás natural também se descobriu recentemente em Inhambane, facto que eleva Moçambique no quarto lugar dos países detentores daquele primeiro recurso natural a nível mundial; o carvão mineral, que já existia e vinha sendo explorado na província central de Tete e, mais recentemente, na província nortenha do Niassa, embora se assista na atualidade a descida de preços de todos estes recursos naturais no mercado internacional.

Ao observar-se o critério da paridade na definição das prioridades defesa-desenvolvimento económico e social, pôr-se-ia em prática o princípio inquestionável, segundo o qual “não há economia sem defesa e vice-versa”, defendendo o país e desenvolvendo a economia nacional, simultaneamente.

Deste modo, se asseguraria esse desenvolvimento económico e social de forma sustentada e duradoura contra eventuais riscos e ameaças transnacionais

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

à segurança dos Estados, embora reconhecendo existirem os mais fortes que, valendo-se da sua supremacia militar, económica, política, técnica, científica e tecnológica, anulam impiedosamente a defesa soberana, criada a custo de enormes sacrifícios dos povos desses mesmos Estados, pagando pesados impostos nos dias que correm, sem aqueles primeiros se preocuparem com as elementares normas do Direito Internacional, tudo para pilharem os recursos naturais, particularmente os energéticos, desses países. Mas, vale a pena prevenir que remediar, tendo uma defesa forte, consolidada permanentemente, que deixar o país a mercê, inclusivamente, de outros países com potencialidades provavelmente abaixo de Moçambique, a pilhar, a olho nú, os nossos recursos naturais, enriquecendo-se e, em contrapartida, deixando o nosso país, o nosso povo empobrecidos, quando dispomos de vastos recursos que, explorados para o benefício comum dos cidadãos, sem exclusão social de qualquer natureza, pode trazer um bem-estar geral destes, por todos almejado, criando, conseqüentemente, uma economia forte, sustentável e desenvolvida.

10.4. Finalmente, fazendo o desdobramento de despedida em torno da quarta e última pergunta de Freire Nogueira, acerca de **defendemos com quem?**, vale a pena ouvi-lo, citando taxativa e fielmente as suas palavras “no nosso tempo, grande demais para as pequenas coisas e pequeno demais para as grandes. A defesa – cabendo por definição nas coisas grandes – não é exceção”.

Na verdade, a complexidade e a sofisticação das ameaças transnacionais à segurança dos Estados na atualidade (modernamente dirigidas, vezes sem conta, por atores não estatais), ainda não se conhece, no mundo contemporâneo, um único país (mesmo da única superpotência mundial sobrevivente, os EUA), capaz de enfrentá-las sozinho e lograr êxito na sua defesa, senão fazendo parte de organizações de defesa coletiva ou formando alianças, que são mecanismos por excelência de defesa tradicional.

Prosseguindo nessa linha de pensamento, o referido autor, salienta que:

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

“Os Estados – incaapazes de se auto-protegerem eficazmente – associam-se em grandes espaços de segurança e defesa. É aqui,... que reside hoje a Função Estratégica *Dissuasão*. Os motivos, sendo dos mais variados – geopolíticos, culturais, civilizacionais – têm, no entanto, algo em comum: *uma comunidade de interesses*”.

Isto reforça, precisamente, o que acabou de atrás ser dito. Não obstante à diversidade das relações que os Estados estabelecem entre si, designadamente geopolíticos, culturais e civilizacionais, a componente *cooperação no setor da defesa*, afigura-se no principal elo de união, indispensável para a defesa dos seus interesses vitais, ou seja, a sua sobrevivência como Estados soberanos e independentes.

Por último, refere o mencionado autor que:

“É óvio que esses interesses não se restringem aos aspetos de segurança e defesa. São antes de mais, políticos, económicos e culturais. Mas convém não esquecer que nada é possível sem segurança”.

Como se pode depreender pelos comentários feitos em volta desta quarta e última pergunta, este autor que conjuga a segurança e defesa com os aspetos políticos, económicos e culturais, dando ênfase à segurança, coincide, exatamente, com o ponto de vista que o autor da presente tese vem defendendo intransigentemente, de que não há e nem pode haver economia sem defesa, que se possa desenvolver de modo sustentado e duradouro e, vice-versa, não pode existir defesa forte sem economia próspera, desenvolvida, que a sustente.

Um exemplo claro que Moçambique guarda memórias recentes mas deveras amargas desse fenómeno, pode apontar-se o de equipamento das suas Forças Armadas na década de oitenta. Neste período, o Exército, a Força Aérea e a Marinha de Guerra, com destaque para os dois primeiros ramos, encontravam-se altamente equipados, os seus efetivos bem treinados e formados, desde sargentos, a oficiais de todos os escalões. Raros eram os casos de violação do

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

espaço aéreo nacional, das fronteiras estatais terrestre e marítima. Moçambique era considerado como a terceira potência militar na região da África Austral, atrás da África do Sul e de Angola. Esta situação fez com que os vastos e ricos recursos naturais de que o país é detentor não fossem pilhados por atores externos alheios, senão explorados nos termos de acordos bilaterais ou multilaterais entre o Estados Moçambicano e outros Estados.

Porém, o fim da guerra de desestabilização dos dezasseis anos, perpetrada pela RENAMO contra o Governo da Frelimo, atingido por via da assinatura do AGP, entre estas duas partes então beligerantes, a 4 de outubro de 1992, em Roma, que implicou a desativação dos meios técnico-combativos de que as FAM/FPLM dispunham nos seus três ramos, por imposição da ONUMOZ, assistiu-se desde essa altura aos nossos dias, a entrada maciça de estrangeiros, quer provenientes dos Grandes Lagos, quer provenientes da Nigéria, quer ainda provenientes de outros quadrantes do mundo, violando as fronteiras estatais, com o objetivo de pilhar recursos naturais diversos, em particular o ouro e pedras preciosas e semi-preciosas, nas províncias de Manica, Zambézia e Nampula, incluindo a caça ilegal de elefantes, para extrair marfim. No mar, com a desativação das poucas embarcações com que a Marinha de Guerra de Moçambique contava, passou-se a registar pesca ilegal desenfreada dos recursos marinhos ao longo de quase toda a costa moçambicana, por barcos piratas estrangeiros, pondo em causa a segurança económica do Estado Moçambicano, que, em última instância, afeta os direitos económicos e sociais dos cidadãos, incluídos os direitos humanos, violados não raros os casos por certos imigrantes, provenientes dos Grandes Lagos, da Nigéria, da Ásia e de outros quadrantes do mundo.

A esse propósito Sofia Santos (2015, p. 410), refere que "A segurança em termos económicos tem adquirido uma relevância crescente por duas razões principais: em primeiro lugar, a valorização do indivíduo como sujeito do Direito Internacional com ênfase na proteção dos direitos humanos e, em particular no respeito pela dignidade humana no âmbito dos denominados "*direitos humanos*

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

de segunda geração” e, em segundo lugar, a interdependência da economia global e os efeitos da globalização a nível individual, estatal, regional e internacional”.⁵²

Para garantir a segurança económica e os correspondentes direitos humanos dos cidadãos acabados de mencionar, preocupação que se associa à complexidade e à sofisticação das múltiplas ameaças transnacionais à segurança dos Estados, não permite que um Estado sozinho, por mais poderoso que seja, se possa defender sem que faça parte de organização coletiva de defesa e segurança ou formando alianças, conforme atrás se demonstrou, torna-se inadiavelmente recomendável que Moçambique consolide a sua presença na organização sub-regional de Defesa e Segurança da SADC, regional da União Africana (UA), da CPLP e da Commonwealth, criando condições logísticas favoráveis para que o nosso país participe condignamente com forças e meios necessários nesses *fora*, adquirindo, enriquecendo e implementando na prática as experiências que vem acumulando há longos anos nessas e noutras organizações, o que passa necessariamente, no entender do autor-investigador, pelo reequipamento das FDS, e, em primeiro lugar, das FADM.

Só assim, o nosso país sairá engrandecido na palavra e na ação, criando-se, gradualmente, umas FADM fortes, profissionais, que garantam o cumprimento integral da sua tradicional missão, constitucionalmente consagrada, de defesa militar da independência, da soberania e integridade territorial da República de Moçambique, contra qualquer eventual agressão armada externa de outros Estados e de origem interna, fazendo com que os nossos vastos recursos naturais sejam explorados em plena paz e em real benefício dos moçambicanos, do Rovuma ao Maputo e do Oceano Índico ao Zumbo, sem qualquer tipo de exclusão social, sendo o único critério de exclusão a formação académica, técnico-profissional, o bom desempenho das funções atribuídas,

⁵² Sofia Santos, *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Coimbra, GRUPO ALMEDINA, 2015; p. 410

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

consubstanciado na produção de resultados e o atingir de metas estabelecidas pelo Governo ou pela instituição de subordinação hierárquica, associadas inseparavelmente ao saber fazer, do bom modo de ser e estar em sociedade.

As guerras, provocadas em parte por causas da exclusão social, traduzidas na exclusão étnica, regional e racial, e até certo ponto religiosa, na partilha dos poderes político e económico e, grosso modo, apoiadas e financiadas pelo mundo exterior, só perpetuam a pobreza extrema, a fome, doenças endémicas e crónicas, o analfabetismo, inimigo permanente do desenvolvimento económico e social, técnico-científico, tecnológico e cultural dos povos, fomentam ódios entre etnias que, no lugar de procurarem aspetos comuns, que são em número maior para cultivar a unidade nacional, procuram atizar as diferenças que conduzem irremediavelmente a conflitos inter-étnicos que, via de regra, terminam em guerras, por vezes geracionais, criando um ciclo vicioso que regride todo um esforço empreendido por gerações de moçambicanos, com vista à construção duma sociedade justa, com economia forte e desenvolvida, ao serviço de todos aqueles cidadãos moçambicanos que, direta ou indiretamente, contribuem para o progresso desse processo.

Chegou o momento decisivo de todos dizermos, a viva voz, adeus às guerras, às exclusões étnicas e de todo tipo, na partilha dos poderes político e económico, causas primeiras dessas guerras, e consagremo-nos sabiamente, unidos entre todas as etnias, raças, cores da pele, religiões, regiões, estatuto social para, juntos, continuarmos a construir um Moçambique uno e indivisível, forte, para, no presente e no futuro, conforme reza o nosso hino nacional, nenhum tirano nos escravizar.

Porém, para que tal se venha a tornar realidade, reconhecidamente tarefa difícil, atendendo juntarem-se nessa renhida batalha forças externas, conforme atrás se referiu, e, sobretudo ainda, a natureza humana, de *per si* egoista, ambiciosa, preversa, mas tarefa possível, são imprescindíveis a vontade política, orientada para o diálogo construtivo permanente, imbuido no espírito de franca

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

crítica e autocrítica, quando surgem diferendos de interesses em assuntos mais altos da nação, encontrando-se sempre ponto de equilíbrio na acomodação desses interesses, mediante espírito de compreensão, de tolerância e de perdão recíprocos, sabendo que somos todos moçambicanos e há espaço para todos. É um caminho longo a percorrer que exige sacrifícios de parte a parte, para o que se afigura útil ir-se, desde já, educando as novas gerações nesses princípios humanamente sãos, que permitem construir uma sociedade equilibrada, de harmonia social, com padrões universalmente aceites.

Tais novas gerações, no entanto, não dizem respeito somente a dos militares que estão nas FADM ou que nelas ingressarão para darem continuidade do cumprimento da missão constitucionalmente consagrada, de defesa militar do país contra qualquer eventual agressão armada externa de outros Estados e de origem interna, como dizem respeito também, daqueles jovens da sociedade civil que farão suas carreiras profissionais civis em diferentes áreas. Todos, devem saber amar os valores da nossa história, dos nossos interesses vitais, das nossas culturas, das nossas línguas nacionais e, obviamente, da língua portuguesa, que é o elo de união entre todos os moçambicanos que têm nas línguas nacionais como principal língua de comunicação, juntando a isso, o conjunto dos princípios enunciados no parágrafo anterior, defendendo-os com todos os meios que forem achados pertinentes e idóneos para combater o provável perturbador e, em primeiro lugar, o meio tradicional – a defesa militar –, da pátria moçambicana e, em última instância, se necessário, com o sacrifício da própria vida por esse nobre ideal.

Vistas e desenvolvidas em traços resumidos as questões como defender o quê, contra quê, com quê e com quem, que Freire Nogueira atrás levantou mas respondeu ele próprio, rigorosamente adaptáveis à realidade económica, político-militar, sócio-cultural de Moçambique, passa-se, de seguida, a desenvolver a matéria que concretiza, inquestionavelmente, aquelas perguntas e respostas deste autor.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância**13. Na luta contra as agressões armadas dos regimes da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), de Ian Smith, e do "Apartheid", da África do Sul, de Pieter W. Botha**

Conforme atrás se referiu, um ano a seguir à proclamação da independência nacional, 1976, Moçambique começou a ser alvo de agressões armadas, levadas a cabo pelo regime da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), de Ian Smith, sob pretexto de a Frelimo, partido no poder, apoiar os combatentes zimbabwianos na sua luta pela libertação do Zimbabwe, nomeadamente a ZANU-Frente Patriótica, de Robert Mugabe, e a ZAPU, de Josuan Nkomo, respetivamente.

Quando os bombardeamentos da Força Aérea, seguidos posteriormente pelas incursões armadas do Exército rodesianos iniciaram, as Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), ainda não se encontravam suficientemente equipadas por forma a fazerem face, numa posição de correlação de forças, aos sistemáticos ataques. Mesmo assim, o espírito patriótico e elevado moral combativo das FPLM, os rechaçavam prontamente.

O prolongamento das agressões contra o nosso país obrigou o Governo moçambicano, em curto espaço de tempo, a reequipar as FPLM com moderna técnica de combate, adquirida maioritariamente na URSS, país então socialista, cuja orientação político-ideológica Moçambique seguia.

A partir dessa altura, as FPLM, dia após dia, começaram a infligir pesadas derrotas às forças invasoras, quer levadas a efeito no ar, pela Força Aérea, quer levadas a efeito em terra, pelo Exército rodesianos.

Assim, as sucessivas baixas daqueles dois ramos, Exército e Força Aérea, foram desgastando as Forças Armadas rodesianas de tal modo que, até finais de 1979, não tinham mais capacidade de prosseguir com as agressões armadas contra o nosso país, circunstância que se agravava com o impetuoso avanço da guerra no interior da Rodésia do Sul, conduzida pelos dois movimentos de libertação deste país, a ZANU-Frente Patriótica e a ZAPU, respetivamente, cuja independência se proclamaria um ano depois, em 1980.

Em paralelo com as agressões contra Moçambique, o regime de Ian Smith recrutava, apoiava, financiava, treinava e equipava dissidentes moçambicanos, que inicialmente, sem objetivos políticos definidos, para lhes dar credibilidade junto da opinião pública nacional e internacional, mais tarde os transformou em movimento rebelde, que se designou por Resistência Nacional Moçambicana

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

(RENAMO), para lutarem contra o Governo moçambicano, dirigido pela Frelimo, luta dirigida fundamentalmente contra alvos económicos estratégicos, com o objetivo de desacreditar a política socialista seguida pela Frelimo.

Porém, com a independência do Zimbabwe naquele ano de 1980, o regime de Ian Smith não podendo mais continuar a apoiar a RENAMO, esse apoio viria a ser retomado pelo regime segregacionista do "apartheid", da África do Sul, de Pieter W. Botha, agora multilateralmente reforçado, não somente direcionado contra alvos económicos estratégicos, como abrangendo, também, alvos civis e militares, com destaque para viaturas de transporte público e privado, que passaram a ser queimadas com os respetivos passageiros, entre mulheres grávidas, idosos, jovens e crianças, bem como a queimada de casas de habitação das populações, particularmente nas zonas rurais e vilas.

Nota final, é de observar que na luta contra as agressões armadas do regime da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), de Ian Smith, as FPLM encontravam-se numa fase de transição, de força guerrilheira, para forças armadas regulares, sendo por isso de considerar que as dificuldades de ordem organizacional e do tipo de equipamento de combate usados, foram notórias para enfrentar um exército regular altamente organizado, treinado e equipado como o da Rodésia do Sul. Como consequência disso, esta guerra de agressão prolongou-se (1976-1980).

Porém, em relação à luta contra as agressões armadas do regime do "apartheid", da África do Sul, de Pieter W. Botha, as FPLM começavam a ser equipadas com modernos meios de combate, treinando e organizando-se num ambiente de guerra, tudo fazendo-se em ritmos acelerados e, consequentemente, escapando pormenores de rigor técnico-militar, que seria exigível em condições de paz. Mesmo assim, o exército sul-africano encontrou forte resistência das FPLM e, por isso mesmo, o Governo do regime do "apartheid", de Pieter W. Botha, cedo concluiu constituir sério risco a continuidade da guerra envolvendo diretamente as suas Forças Armadas, senão passando essa missão para a RENAMO. Por essa razão, esta guerra de agressão durou relativamente pouco tempo (1980-1981).

Este assunto desenvolve-se com luxo de detalhes no número que se segue.

1.1. Na luta dos dezasseis anos entre o Governo da Frelimo e a RENAMO

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Segundo atrás se fez menção, a guerra perpetrada pela RENAMO contra o Governo dirigido pela Frelimo em Moçambique, começou no ano de 1976, em paralelo com a guerra de agressão contra o nosso país, primeiro conduzida pelo regime da Rodésia do Sul, de Ian Smith, e posteriormente continuada pelo regime segregacionista do "apartheid", da África do Sul, de Pieter W. Botha, logo depois da proclamação da independência do Zimbabwe, em 1980.

Dado curioso do móbil das duas guerras, invocado quer pelo regime de Ian Smith, quer pelo regime segregacionista do "apartheid", da África do Sul, de Pieter W. Botha, não obstante os dois regimes saberem claramente que se tratava, primordialmente, do apoio dado pela Frelimo à ZANU-Frente Patriótica e à ZAPU, ambos do Zimbwe, e ao ANC, da África do Sul, preferiam invocar a luta contra a expansão do comunismo ou do marxismo-leninismo da Frelimo em Moçambique para o resto de África.

Todavia, no caso da situação do regime do "apartheid", da África do Sul, de Pieter W. Botha, que prosseguiu com a guerra de agressão contra Moçambique após a derrota do regime de Ian Smith (nas suas agressões contra Moçambique e na guerra contra a ZANU-Frente Patriótica, e a ZAPU, ambos do Zimbwe), o móbil primeiro – apoio da Frelimo ao ANC –, viria mais tarde a ser clara e formalmente invocado pelo Governo sul-africano do "apartheid", devido a intensificação da luta deste movimento de libertação no interior da África do Sul, que o regime de Pieter W. Botha queria que a Frelimo terminasse o seu apoio, mediante um acordo prévio de paz entre os dois governos, moçambicano e sul-africano, onde Moçambique deixaria de apoiar definitivamente o ANC e, a África do Sul por sua vez, punha fim o seu apoio à RENAMO.

Nota de realce sobre o assunto, um acordo de paz duradoura interessava tanto ao Governo do "apartheid", da África do Sul, de Pieter W. Botha, como ao Governo de Moçambique, dirigido pela Frelimo, na pessoa do presidente Samora Moisés Machel, devido aos continuados e elevados prejuízos económicos e perdas de vidas humanas que os dois países sofriam resultantes dessas guerras.

Para a concretização desse objetivo das duas partes em conflito, os presidentes Samora Machel, de Moçambique, e Pieter W. Botha, da África do Sul, em março de 1984, assinaram, em Nkomati, um acordo de paz, conhecido por "Acordo de boa Vizinhança", ou, simplesmente, "Acordo de Nkomati", no qual os governos dos dois países se comprometiam a cessar, com efeitos imediatos, o apoio aos combatentes ou guerrilheiros que cada parte sustentava.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Moçambique retirou parte substancial dos militantes do ANC do território nacional, uns regressando para África do Sul, outros procurando outros destinos da sua livre escolha, e que lhes proporcionasse segurança.



Da esquerda para a direita, Pik Botha, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Pieter W. Botha, em vida Presidente do regime do "Apartheid", da África do Sul, Marechal Samora Moisés Machel, em vida Presidente de Moçambique, e Joaquim Alberto Chissano, então Ministro do Negócios Estrangeiros de Moçambique, no local da assinatura do Acordo de paz entre Moçambique e África do Sul



Da esquerda para a direita, Graça Machel, ao lado do marido, Marechal Samora Moisés Machel, em vida Presidente da República de Moçambique, Pieter W. Botha, em vida Presidente do regime do "Apartheid", da África do Sul, e Pik Botha, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros do mesmo regime do "Apartheid"

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Pik Botha, então Ministro dos Negócios Estrangeiros do regime do “Apartheid”, desempenhou um papel importante na mediação do Acordo de Inkomáti entre Moçambique e África do Sul, realizando encontros separados, ora com o Governo moçambicano, dirigido pela Frelimo, ora com a RENAMO, movimento rebelde guerrilheiro.



Afonso Dlakama, líder da Renamo⁵³

No entanto, quer o próprio ANC, quer a comunidade internacional, criticaram severamente tal decisão de Moçambique, de retirar os combatentes do ANC do território moçambicano, então sua retaguarda segura da sua luta contra o regime do “apartheid”. Por seu turno, o regime do “Apartheid”, de Pieter W. Botha, no princípio a seguir à assinatura do referido acordo,

⁵³ As imagens atrás reproduzidas, podem ser encontradas em herdeirodeacio.blogspot.pt./2009/05/o-acordo-de-nkomati.html

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

aparentava ter reduzido o seu apoio à Renamo mas, pouco tempo depois, veio a verificar-se que não era precisamente assim. A partir desse momento, começaram acusações mútuas de parte a parte, de continuar a apoiar o ANC, por parte de Moçambique, e da RENAMO, pela África do Sul.

O Marechal e Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, amigo incontestável do povo sul-africano, na sua tradicional solidariedade da luta do ANC contra o regime racista do "Apartheid", nos seus discursos à nação e ao mundo, sempre falou abertamente do seu incondicional apoio a essa luta.

Porém, a guerra de desestabilização em Moçambique, perpetrada pela RENAMO, e as sabotagens a diversos alvos de natureza económico-militar e para-militares, levadas a cabo pelo ANC, continuaram no interior da África do Sul e, simultaneamente, a condenação internacional ao regime do "Apartheid", aumentava em larga medida, reforçada por sanções económicas, políticas e desportivas a nível mundial.

O resultado final das duas situações atrás apontadas, por um lado, Moçambique, através do então presidente da República, Joaquim Alberto Chissano, sucessor de Samora Machel, assinou com a RENAMO, representada pelo seu líder, Afonso Dlakama, um Acordo Geral de Paz, a 4 de outubro de 1992, em Roma, pondo fim os dezasseis anos de guerra sangrenta de desestabilização em Moçambique, que matou cerca de um milhão de moçambicanos, e, por outro lado, na África do Sul, pôs-se fim à política segregacionista do "Apartheid", que durou décadas, privando os sul-africanos de diferentes raças, dentro do seu próprio país, da sá convivência humana entre si, essencial para a harmonia dum povo e progresso numa sociedade humana; o regime segregacionista do "Apartheid" libertou Nelsou Mandela (que cumpria prisão perpétua na Ilha de Robben, na África do Sul), lutador incansável contra o "Apartheid" no seu país, e líder carismático não somente do ANC, como do mundo inteiro.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância



Joaquim Chissano, antigo Presidente de Moçambique, estreitando mãos a Afonso Dlakama, líder da RENAMO, logo a seguir à assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma, vendo-se ao centro, o mediador da paz moçambicana, membro da Comunidade de Santo Egídio, da Igreja Católica da Itália



Na dianteira, Armando Emílio Guebuza, então Ministro dos Transportes e Comunicações de Moçambique, negociador-chefe da Delegação do Governo às conversações de paz com a delegação da RENAMO, em Roma

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Raúl Domingos, negociador-chefe da Delegação da RENAMO, às conversações de paz com a delegação do Governo, em Roma

Em Moçambique, a RENAMO veio a ser reconhecida como partido político da oposição, e Afonso Dlakama, seu líder. Este e o seu agora novo partido, a Renamo, concorreram, juntamente com a Frelimo, nas primeiras eleições gerais multipartidárias e democráticas, de 1994, que viria a perder a favor deste último partido – a Frelimo –, e o seu candidato, Joaquim Alberto Chissano, derrota que, no entanto, viria a afirmar publicamente que não reconhecia.

Com o fim do “Apartheid” na África do Sul, terminava a missão das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, constitucionalmente consagrada, de apoiar os combatentes do ANC na sua luta contra o regime segregacionista do “Apartheid”, uma luta virada para a liberdade, igualdade racial, reconhecimento de cidadania sul-africana para todos os negros, e pela democracia, cumprindo deste modo o previsto no n.º 1 do art 20 da CRM, que prevê expressamente que: “A República de Moçambique apoia e é solidária com a luta dos povos pela libertação nacional e pela democracia”.

No mesmo ano de 1994, na África do Sul, o ANC concorreu nas primeiras eleições multirraciais, as primeiras logo a seguir à abolição do regime segregacionista do “Apartheid”, pelo então Presidente Sul-Africano, de raça

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

branca, Frederik Deklerc, e Nelson Mandela, líder do ANC, veio a ser eleito Presidente da África do Sul, tornando-se no primeiro Presidente de raça negra no pós-“Apartheid”.

2. Formas e métodos de fazer a guerra usados pela RENAMO

Na passagem atrás, o autor-investigador usou o termo instrumentalizado, porque a guerra conduzida pela RENAMO durante os 16 anos que a mesma durou, este movimento rebelde não observava as mínimas regras elementares do Direito Internacional Humanitário ou Direito Internacional da Guerra, seguindo cegamente as bárbaras instruções que recebia dos seus mandantes, que adiante se descrevem.

Nota curiosa porém, é que a RENAMO foi formada e treinada pelos Exércitos dos regimes dos seus mandantes – de Ian Smith, da Rodésia do Sul, e do “Apartheid”, de Pieter W. Botha, da África do Sul. Durante o período de guerra que acima se alude, era muitas vezes assistida por oficiais das Forças Armadas destes dois regimes no campo da batalha, factos que, inclusivamente, eram divulgados nos órgãos de comunicação social nacionais e internacionais.

A descrição dos factos ocorridos no teatro operacional durante a guerra dos 16 anos entre a Frelimo e a RENAMO, que se segue é, devaras, chocante mas, retrata fielmente os episódios tal como ocorreram na prática onde, a partir de 1981, o autor foi comandante de Batalhão dirigindo combates.

Os guerrilheiros da RENAMO, nas suas ações, instruídos pelos seus superiores hierárquicos, do topo à base, praticavam massacres maciços, torturavam e queimavam casas das populações, muitas vezes com os próprios donos dentro delas, cortavam orelhas, nariz, de homens e mulheres, incluindo seios das mulheres, abriam barrigas de mulheres grávidas para tirar delas o feto do ventre materno, e deixar ambos sem vida, levando o corpo da mãe para abandoná-lo na berma da estrada das zonas onde operavam, juntando a outros cadáveres que por lá deitavam em momentos anteriores, cujos esqueletos das ossadas só viriam a ser enterrados, em valas comuns, nas vésperas do Acordo

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Geral de Paz, assinado em Roma, a 4 de outubro de 1992, entre as partes outrora em conflito – a Frelimo e a RENAMO. Atacava viaturas de transporte público e privado, incendiando-as de seguida, com todos os seus passageiros no interior das mesmas, entre mulheres grávidas, jovens e adultos, velhos e crianças de ambos os sexos.

Todas as situações bárbaras acadas de descrever, a RENAMO praticava impiedosamente, consciente ou inconscientemente, contra o seu próprio povo, atrasando, consequentemente, o desenvolvimento económico e social, cultural, técnico-tecnológico e científico do nosso país – de que também todos os membros deste agrupamento armado, agora partido político, são cidadãos –, porque com as milhares de vidas de moçambicanos perdidas, perdeu-se, por conseguinte, a imensa mão-de-obra que deveria produzir e desenvolver todas estas áreas mencionadas, reduzindo, em larga medida, a pobreza do nosso povo, contra a qual o Governo moçambicano tem vindo a lutar árdua e incansavelmente, através, designadamente, da elaboração e implementação de planos económicos e sociais, de entre os quais se destaca o Programa de Alívio e Redução da Pobreza Absoluta, conhecido pela sua abreviatura (PARPA).

Contudo, dado importante a destacar, digno de reconhecimento, diz respeito ao elevado espírito de tolerância, de compreensão, de sã convivência social e de amor ao próximo, que caracteriza o povo moçambicano, sensibilizado quer pelo Governo, quer pelas autoridades tradicionais locais a nível nacional, quer ainda por organizações religiosas, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Oceano Índico, no sentido de perdoar todos os crimes hediondos praticados que atrás ficaram descritos, ao “*passar borracha*” em volta de toda essa macabra história, convivendo hoje em harmonia, concórdia, paz, lado a lado com os mesmos que, num passado cronologicamente recente, praticaram todos os males contra os seus familiares e amigos.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância**2.1. Descrição sumária das formas hediondas de conduzir a guerra pela RENAMO durante os 16 anos deste conflito armado em Moçambique**

A descrição dos factos atrás narrados, que se traduzem nas formas hediondas com que a RENAMO conduziu a guerra de desestabilização em Moçambique durante 16 anos contra o Governo dirigido pela Frelimo, será desenvolvida, sumariamente, em três momentos, quais sejam:

1.º momento: em que o autor-investigador é narrador participante nessa guerra, tendo desempenhado sucessivamente as funções de comandante de Pelotão, de Companhia e, finalmente, de Batalhão, na 5.ª Brigada de Infantaria Motorizada (5.ª BRIM), na província central de Sofala, no período compreendido entre 1981-1995.

No período em análise, o autor comandou operações nos distritos de Gorongosa (Canda, Phavúè, Nhamussongora e Vila-sede do distrito), Nhamatanda (Grudja, e Metuchira), Dondo (Nhampalapala e Sengo), Muanza (Serração de Derunde), e a zona entre o Rio Save a Inchope (Mutthindiri, Revue, Chibabava e Casa Nova).

No distrito de Gorongosa, onde a guerra iniciou, é também, por coincidência, onde começou o cenário de corte de orelhas, nariz das pessoas de ambos os sexos, corte de mamas e abertura de barriga de mulheres grávidas para dela retirar o feto, deitá-lo fora, e, a mãe, sem vida, ir deitar o seu corpo na berma da estrada, juntando-o com outros corpos, igualmente sem vida, por lá deitados em momentos anteriores pela RENAMO. Estas práticas foram expandidas para outras regiões de Moçambique por onde a RENAMO foi estendendo a guerra.

Na zona entre o Rio Save e Mutthindiri, a RENAMO, entre meados e finais da guerra dos 16 anos, durante as suas emboscadas sistemáticas e incursões armadas que realizava nas aldeias das populações neste troço, as pessoas,

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

maioritariamente civis que não participavam na guerra, e alguns militares, que este movimento rebelde matava, amontoava-as, continuamente, na berma da estrada, onde os seus corpos apodreciam até se transformarem em esqueletos humanos, os quais só viriam a ser enterrados, em vala comum, nas vésperas do AGP, conforme atrás se reportou.

Tais ações bárbaras eram acompanhadas, paralelamente, por queimadas de casas das populações, na maior parte das vezes juntamente com os donos destas no interior das mesmas. Situação idêntica ocorria em relação a viaturas de transporte público e privado, que circulavam na Estrada Nacional n.º 1, do Rovuma ao Maputo, onde as viaturas, durante emboscadas, eram queimadas juntamente com os passageiros no interior das mesmas, em que viajavam mulheres grávidas, crianças, jovens e idosos de ambos os sexos.

Outras práticas hediondas levadas a cabo pela RENAMO durante a guerra dos 16 anos em Moçambique, dizem respeito a massacres contra doentes em hospitais, alunos em escolas – primárias e secundárias –, e populações em aldeias. No que respeita a ataques contra hospitais com doentes hospitalizados, aponta-se o Hospital de Homoine, província de Inhambane. Em relação a escolas, mencionam-se na região centro, as Escolas Primárias do Posto Campo, no distrito de Mopeia, Liguare, no distrito de Mocuba, Pinda, no distrito de Morrumbala e Dugudiwa, todas na província da Zambézia, Rwarwa, em Manica. Na região norte, destaca-se o ataque à Escola Secundária de Artes e Ofícios de Teterrene, massacres nas aldeias situadas nas zonas de Mwiravale e rio Monapo, distrito de Nampula, todos na província de Nampula. Na região sul, ataques a aldeias e escolas em Catuane, Mabondoene, Nhalaze, Matutuine, a Maluana, onde morreram 300 pessoas, neste último. Estes e outros massacres praticados pela RENAMO, sobretudo na região centro de Moçambique, podem ser encontrados detalhadamente mais adiante, nas entrevistas feitas pelo autor aos Coronéis Gonçalves Muiambo e Virgílio Mairosse Mucopela, ambos do ISEDEF e doutorados em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, que

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

comandaram grandes unidades militares durante a guerra dos 16 anos entre a Frelimo e a RENAMO.

2.º momento: em que o autor-investigador, através de entrevistas, recolheu informações de outros oficiais superiores e gerais que comandaram a mesma guerra noutras províncias de Moçambique, nomeadamente Gaza, Manica, Tete e Nampula.

Quanto aos massacres perpetrados pela RENAMO nas províncias de Gaza e Tete, de Manica e Nampula, os Coronéis Gonçalves Muiambo e Virgílio Mairosse Mucopela, que respetivamente comandaram operações nestas províncias, detalhes podem ser encontrados nos lugares das respetivas entrevistas lá mais adiante e em anexo.

3.º momento: onde o autor-investigador viu, com os próprios olhos, na província de Nampula, sua terra natal, durante o período de férias, pessoas de todas as idades e de ambos os sexos, mortas durante as emboscadas e incursões nas aldeias das populações, pela RENAMO, e, posteriormente, amontoadas na berma da estrada, cujo enterro, em vala comum, só aconteceu nas vésperas do Acordo Geral de Paz, assinado a 4 de outubro de 1992, em Roma, entre a Frelimo e a RENAMO, partes então beligerantes.

No troço entre o rio Monapo, distrito de Nampula, e o distrito de Rapale, ambos pertencentes à província de Nampula, permaneceu por um tempo de cerca de um ano, um amontoado de dezenas de pessoas, de ambos os sexos, mortas pela RENAMO, durante o conflito armado dos 16 anos, em análise, que, em idênticas circunstâncias das atrás descritas quanto a este tipo de massacres, os respetivos corpos, já decompostos e transformados em esqueletos, foram enterrados, em vala comum, nas vésperas do AGP.

Uma leitura que se pode fazer a esta forma hedionda de conduzir a guerra por parte da RENAMO, consciente ou inconscientemente, pode dizer-se que ela enquadrava-a na guerra psicológica, que tinha como objetivo principal derrotar

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

psicologicamente a força adversária – as FADM –, levando-as a acreditar que se tratava dum adversário forte e invencível e, ao mesmo tempo, criar terror e pânico no seio das populações civis indefesas, que sempre temessem pavorosamente àquele movimento rebelde e, conseqüentemente, não apoiassem as FADM.

Porém, na prática, nem uma coisa nem outra aconteceu. As FADM estiveram a combater firmemente a RENAMO sem quaisquer temores e, ao mesmo tempo, defendendo e mobilizando as populações para que prosseguissem com as suas atividades produtivas normais, e que estas apoiassem aquelas na indicação da localização das bases da RENAMO, uma ligação estreita FADM-povo que se manteve inquebrantável até se alcançar o AGP.

3. Vésperas do fim da guerra dos dezasseis anos entre a Frelimo e a RENAMO (1986-1992)

Os episódios atrás narrados, como suficientemente ficou referido, o autor não apenas ouviu mas, também, neles participou durante o período que comandou sucessivamente Pelotão, Companhia, Batalhão e, finalmente, Adjunto-Chefe de Operações da 5.^a Brigada de Infantaria Motorizada (5.^a BRIM), estacionada na Beira, província de Sofala, (1981-1992), saindo transferido posteriormente para Maputo, onde vem trabalhando desde esse tempo até ao presente momento (2016).

Nos últimos anos da guerra, para ser preciso, a partir de 1986, antes da trágica morte do Presidente e Marechal da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, tanto a Renamo como o Governo, dirigido pela Frelimo, ambas as forças então beligerantes se encontravam desgastadas com o prolongamento da guerra e, a qualquer momento, era previsível encontrar-se o fim do tão sangrento conflito armado no pós-independência.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

É nesta ordem de razão que o Marechal Samora Machel antes da sua morte, a 19 de outubro de 1986, no trágico acidente aéreo de Mbuzine, na África do Sul, já havia dado instruções ao SNASP – Serviço Nacional de Segurança Popular –, para encetar negociações secretas com o governo sul-africano e com a própria Renamo, visando pôr termo a essa guerra. Se continuasse vivo, poucos ou mais dias, o Presidente Samora dirigiria pessoalmente o processo do Acordo Geral de Paz, assinado em Roma, a 4 de outubro de 1992, entre o antigo Presidente da República, Joaquim Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Dlakama.

4. Consequências sociais das quatro Guerras (período 1976-2016)

As sucessivas guerras que têm vindo a dilacerar Moçambique desde o segundo ano da proclamação da sua independência aos nossos dias (1976-2016), para além de terem provocado mortes de milhares de moçambicanos, destruição da economia nacional, de infraestruturas sociais, designadamente escolas, hospitais, estradas e pontes, postes de transporte de energia elétrica de alta tensão, estabelecimentos comerciais, postos de captação de água potável às populações, com maior incidência nas zonas rurais, bens dessas mesmas populações, todos estes factos atrás suficientemente reportados, originou, por outro lado, dois fenómenos sociais marcadamente degradantes, tais como:

4.1. Deslocação das populações do campo para as cidades e países vizinhos à procura de segurança

A propagação crescente da guerra, que progressivamente ia criando insegurança nas zonas habituais de residência das populações, concretamente nas aldeias, bairros e vilas, obrigou a que estas se deslocassem em massa do campo, abandonando parte das suas famílias e respetivos bens para as cidades, à procura de áreas seguras de proteção das suas vidas e as das suas famílias com as quais juntos se deslocavam.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Nas novas condições de vida, nas cidades, nem sempre existiam as condições à partida idealizadas quer de habitabilidade, quer de alimentação, e mesmo de oferta de emprego. Muitas famílias tinham abandonado os seus principais bens de sobrevivência, particularmente alimentares, no campo. Algumas dessas famílias tiveram que improvisar pequenos espaços de terra existentes nos quintais dos seus parentes onde receberam acolhimento para praticarem agricultura de sobrevivência, fazendo pequenas hortas, onde semeavam couve, tomate, repolho, folhas de batata doce e de abóbora, reforçando deste modo o magro salário que o parente acolhedor recebia.

Outras famílias, no entanto, enveredavam por pequenos negócios de compra e revenda de produtos alimentares, sobretudo pão, bolachas, fruta diversa, rebuçados, cereais variados, batata doce e reno, refrigerantes, bebidas alcóolicas, incluindo o tabaco.

A vida nas condições acima descritas não era fácil. Uma casa do tipo dois, por exemplo, com capacidade calculada para uma família com um agregado máximo de quatro pessoas – marido e mulher e dois filhos –, viviam entre dez a doze pessoas, entre adultas, jovens e crianças, com divisões improvisadas dentro dos quartos, com recurso a lençóis, redes mosquiteiras, ou chapas de madeira, colocados entre as camas, com os colchões estendidos no chão.

A situação de saúde e de higiene nas mencionadas condições, é de deduzir, à partida, que não eram das melhores. As famílias com baixa renda viam-se com maiores dificuldades de comprarem os mais elementares produtos de higiene e limpeza para a conservação das casas onde viviam, preferindo comprar alimentos com o dinheiro para esse fim que mal o conseguiam, procurando tais produtos de higiene e limpeza a partir de material precário, localmente e improvisado, como vassouras de palha de palmeira ou de pequenos ramos de árvores, ambos devidamente amarrados com fios de sisal ou outro tipo de cordas, mas tudo convenientemente adaptado, e a manter uma limpeza razoável nas casas.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

No que toca a alimentação, muitas famílias passavam somente duas refeições por dia – almoço e jantar. As que conseguiam pequeno almoço, faziam-no com base em papas açucaradas de diferentes tipos de cereais que conseguissem de imediato, ou pão, em número insuficiente relativamente ao agregado familiar. Do almoço, de acordo com os usos e costumes alimentares locais, este variava entre um prato de massa de mandioca ou de farinha de milho, ou de farinha de mapira ou ainda de mexoeira, acompanhado com caril igualmente variado, podendo ser de peixe seco ou fresco, juntando-se-lhe tomate, camarão fino, seco, temperado com amendoim pilado ou com coco ralado e coado, diversas hortaliças, utilizando-se um destes temperos, ou arroz com caril de folhas de cacana juntando-se-lhe tomate, ou de couve, ou de repolho. O peixe, tanto seco como fresco, é consumido em todas as regiões de Moçambique. O frango, a carne, massas esparguetes e a batata reno, consumiam-se não frequentes vezes. Podiam ser confeccionados quando se tratasse de visita especial ou duma festa familiar, ou uma data comemorativa nacional, ou Natal para os cristãos, e Dia da Família para os muçulmanos, ou ainda dia do Ide Mubarak, para estes últimos, entre outros motivos de grande realização familiar.

Quanto ao jantar, regra geral, a maior parte das famílias tomava chá com pão, acompanhado com salada e, para famílias com possibilidades financeiras ou com aproximação a pescadores, podiam reforçar esta refeição com peixe fresco, maioritariamente carapau.

Exceção a essa regra, compreende ao grupo de famílias que, mesmo no campo, eram de renda média, como comerciantes, funcionários médios e superiores da função pública e outros afins que, sentindo-se inseguros de continuar a vida nessas zonas rurais, igualmente decidiam deslocar-se para as cidades, onde fixavam as suas residências, muitas vezes definitivas, mesmo depois do fim do conflito armado não voltaram para as suas antigas residências no campo.

4.2. Refugiados para os países vizinhos

O grupo de populações moçambicanas que durante a guerra dos dezasseis anos entre a Frelimo e a RENAMO se refugiou nos países vizinhos é, na sua grande maioria, constituído por pessoas que, habitualmente, viviam ao longo das fronteiras estatais com esses países. Outras populações, contudo, saíam do interior, também afetado pela guerra, para se refugiarem para os países vizinhos, onde eram acolhidas e viviam com relativa segurança.

Os países que receberam essas populações refugiadas foram, nomeadamente, o Malwi, o Zimbabwe, a Zâmbia, a Suwazilândia, a África do Sul e, em número reduzido, a Tanzânia.

Nesses países, os moçambicanos que possuíam uma formação técnico-profissional e escolar média ou superior, regra geral, encontravam rápido enquadramento nas respetivas áreas de formação, tanto na função pública como na privada, havendo mesmo os que, depois do fim da guerra, preferiram permanecer nesses países. As populações sem qualquer formação profissional e escolar ficaram fixadas junto de camponeses dos países acolhedores.

Apesar desse acolhimento e enquadramento geral satisfatório dos moçambicanos nos países atrás mencionados, nem tudo correu como os acolhidos esperavam. Cenários de rejeição e mesmo de manifestações xenófobas se reportaram contra as suas presenças. O caso com maior evidência é o ocorrido na África do Sul, em pleno regime do "Apartheid" e no pós-"Apartheid" que, não raros os casos, alguns refugiados eram repatriados compulsivamente para Moçambique, com alegações de que eram colaboradores do ANC, no primeiro caso. Noutros países, embora se registassem incidentes de rejeição, foram suportados pelos próprios visados, provavelmente encarados como mal menor, comparativamente à situação de guerra que suportavam nas suas peles, noite e dia e, impiedosamente, ameaçava as suas vidas a todo o momento.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Foi nestes dois cenários – de deslocado, do campo para as cidades, e da condição de refugiado para os países vizinhos, das populações moçambicanas durante a guerra, à procura de locais com segurança –, cujas consequências sociais, com o prolongamento da guerra, separaram-se famílias que, em alguns casos, jamais se reencontrarão, deixando marcas inapagáveis nas vidas de milhares de moçambicanos, pois uns partiram do seu solo pátrio, Moçambique, para nunca mais regressarem, ou porque nos países de acolhimento, com o tempo, encontraram a morte, ou porque encontraram condições que entenderam valer a pena continuar a vida nessas mesmas condições, que voltar à terra que os viu nascer.

Os que optaram por regressar às suas terras de origem ou de preferência, o Governo moçambicano, em articulação com o AGNUR e a FAO, criaram condições logísticas necessárias para o seu repatriamento e acomodação dentro do território nacional.

Em síntese, o prolongamento da guerra em Moçambique até atingir os dezasseis anos, na leitura do autor-investigador, dois fatores decisivos concorreram para esse facto:

1.º Erro do governo, concretamente das chefias superiores militares, na apreciação da situação da guerra, desde a sua evolução inicial no teatro das operações, ao considerarem as atuações guerrilheiras da RENAMO como “atos de bandidos armados” e, por isso mesmo, ter tomado decisão militar pertinente tardiamente, quando este movimento rebelde tinha instalado fortemente as suas bases de guerrilha.

2.º Ter a RENAMO sido apoiada, financiada, treinada, equipada e reforçada no comando militar das operações no campo da batalha, por oficiais dos Exércitos rodesiano e sul-africano, na sua luta contra o Governo moçambicano, dirigido pela Frelimo.

5. Condições políticas, militares, económicas e sociais em que as FAM/FPLM cumpriam as suas missões constitucionalmente consagradas na luta contra a RENAMO (período 1976-1984)

Do ponto de vista político-militar, no período em análise (1976-1984), Moçambique era um Estado monopartidário, de democracia do tipo centralismo democrático, ou seja, o partido no poder, a Frelimo, de orientação socialista, com ideologia marxista-leninista, toma decisões democraticamente envolvendo os membros do interior da cúpula do partido, sem a larga participação dos cidadãos (considere-se liberdade de expressão, de constituir partidos políticos, de imprensa), e, no caso em abordagem, as decisões tomadas pela Frelimo sobre o processo de condução da guerra, as necessárias dotações orçamentais e os meios de combate a alocar às Forças Armadas, tudo decidia sozinha, sem oposição de qualquer partido político.

Na vertente económica e social, os recursos económicos e financeiros eram maioritariamente orientados para fazer face à guerra (economia de guerra), e as atividades de índole social se desenvolviam tendo em consideração a esta realidade de guerra, todos sem enfrentar, igualmente, oposição de qualquer natureza político-partidária.

Assim, tornou-se um exercício fácil para o partido Frelimo canalizar os recursos económicos e financeiros necessários para sustentar a guerra naquele período.

Por tal razão de ordem, as FAM/FPLM, tinham todas as condições logísticas adequadas e necessárias para os militares cumprirem condignamente as suas missões durante a guerra. A alimentação, nas condições de campanha, fardamento, tendas, assistência médica e medicamentosa, munições, transporte, tanto para as tropas como para a evacuação de mortos e feridos em combate, existiam dentro dos padrões universalmente aceites. Os salários, bem assim os correios militares transportando correspondência dos militares para os

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

seus familiares e destes para aqueles no teatro das operações, chegavam pontualmente aos seus destinatários. Por consequência, os militares combatiam moralizados, e os ideais morais, cívico-patrióticos de defesa da pátria e do povo, inculcados pelos Comissários Políticos aos diferentes escalões, eram acatados com convicção e firmeza. Os militares que cumpriam o Serviço Militar Obrigatório, antes do seu ingresso para as FAM/FPLM, na vida civil, na sua maioria, exerciam qualquer atividade profissional: professores, médicos e enfermeiros, farmacéuticos, escriturários-datilógrafos, serralheiros, mecânicos, motoristas, marceneiros, carpinteiros, oculistas, alfaiates, pintores, canalizadores, eletricitas, entre outras profissões. Eram poucos os casos de registo de condutas criminosas no seio dos militares. Diga-se, sem rodeios, os comandantes aos diferentes níveis hierárquicos tinham a sua tarefa facilitada para darem ordens aos subordinados, que fossem necessárias a qualquer momento e em quaisquer circunstâncias, pois eram cumpridas integralmente.

A guerra, nas condições de boa transitabilidade do terreno em que a mesma se podia travar, os militares iam transportados por veículos ou blindados ou outros meios equiparados, de acordo com as suas respetivas especialidades ou armas. Quando fosse o inverso, isto é, quando o terreno de efetivação dos combates fosse de difícil acesso, os combatentes eram transportados por veículos até ao local próximo do campo da batalha. Nestas descritas condições, os gurrilheiros da RENAMO, pouca coragem tinham para atacar as colunas militares das FAM/FPLM, por temerem o perigo do poder de fogo que os veículos blindados eram dotados, através das sofisticadas e mortíferas armas aí montadas, experiências amargas extraídas das tentativas anteriores de ataques contras os referidos veículos. Por outras palavras, os milhares poucas baixas sofriam nestas condições.

Todavia, a partir dos finais de 1983, com a propagação da guerra para o norte e o sul do país, que obrigou o Governo da Frelimo a dispersar os recursos humanos, financeiros e materiais, a economia nacional passou a ser seriamente afetada, baixando o índice de produção e produtividade dos setores

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

estratégicos da atividade económica e social à escala nacional e, consequentemente, as condições logísticas nas FAM/FPLM começaram a baixar gradualmente, tanto do ponto de vista qualitativo, como do ponto de vista quantitativo, indo a afetar progressivamente, de forma negativa, o desempenho dos militares na frente de combate.

Paralelamente, os meios de combate dos três ramos das FAM/FPLM, designadamente do Exército, da Força Aérea e da Marinha de Guerra, que foram envolvidos diretamente no teatro das operações, à medida que iam avariando, não tiveram reparação adequada necessária no momento oportuno, se foram degradando até perderem as suas capacidades técnicas de uso, isto é, de combate, por falta de recursos financeiros, quer para a sua reparação, quer para a compra das respetivas peças sobressalentes no país fabricante – a URSS. Os poucos operacionais que ainda restavam, aquando da implementação do Acordo Geral de Paz, assinado em Roma, a 4 de outubro de 1992, entre a Frelimo e a RENAMO, partes antes beligerantes, foram desativados pela ONUMOZ, entidade que supervisou este Acordo Geral de Paz, deixando as FADM sem meios para a defesa militar do país.

6. Condições políticas, militares, económicas e sociais em que as FAM/FPLM cumpriam e cumprem as suas missões constitucionalmente consagradas na lua contra a RENAMO (período de 1984 aos nossos dias [2016])

De 1984 a 1990, altura do começo de abandono progressivo da via socialista, então optada pelo partido Frelimo e da introdução da Constituição multipartidária em Moçambique, neste último ano, a Frelimo, apesar de continuar partido único no país e ter nas suas mãos o poder de decisão sobre a dotação orçamental a alocar às FAM/FPLM, para estas prosseguirem com a guerra, esta, com o seu recrudescimento a nível nacional, seguido pela baixa da atividade produtiva dos diferentes setores da atividade económica, baixando por consequência a economia nacional, as condições de assistência logística

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

multifacetada aos militares no campo da batalha, continuaram a degradar-se ano após ano. Baixou a qualidade da dieta alimentar das tropas, começou a escassear fardamento, passou-se a reduzir os kits de medicamentos para a assistência aos doentes e feridos em combate, surgindo dificuldades de tratamento oportuno e adequado de muitas doenças, quer originadas diretamente pela guerra, quer com ela relacionadas, quer ainda de outra natureza. Os correios militares passaram a ter dificuldades de canalizar normalmente as correspondências dos miliares aos seus familiares e vice-versa. Lentamente, iniciaram-se deserções das fileiras das FAM/FPLM, com destaque sargentos e praças.

No período em análise, para fazer face às progressivas deserções de militares do teatro operacional para as suas terras de origem, o Governo moçambicano decidiu que o recrutamento de cidadãos para o Serviço Militar Obrigatório deixava de ser nacional para passar a ser efetuado localmente, em cada província, e o correspondente treinamento também realizado ao nível local. A curto prazo, o resultado foi positivo. Os efetivos militares aumentaram consideravelmente em todas as províncias. Porém, a médio prazo, esta decisão trouxe dificuldades para o pagamento atempado de salários a estes novos efetivos, embora mesmo com relativos atrasos se tenha conseguido pagar. A longo prazo, demonstrou que, militares locais, desde oficiais gerais, superiores, subalternos, sargentos até praças, possuindo familiares nas bases guerrilheiras da RENAMO, muitas vezes não reuniam coragem suficiente para dirigirem combates ou combaterem diretamente contra os seus próprios familiares.

Com a introdução da Constituição multipartidária de 1990, mais concretamente a partir da produção dos seus efeitos jurídicos em 1994, após as primeiras eleições multipartidárias em Moçambique, em que o Orçamento Geral do Estado é discutido e aprovado com a anuência dos partidos políticos da oposição com assento na Assembleia da República (AR), (na altura a Renamo o único partido político da oposição com assento na AR), deixando deste modo o

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

partido Frelimo o monopólio de decisão sobre a fatia a atribuir às Forças Armadas, a organização político-administrativa das FAM/FPLM sofreu mudanças radicais até então imprevistas. Extinguiu-se o Comissariado Político Nacional, órgão até então responsável por difundir a linha política e ideológica, de orientação marxista-leninista, seguida pela Frelimo, educando os militares nos valores ético-morais, cívicos e patrióticos de servir fielmente e defender a pátria moçambicana, e se necessário com o sacrifício da própria vida, servir o povo moçambicano e as instituições, públicas e privadas. Os oficiais, sargentos e praças eram partidários, ou seja, deviam ser membros do partido Frelimo, fazerem política enquanto no ativo, serem eleitos ou nomeados para o exercício de cargos políticos.

Com a extinção do Comissariado Político Nacional, a Frelimo não pensou na criação duma estrutura substituta, alternativa, que se encerregasse, de imediato, pela educação deontológica, ética, cívica, moral e patriótica dos militares. O resultado imediato desta decisão, é que começaram a perder-se bruscamente esses valores ético-morais, cívicos e patrióticos outrora inculcados pelo Comissariado Político Nacional aos militares em todos os escalões, perdendo-se substancialmente, com isso, o sentido de disciplina militar consciente, *de per se* desejável, facto que veio a afetar negativamente a própria sociedade.

Os jovens que a partir da extinção do Comissariado Político Nacional aos nossos dias passaram a ingressar para o Serviço Efetivo Normal (em substituição do Serviço Militar Obrigatório), no lugar de serem aqueles que a organização castrense estava habituada, de serem jovens portadores de determinada formação profissional trazida da vida civil, número significativo destes, é o que a sociedade civil hoje rejeita, nomeadamente por serem indivíduos alguns deles drogados, larábios, criminosos, de conduta negativa incorrigível nas suas famílias, bons consumidores de bebidas alcóolicas, entre outros vícios reprováveis, sobretudo no seio da organização castrense.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

O que atrás acaba de ser narrado resulta, como é óvio, que muitos daqueles jovens, após terminarem a sua formação miliatr, quando recebem missões, sobretudo de caráter operacional, desertam em pleno combate, abandonam as suas armas e fogem para as casas das suas famílias. Os comandantes perderam aquele duro punho, de ordens de ferro, que detinham nas FAM/FPLM, para impor ordem e verdadeira disciplina militar. As suas ordens transportam consigo, nos dias que correm, um misto de ordens militares com decisões democráticas, fenómeno estranho e alheio aos princípios deontológicos militares.

Diga-se que a democracia, fenómeno novo na governação pós-período de transição para o socialismo em Moçambique, tanto para a sociedade civil como para a sociedade militar, a compreensão e aplicação efetiva, por forma a reinarem normas verdadeiramente democráticas que não se confundam com anarquias, levará ainda seu tempo, sobretudo para a sociedade civil, que vê na disciplina militar uma ditadura, recorrendo sistematicamente os media, para lançar duras críticas aos militares, quando observam procedimentos militares próprios, *de per si* duros, que conduzem à imposição da disciplina militar, no seu rigoroso sentido. Isto acontecendo sistematicamente, pode vir a comprometer, a médio e longo prazos, o cumprimento com êxito da missão constitucionalmente consagrada das FADM, de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado moçambicano contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna.

Em face dos acontecimentos de guerra atrás narrados, as perguntas que se podem colocar, são:

1. o que é que estará por detrás da resistência da Renamo, o maior partido político da oposição em Moçambique, em não querer desarmar os seus guerrilheiros para serem integrados na Polícia, no caso daqueles que têm ainda idade ativa e, os que se encontram fora dela, serem reintegrados na sociedade civil?

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

2. será sua livre vontade política exigir sempre os seus interesses (político-económicos e militares) recorrendo à força das armas e não a força do diálogo político?
3. não estarão por detrás desta mão de ferro, interesses da Renamo que não estão a ser tomados em consideração pelo Partido Frelimo, no poder?
4. deveras, serão interesses radicalmente opostos a ponto de não haver qualquer possibilidade do seu atendimento, com vista a salvaguardar a paz e segurança nacionais, tendo em consideração que a Renamo é um partido da oposição constituído também por moçambicanos?
5. acaso, com guerras cíclicas no nosso país, será possível criar condições que favoreçam um crescimento e desenvolvimento económico, social, cultural, científico, técnico e tecnológico, visando criar o bem-estar geral para o nosso povo, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Oceano Índico, de *per si* tão almejado?
6. interesses político-partidários, grupais, regionais, étnicos, pesam mais que interesses da Nação, do povo moçambicano, este que sofre sistematicamente por causa das guerras, mas que podem ser evitadas através de diálogo construtivo permanente entre as partes em conflito cíclico, quando esse conflito surge?
7. Moçambique não pode constituir exemplo de país africano, no caso vertente de África Subsaariana, de pacificação pós-guerra que reconstrói a sua economia, restabelece o seu tecido social então degradado pelas guerras, lutando contra a pobreza extrema e analfabetismo crónico do seu povo, como o demonstrou na implementação do AGP durante 20 anos e 8 meses?
8. haverá uma vontade de gerações de governantes moçambicanos de se substituírem dos colonizadores portugueses, enriquecendo-se exageradamente, muitas vezes sem causa, deixando os seus cidadãos na miséria?

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

9. quando é que África, em particular a África Subsaariana, depois de conquistar a sua independência política, construirá uma economia desenvolvida em benefício dos seus povos, contra a viciosa forma de os governantes conquistarem o poder para se enriquecerem eles próprios, enriquecerem as suas famílias, as suas etnias e regiões, deixando os cidadãos das outras etnias e regiões entregues à sua sorte?
10. quando é que os governantes africanos ganharão a consciência de que a exclusão étnica, racial, regional, religiosa nos poderes político e económico dos seus povos é causa principal de conflitos, particularmente armados, que entravam o desenvolvimento económico e social multifacetado dos seus países?
11. quando é que os grupos políticos, aparentemente rivais, terão a consciência de que se deglodeando por monopolizar os poderes político e económico para si e para os seus grupos, etnias ou regiões, deixando o país às derivas e afugentando os investidores nacionais e estrangeiros, isso, *de per se*, condena o país para o crónico atraso económico, social, cultural, científico, técnico e tecnológico?
12. os dirigentes africanos, em particular moçambicanos, onde colocam os seus bons nomes, a sua reputação, as suas imagens, a sua honra, perante os atrás descritos fenómenos politicamente repugnantes que praticam em prejuízo do seu próprio povo?
13. não bastam os ódios, as inimizades, criados durante o nosso passado histórico relativamente recente, na nossa histórica luta armada de libertação nacional (onde alguns combatentes do centro e norte foram considerados “traidores e reacionários” e, como tal, fuzilados), para deles servirem de lição, reconciliando as regiões e populações do nosso país, divididas hoje por esse nosso passado histórico, e que dele se recordam com amarguras, em virtude dos factos ocorridos nesse processo histórico não terem sido contados com verdade, e se notarem até aos nossos dias tratamentos discriminatórios perante a partilha dos poderes político, económico e militar?

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

14. a Frelimo e a Renamo, onde colocam os interesses nacionais, os interesses da pátria e do povo moçambicano no seu todo?
15. a propósito, entre interesses individuais, grupais, étnicos e regionais, e o interesses do povo, da nação, quais os que pesam mais? Ou seja, quais devem ser defendidos em primeiro lugar?
16. dito por outras palavras, os interesses individuais, grupais, étnicos e regionais, podem sobrepor-se aos interesses do povo, da pátria ou da nação?
17. onde está a consciência cívico-patriótica de servir o povo e à nação, de criar o bem-estar comum, que sempre evocaram, repetidamente, durante as campanhas eleitorais, quando querem conquistar o voto do povo?
18. trata-se dum discurso enganador, sem fundo de verdade, que só serve para conquistar o poder e, no fim, nada fazer para o bem-estar do povo que os votou?
19. Moçambique é um país rico em recursos naturais diversos, especificamente gás natural, petróleo, carvão mineral, ouro, pedras preciosas e semi-preciosas, areias pesadas, algodão, madeira, reservas florestais, fauna bravia, castanha de cajú, amendoim, copra, riqueza marinha. Quando é que pensam em formar quadros especializados e representativos a nível nacional, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Oceano Índico, para, junto das companhias multinacionais, explorarem esses vastos recursos naturais em prol do desenvolvimento económico e social, cultural, científico, técnico e tecnológico, que beneficie todo o povo moçambicano, sem qualquer tipo de exclusão?
20. Em curtas palavras, essa vasta riqueza natural nacional, não seja monopólio de grupos ou etnias ou regiões, senão património nacional, que beneficie todo o povo moçambicano, independentemente da sua etnia, região, raça, religião, cor da pele, sexo, orientação político-partidária, entre outras formas de exclusão social.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Conforme se pode ver, quando a Frelimo e a Renamo lutam, quem sofre é o povo. Por um lado, é o povo que perde os seus filhos que estão nas Forças Armadas, na Polícia, ou nas forças guerrilheiras da Renamo; é o povo que perde as suas machambas (campos de cultivo) onde produz produtos alimentares indispensáveis para se alimentar junto suas famílias, comprar seus bens essenciais, educar os seus filhos, assegurar a sua assistência médica e medicamentosa. Por outro lado, é a economia nacional que regride, condenando-se o país a um subdesenvolvimento crónico, é o investimento estrangeiro que se afugenta e, paralelamente, se enfraquece o setor económico privado, que se sente igualmente retraído pela propagação constante da guerra; eleva-se de forma viciosa a taxa de analfabetismo no seio do povo, quando tinha começado a reduzir consideravelmente desde a proclamação da independência nacional, mercê da introdução do Sistema Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos; surgem doenças endémicas cíclicas, reduzindo, com isso, a esperança de vida dos moçambicanos.

Porém, quer a Frelimo, quer a Renamo, durante épocas periódicas de campanhas eleitorais, gerais e presidenciais, onde caçam voto desse povo, afirmam defender os interesses desse seu povo, e, como tal, prometem criar condições de bem-estar para todos, criar condições para o desenvolvimento económico e social que beneficie todo povo. No entanto, o que se assiste na prática quando perpetuam a guerra, é a luta pela conquista e manutenção do poder, com o objetivo de defenderem interesses individuais, de grupos, das respetivas etnias e regiões e, em contrapartida, o povo que os vota, continua no sofrimento, na pobreza extrema, quando, em contraposição, eles e suas famílias, suas etnias e regiões, gozam dum bem-estar. Uma colonização doméstica?

Da análise atrás feita em torno das questões cruciais que constituem o nó de estrangulamento do cumprimento com êxito e equilibrado da missão das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, constitucionalmente consagrada, de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

moçambicano contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna, pelas diferentes etnias, raças, regiões, religiões, que compõem a Pátria moçambicana, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Índico, podem ser deixadas as seguintes reflexões para as presentes e futuras gerações de governantes, políticos e a sociedade civil moçambicanos em geral, com vista a corrigir-se o passado e atual cenário de conflitos armados cíclicos entre as partes tradicionalmente beligerantes – a Frelimo e a Renamo –, que adiam o desenvolvimento económico e social, cultural, científico, técnico e tecnológico de Moçambique:

- um acordo de paz efetiva em Moçambique, passa incontornavelmente pela entrega ao Governo de todas as armas escondidas da Renamo, a integração de todos os seus guerrilheiros ou nas FADM ou na PRM, para aqueles que têm idade ativa, estabelecida nas respetivas leis para a permanência em cada uma destas forças, e a reintegração na sociedade civil daqueles cujo limite de idade não podem, por força da lei, integrar a nenhuma das duas forças em referência;
- tal processo passa, necessariamente, no ponto de vista do autor-investigador, por:
 - a) uma prévia fixação de pensão de reforma (a atribuir aos guerrilheiros da Renamo, já que muitos nunca foram funcionários do aparelho do Estado), suscetível de assegurar a auto-sustentação pessoal e familiar, tendo em atenção o elevado custo de vida atual em Moçambique;
 - b) atribuição de instrumentos de produção a cada antigo guerrilheiro da Renamo (processo semelhante ao criado pela ONUMOZ aquando da desmobilização das Forças Armadas governamentais e dos guerrilheiros da RENAMO durante a implementação do Acordo Geral de Paz), para desenvolverem atividades produtivas nas suas zonas de origem ou de fixação definitiva da sua livre escolha em qualquer província do nosso país;

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

- c) criação de condições para o treinamento ou formação desses antigos guerrilheiros nalguma profissão, suscetível de proporcionarem um auto-emprego, com o objetivo de se evitar o fenómeno de mendicidade, ou enveredamento para o mundo do crime, em busca de formas de sobrevivência, de se tomar em consideração que se está perante homens que detêm domínio no manejo de armas, e que passaram anos fazendo uso delas para matar ou pilhar bens das populações e, não tendo fonte razoável de auto-sustentação, facilmente podem voltar a usar as mesmas armas, engrossando o mundo do crime organizado;
- d) que muitos dos guerrilheiros, durante a guerra fumavam ópio, vulgo *suruma*, a fim de ganharem coragem no combate, situação que, *de per si*, hoje é propícia para o fácil enveredamento a esse mundo do crime organizado;
- os condicionalismos mencionados no ponto anterior, acrescidos de outros que eventualmente possam vir a ser apresentados e negociados com a outra parte beligerante, a Frelimo, observados no espírito e letra, garantiria a integral exigência à Renamo de observar estritamente o princípio da não existência de partidos políticos armados em Moçambique, previsto no artigo 77 da CRM, que estabelece terminantemente que:
- “É vedado aos partidos políticos preconizar ou recorrer à violência armada para alterar a ordem política e social do país”.
- Pois, não podem existir dois exércitos num mesmo país, senão aquele que está sob a alçada do Estado, o único que legalmente detém o monopólio de uso da força, no caso, armada.
- Porém, se por via pacífica, que inclua outras exigências legítimas e legalmente aceitáveis, a Renamo não estiver interessada a entregar as suas armas nos moldes atrás referenciados, então, o Governo para retirá-las à força, precisará de formar uma força especial altamente preparada, treinada, equipada com meios de combate sofisticados, seguindo uma tática de guerra antiguerrilha e não convencional. Este

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

processo, como é óvio, deverá ser acompanhado pela criação de condições logísticas multilaterais adequadas e pagamento de salários condignos a essas forças, pois, nos dias que correm, falar de patriotismo sem se acompanhar de condições financeiras do militar que vai à guerra para este assistir a sua família, melhorar a sua condição sócio-económica, é o mesmo que fechar os olhos e tapar os ouvidos, face à mudança radical dos paradigmas político, económico e social, que influenciam decisivamente o modo de ser e de estar do ser humano no mundo contemporâneo, o que, não ajustando as políticas económicas e sociais tendo em consideração a esta realidade incontornável, incorre-se no risco de se perder penosamente o poder a favor do partido da oposição (que, regra geral, goza de apoio externo para ascender a esse poder).

Em síntese, o apoderamento indevido dos poderes político e económico, sobretudo deste último, consubstanciado na distribuição desigual da riqueza nacional, concentrada nas mãos de pequenos grupos étnicos, em regra detentores do poder político, associado, via de regra, ao económico, fenómeno predominante maioritariamente na África Subsaariana, barrando outros grupos étnicos nacionais ao acesso a essa riqueza, e mesmo aos dois poderes – político e económico –, é fonte potencial de conflitos étnicos, em geral armados, que, em primeira instância, trava o desenvolvimento económico, social, cultural, científico, técnico e tecnológico da maior parte dos países africanos, incluindo Moçambique.

Tal situação, *de per se* injusta, urge corrigir, criando-se políticas de governação inclusivas, que assegurem a distribuição equitativa daqueles dois mencionados poderes, político e económico, este sob a forma de distribuição equitativa da riqueza nacional por todos os grupos étnicos que compõem o país, de forma proporcional, isto é, por quota, de acordo com o número que cada grupo étnico comporta. Há espaço para todos. Permite que as FADM, num sistema de governação iclusiva, cumpram firme e integralmente a sua missão

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

tradicional de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano contra agressões armadas externas de outros Estados.

A referida governação inclusiva, criando-se mecanismos e instituições que permitam a distribuição equitativa da riqueza nacional, traduzida na distribuição equilibrada dos poderes político e económico pelos diferentes grupos étnicos que formam o país, não se afigura, à partida, tarefa fácil. Exige, à chegada, o envolvimento de todos os governantes, do topo à base, da sociedade civil em geral, através da participação dos cidadãos nas políticas da administração pública, uma fiscalização periódica e permanente das atividades económicas e sociais do governo, responsabilizando com penas gravosas aos infratores das normas funcionais e, em primeiro lugar, daquelas normas relativas à produção e distribuição da riqueza nacional, incluindo medidas de descentralização dessa distribuição, facto que influencia positivamente o cumprimento da missão das FADM, constitucionalmente consagrada, de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano contra agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna.

Os governantes africanos em geral, e em particular os moçambicanos, precisam de abandonar a ideia em si enraizada, segundo a qual o poder é o centro nuclear de concentração fácil da riqueza sem maior esforço, devendo doravante, concentrarem-se no investimento às áreas de investigação científica, técnica e tecnológica, social, cultural, desportiva e recreativa, remunerando bem e de forma justa os cidadãos que se dedicam a estas áreas, o que em última análise propiciará o crescimento e desenvolvimento económico e social do nosso país. Deste modo, evitará que muitos cidadãos vejam no poder o único centro alternativo de criação de riqueza, por sinal a fonte de geração de conflitos sociais, predominantemente violentos, que desvia a missão principal das FADM, de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano contra agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna, para combaterem-se entre moçambicanos.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Só dessa forma, se pode criar uma sociedade justa, de igualdade de oportunidades perante a lei entre os cidadãos nacionais, assegurar o crescimento e desenvolvimento económico e social sustentável, que beneficie a todos, evitando-se conflitos étnicos, regionais ou religiosos, particularmente violentos, que só entravam o progresso multifacetado do país, colocando este refém do subdesenvolvimento crónico, característico, infelizmente, da maior parte da nossa Mãe-Africa, com destaque para a nossa África subsaariana, e, no caso em estudo, de Moçambique.

Por último, esta mudança necessária de pensamento pela maior parte dos governantes africanos, e, em primeira instância, de Moçambique, evitará desviar a missão principal das Forças Armadas, de defesa militar da independência, da soberania e integridade territorial do Estado contra possíveis agressões armadas externas de outros Estados, missão esta constitucionalmente consagrada, para provocar guerras internas, massacrando populações do próprio povo, de que dele fazem parte.

Finalmente, é de considerar que a guerra de origem interna entre a Frelimo e a RENAMO, durou 16 anos, por se tratar duma guerra de guerrilha contra um Exército regular – as FAM/FPLM –, pois, historicamente, dificilmente um exército regular consegue vencer uma guerrilha, por esta realizar combate de desgaste, evitando entrar em confronto direto com o exército regular, causando a este, em contrapartida, consideráveis baixas.

16.1. Guerras de agressão contra Moçambique perpetradas pelos regimes da Rodésia do Sul, de Ian Smith, e do “apartheid”, da África do Sul, de Pieter W. Botha**16.2. Missões de caráter histórico cumpridas pelas FAM/FPLM no período 1976-2014, mais tarde prosseguidas pelas FADM****16.3. Resumo por tabela das duas guerras de agressão contra Moçambique**

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

A tabela 1, abaixo, ilustra as missões históricas de apoio aos movimentos de libertação nacional pela sua autodeterminação e independência, cumpridas pelas FADM no período compreendido entre 1976-2014. Logo a seguir, apresenta-se outra tabela, ligada às missões de defesa contra as guerras de agressão perpetradas pelos regimes racistas da Rodésia do Sul, de Ian Smith, e do "apartheid", da África do Sul, de Pieter W. Botha, missões referentes à guerra de desestabilização levadas a efeito pela RENAMO, bem como as de apoio prestado às FA Tanzanianas aquando da invasão do Uganda à República Unida da Tanzânia, incluindo, ainda, as atividades de treino operacional, as respeitantes ao ensino e aprendizagem, realizadas pelas instituições de ensino superior e médio militar, que se resumem todas na representação feita nas tabelas 3, 4 e 5, abaixo.

Tabela 3: Missões das FAM/FPLM no âmbito internacional (históricas e de apoio à paz e humanitárias, 1976-2014)

Missões históricas (apoio aos movimentos libertação nacional pela sua independência)				
	Designação do movimento de libertação	País	Potência colonizadora	Tipo de apoio prestado
1	ZANU-Frente Patriótica e ZAPU	Zimbabwe	Grã-Bretanha	Acolhimento, treinamento, equipamento, intervenção com forças e meios e político-diplomático
2	ANC	África do Sul	Boers sul-africanos de origem holandesa	Acolhimento, treinamento, equipamento, intervenção com forças e meios e político-diplomático
3	SWAPO	Namíbia	África do Sul	Político e diplomático
4	FRETILIN	Timor-Leste	Indonésia	Acolhimento, treinamento, equipamento, intervenção com forças e meios e político-diplomático
5	Frente Polisário	República Árabe Saaráwi	Marrocos	Político e diplomático
6	Frente Sandinista	Nicarágua	Espanha	Político e diplomático
Missões de Apoio à Paz e Humanitárias				
	Designação da Missão	País do seu Cumprimento		
1	Apoio à Paz e Humanitária	República Democrática do Congo		
2	Apoio à Paz e Humanitária	Burundi		
3	Observador	Guiné-Bissau		
4	Apoio à Paz e Humanitária	Sudão		
5	Observador ao processo de	Timor-Leste		

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

	transição à independência		
--	---------------------------	--	--

Tabela 4: Missões das FAM/FPLM no âmbito interno – missões históricas de caráter interno relativas à defesa militar do país contra as guerras de agressão perpetradas pelos regimes da Rodésia do Sul, de Ian Smith, e do “apartheid”, da África do Sul, de Pieter Botha (1976-1982)

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Designação da guerra de agressão	País agressor	Política vigente	Presidente/1.º Ministro em exercício	Província moçambicanas afetadas
Ataques aéreos e terrestres	Rodésia do Sul	Racista minoritário e	Ian Smith	Manica, Sofala, Tete e Gaza
Ataques aéreos e terrestres	África do Sul	Segregacionista do "Apartheid"	Pieter W. Botha	Maputo e Gaza
Luta contra a guerra de desestabilização perpetrada pela RENAMO	Rodésia do Sul e África do Sul (através da RENAMO)	Racista minoritário, e segregacionista do "Apartheid"	Ian Smith e Pieter W. Botha	Todas as províncias de Moçambique
	Uganda	Ditadura	Ide Amin Dadá	Dar-Exsalam, capital tanzaniana e províncias fronteiriças com o Uganda

Tabela 5: Missões de treino operacional e de ensino-aprendizagem nas instituições de ensino superior e médio militar das FADM

Missões de treino Militar operacional e de ensino-aprendizagem nas instituições de ensino					
Designação da missão	Tipo de atividade	Executores	Dirigentes	Nível de Unidade Militar Formador	
Formação de Sargentos	Formação	Sargentos	Oficiais Formadores	Escola de Formação de Sargentos (ESFA)	
Formação de Cadetes e reciclagem de Oficiais Subalternos	Formação	Cadetes e Oficiais Subalternos	Oficiais Superiores Formadores	Academilitar Marechal Samora Moisés Machel (AMMSMM)	
Formação de Capitães para Oficiais Superiores	Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS)	Capitães	Oficiais Superiores Formadores	Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF)	
Formação de Altas individualidades do Governo, Oficiais Gerais e Superiores, Académicos, Partidos Políticos, Agentes Económicos Públicos e Privados e membros da Sociedade Civil	Curso de Defesa Nacional (CDN)	Antigos Presidentes da República, Ministros cessantes e em exercício, Governadores Provinciais, Deputados da AR, Docentes Universitários e Secundários, Diplomatas, Agentes Económicos Públicos e Privados e Membros da	Oficiais Superiores e Gerais Formadores, Docentes Universitários, antigos Ministros e em exercício, entre outras individualidades, todos de reconhecido mérito académico e experiência técnico-profissional	Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF)	

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

		sociedade Civil		
Reciclagem de Oficiais Superiores	Curso de Adequação de Quadros (CAQ)	Oficiais Superiores (Comandantes, Chefes, Diretores de Grandes Unidades, Unidades e Serviços equiparados)	Oficiais Superiores e Gerais Formadores, Docentes, Universitários	Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF)
				Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF)

Os diferentes cursos representados nesta tabela 3, os de treinamento de Sargentos, destinam-se a adestrá-los nos hábitos e habilidades necessários para comandarem subunidade de nível básico, Secção, com vista a dirigir exercícios práticos no terreno, atuando na composição da sua subunidade mãe, Pelotão, ou em combate, num cenário de guerra real, enquanto os de Promoção a Oficial Superior (CPOS), de Estado-Maior Conjunto (CEMC), de Altos Comandos (CAC), visam qualificar e dotar de conhecimentos académicos e técnico-militares necessários aos Capitães, Oficiais Superiores e Gerais que frequentam estes cursos, para estarem aptos a dirigir exercícios ou manobras conjuntas ou comandar guerra nos respetivos escalões de unidades militares intermédias e grandes unidades (Batalhão, Regimento, Brigada, Base Aérea, Base Naval, Exército e Corpo de Exército, respetivamente), segundo os princípios da guerra contemporânea, caracterizada pelo emprego de tecnologias militares de ponta, que exigem elevados conhecimentos multidisciplinares, altas qualidades e capacidades de comando, direção e chefia das tropas, e, em última instância, profundos conhecimentos das normas do Direito Internacional Humanitário ou Direito Internacional de Guerra, porquanto hoje tem sido objeto de perseguição, julgamento e condenação em penas de prisão maior de chefes de Estado e de Governo, de oficiais de altas patentes militares, acusados de haverem cometido crimes de guerra contra a humanidade, por não terem observado as referidas normas durante a condução da guerra.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

No passado e no presente, todos os comandantes, diretores e chefes de unidades militares dos escalões atrás mencionados, desempenharam e uns continuam a desempenhar um papel preponderante durante as três guerras anteriormente referenciadas, designadamente as duas, das agressões perpetradas pelos dois regimes racistas, da Rodésia do Sul, de Ian Smith, e do “apartheid”, da África do Sul, de Pieter W. Botha, e a dos dezasseis anos entre a Frelimo e a RENAMO. Aqueles oficiais que permanecem ainda no serviço ativo, frequentam cursos de formação ou de reciclagem nas instituições de ensino superior ou médio militar nos lugares respetivos indicados nas tabelas acima, com a finalidade de melhor continuarem a contribuir para a boa organização e funcionamento das FADM em geral, e, em particular, nos setores onde exercem as suas funções, por forma a responderem prontamente aos múltiplos desafios que hoje o Estado Moçambicano, à semelhança dos outros Estados a nível internacional enfrentam – os riscos e ameaças transnacionais à sua segurança, com destaque para o terrorismo.

Nota final em volta das duas guerras de agressão travadas pelos dois regimes racistas, de Ian Smith, da colónia britânica da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), e de Pieter W. Botha, do “Apartheid”, da África do Sul, contra Moçambique, foram dirigidas contra um Estado independente, soberano e com assento nas Nações Unidas, cuja missão de apoiar os movimentos de libertação do Zimbabwe, a ZANU-Frente Patriótica, e a ZAPU, bem como o ANC, da África do Sul, circunscrevia-se no cumprimento dum dever internacional, previsto na Carta das Nações Unidas, de apoiar os povos pela sua autodeterminação e independência, e contra a discriminação racial (cfr. n.ºs 2 e 3 da Carta das Nações Unidas), e segundo atrás se demonstrou na abordagem das condenáveis agressões do então regime da Rodésia do Sul, de Ian Smith, traduzidas em massacres contra populações civis indefesas, que não faziam parte da guerra em referência.

Fazendo uma análise comparada em torno do problema em abordagem, apresenta-se, a esse propósito, a observação feita por Marques Guedes

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

(2009)⁵⁴, quanto à invasão da Geórgia pela Federação Russa, em Agosto de 2008, guerra que durou cinco dias, ao salientar que “No início da segunda semana de agosto de 2008, a Rússia invadiu a Geórgia, um Estado soberano com assento nas Nações Unidas”.

Do que atrás acaba de ser referenciado, infere-se, sem lugar a dúvidas, que um ou mais Estados, ao agredirem outro Estado, seja qual for a razão invocada, constitui uma flagrante e grosseira violação ao Direito Internacional, ação condenada pela Organização das Nações Unidas. Nesse sentido, as recomendações e proibições expressas e constantes dos n.ºs 3 e 4 do art. 2.º, conjugado com o art. 33.º, ambos da Carta da ONU, estabelecem terminantemente que:

1. Os membros da Organização deverão resolver as suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo a que a paz e a segurança internacionais, bem como a justiça, não sejam ameaçadas;
2. Os membros deverão abster-se nas suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao uso da força, quer seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objetivos das Nações Unidas;

Por sua vez, o art. 33º da referida Carta da ONU, determina expressamente que:

1. “As partes numa controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, via judicial, recurso a organizações ou acordos regionais, ou qualquer outro meio pacífico à sua escolha.

⁵⁴ Armando Marques Guedes, *A Guerra dos Cinco Dias – A Invasão da Geórgia pela Federação Russa*

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

2. O Conselho de Segurança convidará, se o julgar necessário, as referidas partes a resolver por tais meios as suas controvérsias”.

Este artigo foi atrás suficientemente comentado aquando da análise da guerra de agressão contra Moçambique, movida pelo então regime de Ian Smith, e os princípios de resolução pacífica de controvérsias que devem nortear os Estados, estabelecidos pela Carta da ONU, que este regime deveria seguir que, no entanto, o não fez.

Portanto, o regime da colónia britânica da Rodésia do Sul, de Ian Smith, e o regime segregacionista do “Apartheid”, da África do Sul, de Pieter W. Botha, ao agredirem Moçambique, um Estado independente, soberano e com assento nas Nações Unidas, não apenas não observaram com a recomendação da Carta da ONU, constante no n.º 3 do anteriormente referido art. 2, conjugado com o art. 33.º, ambos da Carta da ONU, no sentido de resolver as controvérsias internacionais por meios pacíficos (no caso em análise entre Moçambique, a Rodésia do Sul e África do Sul), com vista a que a paz e a segurança internacionais, bem como a justiça, não fossem ameaçadas, como violaram, também, o disposto no n.º 4 do mesmo artigo, da referida Carta da ONU, que proíbe categoricamente o uso da força, quer seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objetivos das Nações Unidas.

Todavia, o tempo e o lado da razão encarregaram-se, por si mesmos, de dar razão a quem, na verdade, a tinha – os movimentos de luta de libertação nacional do Zimbabwe, a ZANU-Frente Patriótica, de Robert Mugabe, e a ZAPU, de Josuan Nkomo, ambos do Zimbabwe, que lutavam contra a ocupação e dominação colonial britânica, mantida ilegalmente por Ian Smith; e o ANC, de Nelson Mandela, da África do Sul, que lutava contra a segregação racial do regime do “Apartheid”, que era praticada no seu próprio país, negando-se-lhe a cidadania dentro do país próprio. Todos lutaram incansavelmente contra a dominação e a discriminação racial, com a ONU e a comunidade internacional a apoiar as suas causas pela autodeterminação e independência nacional, liberdade e dignidade humana, culminando com a derrota do regime de Ian

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Smith e consequente concessão da independência ao povo do Zimbabwe, bem como o fim do regime do “Apartheid”, que terminaria com a libertação da prisão perpétua do líder histórico do ANC, Nelson Mandela, vindo este a concorrer nas primeiras eleições multirraciais da África do Sul, vencendo-as e tornando-se no primeiro presidente de raça negra da África do Sul.

17. Missões dos Ramos das FADM – Exército, Força Aérea e Marinha de Guerra**17.1. Missões gerais**

As missões gerais destes três ramos, em concreto, são as mesmas – a defesa da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano contra agressões externas de outros Estados e de origem interna –, havendo, no entanto, diferenciação de acordo com as particularidades e especificidades do espaço de atuação de cada ramo dentro do território nacional.

Em relação as missões gerais, referem-se, por exemplo, à realização sistemática das atividades de treino operacional, de acordo com a diretiva anual do Chefe do Estado-Maior General das FADM (CEMGFADM), o qual se baseia na diretiva anual do Ministro da Defesa Nacional, e este, por seu turno, se baseia nas instruções superiormente emanadas pelo Presidente da República, este último na sua qualidade de Comandante-Chefe das FDS.

Da Diretiva do CEMG, cada Comandante (Chefe do Estado-Maior) de Ramo elabora a sua diretiva interna onde traça os programas das suas grandes unidades e serviços (Brigadas, Regimentos, Bases Aéreas, Bases Navais, Unidades Independentes, Estabelecimentos de Ensino Militar e Repartições de Serviços, respetivamente), que compõem o seu ramo. Nessa diretiva interna, o Comandante do ramo, de entre outras atividades, programa, através da sua Repartição de Operações, o treino operacional das Brigadas, Regimentos, Bases Aéreas e Navais, conforme se trate de Exército, Força Aérea e Marinha de Guerra, respetivamente, e equiparados, que compreende aulas teóricas e práticas, exercícios semestrais ou manobras táticas, envolvendo todas as armas orgânicas com que conta.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Tais exercícios semestrais ou manobras táticas, têm por objetivos avaliar o grau de prontidão das grandes unidades (Brigadas e Regimentos, Bases Aéreas e Navais), testar a capacidade de comando, direção e chefia dos comandantes destas grandes unidades na arte de comandar as tropas, os diretores e chefes de serviços da sua direta subordinação hierárquica, nas habilidades de direção e chefia dos serviços que dirigem.

Para o efeito, no fim de cada exercício ou manobra, cada comandante, diretor e chefe e respetiva grande unidade ou serviço, são avaliados, registando-se a nota quantitativa e qualitativa obtida, que vai na escala de zero a vinte valores e de excelente a medíocre, respetivamente. Os que alcançarem excelentes resultados, de acordo com a envergadura e objetivo do exercício ou manobra, lhes confere a prerrogativa de atribuição de medalha de mérito por bravura. Aos que obtiverem resultados negativos são exigidos a explicar os motivos que estiveram na sua origem e recomendados a melhorarem a sua prestação.

Além dos exercícios ou manobras anteriormente referidos, efetuados por cada ramo no quadro da sua diretiva interna, anualmente o EMG organiza um exercício ou manobra geral, que inclui os três ramos, os diretores de Departamento do EMG, e as instituições de ensino militar, nomeadamente o ISEDEF, a Academia Militar, a ESFA e as Unidades de Subordinação Central.

A finalidade que se prossegue com aqueles exercícios ou manobras anuais é similar aos objetivos referidos nos parágrafos anteriores, com a particularidade de nestes se avaliar a prontidão das Forças Armadas na sua globalidade e dos Comandantes de Ramo em particular, na sua capacidade de comando aos comandantes das armas orgânicas que compõem os seus ramos, dos comandantes das unidade de subordinação central, no que toca a iguais exigências apontadas para os comandantes de ramo, bem como as habilidades dos diretores de departamento e equiparados, na direção ou chefia dos serviços que dirigem.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Além destas missões circunscritas no âmbito do treinamento das FADM com vista à sua prontidão combativa para rechaçar qualquer eventual agressão armada, elas desenvolvem, a título complementar, a Logística de Produção, visando reforçar a dieta alimentar das tropas nos quartéis, a manutenção, conservação e preservação de serviços existentes e criação de novos, assunto este que é detalhadamente abordado mais adiante.

17.2. Contributo que as missões gerais trazem para as FADM

O grau de cumprimento das missões gerais atrás analisadas, no seu conjunto, servem de termómetro do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas para determinar o nível de prontidão dos três ramos das FADM (Exército, Força Aérea e Marinha de Guerra) e das instituições superiores e médias de ensino militar (ISEDEF, AMMSMM e ESFA), bem como de Unidades de Subordinação Central, suscetível de fazer face com êxito, por um lado, a uma eventual agressão armada externa, segundo os princípios do combate contemporâneo, caracterizados pelo emprego de tecnologias militares de ponta, atuando em conjunto ou de forma independente, quer de dia, quer de noite e sob diferentes condições atmosféricas, e, por outro lado, servem para verificar até que ponto as FADM se encontram preparadas para atuarem tanto nos exercícios militares conjuntos, no quadro da segurança e defesa da SADC, da CPLP, como das missões de manutenção da paz e humanitárias no âmbito da UA e da ONU.

Mais ainda, tais missões gerais, com base no grau de prontidão avaliado, permitem ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas determinar se as FADM estão prontas ou não a enfrentar os atuais riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, atuando em cooperação com as demais Forças de Defesa e Segurança (PRM e SISE), bem como cumprir missões de interesse público, particularmente em caso de ocorrência de desastres naturais para o socorro das populações eventualmente afetadas, tendo em atenção, no primeiro caso, à sofisticação

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

das formas e métodos de atuação dos seus agentes, particularmente terroristas, e a imprevisibilidade do momento exato em que atacam, não obstante saber-se que os seus alvos preferidos são os locais de maior concentração populacional, sobretudo aeroportos, meios de transporte coletivos de passageiros, centros comerciais, cinemas, entre outros, a fim de provocar maior número de mortes, causando, com isso, maior impacto no seio das populações, com o objetivo último de desacreditar as Forças Armadas e o seu Governo e, conseqüentemente, um descontentamento popular generalizado.

17.3. Missões específicas

No que cabe às missões particulares inerentes às particularidades e especificidades de cada ramo, estas dizem respeito à missão específica que a este é incumbido na defesa militar da independência, da soberania e integridade territorial do país no interior das suas fronteiras estatais.

17.4. Missões do Exército

Relativamente ao que atrás ficou dito, e a título exemplificativo, o ramo do Exército tem por missão defender o espaço terrestre, que compreende toda a superfície que Moçambique ocupa, contra qualquer agressão armada externa de outros Estados, de atores não estatais armados, e de origem interna, que atuem em terra, empregando todas as armas orgânicas de que dispõe, em articulação com os ramos da Força Aérea e da Marinha de Guerra.

Abaixo se apresentam algumas unidades e meios de combate orgânicos representativos do ramo de Exército.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância



1.º Batalhão de Infantaria Motorizada pronto para ocupar os seus veículos de combate no Exercício anual conjunto da SADC



Veículo blindado de combate BTR-60 BP, da 1.ª Secção do 1.º Batalhão de Infantaria Motorizada



Soldado de Tropas Especiais das FADM em exercício prático

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância



Tanques desdobrados em posição de combate



Arma de Artilharia Artilharia Anti-Aérea (ZU-23mm) das FADM



Engenharia Militar fazendo atravessar unidades militares

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância**17.5. Missões da Força Aérea**

A Força Aérea, por sua vez, tem por missão defender o espaço aéreo nacional contra qualquer aviação inimiga que violar o espaço aéreo ou realizar ataque aéreo em qualquer ponto do território nacional, empregando, para esse fim, os aviões caça bombardeiros, helicópteros, reforçados por mísseis Terra-ar, da Defesa Anti-Aérea, em articulação com os ramos do Exército e da Marinha de Guerra.



Caça Bombardeiro MIG-21 em pleno vôo de exercícios



Tropas Páraquedistas durante o seu desembaque aero-tático

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância**17.6. Missões da Marinha de Guerra**

Finalmente, a Marinha de Guerra, pela vez que lhe corresponde, tem por missão defender a costa marítima de Moçambique contra qualquer navio ou barco, ambos de guerra, que violem ou realizem desembarque naval ao longo da costa marítima moçambicana, com o objetivo de realizar ataques em qualquer ponto da costa ou do interior do país, em articulação com os ramos do Exército e da Força Aérea.



Navio de guerra da Marinha de Guerra de Moçambique

17.7. Contributo que as missões específicas trazem para as FADM

As missões específicas dos três ramos das FADM acabadas de analisar, ajudam ao Chefe do Estado-Maior General das FADM a avaliar, de forma individualizada, o nível de prontidão de cada um deles para o cumprimento da missão que lhe é atribuída no respetivo espaço (terrestre, aéreo e naval) a nível nacional, tendo em consideração a falta de definição clara do inimigo com que os Estados se deparam a nível internacional a partir do fim da Guerra Fria que opunha as então duas superpotências mundiais – os EUA, liderando o sistema capitalista, e a URSS, encabeçando o sistema socialista –, aos nossos dias.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Em conclusão, as missões gerais e específicas, ambas trazem mais valia para as FADM, se avaliadas pelos contributos emprestados à Nação pelas gerações que as vêm cumprindo desde o pós-independência aos nossos dias.

Para essas gerações do pós-independência que vêm cumprindo tais missões, quer se avalie pelos resultados positivos quer pelos resultados negativos que produziram, deixam um legado para as presentes e futuras gerações na preparação, treinamento e formação das FADM, nos moldes a manter a sua prontidão para a defesa da independência, soberania e integridade territorial do Estado moçambicano contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna.

Em relação aos resultados positivos produzidos nesse processo, servirão de fonte de inspiração para as presentes e futuras gerações no que tange ao aperfeiçoamento da organização e funcionamento das FADM, para melhor cumprirem a sua missão genérica constitucionalmente consagrada. Quanto aos resultados negativos, servirão de lição para estas gerações, no sentido de não voltarem a cometer os mesmo erros, corrigindo-os rigorosamente, tudo fazendo com zelo e profissionalismo militar.

17.8. Apoio às populações afetadas por calamidades naturais**17.9. Na busca, salvamento e reassentamento para locais seguros das populações afetadas durante a época de cheias e inundações, bem como de ciclones e de outras calamidades naturais.**

Moçambique, ao nível da África Austral é um dos dos países que ciclicamente tem sido atingido por diversos tipos de calamidades naturais, com destaque para chuvas excessivas que provocam cheias, inundações, ocorrência de ciclones e seca prolongada.

No entanto, as fracas capacidade financeiras, materiais e recursos humanos devidamente formados e treinados para fazer face a essas calamidades naturais em cada época em que elas ocorrem, tem sido um verdadeiro *calcanhar de Aquiles* para o Governo no sentido de alocar meios e os necessários recursos

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

humanos com a devida formação e treinamento capazes de, em tempo oportuno, efetuar buscas, salvamento e reassentamento para locais seguros das populações afetadas durante a época de cheias, inundações, bem como de ciclones e seca prolongada.

Esta situação de carência nos três mencionados recursos – financeiros, materiais e recursos humanos qualificados –, como é óvio, atinge as FADM que, nesses momentos da ocorrência das descritas calamidades, cumprem importantes missões de socorro às populações afetadas.

Porém, tal situação de carência não tem impedido as FADM de, com os escassos recursos financeiros e materiais de que são alocadas, socorrerem prontamente as populações que se encontrem, em cada época, atingidas por qualquer tipo de calamidade atrás mencionado, missão que cumpre em coordenação com as autoridades governamentais competentes, designadamente o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades Naturais.

Neste sentido, os exemplos destacáveis de atuação das FADM dignos de registo, de entre outros, apontem-se a pronta e coordenada intervenção dos ramos do Exército, Força Aérea e Marinha de Guerra, na busca, salvamento e reassentamento para locais seguros das populações afetadas aquando das cheias e inundações que assolaram as províncias de Maputo e Gaza nos anos de 2000, 2013 e no presente ano 2017.

Dado o impacto negativo que causaram as cheias de 2000 às populações da província de Gaza, a seguir se reproduzem na íntegra imagens e passagens relevantes reproduzidas e descritas pelo jornal moçambicano "Notícias":

17.10. Cheias: treze anos depois, tragédia volta a Moçambique

"Último balanço aponta para morte de 91 pessoas, mais de 200 mil afetadas e destruição de muitas infra estruturas. As mesmas que foram atingidas em 2000. Armando Guebuza⁵⁵ afirma que é preciso mudar para reduzir impacto.

⁵⁵ Presidente de Moçambique de 2004 a 2014

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Cheias: treze anos depois, tragédia volta a Moçambique

“No ano 2000, o sul de Moçambique registou cheias que mataram centenas de milhares de pessoas e destruíram diversas infra estruturas. Treze anos depois, a história repete-se. Na província de Gaza, a cidade de Chókwe ficou debaixo de água e a zona baixa de Xai Xai ficou parcialmente inundada. As infra estruturas daquelas duas cidades, e não só, voltaram a ser alvo da fúria das águas”⁵⁶, in *Notícias*, Maputo, 06/02/2013.



Leis de Resposta a Desastres de Dimensão Internacional (IDRL) em Moçambique⁵⁷

De 15 a 18 de janeiro de 2017, as províncias de Gaza, Maputo e Maputo Cidade, ao sul de Moçambique, Nampula e Cabo Delgado, ao norte, a chuva

⁵⁶ Pode ser encontrada em [www.dw.com/pt-002/cheias/treze-anos-depois-tragédia/volta-a - moçambique/a/16578821](http://www.dw.com/pt-002/cheias/treze-anos-depois-tragédia/volta-a-moçambique/a/16578821), consultada no dia 15 de janeiro de 2017

⁵⁷ Pode ser encontrada em: www.ifrc.org/Global/Publications/IDRL/reports/IDRL%20Mozambique%20full%20report.pdf, consultada no dia 15 de janeiro de 2017

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

caiu torrencialmente, deixando algumas cidades e bairros submersos, casas das populações e muitas vias de acesso destruídas.

17.11. Propostas de soluções a médio e longo prazos

Tomando em consideração que o problema de cheias, inundações, ciclones e seca prolongada assolam repetidamente o país, causando consequentemente elevados prejuízos humanos, estes traduzidos em mortes, desaparecimento e ferimentos, muitas vezes graves, de pessoas e perda dos seus bens, tendo em atenção que as medidas tomadas pelo Governo para fazer face às calamidades que ocorrem têm sido em geral descontinuadas, atendendo-se maioritariamente situações pontuais, em detrimento de medidas duradouras, uma solução que o Governo moçambicano pode encontrar, no entender do autor, passa pela elaboração dum plano multisetorial consistente, a médio e longo prazos, que preveja os recursos financeiros, materiais a alocar, e os necessários recursos humanos a formar e treinar, dentro e fora do país, tendo sempre presente o saber fazer.

O plano em referência, para garantir a sua execução com sucesso, tornar-se-ia necessário criar equipas de fiscalização permanente que detetassem em tempo oportuno os problemas, deficiências, indicando formas e métodos mais adequados para a sua supressão, bem como responsabilizando e aplicando penas mais gravosas aos funcionários e oficiais infratores das normas funcionais estabelecidas e, mais concretamente, aos que praticam ou fomentam atos de corrupção no exercício das suas funções.

No caso particular das FADM, haveria que se adquirir, para a Marinha de Guerra, barcos adequados à busca e salvamento das populações, formar as correspondentes tripulações, técnicos das diferentes especialidades, provisão de peças sobressalentes sempre que se registar a sua falta. Para a Força Aérea, seria necessária a aquisição de aeronaves, particularmente Helicópteros, e tomarem-se idênticas providências sugeridas em relação à Marinha de Guerra. Quanto ao Exército, teria que se formar uma força especial de socorro às populações, usando-se, preferencialmente, militares do quadro permanente, dado ao prolongado tempo que as calamidades naturais ocorrem, e a consequente necessidade de permanência nas FADM por mais tempo, bem como os onerosos custos que a formação exige e, igualmente, a aquisição de meios de transporte terrestres destinados exclusivamente a este fim.

17.12. Treino operacional das FADM, e as atividades de ensino das instituições de ensino superior e médio militares

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Depois da abordagem das missões das FADM atrás feita em torno do apoio prestado aos movimentos de libertação pela sua autodeterminação e independência e da luta dos dezasseis anos, envolvendo a Frelimo e a RENAMO, bem assim do apoio às populações afetadas por calamidades naturais, de seguida, são analisadas outras missões, desta vez no âmbito do treino operacional, cumpridas pelos três ramos das FADM, nomeadamente o Exército, a Força Aérea e a Marinha de Guerra, assim como de ensino, levadas a efeito pelas instituições de ensino superior e médio militar, designadamente o Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF) “Tenente-General Armando Emílio Guebuza”, a Academia Militar “Marechal Samora Moisés Machel” (AMMSMM), e a Escola de Formação de Sargentos (ESFA), “General Alberto Joaquim Chipande”, Unidades de Subordinação Central, apontando-se, designadamente, êxitos, constrangimentos e formas da sua gradual supressão, desafios, e propostas que contribuam para a melhoria da organização e funcionamento nas áreas mencionadas.

O conjunto daquelas atividades envolvendo os ramos das FADM, as instituições de ensino militar, bem assim as Unidades de Subordinação Central, que a seguir serão descritas, inserem-se no quadro da preparação e treino das FADM em tempo de paz, com o objetivo de manter e preservar a sua prontidão combativa, de modo a estarem permanentemente à altura de fazer face a qualquer agressão armada externa de outros Estados e de origem interna.

No final dessas atividades direcionadas para a prontidão das FADM com vista a rechaçar qualquer agressão armada externa ou interna, será apresentado um breve resumo referente às missões cumpridas pelos três ramos das FADM, com destaque as do Exército e da Força Aérea, tanto durante o conflito armado que durou dezasseis anos entre a Frelimo, e a RENAMO, como incluindo o último conflito de 2012-2014, o qual se estende aos nossos dias (2016), envolvendo as mesmas partes ciclicamente beligerantes.

17.13. Missões das instituições de ensino militar

As instituições de ensino militar médio e superior em Moçambique possuem missões semelhantes entre si, variando de intensidade de acordo com o nível que ministra, a classe a que pertence, definida pela Lei do Ensino Superior, o

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

número de cursos que ministra cada uma e do volume de atividades extra-escolares que realiza. Das instituições de ensino militar que a seguir se mencionam, o autor-investigador abordará desenvolvidamente as missões que o ISEDEF vem cumprindo, por possuir melhor conhecimento organizacional e funcional desta instituição, em virtude de ter participado diretamente no processo da sua criação formal e, por coincidência, onde exerce as suas funções na área da docência e na de direção até ao presente momento (2017).

Na área de ensino militar médio e superior, Moçambique possui três instituições de ensino, quais sejam:

17.14. Escola de Formação de Sargentos (ESFA) General de Exército Alberto Joaquim Chipande**17.14.1. Resenha histórica**

Antes de falar propriamente da ESFA, convém referir que a primeira Escola de Formação de Sargentos foi criada em 1978, funcionando em Nacala, província de Nampula, a qual contava com assessoria soviética. Tinha por objetivos formar Sargenteos que, por um lado, garantissem a organização e funcionamento dinâmico das tropas ao nível de base em todas as unidades militares das FAM/FPLM a nível nacional, de forma que os Soldados cumprissem integralmente a ordem do dia e os programas outrora traçados de treino operacional e prontidão combativa e, por outro, fossem alinhados ao teatro de operações, sendo capazes de comandar com determinação e coragem as suas Secções na luta contra a guerrialha da Renamo, então em progressão embrionária por todo o território nacional.

Porém, com a propagação da guerra que se iniciava em quase todo o país, a Escola teve que ser encerrada e, os Sargentos então em formação, acelerado o seu treinamento e, logo a seguir, alinhados para o campo da batalha em diferentes Unidades militares estacionadas pelo país inteiro.

17.14.2. Criação da ESFA

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Terminada a guerra dos dezasseis anos entre o Governo, dirigido pela Frelimo, e a Renamo, volvidos vinte e três anos, estrutural e organizacionalmente, e sobretudo do ponto de vista funcional, as FADM sentiram a necessidade da reintrodução da Escola de Sargentos, formando, nas novas condições de regime político multipartidário e de sistema económico de economia de mercado, Sargentos, sob novos conceitos doutrinários, basicamente de orientação da Escola da NATO.

Foi nesta ordem de razão que, a 19 de março de 2008, foram lançadas as bases de criação da ESFA, vindo posteriormente a ser formalizada através do Diploma Ministerial n.º 68/2008, de 30 de julho, com a posterior participação portuguesa nos domínios de assessoria e de instrução.

A ESFA é uma instituição de ensino militar de nível médio, que tem por missão a formação de Sargentos das FADM. Nela ingressam Sargentos e Soldados que, possuindo a 10.^a ou a 12.^a classe, e, para estes últimos, tenham concluído o treino militar básico ou no Centro de Instrução Básica Militar de Montepuez, província nortenha de Cabo Delgado, ou no Centro de Instrução Básica Militar de Munguine, Manhica, província de Maputo.

Esta instituição aquando da sua criação foi reconhecida pelo Ministério da Educação como formando técnicos profissionais militares de nível médio. Por esta razão, o militar que conclua com êxito o curso de Formação de Sargentos tem a equivalência de Técnico Médio Militar, o que lhe confere exercer uma atividade profissional civil equiparada a este nível ou prosseguir com os seus estudos superiores em qualquer instituição de ensino superior em Moçambique.

Os Sargentos ou Soldados que terminam o curso, no fim do mesmo são promovidos ao posto de 1.º Sargento e, quando começam com o exercício da sua atividade profissional militar nas FADM, estes 1.ºs Sargentos iniciam por comandar Secção, Subunidade básica na

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

organização militar. Com o decurso dos anos, vão progredindo na carreira, mediante frequência de cursos que os habilitem à promoção ao posto imediatamente superior dentro da mesma classe de Sargento.

A ESFA ministra disciplinas mistas, sendo umas puramente militares e outras de natureza académica. O corpo docente é igualmente misto, composto por militares e civis, com formação militar ou académica mínima de licenciatura ou em ciências militares ou em qualquer área do saber académico. Deste corpo docente uma parte é constituída por oficiais moçambicanos e outra por oficiais portugueses, no âmbito da Cooperação Técnico-Militar entre Moçambique e Portugal.

No seu quadro de pessoal encontram-se funcionários civis que formam o corpo Técnico-Administrativo ou pessoal auxiliar.

A ESFA é comandada, organicamente, por um oficial general com o posto de Brigadeiro. Presentemente, comanda-a o Brigadeiro Marcos Manjate, Jurista, antigo Diretor da Direção de Recursos Humanos do Ministério da Defesa Nacional.

17.15. Academia Militar Marechal Samora Moisés Machel (AMMSMM)

A AMMSMM Marechal Samora Moisés Machel é uma instituição de ensino militar de nível superior, da classe A, onde se agrupam as universidades, classificação que lhe foi conferida pelo Ministério da Educação, órgão que superintende o ensino superior em Moçambique, e tem por missão a formação de Cadetes. Estes, ingressam na AMMSMM com a 12.^a classe, uns provenientes diretamente da sociedade civil, outros das FADM, entre Sargentos e Praças, que, após concluírem o curso com êxito, são atribuídos o grau profissionalizante de licenciado em ciências militares e, automaticamente, promovidos ao posto de Alferes das FADM.

Outro grupo de militares que ingressa para a AMMSMM é constituído por jovens voluntários que, tendo feito a licenciatura em qualquer área do saber, primeiramente recebem treino militar nos Centros de Instrução Básica Militar

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

existentes no país e, depois, vão frequentar qualquer curso da sua livre escolha, ministrado na AMMSMM, durante um período de aproximadamente dois anos. Concluído o curso com sucesso, são promovidos ao posto de Alferes Miliciano que, após permanecerem quatro anos neste posto, querendo, podem requerer passar para o quadro permanente, progredindo na carreira, mediante a frequência de cursos correspondentes de promoção, até ao posto de Coronel.

17.15.1. Resenha histórica

A AMMSMM substitui a Escola Militar, com o mesmo patrono, Marechal Samora Moisés Machel, que tinha por missão formar Cadetes de nível médio e tinha a extinta União Soviética como país assessor. Formou vários oficiais do nível de Comandante de Pelotão os quais, no fim do curso, eram promovidos ao posto de Aspirante-à-Oficial. Beneficiavam-se duma formação técnico-militar acrescida por uma componente política e de educação cívico-patriótica, baseada nos princípios do marxismo-leninismo, apimentados com as experiências da luta armada de libertação nacional, levada a cabo pela FRELIMO contra a ocupação colonial portuguesa no nosso país. Hoje, esses oficiais desempenham cargos relevantes tanto no comando, direção e chefia das tropas, como na área da docência em diferentes instituições de ensino militar existentes ao nível nacional, tendo, na sua maioria feito cursos ou militares ou puramente académicos ou mistos de nível superior, desde licenciatura, mestrado, a doutoramento.

Com a evolução nos planos organizacional e funcional das Forças Armadas ao nível regional e na arena internacional e a sua consequente modernização, que exige elevados conhecimentos técnico-militares e simultaneamente académicos, o Governo decidiu transformar a Escola de Cadetes em Academia Militar, definindo, com rigor, os critérios de ingresso correspondentes.

Assim, conforme atrás se referiu, ingressam na AMMSMM oficiais das FADM que, tendo as habilitações literárias de 12.^a classe ou licenciatura, estão na idade máxima de 24 anos, e jovens civis que, possuindo as habilitações

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

literárias de 12.^a classe ou licenciatura, estes últimos para o quadro de oficiais milicianos, e havendo efetuado o recenseamento militar, e tendo a idade máxima de 22 anos e, ainda, aprovados nos exames de admissão, se encontram aptos para o serviço militar.

Ao iniciarem o exercício da sua atividade profissional militar nas FADM, os atrás referidos Alferes começam por comandar Pelotão e, um ano depois, são promovidos, por diuturnidade, ao posto de Tenente, patente que lhes dá a possibilidade de ser Adjunto-Comandante de Companhia ou desempenhar outras funções equiparadas ao nível de serviços.

Depois do exercício daquelas funções durante dois anos, frequentam o Curso de Promoção a Capitão (CPC) que, concluído com sucesso, são promovidos ao posto de Capitão, no qual permanecem durante seis anos e, depois, frequentam o Curso de Promoção a Oficial Superior, equiparado a Pós-graduação ou Especialização em Ciências Militares. Concluído este curso com sucesso, estes Capitães são promovidos a Major. Neste posto permanecem durante quatro anos, frequentam, juntamente com Tenentes-Coronéis, o Curso de Estado-Maior Conjunto, equiparado a Mestrado, profissionalizante, em Ciências Militares. Concluído com sucesso, aqueles primeiros são promovidos ao posto de Tenente-Coronel e, estes últimos, ao posto de Coronel. Finalmente, os Coronéis, incluindo Brigadeiros que, por qualquer motivo ponderoso não tenham frequentado o Curso, passam a frequentar o Curso de Altos Comandos, equiparado a Doutorado em Ciências Militares (a componente Doutorado só iniciará em 2018, altura em que o ISEDEF terá completado a formação do seu corpo docente orgânico, composto por Doutores, conforme requisito estabelecido pela Lei de Ensino Superior em Moçambique) que, concluído com sucesso, são promovidos ao posto de Brigadeiro para aqueles primeiros e, para estes últimos, ao posto de Major-General.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

É de ressaltar que a promoção para o posto imediatamente superior, de Major a oficial General, é condicionada pela existência de vagas e, os respetivos cursos, são ministrados no ISEDEF.

O corpo docente da AMMSMM é misto, constituído por militares e civis que possuem o grau académico de Mestre em ciências militares ou Mestre em qualquer área do saber académico, e encontram-se ainda neste grupo docentes com o grau académico de Doutor, todos uns ministrando disciplinas puramente militares e outros ministrando disciplinas de âmbito académico, sendo que os militares podem lecionar tanto disciplinas militares como de natureza académica, conforme a sua área de formação, ao passo que os docentes civis podem somente ministrar, como é óvio, disciplinas de natureza puramente académica.

O corpo docente em referência é constituído por oficiais subalternos e superiores moçambicanos e por oficiais superiores portugueses, por força da Cooperação Técnico-Militar existente entre Moçambique e Portugal.

A AMMSMM quando foi criada, em substituição da Escola Militar Marechal Samora Moisés Machel, então vocacionada para a formação de Cadetes de nível médio, obteve o reconhecimento do Ministério da Educação como uma instituição militar de ensino superior da classe A, onde se agrupam as universidades ao nível nacional, segundo atrás se fez menção.

A AMMSMM, organicamente, é comandada por um oficial general com o posto de Major-General e com estatuto de Reitor. Por força da Lei do Ensino Superior, o Comandante-Reitor da AMMSMM é simultaneamente um Doutor (em qualquer área do saber). Atualmente esta instituição é comandada pelo Major-General Vítor Muirequetule, Doutorando em Ciências de Educação. Antes da sua nomeação para este cargo exercia a função de Comandante da Escola de Sargentos "General Alberto Joaquim Chipande", em Boane, Província de Maputo.

17.16. Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF) “Tenente-General Armando Emílio Guebuza”



Edifício do Comando/Reitoria do ISEDEF

O ISEDEF “Tenente-General Armando Emílio Guebuza” é uma instituição de ensino militar superior da classe A, onde se agrupam as universidades nacionais, nos termos previstos pelo n.º 3 do art. 1 do Decreto n.º 60/2011, de 18 de novembro, do Conselho de Ministros, que cria o ISEDEF e aprova os respetivos Estatutos. Esta classificação lhe foi conferida pelo Ministério da Educação no processo da sua criação, no qual o autor-investigador tomou parte ativa na coordenação com este Ministério, na parte relativa à harmonização jurídica dos Estatutos, junto do Gabinete Jurídico deste Ministério, com vista à sua ulterior aprovação pelo Conselho de Ministros.

O ISEDEF é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, e goza de autonomia científica, pedagógica, administrativa, disciplinar e patrimonial, conforme se extrai do n.º 1 do art. 1 dos Estatutos, aprovados pelo Decreto acima mencionado.

17.16.1. Resenha histórica

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

O ISEDEF, uma instituição militar de ensino superior nova no país, surgiu da necessidade de formar oficiais superiores e generais dentro do país, processo que única e exclusivamente tinha antes lugar no estrangeiro, com destaque para os países do bloco socialista, maioritariamente para a extinta União Soviética, Cuba, Bulgária, Hungria e ex-RDA (República Democrática Alemã).

A formação feita totalmente fora do país desses oficiais acarretava ao Estado moçambicano elevados custos financeiros e um peso social, até certo ponto negativo, suportado pelos oficiais beneficiários dessa formação.

Alude-se ao peso social negativo, ao levar-se em consideração a circunstância de que durante os cinco ou três anos de tempo que a formação durava, os referidos oficiais não gozavam férias em Moçambique ou, na melhor das hipóteses, tinham direito a uma vez por todo este lapso de tempo. Em contrapartida, muitos problemas sociais na retaguarda surgiam. Ora eram as mulheres desses oficiais que se casavam com outro homem ou, o oficial no seu regresso, encontrava a mulher grávida de outro homem, com todas as consequências psico-sociais transtornantes daí resultantes para o oficial visado.

Outras situações, ligadas a esse fenómeno, dizem respeito a falecimentos de parentes do primeiro grau que o oficial afetado por esta situação só viria a amparar os membros sobreviventes da sua família e ver a campa do seu falecido parente depois do regresso do curso ou durante o período de férias a que tinha direito só uma vez. Este facto, de acordo com experiências vividas pelo autor-investigador quando cursante no estrangeiro, ocorria muito tempo depois da morte do parente, cujo efeito moral e psicológico imediato se perdera.

17.16.2. Criação do ISEDEF

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância



Presidente da República e Comandante-Chefe das FDS, Armando Emílio Guebuza, procedendo a inauguração oficial do ISEDEF, de que é patrono (2014)



Presidente da República e Comandante-Chefe das FDS, Armando Emílio Guebuza, discursando durante a cerimónia inaugural do ISEDEF (2014)



Ministro da Defesa Nacional, Eng.º Filipe Jacinto Nyusi (atualmente Presidente da República e Comandante-Chefe Das FDS), discursando durante a cerimónia inaugural do ISEDEF (2014)

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

O Chefe do Estado-Maior General, General de Exército, Tomás Graça Chongo, acompanhado pelo Comandante/Reitor do ISEDEF, Major-General, Prof. Doutor Daniel Frazão Chale, saudando os oficiais superiores e generais, membros do corpo de Direção do ISEDEF, durante a sua visita a esta instituição militar de ensino superior (2013)

O Governo moçambicano pondo na balança todos os fatores negativos atrás descritos, e visando corrigir tais situações, moralizando, consequentemente, o corpo do seu oficialato, tomando ainda em consideração a onerosidade que tal formação acarretava, por comportar efetivos numerosos para a totalidade dos cursos a custear, decidiu criar o ISEDEF, cuja concretização se confirmaria, formalmente, a 11 de novembro de 2011, através do Decreto n.º 60/2011, de 18 deste mesmo mês.

No entanto, a formação dos oficiais superiores e generais dentro do país, especificamente no ISEDEF, não significou um corte total da sua contínua formação no estrangeiro, tendo em atenção a larga experiência técnico-militar e científica que os países com quem Moçambique coopera possuem. Significou sim a redução, quanto ao número de oficiais a mandar, dantes maior, agora reduzido, e a concessão anual de férias aos seus destinatários, quando os cursos a frequentar tenham a duração igual ou superior a dois anos, facto que o Governo atualmente tem estado a cumprir em rigor.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Uma vez o ISEDEF criado, nele frequentam oficiais que possuam o grau académico igual ou superior à licenciatura ou em ciências militares ou em qualquer outra área do saber académico, salvo exceções de oficiais que, por inerência de funções ou por especiais qualidades profissionais ou por excecional mérito revelados durante o desempenho das suas funções, são designados pelos chefes hierarquicamente superiores do ramo ou equiparado a que pertencem. Simultaneamente, é requisito essencial para frequentar curso no ISEDEF, ter feito Academia Militar, ou instituição de ensino militar equivalente. Excecionalmente a este requisito, podem ingressar no ISEDEF oficiais que, não tendo feito Academia Militar, por inerência de funções ou outro motivo ponderoso, sejam designados pelos chefes hierarquicamente superiores do ramo ou instituição de ensino militar ou equivalente a que pertencem.

18. Missão do ISEDEF

O ISEDEF, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 4 do atrás mencionado Decreto, tem por missão assegurar a formação contínua dos oficiais do quadro permanente, promovendo o desenvolvimento das Forças Armadas nos planos científico, doutrinário e técnico-militar e apoiar a formulação do pensamento estratégico nacional, através do estudo, formação, investigação e divulgação das questões de defesa e segurança.

Mais ainda, o ISEDEF, no âmbito da sua missão, acompanha a evolução científica e tecnológica, as alterações do sistema internacional e a renovação do quadro das missões militares (cfr. o n.º 2 do referido art. 4).

Finalmente, inserido ainda no quadro da sua missão, o ISEDEF desenvolve uma cultura de rigor e exigência, estimulando a inovação e garantindo a eficácia dos resultados, de forma a projetar uma imagem de excelência do ensino superior militar junto da sociedade civil e da comunidade universitária e científica (cfr. o n.º 3 do já referido artigo).

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Vista a missão do ISEDEF, afigura-se importante analisar, nas linhas que se seguem, os seus princípios, a fim de se compreender melhor as linhas mestras pelas quais se norteia.

19. Princípios do ISEDEF

O ISEDEF orienta-se pelos princípios da unidade nacional, o respeito pela Constituição e legalidade, a democracia e respeito pelos direitos humanos, a igualdade e não discriminação, a valorização dos ideais da pátria, ciência e humanidade, a liberdade de criação cultural, artística, científica e tecnológica, bem assim a participação no desenvolvimento económico, científico e cultural do País, da região e do mundo, segundo se retira das alíneas a), b), c), d), e), f), e g) do artigo 3 do Decreto de que acima, se tem vindo a citar.

20. Objetivos do ISEDEF

Analisados os princípios que norteiam o ISEDEF, é igualmente útil, de seguida, passar em revista os seus objetivos, permitindo, com isso, ter-se a noção acerca das suas pretensões.

Assim, nos termos estabelecidos pelo n.º 1 do artigo 5 do Decreto que atrás se vem mencionando, constituem objetivos do ISEDEF, desenvolver atividades de ensino, investigação e doutrina, desenvolver atividades de extensão e apoio à comunidade, bem como estreitar cooperação bilateral e multilateral, e realizar cursos especializados a estudantes nacionais e estrangeiros, ao abrigo de acordos de cooperação, conforme prevêm as alíneas a), b), c) e d) deste artigo.

Por outro lado, no quadro dos seus objetivos, o ISEDEF tem ainda a prerrogativa de promover a transferência de créditos académicos e o intercâmbio de docentes e a realização de cursos conducentes à obtenção de graus académicos, em cooperação com outros estabelecimentos de ensino

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

superior e universitário nacionais e estrangeiros, nos termos da lei, segundo prevê o n.º 2 deste mencionado artigo.

21. Autonomia do ISEDEF

De acordo com o art. 7 do Decreto n.º 60/2011, de 18 de novembro, do Conselho de Ministros, o ISEDEF goza de autonomia científica, pedagógica, administrativa, patrimonial e disciplinar.

22. Órgãos e estrutura do ISEDEF

Os órgãos do ISEDEF compreendem: o Comandante e os Conselhos, conforme estabelece o art. 12 do acima mencionado Decreto. Quanto à estrutura, o ISEDEF compreende: o Comando, Departamentos e Comando de Apoio e Serviços.

23. Comando do ISEDEF

Constitui o Comando do ISEDEF: O Comandante, os Vice-Comandantes (que são dois, um para a Área Académica e Educação Cívica e Patriótica, e outro para a Área Administrativa); os Órgãos de Apoio ao Comando (que compreendem: o Gabinete do Comandante, o Gabinete Jurídico, o Gabinete de Relações Internacionais, e o Gabinete de Relações Públicas), segundo define o art. 14, conjugado com o art. 18, ambos do já mencionado Decreto.

O Comandante é um Major-General ou Contra-Almirante, que na dependência direta do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, dirige superiormente as atividades do ISEDEF, coadjuvado por dois Vice-Comandantes. Os Vice-Comandantes são Brigadeiros ou Comodoros, que exercem as funções estabelecidas nos Estatutos do ISEDEF e as que lhes são delegadas pelo Comandante. O Comandante e os Vice-Comandantes, são respetivamente, o Reitor e os Vice-Reitores do ISEDEF (cfr. n.ºs 2, 3 e 5 do art. 14 dos Estatutos).

24. Departamentos do ISEDEF

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Constituem Departamentos do ISEDEF: 1) Departamento de Ensino; 2) Departamento de Cursos; 3) Departamento de Investigação e Doutrina). Todos são dirigidos por Coronéis ou Capitães-de-Mar-e-Guerra, em regime de rotação pelos Ramos das Forças Armadas (cfr. art. 19 dos Estatutos).

25. Órgãos de Conselho do ISEDEF

São Órgãos de Conselho do ISEDEF: o Conselho do ISEDEF, o Conselho Científico e o Conselho Disciplinar (cfr. art. 24 dos Estatutos).

26. Logística de Produção nas FADM

Para além das atividades de treino operacional inseridas no quadro geral do programa normal que as FADM permanentemente realizam com o objetivo de manter a sua prontidão combativa, que lhes possibilite rechaçar qualquer possível agressão armada e das atividades levadas a efeito pelas instituições de ensino acabadas de analisar, paralelamente, as FADM desenvolvem, também, como complementar, a Logística de Produção, cujo conceito, objetivo, missão e organização, se desenvolvem a seguir.



Fig. 1

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Figs 1, acima, 2 e 3, abaixo, mostrando oficiais, sargentos, praças e funcionários civis do ISEDEF a cuidar da couve cultivada no âmbito da Logística de Produção nas FADM

27. Conceito de Logística de Produção

A Logística de Produção, concebida à luz da política do Governo moçambicano para as Forças Armadas, especificamente da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, é uma atividade produtiva basicamente agropecuária, embora com a componente de serviços das FADM.

27.1. Objetivo

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

A Logística de Produção nas Forças Armadas desde 1975 aos nossos dias (2016), o Governo moçambicano sempre concebeu-a na perspetiva destas prosseguirem três objetivos fundamentais:

1.º ter Forças Armadas capazes de aliar a sua missão tradicional de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna, com a de produzir alimentos diversificados, a fim de reforçar a dieta alimentar das FADM, por forma a suprir o défice dos produtos que não podem ser fornecidos às FADM pelas empresas privadas contratadas para esse fim.

2.º criar e gerir serviços que produzam receitas extraordinárias, com vista a reforçar a dotação orçamental que as FADM recebem do Governo mas que não cobre a totalidade das necessidades essenciais destas.

3.º formação e treinamento permanentes das FADM com vista a adaptarem-se às realidades da evolução técnico-militar de cada momento histórico e político-militar a nível internacional e, com isso, serem capazes de fazer face a quaisquer ameaças e agressões armadas, venham donde vierem.

Todavia, a concretização simultânea daqueles três objetivos, baseados na experiência da luta armada de libertação nacional, nem sempre foi possível. A mudança brusca da conjuntura político-militar no país, logo a seguir à proclamação da independência nacional, provocada pela guerra de agressão perpetrada pelo regime de Ian Smith, da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), em 1976, fez com que as FPLM virassem a sua atenção principal para esta guerra, abandonando temporariamente a Logística de Produção.

Terminada a guerra de agressão em 1979, a mesma foi continuada pela RENAMO, que já vinha combatendo, lado a lado, com o regime de Ian Smith

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

desde 1976 e, em 1980, quando o Zimbabwe se torna independente do Regime de Ian Smith (melhor dizendo, da Inglaterra), a guerra foi retomada pelo regime segregacionista do "apartheid", de Pieter W. Botha, da África do Sul, quer este apoiando, financiando, equipando e treinando a RENAMO, quer realizando agressões armadas diretas contra o nosso país, segundo atrás se fez menção.

Com o fim da guerra entre a Frelimo e a RENAMO, mediante a assinatura do AGP, a 4 de outubro de 1992, em Roma, entre estes dois beligerantes, a Logística de Produção só viria a ser retomada em 2005, passando-se novamente a combinar, então, no lugar da guerra, o Treino Operacional com a Logística de Produção, objetivo sempre almejado pelo Governo moçambicano.

27.2. Missão

Nas três etapas de existência das Forças Armadas Moçambicanas desde a proclamação da independência nacional em 25 de junho de 1975, designadamente FPLM, FAM/FPLM e FADM, a missão da Logística de Produção tem sido de:

1. Diversificar a dieta alimentar das FADM, através da produção de alimentos que não podem ser fornecidos pelas empresas privadas contratadas para o abastecimento logístico das FADM;
2. Criar unidades de produção e serviços que produzam receitas extraordinárias para a satisfação das necessidades não cobertas pela dotação orçamental alocada às FADM;
3. Conjuguar indissociavelmente a defesa da Pátria com a prática da Logística de Produção.

27.3. Organização

A organização da Logística de Produção nas Forças Armadas no pós-independência conheceu três etapas:

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

1.^a etapa: FPLM (1975-1980): com uma organização baseada fundamentalmente nos princípios da Logística de Produção transportada da experiência da luta armada de libertação nacional.

2.^a etapa: FAM/FPLM (1980-1982): com uma Direção Nacional, organicamente dependente do Ministério da Defesa nacional, dirigida por um Coronel, que contava com 3 Repartições, três Serviços e três Secções, dirigidos por Tenentes-Coronéis e Majores, respetivamente.

3.^a etapa: FADM (2005 aos nossos dias (2016): inicialmente subordinada ao Comando Logístico e de Infraestruturas (CLI), este organicamente dependente do Estado-Maior General e dirigido por um Major-General, foi posteriormente extinto. A Logística de Produção, passou para Repartição, subordinada ao Departamento de Administração e Logística (DALOG) do Estado-Maior General. Dirigida por um Coronel, conta com 3 Serviços e 3 Secções. Seu funcionamento é explicado pormenorizadamente mais adiante.

26.4. Resenha histórica

A Logística de Produção não é assunto novo na história das Forças Armadas de Moçambique. Durante a luta armada de libertação nacional, os Combatentes das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), braço armado da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), tinham machambas (campos de cultivo) coletivas nas zonas libertadas, onde desenvolviam atividades agrícolas, produzindo comida para alimentar os combatentes na frente de combate, atividade esta realizada maioritariamente pela mulher combatente (Destacamento Feminino).

Paralelamente, durante o desenrolar dessa luta de libertação, os estudantes da Escola Secundária da FRELIMO em Thunduru, na Tanzânia, seguindo aquela linha de orientação, aliavam os estudos com a prática de atividades produtivas. Durante o período de férias, eram direcionados para o campo da batalha, onde lutavam, lado a lado com as FPLM, contra o Exército colonial fascista português, de Salazar.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

A integração dos alunos secundários na guerra, conforme explicam os próprios combatentes da luta armada de libertação nacional, constituía uma forma de os ligar inseparavelmente com os guerrilheiros da FRELIMO, cuja missão era inteiramente de combater. Dessa forma, criavam-se e se consolidavam relações inquebrantáveis de camaradagem militar e de solidariedade alunos secundários-guerrilheiros, unidos pela causa comum de lutar até vencer o Exército colonial português e conquistar a independência nacional.

Por outro lado, era uma forma prática de educação moral, cívico-patriótica aos alunos secundários, de amor à Pátria, consentindo por ela todos os sacrifícios necessários, incluídos os da própria vida.

Foi desse modo que um dos principais lemas da FRELIMO durante esse processo da luta armada de libertação nacional era: “Estudar, Combater e Produzir”.

Portanto, em bom rigor, a Logística de Produção atualmente introduzida nas FADM é a continuidade natural da Produção levada a cabo no decurso da luta armada de libertação nacional.

26.5. Introdução da Logística de Produção nas FADM

A Logística de Produção nas FADM foi introduzida pela Constituição da República Popular de Moçambique de 1975, ao estabelecer no art. 5.º que:

As Forças Populares de Libertação de Moçambique, dirigidas pela FRELIMO,...têm uma responsabilidade fundamental na defesa e consolidação da independência e da unidade nacional. Ao mesmo tempo elas são uma força de produção e de mobilização política das massas populares. Tanto é assim que o lema da FRELIMO durante a luta armada de libertação nacional era “Estudar, Combater e Produzir”, conforme atrás se referiu.

Esta citada disposição constitucional foi continuada nos Quartéis das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), onde os militares

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

desenvolviam atividades produtivas, com destaque para o plantio de citrinos, o cultivo de hortícolas e produção de milho e, noutros casos, o cultivo de arroz⁵⁸.

Já nas atuais condições, em que o Governo moçambicano orienta os seus esforços na luta contra a pobreza, a Logística de Produção nas FADM insere-se no contributo que estas devem dar, participando ativamente no processo de desenvolvimento económico e social do nosso país, integrado no Programa de Alívio à Pobreza (PARPA), e em obediência à determinação da Política de Defesa e Segurança nesse sentido.

Debruçando-se sobre este assunto, Frazão Chale (2011, p. 82), autor já citado nos capítulos precedentes, realça que “A importância das Forças Armadas no desenvolvimento económico e social assenta no facto de a Política de Defesa e Segurança de Moçambique estabelecer que as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) devem garantir o desenvolvimento económico e social do país, podendo desempenhar outras missões de interesse geral, a mando do Estado ou colaborar em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações (LDNFA, 1997)”.

O mérito que se pode assinalar a esta LDNFA, é o facto de ter definido claramente a importância das Forças Armadas para o desenvolvimento económico e social de Moçambique. Porém, a mesma transporta consigo, na outra face da moeda, um defeito, que é o problema de não estabelecer os mecanismos que permitam a execução desta missão.

A esse propósito, o autor de que atrás se fez alusão, lança críticas, observando que “Porém, este desiderato não define como, quando e com que meios estas devem garantir tal missão”. E prossegue esclarecendo que “As Forças Armadas podem participar no desenvolvimento não apenas com a

⁵⁸ Em Mecubúri, na província de Nampula, terra natal do autor, por exemplo, em 1975 os militares das FPLM estacionados no Quartel herdado do Exército colonial Português, cultivavam arroz numa vasta machamba que as populações locais praticavam a culra deste cereal, reforçan do a sua dieta alimentar.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

garantia da segurança nacional. Como também, podem participar ativamente no desenvolvimento económico, quer de uma forma direta (quando são usados meios de guerra para o desenvolvimento em tempos de paz), quer de forma indireta (contribuindo para a melhoria do planeamento estratégico nacional e a utilização dos serviços cívicos)” (Chale; 2011, p. 82).

Paralelamente àquela finalidade legal, esta atividade produtiva, Logística de Produção, foi reintroduzida nas FADM no ano de 2005, com a introdução da nova Estrutura Orgânica das FADM e por decisão do antigo Presidente da República, Armando Emílio Guebuza, na sua qualidade de Comandante-Chefe das FDS, com o objetivo de melhorar a dieta alimentar das tropas nos quartéis a nível nacional, diversificando-a com outros produtos alimentares agropecuários produzidos em cada região do nosso país, que não constam na lista de produtos industriais fornecidos às FADM por empresas privadas, à luz de contratos celebrados anualmente nesse sentido entre aquelas primeiras e estas últimas, reduzindo, com isso, por um lado, os custos destes no mercado nacional e, por outro, fazendo face às restrições financeiras que as FADM vêm sofrendo nos últimos anos, com ênfase a partir da crise económica e financeira internacional, que eclodiu em 2008, iniciada nos EUA, e que resultou diretamente na limitação do Orçamento Geral do Estado, de *per si* dependente, em larga escala, de doações externas, em primeiro lugar, da União Europeia, com Portugal a figurar dentro dos países doadores.

A partir daquela decisão do Comandante-Chefe das FDS, O CEMGFADM, em cumprimento das orientações do Ministro da Defesa Nacional, emitiu a sua Ordem de Serviço reintroduzindo a Logística de Produção nas FADM. Para a sua operacionalização, foi criada ao nível do EMG uma Repartição de Logística de Produção, dirigida por um oficial superior, com o posto de Coronel.

Desde a emissão da referida Ordem de Serviço aos nossos dias, cada Ramo das FADM e Unidades de Subordinação Central, levam a cabo atividades agropecuárias que, de acordo com as características dos solos onde se encontram

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

estacionadas as suas grandes unidades, subunidades e serviços, cultivam hortícolas, plantam árvores de fruta diversas, criam animais de grande, médio e pequeno portes, como gado bovino, suíno, caprino e ovino, coelhos, porcos da Índia, respetivamente, bem como aves, com destaque para galinhas e patos.

No campo das hortícolas as culturas mais praticadas pelos Ramos salientam-se o tomate, o repolho, a couve, a cebola e, em pequenas quantidades, a batata reno, a cenoura e feijões.

A título exemplificativo, nos últimos quatro anos, as FADM, com a parcela de terra de que são detentoras desde as extintas FAM/FPLM em Chòcué, província de Gaza, ao sul de Moçambique, produzem tomate que abastece as grandes unidades e unidades estacionadas na região sul do país, restando considerável excedente que é vendido no mercado comum.

Por seu turno, a província central de Tete, no distrito de Tsangano, uma terra altamente fértil devido a queda regular de chuva e temperatura amena, numa parcela outrora igualmente pertencente às extintas FAM/FPLM, a Brigada de Infantaria de Tete, aqui estacionada, produz grandes quantidades de milho que posteriormente é, nas máquinas moageiras locais, transformado em farinha, que abastece as unidades militares estacionadas nesta província, e outra parte vendida no mercado local. Não é fornecido às outras grandes unidades e mercados comuns da região centro por dificuldades de transporte para o seu escoamento. Esta grande unidade produz ainda batata reno, feijão manteiga, cenoura, tendo iniciado com a produção de trigo a partir do ano de 2013, que reforçam a dieta alimentar das tropas nesta região de Moçambique.

As grandes unidades e unidades estabelecidas na região norte, por sua vez, destacam-se na criação de aves, com maior incidência galinhas, com algumas quantidades não menos significativas de patos, onde Nampula assume a liderança. Distribui galinhas e ovos à maior parte destas unidades. Razões idênticas de dificuldades de meios de transporte acabadas de mencionar, fazem

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

com que a distribuição não abranja a totalidade das unidades estacionadas nesta região.

No que concerne à plantação de árvores de fruta, em geral todas as grandes unidades e unidades, bem assim as Unidades de Subordinação Central, e mesmo as instituições superiores e médias de ensino militar que não se encontram diretamente vinculadas ao programa da Logística de Produção, plantam árvores de fruta, particularmente laranjeiras, mangueiras e limoeiros. Neste processo, a vanguarda é assumida pelo ISEDEF, que plantou consideráveis quantidades de laranjeiras, limoeiros e mangueiras, tendo já começado a colher os respetivos frutos em relação a estas últimas, onde, para além do consumo interno, o ISEDEF distribuiu mangas para os hospitais militares da cidade de Maputo.



Fig. 4: Mangueira plantada defronte do edifício do Comando/Reitoria do ISEDEF pelos oficiais, sargentos e praças desta instituição de ensino superior militar, no âmbito da Logística de Produção nas FADM

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância



Fig. 5: Mangueira e tangerineira, ao lado do edifício do Comando/Reitoria do ISEDEF, plantadas por oficiais, sargentos e praças no quadro da Logística de Produção nas FADM



Fig. 6: Mangueira plantada pelo ISEDEF no âmbito da Logística de Produção nas FADM

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância



Fig. 7: Prof. Doutor Esmeraldo de Azevedo, Consultor Internacional e Plenipotenciário do ISEDEF, regando mangueira após semeá-la, acompanhado pelo Vice-Comandante para a Área Administrativa (ao centro) e por demais membros da direção do ISEDEF



Fig. 8: Tenente Amélia Balate, Eng.^a Agrónoma do ISEDEF, instruindo praças sobre as técnicas de plantação de eucaliptos

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Fig. 8: Oficiais, Sargentos e Praças do ISEDEF, semeando feijão nhemba



Fig. 8: machamba (campo de cultivo) de feijão nhemba do ISEDEF

Além das árvores de fruta, os ramos, as Unidades de Subordinação Central e os estabelecimentos de ensino militar, plantam igualmente árvores de sombra, em especial pinheiros, eucaliptos, acácias e casuarinas que, não somente proporcionam sombra aos efetivos das respetivas unidades e estabelecimentos de ensino militar, como contribuem, fundamentalmente, para a proteção do meio ambiente. Nesta atividade, continua a destacar-se o ISEDEF, que plantou em volta do perímetro do seu CAMPUS universitário, significativas quantidades de eucaliptos, casuarinas e pinheiros.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Concluindo, a Logística de Produção, reintroduzida nas FADM pelo então Presidente da República, Armando Emílio Guebuza, simultaneamente veio a melhorar a dieta alimentar das tropas, embora não integralmente na qualidade e quantidade inicialmente prevista, por diversas ordens de razão, de entre as quais a insuficiência financeira para a aquisição de insumos agrícolas, instrumentos de produção que permitissem a mecanização geral desta atividade, carência de meios de transporte para o escoamento de produtos produzidos para os seus destinatários orgânicos – as FADM –, e venda de excedentes para os mercados locais, escassez de chuva ou o excesso desta nalgumas regiões do país; possibilitou às FADM aliar a defesa com a produção, produzindo, em parte, a sua própria comida, contrariando, deste modo, a opinião generalizada da sociedade civil, segundo a qual as Forças Armadas não produzem. Como se vê, as Forças Armadas Moçambicanas não produzem somente a segurança para o país inteiro (defesa militar), como produzem, elas mesmas, parte da sua própria comida.

Portanto, as FADM encarregaram-se, com o tempo, provar à sociedade civil que, na prática, produzem, em simultâneo, duas coisas – a defesa militar do país (segurança no sentido lato) e parte da sua própria comida. Mais, a Logística de Produção veio a aliviar o peso ao Governo moçambicano, na alocação do OGE às diferentes instituições públicas nacionais, ao reduzir parte significativa deste, que se destinaria à compra de alimentos no mercado nacional e internacional, destinados às FADM, agora produzidos, em parte, por elas próprias. Em poucas palavras, a Logística de Produção veio, para as FADM, servir de valioso instrumento didático de aliança entre a teoria e a prática, no processo do cumprimento da sua missão tradicional, constitucionalmente consagrada, de defesa militar do país contra qualquer eventual agressão armada externa de outros Estados e de origem interna, embora muito ainda falte para ter uma estrutura consolidada que satisfaça em pleno as necessidades logísticas, concretamente alimentares para as FADM.

27. Êxitos

De 1978-1990 as FAM/FPLM encontravam-se devidamente equipadas, o Exército com carros blindados, tanques (da arma de Cavalaria), artilharia pesada, terrestre e anti-aérea, de diferentes calibres e modernas daquela

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

época, com forte reforço das tropas de Reconhecimento, igualmente equipadas com viaturas blindadas, e de Informações Militares. A Força Aérea equipada com aviões Caça Bombardeiros MIG-17 e MIG-21, Helicópteros de combate MI-8 e MI-25, aviões de transporte do tipo ANTONOV, Brigadas de Foguetes Anti-Aéreos de médio e longo alcance, Batalhões Rádio-Técnicos, equipados com Radares. A Marinha de Guerra contava com barcos de guerra e de patrulhamento da costa marítima, o que todos estes ramos lhes permitia controlar eficaz e eficientemente as fronteiras estatais terrestres, os espaços aéreo e marítimo nacionais, detetando atempadamente os violadores desses espaços, tomando-se medidas pertinentes no preciso momento.

Paralelamente, a organização em todos os sentidos, a disciplina militar consciente, a observância rigorosa das normas e leis militares, o profissionalismo dos oficiais em todos os escalões, abrangendo sargentos e praças, qualidades estas alicerçadas pela alta formação técnico-militar e treinamento permanente dos mesmos, a correta organização e eficácia da Logística, que assegurava um abastecimento multilateral eficiente aos inicialmente cinco ramos das FAM/FPLM (Exército, Força Aérea, Marinha de Guerra, Tropas da Defesa Anti-Aérea e Tropas de Guarda-Fronteira), as instituições de ensino militar, as Unidades de Subordinação Central e equiparadas, eram características marcantes que moralizavam e prestigiavam as Forças Armadas Moçambicanas, cumprindo prontamente as missões que lhes eram incumbidas e com êxito.

A organização e realização da preparação e prontidão combativas dos ramos, facto que lhes permitiu cumprir a sua missão constitucionalmente consagrada, de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano contra as gressões armadas externas dos regimes da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), de Ian Smith, e do "apartheid", da África do Sul, de Pieter W. Botha e, finalmente, a guerra (de origem interna) entre a Frelimo e a RENAMO, que durou dezasseis anos até chegar-se a

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

assinatura do Acordo Geral de Paz, em Roma, Itália, a 4 de outubro de 1992, entre estas mesmas partes então beligerantes.

Dessa forma, antes da assinatura do AGP, foi possível garantir a segurança, reforçar a Polícia na manutenção da lei, tranquilidade e ordem públicas nas cidades, cujas cercanias se encontravam então afetadas pela guerra, evitando, desse modo, que a RENAMO penetrasse, missão que foi cumprida com profissionalismo, elevado moral combativo, espírito patriótico e amor ao povo moçambicano, pelos militares nela envolvidos.

Todos os factos acabados de narrar, trata-se de situações que o autor-investigador participou diretamente, dirigindo, na província de Sofala, no campo da batalha, então afeto na 5ª Brigada de Infantaria Motorizada (5.ª BRIM), outrora comandada pelo então Coronel Eduardo da Silva Nihia (atualmente Major-General Res), e via, na prática, a manifestação moral dos militares, desde oficiais, sargentos e praças que comandava, lutando em defesa da sua Pátria, do seu povo, com o sacrifício que fosse necessário, incluindo o da própria vida, que não poucas vezes acontecia, combatendo corajosa e heróicamente contra aqueles cidadãos moçambicanos instrumentalizados pelos então regimes racistas de Ian Smith, da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), e do "Apartheid", de Pieter W. Botha, da África do Sul.

28. Constrangimentos

Não obstante aos êxitos alcançados pelas FADM no período em análise em várias frentes atrás apontadas, constrangimentos foram, também, face da mesma moeda durante o cumprimento da sua missão, constitucionalmente consagrada, de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano contra as agressões armadas externas de outros Estados (da Rodésia do Sul e da África do Sul do "apartheid") e de origem interna (luta contra a RENAMO), que a seguir se mencionam:

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

- a) não canalização atempada de víveres, medicamentos, fardamento às tropas no campo da batalha, com destaque a partir de 1983, altura em que a guerra se propagou para o resto do país, até a assinatura do AGP, em 1992;
- b) não evacuação para um funeral condigno de alguns militares mortos em combate;
- c) não pagamento em tempo oportuno de salários aos militares no campo da batalha, sobretudo nos últimos anos da guerra;
- d) não reparação dos meios de combate avariados durante as operações mas com possibilidades de reparação, e não aquisição de peças sobressalentes para a sua reparação, para voltarem a ser usados no campo da batalha e mesmo no pós-guerra;
- e) abandono da técnica de combate avariada, tanto no campo da batalha como nos quartéis, mas com possibilidades de ser reparada;
- f) envio ao campo da batalha de recrutas não adequadamente treinados, resultando em baixas evitáveis, particularmente nos últimos anos da guerra;
- g) promoção de Sargentos para comandarem Pelotões ou oficiais, comandantes de Pelotão para comandarem Companhia, não raros os casos, para comandarem Batalhão, sem reciclagem prévia, resultando em erros de comando e direção das tropas, bem como na correta leitura das ações da RENAMO nos momentos críticos de evolução dos combates, levando a baixas, em princípio evitáveis;
- h) promoção e nomeação de oficiais para o exercício de cargos de comando, direção e chefia das tropas com base em critérios pouco claros, facto que desmotiva aos que possuem formação adequada, capacidade e competência reveladas para exercerem os mesmos cargos;
- i) permanência no mesmo posto ou patente por muito tempo sem promoção, mesmo o oficial reunindo requisitos de promoção, havendo, no entanto, novos oficiais com pouco tempo de serviço, e em certos casos com menos formação académico-militar, mas promovidos, facto

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

- que igualmente desmotiva os que reúnem os requisitos legais, capacidade, idoneidade e competência para comandar, ou dirigir, ou chefiar unidades ou serviços;
- j) insuficiência de condições logísticas, sobretudo de acomodação das tropas, o que leva a muitos miliares do Serviço Efetivo Normal (SEN) não permanecerem nas FADM (passagem ao Quadro Permanente) depois de cumprido o tempo legal de serviço militar (dois anos);
 - k) baixos salários, sobretudo ao nível de Sargentos e Praças;
 - l) insuficiência de base material de estudo para as aulas teóricas e práticas de treino operacional, quer para as unidades operacionais, quer para as instituições de ensino militar;
 - m) falta de meios de transporte para o carregamento de víveres, equipamentos, doentes para os hospitais, para as aulas práticas no terreno e transporte coletivo para a recolha de oficiais e pessoal do corpo técnico-administrativo civil;
 - n) insuficiência de alocação de verbas para a construção ou reabilitação capital de infraestruturas para o funcionamento de unidades, instituições de ensino militar e serviços, sobretudo as recém-criadas;
 - o) bombardeamento de casas de habitação das populações pela nossa Força Aérea, confundidas com bases da RENAMO, por possuírem configuração semelhante e se localizarem próximo destas bases. O mesmo tendo acontecido com a Artilharia reativa pesada BM-21, devido a falhas na recolha de informações das unidades de Reconhecimento.

Este conjunto de constrangimentos exigem do Governo Moçambicano, a curto, médio e longo prazos, uma solução imperiosa e inadiável com vista, por um lado, a assegurar a independência, a soberania e a integridade territorial do Estado Moçambicano contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna e, por outro, fazer face à multiplicidade de riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados e, no caso em abordagem, do

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Estado Moçambicano, que se propagam incessantemente e suficientemente mencionados nos capítulos que compõem esta Tese.

29. Desafios**29.1. Necessidade de reequipamento das FADM, formação e saber fazer**

O Governo Moçambicano nos últimos anos tendo orientado as suas atenções para a formação de oficiais a todos os escalões, tanto dentro do país como no estrangeiro, formando-os simultaneamente nas áreas puramente militares e nas áreas puramente académicas, para os graus de Doutores e de Mestres, esta última formação direcionada para o corpo docente das instituições superiores de ensino militar, colocam-se-lhe, agora, porém, à sua frente, enormes desafios, no que tange ao reequipamento das suas Forças Armadas, com vista a fazer face à multiplicidade de riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados, que hoje inquietam a estes a nível internacional, aposta contudo reconhecidamente tratar-se dum verdadeiro *calcanhar de aquiles*, em face da escassez de recursos económico-financeiros e da diversidade das necessidades sociais essenciais a satisfazer ao mesmo tempo, situação que se agravou a partir da eclosão da crise económica e financeira internacional a partir de 2008, sem solução à vista até aos nossos dias (2017).

Porém, não obstante reconhecer-se tal dilema da escassez de recursos económico-financeiros e da diversidade das necessidades sociais essenciais a satisfazer em simultâneo, a defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna, afigura-se no inadiável e primordial dever do Estado, no sentido de virar os seus esforços principais, reequipando as FADM, tendo em especial atenção a incessante propagação de riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados de que atrás se fez menção, e da necessidade de defesa dos vastos recursos

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

naturais estratégicos e energéticos descobertos nos últimos anos, nomeadamente o gás natural, Moçambique ocupando o 4.º lugar no mundo e 2.º em África, o petróleo e o carvão mineral.

No rol dos esforços principais do Estado Moçambicano para as FADM, devem constar ainda:

- a construção de infraestruturas destinadas ao aquartelamento das tropas com o respetivo apetrechamento, às unidades e instituições de ensino superior e médio recentemente criadas, observando-se as exigências do Regulamento de Criação e Funcionamento de Instituições de Ensino Superior em vigor em Moçambique;
- a introdução de melhorias salariais e logísticas suscetíveis de compensar a condição militar;
- a revisão do sistema de promoções, visando assegurar a representatividade nacional, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Oceano Índico, a formação técnico-profissional e académica, competência, idoneidade e antiguidade dos militares;
- a construção de casas de habitação a título individual para oficiais gerais, superiores e subalternos, pagáveis por um período de vinte e cinco anos, findo o qual e completado o pagamento devido, a casa passa para propriedade do oficial beneficiário;
- atribuição de viaturas de serviço e de afetação pessoal aos oficiais superiores, sendo por alienação para este último caso.

29.2. Necessidade de modernização das FADM

Conforme atrás se fez referência, num passado recente, Moçambique equipara as suas Forças Armadas com modernos meios de combate, chegando a ser a terceira potência militar da África Austral, atrás da África do Sul e de Angola.

Todavia, o emprego continuado desses meios de combate durante a prolongada guerra dos 16 anos entre a Frelimo e a RENAMO, sem no entanto

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

se observarem, em rigor, os períodos estabelecidos de manutenção técnica periódica, bem como a reposição oportuna de peças sobressalentes que se foram desgastando, conduziu à perda progressiva da capacidade de combate dos referidos meios e, por consequência, das próprias Forças Armadas.

Os poucos meios que se mantêm operacionais até ao momento, com o decurso do tempo e o nível competitivo de modernização da tecnologia militar nos dias que correm a nível internacional, estão hoje desajustados a esta nova realidade, o que coloca, à partida, as FADM na desvantagem de fazer face com sucesso aos desafios às múltiplas ameaças transnacionais que pairam sobre a segurança dos Estados, provocados maioritariamente por atores não estatais que passaram, em igualdade de circunstâncias com os atores estatais, a intervir nas relações internacionais, reduzindo o poder destes últimos.

Resultante da obsolência dos seus meios de combate, por exemplo, as FADM atualmente participam nas Operações de Manutenção de Paz e Humanitárias ou nos exercícios militares anuais conjuntos, quer no âmbito da Defesa e Segurança da SADC, quer no âmbito da CPLP, sem meios mínimos de que já foram outrora detentoras, num passado recente. A sua participação no conjunto das Brigadas da União Africana, ou duma das Brigadas regionais, resume-se, basicamente, em contingentes treinados, sem no entanto, os correspondentes meios necessários de combate para a sua participação nessas organizações continentais e regionais de Defesa e Segurança.

Porém, é indispensável que as FADM, não sendo certamente detentoras de igual equipamento das Forças Armadas de outros Estados-membros da SADC ou da CPLP, tenham o mínimo com que se apresentarem nessas organizações. Não se trata de exigir equipamento ou tecnologias de ponta, mas, simplesmente, trata-se de equipamento ou tecnologia que, sendo modestos, pelo menos, cause surpresa aos demais Estados-membros pela nossa capacidade profissional dos nossos militares da forma como dominamos o seu manejo, pois trata-se do nome, do prestígio do Estado Moçambicano que se

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

põe em causa, pois as FADM nessas organizações representam o Estado Moçambicano.

A esse propósito, segundo o General Pinto Ramalho, Diretor da Revista Militar das Forças Armadas Portuguesas, em entrevista a ele feita pelo autor-investigador, que vem detalhada em anexo à presente Tese “a outra coisa é que não depende só de equipamento, é o know-how, nós temos que saber como é que se joga. A formação tem que se fazer. E mais, também há algum equipamento, o fardamento, quer dizer isto tudo, eu não posso apresentar-me descalço. Portanto, as pessoas têm que perceber que quando se entra para determinadas organizações, pretende-se entrar para as organizações para se ter prestígio político e liberdade de ação política. Ora bem, e o instrumento normalmente necessário para isso são as Forças Armadas. E as Forças Armadas têm que ter o mínimo, têm que ser concentradas com as responsabilidades, com as expectativas e com as intenções e as missões, o nível da missão estratégica desse país. E portanto é o cerne da resposta. E não pode querer ser um país com a ambição e influência regional e depois (não ter meios), quer dizer que está só no papel. E geralmente o discurso diplomático não é credibilizado pela vertente económica, pela vertente política e pela vertente militar, só são palavras”.

29.3. Aposta na formação e atribuição de equipamento condigno

Concentrar esforço principal na formação é criar condições indispensáveis para a vitória em qualquer frente, é uma aposta absolutamente prioritária. Liga-se, indissociavelmente ao saber fazer, que é prioritário.

Paralelamente, torna-se necessário que o Governo dê às suas Forças Armadas os instrumentos necessários que lhes permitam cumprir as missões atribuídas com êxito – os meios técnico combativos e eficiente logística multilateral. Porque colocar os instrumentos mais sensíveis da soberania, que são as Forças Armadas, ou para uma operação em defesa de interesse nacional

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

ou de outra natureza, sem mínimas condições que garantam a sua proteção, a sua capacidade de sobrevivência, equivale a comprometer o seu êxito.

Como é óvio, quando se empregam as Forças Armadas em quaisquer missões, o objetivo primordial é ganhar, e não para perder. Não se vai ao campo da batalha para perder a guerra, senão para ganhá-la. Para isso, ter sempre presente a formação e a preparação dos nossos oficiais e sargentos em todos os escalões das FADM, termos o armamento, o equipamento que as tropas precisam, é, à partida, garantir o seu sucesso.

Assim, é extremamente importante que o Governo atribua tais capacidades às FADM. Porque elas cumprem missões para qualquer lugar que forem indicadas e em quaisquer circunstâncias (de dia, de noite, chovendo ou não, fazendo frio ou calor excessivo ou não). Como se pode ver, o poder político não tem outra instituição a quem possa atribuir missões em situações limites idênticas como estas, por exemplo, por tempo indeterminado, senão as FADM.

Portanto, as FADM cumprem as suas missões muitas vezes em situações limites, isto é, seja para a guerra, seja para catástrofes naturais designadamente cheias, inundações, ciclones, seja para o incêndio, elas estão presentes em todas estas circunstâncias e para o tempo que for determinado superiormente.

Em síntese, nenhum governo, nenhum poder político tem outra instituição a quem possa atribuir missões em situações limites atrás feitas menção, senão as suas Forças Armadas. São missões que, casos não raros, os militares podem perder a vida. Para mitigar estas situações é imprescindível que o Governo crie condições para que os militares sobrevivam, resistam e tenham êxitos nas missões para onde o poder político os determina.

30. Entrevistas

No quadro da questão atrás levantada, relativa às formas e métodos usados de fazer a guerra pela RENAMO durante os 16 anos que este conflito

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

armado durou, envolvendo este movimento rebelde contra o Governo dirigido pela Frelimo em Moçambique, com vista a confirmar a veracidade das formas hediondas com que este conflito foi conduzido, designadamente massacres, torturas, corte de nariz, orelhas, seios de mulheres, abertura à faca de barrigas de mulheres grávidas para delas retirar o feto, abandoná-lo no chão, deixando a mãe e o feto ambos sem vida, para depois levar aquela para a deitar na berma da estrada, onde a RENAMO deitava outros corpos sem vida, de pessoas que matava durante os combates, todas estas populações civis indefesas que não faziam parte do conflito armado, o autor-investigador entrevistou o Brigadeiro-PILAV, Celestino Anjas, Adido de Defesa junto da Embaixada de Moçambique em Portugal, e antigo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea de Moçambique, dois Coronéis, então bolseiros do Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF), Doutorandos (atualmente ambos Doutores) na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, nomeadamente, Gonçalves Muiambo, antigo Chefe da Área de Ensino de Operação do ISEDEF, antes Chefe da Repartição de Operações do Ramo de Exército, tendo comandado Brigada no teatro operacional na guerra dos 16 anos entre a Frelimo e a RENAMO; Virgílio Mairosse Mucopela, antigo Chefe do Gabinete de Planeamento e Programação (GPP) do ISEDEF, antes Chefe de Comunicações do Comando Militar Provincial de Tete, que igualmente participou nos combates durante o conflito armado em referência.

Dada a relevância das referidas entrevistas, por constituírem o testemunho vivo das barbaridades cometidas pela RENAMO durante a guerra dos 16 anos contra o Governo instituído da Frelimo, atrás suficientemente descritas, as mesmas encontram-se reproduzidas integralmente nos anexos 1, 2 e 3 referindo-se, respetivamente, aos Coronéis Gonçalves Muiambo e Virgílio Mairosse Mucopela, ambos ex-bolseiros do ISEDEF na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, hoje Doutores, e ao Brigadeiro Celestino Anjas, Adido de Defesa junto da Embaixada de Moçambique em Portugal, todos estes

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

que comandaram a guerra no teatro operacional em diferentes províncias de Moçambique.

Estas e as outras entrevistas que se seguem, os seus entrevistados não foram ordenados segundo a ordem hierárquica dos seus postos, o que seria desejável, mas sim, de acordo com as datas em que os mesmos foram entrevistados.

Nesta linha de pensamento, o segundo grupo de entrevistas diz respeito a oficiais de altas patentes das Forças Armadas Portuguesas, desta vez, inserido no quadro dum estudo comparado sobre a Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Portuguesas, e a importância de que se reveste a dita consagração para o Estado e para as próprias Forças Armadas.

O objetivo destas entrevistas aos oficiais gerais das Forças Armadas Portuguesas, por um lado consiste em colher alguns subsídios que contribuam para o enriquecimento da Constituição moçambicana, com as necessárias adaptações à realidade jurídica-constitucional, política e sócio-cultural de Moçambique, e, por outro, visa colher experiências de carácter organizacional, especificamente no domínio da hierarquização da missão das Forças Armadas na Constituição e seus efeitos práticos, baseadas no previsto no n.º 1 do artigo 275.º da Constituição da República Portuguesa, atinentes à definição da missão das Forças Armadas Portuguesas.

No caso específico da previsão do n.º 1 do artigo 275.º da Constituição da República Portuguesa, o mesmo estabelece expressa e taxativamente que:

“1. Às Forças Armadas incumbe a defesa militar da República”.

É em torno deste dispositivo constitucional que se orientaram as entrevistas feitas pelo autor a três oficiais gerais portugueses, nomeadamente o General (Res) José Armando Vizela Cardoso, antigo Diretor do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea Portuguesa, entrevista realizada no dia 08 de janeiro de 2015, o qual falou na generalidade da missão das Forças Armadas Portuguesas, nos

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

termos dos sete pontos fixados na Constituição da República Portuguesa, e, de forma particularizada, das missões dos três ramos das Forças Armadas, nomeadamente da Armada (Marinha de Guerra), do Exército e da Força Aérea.

Ainda no dia 08 de janeiro de 2015, o autor entrevistou o General de Quatro Estrelas (Res), Luís Vasco Valença Pinto, antigo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Portuguesas, em linhas introdutórias, referiu “Que nos termos da atual Lei Orgânica de Base de Organização das Forças Armadas Portuguesas (LOBOFA), de julho de 2014, compete ao Estado-Maior General das Forças Armadas planejar, dirigir e controlar o emprego das FA no cumprimento das missões e tarefas operacionais que lhes incumbem, bem assim garantir as condições para o funcionamento do ensino superior militar e da saúde militar”.

Finalmente, no dia 21 de janeiro de 2015, o autor entrevistou o General de Quatro Estrelas (Res), Luís Pinto Ramalho, antigo Chefe do Estado-Maior (Comandante) do Exército Português, no seu gabinete de trabalho, *Revista Militar*, da qual é chefe, em Lisboa, que, contrariamente aos dois anteriores gerais entrevistados, este, a pedido do autor, debruçou-se sobre êxitos, constrangimentos e desafios durante o cumprimento da missão das FA, pedido que aceitou.

Todas as três entrevistas atrás reportadas, encontram-se, respetivamente, nos anexos 4, Tenente-General (Res) José Armando Vizela Cardoso, 5, General (Res) Luís Vasco Valença Pinto e 6, General (Res) José Luís Pinto Ramalho.

31. Considerações finais

Analisando as sucessivas guerras que têm dilacerado Moçambique desde a proclamação da sua independência nacional a 25 de junho de 1975, a começar pelas guerras de agressão perpetradas primeiro pelo regime da Rodésia do Sul, de Ian Smith, depois continuadas pelo regime segregacionista do “apartheid”, da África do Sul, de Pieter W. Botha, culminando com a guerra de desestabilização levada a cabo pela RENAMO, iniciada em simultâneo com as

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

duas guerras de agressão destes regimes, sob o apoio destes, guerra esta que teria o seu fim com a assinatura do AGP entre a Frelimo e este movimento rebelde, em Roma, a 4 de outubro de 1992, vindo a ser retomada pela Renamo, depois do anúncio dos resultados das eleições gerais de 2014, que deram vitória à Frelimo e ao seu candidato, Filipe Jacinto Nyusi, em virtude de não concordar com estes resultados.

Relativamente a esta questão, admitindo que nas atuais negociações entre o Governo moçambicano, dirigido pela Frelimo, e a Renamo, sob a mediação de personalidades nacionais, designadas pelas duas partes, e de personalidades internacionais, de consenso entre as duas partes beligerantes – a Frelimo e a Renamo –, se venha a alcançar um acordo que conduza ao fim da guerra em Moçambique, implicando, como é óvio, a satisfação dos interesses da Renamo, que constituiu o móbil da retomada da guerra – a governação de seis províncias que reivindica ter ganho as eleições, nomeadamente Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica e Sofala –, duas questões cruciais de saber, se colocam:

31.1. Se do conflito armado que reclodiou em 2015, entre a Frelimo e a Renamo, resultar em acordo de paz, haverá mais guerra em Moçambique?

32. E quanto às guerras que se assistem nos últimos anos, conduzidas por alguns Estados contra outros, com o objetivo de pilhar os recursos naturais energéticos dos Estados invadidos e ocupados, assistir-se-á o seu fim?

Tanto na primeira como na segunda questão, considere-se que quer em Moçambique, quer noutras regiões do mundo, mesmo que os povos do mundo inteiro se unam contra as guerras de invasão e ocupação de outros Estados, sobretudo contra os Estados detentores de recursos naturais energéticos, guerras estas resurgidas com destaque a partir do fim da Guerra Fria, que pôs fim a bipolarização do mundo entre as outrora duas superpotências mundiais –

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

os EUA e a URSS –, podem vir a cessar durante certo intervalo de tempo mas, numas e noutras épocas elas voltarão a eclodir, por duas razões de ordem:

1. as guerras não constituem um fenómeno novo, pois na época a.C., já havia guerras que se prolongaram e, desde então, se sofisticam continuamente até a nossa época;
2. o homem é, por sua natureza, um ser social egoísta, ambicioso, insatisfeito, que cobiça bens alheios e, enquanto tiver os poderes económico, militar e, em última instância, político, e estiver carente de determinados recursos, sobretudo naturais, capazes de aumentar a sua superioridade económico-militar comparativamente aos outros, sempre provocará guerras para conquistar esses recursos naturais pertencentes a outros Estados, e, em última análise, conquistar estes mesmos Estados, para fazerem parte do seu território, ou sob sua influência económica e político-militar.

Todavia, não é de excluir a hipótese de que, a força popular de um país ou grupo de países, mobilizada e determinada, sob uma liderança forte, persistente e visionária, pode, em determinado momento, abortar uma intenção de fazer ou de preparar uma guerra, mesmo planificada por uma superpotência mundial.

A esse propósito, Joseph Nye (2012, p. 119), observa que “Mesmo com o modelo de dois passos, muitas vezes a opinião pública afeta as elites criando um ambiente favorável ou desfavorável para iniciativas políticas específicas. Por exemplo, no que diz respeito ao Iraque em 2003, os agentes turcos foram constrangidos pela opinião pública e parlamentar, e não puderam permitir que a IV Divisão de Infantaria americana atravessasse o país. A falta de poder suave da administração Bush foi prejudicada para o seu poder duro”. Prossequindo, Nye acrescenta que “De igual forma, o presidente mexicano Vicente Fox pretendia agradar a George W. Bush apoiando uma segunda resolução das Nações Unidas que autorizasse a invasão, mas viu-se

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

constrangido pela opinião pública. Quando ser pró-americano é um beijo de morte político, a opinião pública tem um efeito sobre a política que não é apreendido pela proposição simples dos céticos”. Este autor conclui salientando que “Até mesmo a Grã-Bretanha, um aliado próximo, quando reagiu aos padrões de inteligência da administração Bush, decidiu que «continuamos a ter de trabalhar com eles, mas fazemos as coisas de uma maneira diferente»”.

Em relação ao argumento atrás lançado no número um, do penúltimo parágrafo, segundo o qual as guerras não constituem um fenómeno novo, na época a.C., já havia guerras, na nota introdutória da obra de Sun Tzun (2012, pp.21-22), *A Arte da Guerra*, pode-se ler o seguinte: *Sun Tzu Wu (Sun Tzu) era originário do Estado de Ch’i. A sua Arte da Guerra chamou a atenção de Ho Lu, Rei de Wu (que reinou de 514 a 496 a.C.), relativamente à sua pessoa. Ho Lu disse-lhe: «Li com atenção os treze capítulos do teu livro. Posso submeter a tua teoria sobre como gerir soldados a um pequeno teste?» Sun Tzu replicou: «Com certeza.» Ho Lu perguntou «o teste pode ser aplicado a mulheres?» A resposta foi de novo afirmativa, pelo que foram trazidas até ao palácio 180 mulheres⁵⁹.*

Do que se seguiu após as 180 mulheres se apresentarem no palácio real, dada a extrema importância tático-militar do episódio, no lugar de resumí-lo, pena valerá transcrevê-lo na íntegra, nas linhas que se seguem:

“Tsun Tzu dividiu-as em duas companhias e colocou à frente de cada uma delas uma das concubinas favoritas do rei. Pediu-lhes então que desembainhassem as espadas e dirigiu-se a elas nestes termos: «Parto do princípio de que vocês sabem distinguir a frente da retaguarda, a mão direita da esquerda.» As raparigas retorquiram que sim. Sun Tzu continuou: «Quando disser ‘olhar em frente’, devem olhar em frente. Quando disser ‘à esquerda volver’, devem rodar para a esquerda. Quando disser ‘à direita volver’, devem rodar para a direita. Quando disser ‘meia volta volver’, devem rodar meia volta

⁵⁹ Sun Tzu, *A Arte de Fazer a Guerra*, 1.ª Edição-5.ª Impressão, EDIÇÕES SÍLABO, Lisboa, 2012, p.21

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

à retaguarda. As raparigas voltaram a acenar afirmativamente. Após ter explicado as ordens de comando, procedeu à distribuição das alabardas e dos machados de batalha para dar início ao exercício. Depois, ao som dos tambores, deu a ordem de 'à direita volver'. Mas as raparigas limitaram-se a desatar às gargalhadas. Sun Tzu comentou: «Se as vozes de comando não forem claras e precisas, se as ordens não forem cabalmente percebidas, o culpado é sempre o general»."

"Reiniciou o exercício, dando desta vez a ordem de 'à esquerda volver', tendo as raparigas desatado de novo a rir. Sun Tzu disse: «Se as vozes de comando não forem claras e precisas, se as ordens não forem cabalmente percebidas, o culpado é sempre o general. Mas se as suas ordens forem claras e, apesar disso, os soldados não obedecerem, então a culpa é dos seus oficiais.»"

"Dito isto, ordenou que as chefes das duas companhias fossem decapitadas. O rei Wu encontrava-se a observar o que se estava a passar do alto de um palanque mais elevado. Ao aperceber-se de que as suas concubinas favoritas estavam prestes a ser executadas, ficou alarmado e enviou apressadamente a seguinte mensagem a Tsun Tzu: «Estamos bastante satisfeitos com a habilidade do nosso general para comandar as tropas. Se formos privados destas duas concubinas, tudo o que comermos e bebermos perderá o sabor. Por isso, é nosso desejo que não sejam decapitadas.» SunTzu replicou: «Tendo sido nomeado, por Vossa Majestade, general das vossas tropas, e agindo estritamente nessa qualidade, existem certas ordens de Vossa Majestade às quais não posso obedecer.» Assim, mandou decapitar as comandantes das companhias e nomeou para o seu lugar as duas mulheres que estavam imediatamente a seguir às que tinham sido decapitadas."

"Feito isto, o tambor soou para dar de novo início ao exercício. As raparigas executaram-no integralmente, rodando à direita e à esquerda, marchando em

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

frente ou dando meia volta, ajoelhando-se ou ficando de pé, com uma precisão perfeita, sem se atreverem a emitir o mínimo som.”

“Sun Tzu enviou então um mensageiro ao rei, para lhe comunicar: «Senhor, os vossos soldados encontram-se devidamente treinados e disciplinados, e estão prontos para serem inspecionados por Vossa Majestade. Poderão cumprir qualquer tarefa que Vossa Senhoria desejar. Se lhes ordenardes que avancem através do fogo ou da água, não hesitarão em cumprir as vossas ordens. Mas o Rei respondeu: «O nosso general deve parar com o exercício e regressar ao acampamento. No que nos diz respeito, não desejamos descer e inspecionar as tropas.» Face a isto, Sun Tzu afirmou «O Rei gosta muito de palavras mas não consegue traduzi-las em actos.»”

“Depois disto, Ho Lu constatou que Sun Tzu era capaz de dirigir um exército e nomeou-o general. No Oeste, derrotou o Estado Ch’u e avançou até Ying, a capital. No Norte, aterrorizou os Estados de Ch’i e Chin e a sua fama aumentou entre os príncipes feudais. E Sun Tzu partilhou o poder do Rei”⁶⁰ (Sun Tzu; 2012, pp.21-23), in *A Arte da Guerra*.

Como se pode ver, pelo que atrás foi transcrito, Sun Tzu não somente foi grande estratégia militar, como também um grande general comandante de Exércitos, dirigindo grandes batalhas, atacando e conquistando outros Estados, guerras estas ocorridas a.C., isto é, a.n.e. Isto nos leva a concluir, indubitavelmente, que as guerras de conquista não são um fenómeno novo, tudo traduzido na ambição do homem, de conquistar e manter como suas, coisas alheias, e, no caso em análise, Estados alheios, com os seus recursos naturais estratégicos, particularmente energéticos.

Analisando esta natureza ambiciosa do ser humano, que se encontra patente em todas as épocas da história da humanidade, na época contemporânea está registada na memória da humanidade, a desmedida e

⁶⁰ Sun Tzu, *A Arte de Fazer a Guerra*, 1.ª Edição-5.ª Impressão, EDIÇÕES SÍLABO, Lisboa, 2012, pp.21-23

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

cruel ambição de Adolfo Hítler, com as suas sangrentas guerras tendentes a ocupar a Polónia e, finalmente, a Rússia, durante a Segunda Guerra Mundial, visando expandir as fronteiras estatais da Alemanha nazi, sem no entanto, alcançar este seu almejado objetivo final.

Ainda nesta linha da natureza ambiciosa do ser humano, de cobiçar coisas alheias, e no caso concreto, de cobiçar recursos naturais energéticos de outros Estados, especificamente pertencentes aos Estados do Terceiro Mundo, reportem-se exemplos mais recentes das invasões e ocupações do Iraque, à caça de petróleo pelos EUA, em 2003, cujo argumento até hoje ainda não provado, era a posse de armas de destruição maciça pelo regime do Presidente iraquiano, Saddam Hussein, ato que se seguiu à invasão e ocupação do Afeganistão, igualmente pelos EUA, com a alegação de estar a perseguir o líder da rede terrorista da Al-Qaeda, Ossama Bin Laden, autor dos atentados do 11 de setembro de 2001, em New York, que, no entanto, viria a ser encontrado e morto pelas tropas americanas de elite no Paquistão.

Outro exemplo, também recente, da época contemporânea, com natureza ambiciosa idêntica à descrita nos parágrafos anteriores, aponte-se o ataque das forças ocidentais, dirigidas pela França, contra a Líbia, que culminou com a matança do líder líbio, Coronel Muammar Kaddafi, em combate, defendendo heroicamente o seu país. Todas essas guerras são organizadas ou para ocupar Estados alheios, com o objetivo de anexá-los, ou para ocupá-los a fim de explorar os seus recursos energéticos, deixando os seus povos privados de liberdade, progresso e bem-estar económico e social, cultural, técnico, científico e tecnológico e, em contrapartida, os países invasores a enriquecerem-se, sem causa, cada vez mais.

Contudo, mesmo ciente da já referenciada natural ambição e insatisfação do ser humano, de querer apoderar-se de coisas ou de Estados alheios, através de guerras, estas são suscetíveis de serem travadas, conforme atrás se demonstrou, mesmo que por um lapso de tempo, eventualmente prolongado,

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

como foi durante o período da Guerra Fria, que se seguiu depois da 2.^a Guerra mundial, dominado então pelas duas superpotências mundiais – os EUA, encabeçando o sistema capitalista, e a URSS, à cabeça do sistema socialista –, então em expansão à escala mundial –, situação que se aliava à solidariedade e união entre os Estados e povos de cada um destes dois sistemas outrora radicalmente opostos.

Nas atuais condições, as guerras expansionistas, particularmente de caça aos recursos energéticos dos Países em Vias de Desenvolvimento é possível travá-las, se ocorrer uma de duas situações ou as duas simultaneamente:

1. o resurgimento ou surgimento de uma superpotência mundial que crie uma correlação de forças no plano internacional com os EUA, que pode regressar a Rússia ou o aparecimento da China, ou a união destes dois países, o que é pouco provável;
2. a união de todos os povos amantes da paz a nível mundial, que se afirmem decididos a unir os seus esforços na luta contra tais guerras, pondo em unísono a sua força em todos os fora internacionais, a começar pelas Nações Unidas, continuando por todas as organizações internacionais relevantes, vindo a desembocar nas organizações intergovernamentais, governamentais e não governamentais, os governos de todo o mundo, todas encabeçadas por grandes líderes firmes visionários, corajosos e determinados por esta nobre causa.

Em relação a este último caso, apontado no n.º 2 do parágrafo anterior, pode socorrer-se como exemplo a seguir, aquele que atrás Joseph Nye se referiu, salientando que "...muitas vezes a opinião pública afeta as elites criando um ambiente favorável ou desfavorável para iniciativas políticas específicas. Por exemplo, no que diz respeito ao Iraque em 2003, os agentes turcos foram constrangidos pela opinião pública e parlamentar, e não puderam permitir que

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

a IV Divisão de Infantaria americana atravessasse o país. A falta de poder suave da administração Bush foi prejudicial para o seu poder duro”.⁶¹

Outra forma de travar as guerras ou, pelo menos, de as mitigar, no ponto de vista do autor-investigador, pode ser, se simultaneamente:

1. os governos a nível mundial, no interior das suas fronteiras estatais, assegurarem a justiça social para todos os seus cidadãos sem exclusão social de qualquer natureza, traduzida na partilha equitativa dos poderes político, económico e militar, partilha equitativa da riqueza nacional entre os seus cidadãos, diálogo político e religioso construtivo permanente, caracterizado pela tolerância, compreensão, perdão recíprocos entre o Governo, os partidos políticos e a sociedade civil em geral, quando surgem problemas prementes de interesse nacional, de solução imperiosa e inadiável.
2. nas relações internacionais entre Estados, criarem-se francas relações de cooperação mutuamente vantajosas entre os países ricos e pobres, grandes e pequenos, em substituição das atuais relações internacionais, caracterizadas por imposição de interesses (económicos, políticos e militares), de prepotência, de ameaça dos mais fortes aos mais fracos (que culminam, via de regra, por guerras de agressão contra os mais fracos), substituindo-se, igualmente, os discursos que incitam ódios, violência, por discursos que apelam a amizade, a cooperação reciprocamente vantajosa, criando-se igualdade nas trocas comerciais ao nível do Comércio Internacional, eliminando-se o protecionismo, e incrementando-se a solidariedade entre os Estados e povos do mundo inteiro, onde reine a compreensão, a tolerância política, religiosa e racial, o perdão, o diálogo construtivo permanente na resolução de litígios que oponham os Estados, ricos e pobres, grandes e pequenos.

Só assim, as guerras serão mitigadas, quer entre Estados, quer no interior das fronteiras estatais destes.

⁶¹ Joseph S. Nye, Jr., *O Futuro do Poder*, 1.ª Edição, TEMAS E DEBATES, Cículo Leitores, Maia, 2012, p.119

33. Que fazer em face da exclusão social ou étnica e regional praticada pelo sul contra o norte e o centro de Moçambique, que obstrui a unidade nacional e a coesão das Forças Armadas?

Da exclusão social ou étnica e regional praticada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) contra os combatentes do norte e do centro de Moçambique, reportada nos capítulos precedentes, ao considerar alguns como “traidores e reacionários”, e consequentemente fuzilados, nomeadamente Uria Simango, Joana Simeão, Lázaro Kavandame, Mateus Guengere e Miguel Murupa, com a exceção deste último, que conseguiu desertar para o estrangeiro, exclusão esta iniciada desde a luta armada de libertação nacional, prosseguindo no pós-independência aos nossos dias, sem no entanto apresentar sinais da sua eliminação, e que obstrui a unidade nacional e, por consequência, a coesão das Forças Armadas, pondo em causa a sua missão constitucionalmente consagrada, de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano contra agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna, que fazer?

33.1. Em relação aos combatentes do norte e do centro de Moçambique, que foram considerados “traidores e reacionários”, e fuzilados, como Uria Simango, Joana Simeão, Lázaro Kavandame, Mateus Guengere: a seguir se descrevem os ideais políticos que os mesmos defendiam:

33.1.1. Uria Simango, então Vice-Presidente da FRELIMO, e Lázaro Kavandame, defendiam a propriedade privada sobre os meios fundamentais de produção e iniciativa dos agentes económicos privados, ou seja, uma economia de mercado para o pós-independência. Este ideal que levou ao fuzilamento destes combatentes viria, porém, a ser seguido pela Frelimo, com a introdução da Constituição da República de 1990, que abandonou a avia socialista inicialmente optada, e introduziu a

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

democracia multipartidária, volvidos 15 anos após a proclamação da independência nacional.

- 33.1.2. Joana Simeão, defendia a formação duma sociedade democrática no pós-independência em Moçambique, onde moçambicanos negros, mestiços, brancos e asiáticos, filiados em diferentes partidos políticos, pudessem concorrer em eleições gerais, visando participar na alternância da governação do país. Este ideal político que conduziu ao fuzilamento de Joana Simeão, foi no entanto implementado pela Frelimo a partir da Constituição de 1990, através das eleições gerais de 1994, em que concorreram os partidos políticos Frelimo, Renamo e outros, vencendo aquele primeiro, abrindo-se, desde então, a democracia multipartidária aos nossos dias, com a realização de eleições gerais democráticas multipartidárias periódicas (de 5 em 5 anos).

Para sarar as feridas e os sentimentos de ódio criados pelos moçambicanos, em particular pelas respetivas famílias dos combatentes abrangidos a partir daqueles fuzilamentos, no ponto de vista do autor-investigador, devia-se formar uma Comissão da Verdade e Reconciliação, semelhante à criada na África do Sul, com o objetivo de conceder perdão àqueles que cometeram crimes durante a vigência do regime segregacionista do "apartheid" e, na nossa realidade, um perdão a ser apresentado pela Frelimo às famílias dos combatentes fuzilados ou mortos por outras causas, ou vivos, que foram considerados "traidores e reacionários". Caso esta ideia se considerar inoportuna ou extemporânea, outra solução reconciliadora, seria a indemnização das famílias dos combatentes fuzilados.

Só desse modo, o povo moçambicano, do Rovuma ao Maputo, do Zumbo ao Oceano Índico, se sentirá verdadeiramente reconciliado e, com isso, se restabelecerá a

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

confiança, a verdadeira unidade nacional que, por sua vez, influenciará positivamente a coesão no seio das FADM, estendendo-se ao cumprimento com êxito da sua missão constitucionalmente consagrada, de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano contra eventuais agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna.

33.1.3. Quanto à exclusão social ou étnica e regional na partilha dos poderes político e económico e na distribuição equitativa da riqueza nacional

Tomando em consideração que os projetos de desenvolvimento económico e social de Moçambique desde a morte em outubro de 1986, do presidente e Marechal da República, Samora Moisés Machel, se concentram maioritariamente na região sul em detrimento das regiões norte e centro, e que não se vislumbram sinais de mudanças tendentes a corrigir este cenário, facto que afeta direta e negativamente a manutenção e preservação da unidade nacional e o cumprimento com êxito da missão das FADM, constitucionalmente consagrada, de defesa militar da independência, soberania e integridade territorial do Estado Moçambicano contra agressões armadas externas de outros Estados e de origem interna, é imperioso e inadiável que Moçambique seja transformado em federação de Estados, estes constituídos pelas atuais províncias, passando cada uma delas a formar um Estado e, o país, passar a chamar-se República Federal de Moçambique.

A materialização da referida mudança seria antecedida por um prévio estudo dos modelos de Estados Federados considerados consistentes, como o da Alemanha, do Brasil e, no

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

caso africano, da Nigéria, extraindo-se neles os aspetos positivos que se ajustem à realidade sócio-cultural de Moçambique, formando-se, então, um modelo misto.

Conclusões

“A conclusão de um trabalho é uma das partes que os leitores costumam ler em primeiro lugar. Graças a essa leitura de algumas páginas de conclusão, o leitor poderá, com efeito, ficar com uma ideia do interesse que a investigação tem para si, sem ter de ler o conjunto do relatório. A partir deste rápido diagnóstico decidirá ler ou não o relatório inteiro ou, eventualmente, algumas das suas partes. Convém, portanto, redigir a conclusão com muito cuidado e fazer aparecer nela as informações úteis aos potenciais leitores” (R. Quivy e L. V. Campenhoudt; 2003, p. 243).

Tomando em consideração ao que atrás ficou citado, e tendo em atenção as questões profundamente debatidas ao longo do desenvolvimento dos capítulos I, II, III, IV e V, que compõem esta Tese, designadamente no que tange à Génese e Evolução das Forças Armadas Moçambicanas, Transformação das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), Guerrilheiras, em Forças Armadas Regulares, Introdução de Patentes nas FA, em 1980; à Análise das Constituições Moçambicanas, sua Evolução no Âmbito da Segurança e Defesa (período 1975-2016); ao enquadramento da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, da Lei da Política de Defesa e Segurança, da Lei do Conselho Nacional de Defesa e Segurança na Constituição da República, do Conceito Estratégico de Defesa Nacional na Resolução n.º 42/2006, de 26 de Dezembro, Estatuto dos Militares das Forças Armadas, a Organização das FADM e missões dos seus Ramos; às missões das Forças Armadas, da Polícia e dos Serviços de Informações e Segurança do Estado (SISE) em Tempo de Paz, e Necessidade de Operações Conjuntas em Tempo de Guerra (Decretos Militares, Estatuto e Condição Militar); à Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas (período 1975-2016), esta última questão, tema central deste trabalho, que se liga incindivelmente à pergunta de partida – porquê a consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas? –, pode concluir-se que:

- ✓ a génese das FADM é historicamente longínqua. As Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), braço armado guerrilheiro da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), movimento nacionalista que lutou pela conquista da independência nacional contra a ocupação colonial portuguesa em Moçambique, deu origem às Forças Armadas de

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Moçambique/FPLM, resultado da transformação das FPLM, guerrilheiras, em Forças Armadas regulares, em 1980, estas, por sua vez, convertidas em Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), designação proposta pela RENAMO, aquando da implementação do Acordo Geral de Paz em Moçambique, assinado a 4 de outubro de 1992, em Roma, entre a Frelimo e a RENAMO, partes então beligerantes;

- ✓ partindo desse pressuposto, tornava-se incontornável a formação de oficiais em todos os escalões, dentro e fora do país, a fim de Moçambique enfrenatar as agressões, primeiro, do regime da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), de Ian Smith, e, depois do regime segregacionista do “apartheid”, da África do Sul, de Pieter W. Botha e, em simultâneo, enfrentar a guerra levada a cabo pela RENAMO, com o apoio destes dois regimes. Finalmente, a introdução de patentes nas FA, criou uma nova dinâmica de disciplina militar, traduzida no respeito férreo das hierarquias militares, entre os próprios militares, mediante a ostentação de patentes, que caracteriza, universalmente, o militar em todo o mundo.
- ✓ em todas as missões que as FADM cumpriram nos três períodos de transição por que passaram – de FPLM para as FAM/FPLM e destas para as FADM –, o Estado Moçambicano se vem confrontando com um dilema que constui o seu grande *calcanhar de Aquiles*, sem solução à vista – a questão de encontrar equilíbrio entre o plano desenvolvimento económico e social e a necessidade de investir no setor da segurança e defesa, face à escassez de recursos económico-financeiros;
- ✓ com a CRM2004 não estamos perante uma III República de Moçambique, em virtude desta não ter implicado na mudança de regime constitucional, na forma política, no sistema social, nem no regime económico do Estado moçambicano, senão o seu aprofundamento constitucional e melhoria nos seus aspetos estruturais essenciais em matérias de direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e direitos económicos e sociais. A CRM2004 conservou a identidade constitucional iniciada com a Constituição de 1990, mantendo todas as características que constavam no texto desta Constituição, e seguindo as linhas inicialmente estabelecidas pela mesma, ou seja, com esta, não houve roturas. A CRM2004 não inovou relativamente à CRM1990 no sentido de criar um poder constituinte com a virtualidade de estabelecer uma diversa identidade constitucional;

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

- ✓ da análise do enquadramento da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, da Lei da Política de Defesa e Segurança, da Lei do Conselho Nacional de Defesa e Segurança na Constituição da República, do Conceito Estratégico de Defesa Nacional na Resolução n.º 42/2006, de 26 de dezembro, do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto n.º 46/2008, de 10 de outubro, bem como da Organização das FADM e missões dos seus Ramos, reportando as correspondentes revogações feitas tanto das leis como dos decretos, o referido enquadramento efetuou-se por forma as leis e a Resolução corresponderem com a realidade da evolução e de desenvolvimento técnico-militar das FADM de cada momento histórico e político-militar;
- ✓ a Constituição Moçambicana de 2004, até ao momento em vigor no país, apresenta algumas lacunas, de imprecisão e ambiguidade na consagração da missão das Forças Armadas Moçambicanas, bem como na apresentação de aspetos sensíveis e relevantes quanto à hierarquização dessa missão, que deveriam constar no texto da Constituição, mas que se encontram previstos em leis ordinárias, circunstância que dificulta a completa compreensão e o cumprimento cabal da sua missão, sendo por isso de propôr a sua revisão pontual nestas matérias, visando sanar estas lacunas, com o recurso ao estudo comparado, baseado nas Constituições dos Estados de Língua Portuguesa, mais concretamente de Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Timor-Leste, com as necessárias adaptações à realidade jurídico-constitucional, política e sócio-cultural moçambicana, que consagraram de forma clara, objetiva e precisa a missão das Forças Armadas dos seus países;
- ✓ as missões das Forças Armadas, da Polícia e dos Serviços de Informações e Segurança do Estado (SISE) em tempo de paz, claramente separadas na Constituição e na lei, essa separação precisa de ser observada em rigor, quer pela sociedade civil, quer pelos órgãos de soberania diretamente responsáveis pelas Forças Armadas, evitando que estas sejam envolvidas no patrulhamento urbano juntamente com a Polícia, quando se registre o recrudescimento da criminalidade violenta nas cidades, facto que previne a violação dos direitos fundamentais dos cidadãos pelas Forças Armadas, tomando em consideração o provável uso excessivo da força, que profissionalmente caracteriza a esta classe castrense, admitindo-se, porém, o patrulhamento conjunto Forças Armadas-Polícia, a título excecional, em duas situações: 1) em caso de

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

ataque terrorista em curso ou eminente; e 2) em caso de incapacidade total de a Polícia impor a lei e ordem, e de ameaça completa da continuidade de existência dos órgãos de soberania, resultante da referida criminalidade violenta nas cidades; por último, em sentido inverso, há necessidade de Operações Conjuntas, em tempo de guerra, entre as Forças Armadas, a Polícia e o SISE, por força da Constituição e da Lei da Política de Defesa e Segurança, visando assegurar a vitória, o mais rápido possível, sobre a força adversária agressora;

- ✓ O atual cenário de guerra em Moçambique, entre a Frelimo e a Renamo, admitindo que o processo de negociações em curso, que conta com a presença de mediadores internacionais visando alcançar-se a paz venha a atingir esse objetivo, não é menos previsível que, com o decorrer do tempo, depois de alcançada a paz efetiva, venha a eclodir uma outra guerra, se se levar em consideração interesses económicos, políticos e militares obscuros individuais e de certos grupos em presença, que tudo fazem para impor esses seus interesses sem, no entanto, pôr na balança os interesses comuns da Nação que estão a pôr em causa, regredindo o rumo para o desenvolvimento económico e social de Moçambique.

Próximas pesquisas

Tomando em consideração as questões cruciais suscitadas nas conclusões acabadas de apresentar, o investigador nas suas próximas pesquisas concentrará as suas atenções primordiais nos aspetos relacionados com:

- o preenchimento das lacunas identificadas na Constituição da República de Moçambique quanto à missão das FADM, constitucionalmente consagrada, visando facilitar a sua compreensão por estes destinatários.
- o cumprimento do dever do Estado, de garantir a segurança externa e interna da República, mediante o reequipamento das Forças Armadas, e no quadro legal do cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado no âmbito militar e das missões de paz e humanitárias, assumidas pelas organizações regionais e internacionais de

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

que Moçambique faça parte, face ao recrudescimento de riscos e ameaças transnacionais à segurança dos Estados.

- Forças Armadas Moçambicanas representativas a nível nacional no que respeita às promoções, atribuição de iguais condições de trabalho e regalias, decorrentes da função exercida, sem qualquer tipo de exclusão étnica ou regional, permitindo, com isso, o cumprimento com sucesso a sua missão constitucionalmente consagrada.
- Adequada integração e progressão na carreira militar e valorização dos oficiais formados dentro e fora do país, detentores de conhecimentos técnico-científicos e militares, suscetíveis de impulsionar avanços no domínio da arte, ciência, técnica e tecnologias militares, garantindo o cumprimento com êxito da missão das Forças Armadas, constitucionalmente consagrada.

BIBLIOGRAFIA**Livros**

AAVV, (2014), *Leis de Direito da Segurança*, QJ, QUID JURIS, Sociedade Editora, Lisboa, 2.^a Edição

AAVV, (2015), *Segurança Horizonte 2015. Um Conceito de Segurança Interna*, gresi, Edições Colibri, Lisboa

ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James A., *As Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza. Porquê Falham as Nações* (2013), 7.^a Edição, Temas e Debates, Círculo-Leitores, Lisboa

ALMEIDA, André Matias de, (julho, 2014), *Constituição da República Portuguesa*. Edijur, Edição Jurídica, Coimbra Editora, 1.^a Edição

CHALE, Daniel Frazão (2011), *A Importância das Forças Armadas no Desenvolvimento Económico-Social de Moçambique*, Universidade Politécnica – A POLITÉCNICA, Maputo

FINURAS, António Paulo Meneses de Carvalho (2013), *Confiança nas instituições e Valores Culturais – Estudo Internacional Comparado entre Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal*, Tese de Doutoramento em Ciência Política, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa

GARCIA, Francisco Proença (2010), *Da Guerra e da Estratégia – A Nova Polemologia*, P, Prefácio, Lisboa

GINGA, Damião Fernandes Capitão (2014), *Angola e a Complementaridade do Mar: o Mar enquanto Fator Geoestratégico da Segurança, Defesa e de Afirmação*, Tese de Doutoramento, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa

GOUVEIA, Jorge Bacelar (2013), *Direito Internacional da Segurança*, Edição: Almedina, Coimbra

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

GOUVEIA, Jorge Bacelar (fevereiro, 2012), *As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa*, Coimbra, 3ª Edição, Almedina

GOUVEIA. Jorge Bacelar (fevereiro, 2012), *As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, Coimbra, 3ª Edição, Almedina

GOUVEIA. Jorge Bacelar (fevereiro, 2012), *As Constituições dos Estados de Língua Portuguesa, Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe de 1990*, Coimbra, 3ª Edição, Almedina

Idem, *Constituição da República de Cabo Verde de 1992*, Coimbra, 3ª Edição, Almedina

Idem, *Constituição da República da Guiné-Bissau de 1993*, Coimbra, 3ª Edição, Almedina

Idem, *Constituição da República Democrática de Timor-Leste de 2002*, Coimbra, 3ª Edição, Almedina

Idem, *Constituição da República de Angola de 2010*, Coimbra, 3ª Edição, Almedina

Idem, *Direito Constitucional de Moçambique* (2015), Editora: IDIL – Instituto do Direito de Língua Portuguesa, Campus de Campolide, Lisboa

GUEDES. Armando Marques (2009), *A Guerra dos Cinco Dias – A Invasão da Geórgia pela Federação Russa*, Copyright © IESM, Prefácio, Lisboa

JR. Joseph S. Nye (2012), *O Futuro do Poder*, TEMAS E DEBATES CÍRCULOS DE LEITORES, Maia, 1.ª Edição

KISSINGER, Henry (2014), *Reflexões sobre o Caráter das Nações e o Curso da História. A Ordem Mundial*, 1.ª Edição, D. Quixote, Alfragide – Portugal

MIRANDA, Jorge, (1995), *Direito Internacional Público – I*, Edição: Pedro Ferreira – Editor 2735 Rio de Mouro, Lisboa

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

MOREIRA, Adriano e RAMALHO, Pinto (2014), *Estratégia*, Vol XXIII, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Lisboa

NOGUEIRA, José Manuel Freire (2005), *Pensar a Segurança e Defesa*, Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa

NOVAIS, Jorge Reis (2012), *Direitos Fundamentais e Justiça Constitucional em Estado de Direito Democrático*, 1.^a Edição Coimbra Editora

PRATA, Anan (2014), *Dicionário Jurídico*, 5.^a Edição, Volume I, Almedina, Coimbra

QUIVY, Raimond, CAMPENHOUDT, Luc Van (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 3.^a Edição, gradiva, Lisboa

SANTOS, Sofia e GOUVEIA, Jorge Bacelar (2015), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Grupo Almedina, Coimbra

SARMENTO, Manuela (2013), *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*, Editora, Coleção Manuais, Universidade Lusíada Editora, Lisboa

TZU, Sun (2012), *A Arte de Fazer a Guerra*, 1.^a Edição – 5.^a Impressão, Edições Sílabo, Lisboa

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes (2013), *Segurança um Tópico Jurídico em Reconstrução*, 1.^a Edição, Âncora Editora, Lisboa

VENTURA, André (2015), *A Nova Justiça Internacional. "O crime financeiro transnacional continua, em grande medida, impune"*, 1.^a Edição, COLECÇÃO COMPENDIUM, Chiado Editora, Lisboa

* Os antecedentes históricos de Moçambique, descritos pelo autor com algumas modificações, podem ser encontrados no Google Académico, 10 de Dezembro de 2014, e coincidem, em grande medida, com o texto original do livro *História de Moçambique, Vol. I*, ensinado neste país. Os factos constantes a partir de 1981, relativos à guerra dos dezasseis anos entre a Frelimo e a Renamo, o

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

autor é narrador participante, porquanto comandou sucessivamente, no teatro das operações, subunidades e unidade operacionais de escalão de Pelotão, Companhia e Batalhão, respetivamente e, finalmente, Adjunto-Chefe de Operações da 5ª Brigada de Infantaria Motorizada, na província de Sofala.

Artigos e Documentos

Constituição da República Popular de Moçambique (1975), Imprensa Nacional de Moçambique, Maputo

Constituição da República de Moçambique (2004), Imprensa Nacional de Moçambique, Maputo

Constituição da República Portuguesa (2014), Livraria Jurídica, 1.ª Edição, Coimbra Editora

Lei de Defesa Nacional, Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho

Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, *Leis de Direito da Segurança*, 2.ª Edição (revista e atualizada), Lisboa

Lei n.º 17/97, de 7 de outubro, Lei da Política de Defesa e Segurança Moçambicana

Lei n.º 18/97, de 1 de outubro, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas Moçambicanas

Carta da ONU

Ficha Informativa | Rev. N.º13 (janeiro,2002), da ONU, *Direitos Humanos, Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos – Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos 1995/2004*, Edição Portuguesa, Comissão Nacional para as Comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos, Lisboa

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Diretivas Económicas e Sociais da FRELIMO ao III Congresso (1977),

Maputo

REVISTAS de Direito e Segurança n.ºs 1, 2, 3 e 4, de 2014, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Sites

Google Académico, 10 de dezembro 2014

You Toub, 18 de outubro de 2015

herdeirodeacio.blogspot.pt./2009/05/o-acordo-de-nkomati.html, 14 de fevereiro de 2016

* Pode encontrar-se no Google, **SAPONOTÍCIAS,** 17 de dezembro de 2015

<http://criticaehistorialogs.blogspot.com>, de 6 de fevereiro de 2016

<http://professormarcianodantas.blogspot.com.br>, de 6 de fevereiro de 2016

[https://www.google.pt/?gfe_rd=cr&ei=IZvhVofFLYys8wfRh7DgDw&gws_rd=ssl#q=youtube+discurso+de+joana simeao](https://www.google.pt/?gfe_rd=cr&ei=IZvhVofFLYys8wfRh7DgDw&gws_rd=ssl#q=youtube+discurso+de+joana+simeao), Joana Simeão Projecto Político Moçambique 1974 – You Tube; RTP, *Discurso de Joana Simeão, 16 de janeiro de 1974*, Lisboa, consultada no dia 10 de março de 2016.

https://www.google.pt/search?q=fotos+de+combatentes+da+luta+armada+de+libertação+nacional+frelimo+em+moçambique&rlz=1C2FDUM_enPT477MZ4, de 10 de março de 2016

<https://mail.google.com/mail/#inbox/153619e2f2b157a5?projector=1>, consultado no dia 10 de março de 2016

https://www.google.pt/search?q=fotos+do+exercito+portugues+durante+a+guerra+colonial+em+moçambique&rlz=1C2FDUM_enPT477MZ484&biw=1821&bi, consultado no dia 10 de março de 2016

Download EntrevistaSavana05Set2003a

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Posted at 23:22 in História, Política – Partidos | Permalink Share This Reblog (0); macua.blogs.com/moabique_para_todos/histria/pag/56/, CANAL DE MOÇAMBIQUE, por Luís Nhachote, 05.08.2008, consultado no dia 10 de março de 2016

Download EntrevistaSavana05Set2003a

Posted at 23:22 in História, Política – Partidos | Permalink Share This Reblog (0), consultado no dia 7 de novembro de 2015

<http://criticaehistorialogs.blogspot.com>, consultado no dia 7 de novembro de 2015

Jornais

SAVANA, 5 de setembro de 2013

Entrevistas

PINTO, Luís Vasco Valença, General de Quatro Estrelas (General de Exército) (Res), 08 de janeiro, 2015, antigo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Portuguesas

RAMALHO, Luís Pinto, General de Quatro Estrelas (General de Exército) (Res), 21 de janeiro, 2015, antigo Chefe do Estado-Maior do Exército Português

CARDOSO, José Armando Vizela, Tenente-General (Res), 08 de janeiro, 2015, antigo Diretor do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea Portuguesa

ANJAS, Celestino, Brigadeiro-PILAV, 11 de janeiro, 2015, antigo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea de Moçambique; Adido de Defesa junto da Embaixada de Moçambique em Portugal

BARASSA, Zaqueu, Brigadeiro, 10 de dezembro, 2014, Diretor do Departamento de Operações do Estado-Maior General das FADM, Maputo

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

MUIAMBO, Gonçalves, Coronel, 29 de dezembro de 2014, antigo Comandante da 4.^a Brigada de Infantaria Motorizada de Tete; Doutorando do ISEDEF na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa

MUCOPELA, Virgílio Mairosse, Coronel, 29 de dezembro de 2014, antigo Chefe da Repartição de Comunicações do Estado-Maior General das FADM; Doutorando do ISEDEF na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1

Tabela 1: Estudo comparado sobre a Consagração Constitucional da Missão das Forças Armadas Moçambicanas nas Constituições dos Estados de Língua Portuguesa

N/O	País	Art. da CR	Definição da missão das FA na CR	Forma de definição da missão
01	Angola CRA de 2010	art. 207.º	"1. As Forças Armadas Angolanas são a instituição militar nacional permanente, regular e apartdária, incumbida da defesa militar do país, organizadas na base da hierarquia, da disciplina e da obediência aos órgãos de soberania competentes, sob a autoridade suprema do Presidente da República e Comandante-em-Chefe, nos termos da Constituição e da lei, bem como das convenções internacionais de que Angola seja parte".	Explícita, clara e objetiva
02	Brasil CRFB de 1988	art. 142.º	"As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".	Explícita, clara e objetiva
03	Cabo Verde CRCV de 1992	art. 248.º	"1. Às Forças Armadas incumbe, em exclusivo, a execução da componente militar da defesa nacional, competindo-lhes a defesa militar da República contra qualquer ameaça ou agressão externas."	Explícita, clara e objetiva
04	Guiné-Bissau, CRGB de 1993	art. 20.º	"1. As Forças Armadas revolucionárias do Povo (FARP), instrumento de libertação nacional ao serviço do povo, são a instituição primordial de defesa da nação. Incumbe-lhes defender a independência, a soberania e a integridade territorial, e a colaborar estreitamente com os serviços nacionais específicos na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública".	Explícita, clara e objetiva
05	Moçambique CRM de 2004	art. 266	"1. As forças de defesa e os serviços de segurança subordinam-se à política nacional de defesa e segurança e devem fidelidade à Constituição e à nação. 2. O juramento dos membros das forças de defesa e dos serviços de segurança do	Explícita, mas sem clareza nem objetividade

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

			Estado estabelece o dever de respeitar a Constituição, defender as instituições e servir o povo”.	
06	Portugal, CRP de 1976	art. 275.º	“1. Às Forças Armadas incumbe a defesa militar da República”.	Explícita, clara e objetiva
07	São Tomé e Príncipe, CRDSTP de 1990	11.º	Defesa Nacional “1. Compete ao Estado assegurar a defesa nacional. 2. A defesa nacional tem como objetivos essenciais garantir a independência nacional, a integridade territorial e o respeito das instituições democráticas”.	Implícita, sem clareza nem objetividade. Não faz qualquer referência sobre o cumprimento desta missão pelas FA.
08	Timor-Leste CRDTL de 2002	art. 146.º	“1. A forças armadas de Timor-Leste, FALINTIL-FDTL, compostas exclusivamente de cidadãos nacionais, são responsáveis pela defesa militar da República Democrática de Timor-Leste e a sua organização é única para todo o território nacional. 2. As FALINTIL-FDTL, garantem a independência nacional, a integridade territorial e a liberdade e segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externa, no respeito pela ordem constitucional”.	Explícita, clara e objetiva

TABELA 2**TABELA 2: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE AUTORES CONSULTADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA TESE**

N/O	Conceitos usados e seus autores	Teorias/Doutrinas usadas e seus autores consultados	Missões das FA, seus autores	Estudo comparado sobre a consagração constitucional da missão das FA	Metodologia de Investigação Científica utilizada e seus autores
01	Jorge Bacelar Gouveia	Jorge Miranda,	Daniel Frazão Chale	Constituições dos Estados de Língua Portuguesa	Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt
02	Armando Marques Guedes	Jorge Bacelar Gouveia	Damião Fernandes Capitão Ginga,	Damião Fernandes Capitão Ginga,	Manuela Sarmento
03	Abel Cabral Couto	Armando Marques Guedes,	António Paulo Meneses de Carvalho Finura	António Paulo Meneses de Carvalho Finura	Francisco Proença Garcia (apontamentos)
04	Francisco Proença Garcia	Francisco Proença Garcia,	Francisco Proença Garcia		
05	Nelson Lourenço	Nelson Lourenço			

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

06	Manuel Monteiro Guedes Valente,	Henry Kissinger,			
07	Jorge Reis Novais	Joseph S. Nye, Jr.			
08	José Manuel Freire Nogueira	Tsun Tzu,			
09	Adriano Moreira	André Matias de Almeida,			
10	Ana Prata	Jorge Reis Novais			
11	Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos	Nicolau Maquiavel,			
12	André Ventura	Daron Acemoglu e James A. Robinson			
13	Ferdinand Lassale	Adriano Moreira e Pinto Ramalho			
14		André Ventura			
15		José Manuel Freire Nogueira			

Artigos e Documentos

01	Constituição da República Popular de Moçambique de 1975
02	Constituição da República de Moçambique de 2004
03	Constituição da República Portuguesa de 2014
04	Lei de Defesa Nacional, Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho
05	Lei n.º 17/97, de 7 de outubro, Lei da Política de Defesa e Segurança Moçambicana
06	Lei n.º 18/97, de 1 de outubro, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas Moçambicanas
07	Carta da ONU
08	Ficha Informativa Rev. N.º13 (janeiro,2002), da ONU, <i>Direitos Humanos, Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos – Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos 1995/2004</i> , Edição Portuguesa, Comissão Nacional para as Comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos, Lisboa
09	Diretivas Económicas e Sociais da FRELIMO ao III Congresso, 1977, Maputo
	Sites

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

10	Google Académico, 10 de dezembro 2014
11	You Tube, 06 de novembro de 2015
	Jornais
12	SAVANA, 5 de setembro de 2013
	Entrevistas
13	PINTO , Luís Vasco Valença, General de Quatro Estrelas (General de Exército) (Res), 08 de janeiro, 2015, antigo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Portuguesas
14	RAMALHO , Luís Pinto, General de Quatro Estrelas (General de Exército) (Res), 21 de janeiro, 2015, antigo Chefe do Estado-Maior do Exército Português
15	CARDOSO , José Armando Vizela, Tenente-General (Res), 08 de janeiro, 2015, antigo Diretor do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea Portuguesa
16	ANJAS , Celestino, Brigadeiro, 11 de janeiro, 2015, Adido de Defesa junto da Embaixada de Moçambique em Portugal
17	BARASSA , Zaqueu, Brigadeiro, 10 de dezembro, 2014, Diretor do Departamento de Operações do Estado-Maior General das FADM, Maputo
18	MUIAMBO , Gonçalves, Coronel, 29 de dezembro de 2014, Doutorando do ISEDEF na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa
19	MUCOPELA , Virgílio Mairosse, Coronel, 29 de dezembro de 2014, Doutorando do ISEDEF na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa

ANEXOS

ANEXO 1

Entrevista ao Coronel Gonçalves Muiambo, antigo Chefe da Área de Ensino de Operações do Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF) de Moçambique, Doutorado em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) de Lisboa

Em relação aos factos relativos às formas bárbaras e hediondas de conduzir a guerra noutras províncias pela RENAMO, que o autor-investigador ouviu na voz dos comandantes das Forças Armadas governamentais que estiveram a comandar diretamente grandes unidades no teatro das operações, cuja menção se fez atrás, torna-se importante acompanhar atentamente as descrições feitas na primeira pessoa por dois Coronéis das FADM, nomeadamente Gonçalves Muiambo e Virgílio Mairosse Mucopela, ambos doutorandos (hoje Doutores) em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) de Lisboa, e docentes universitários, entrevistados pelo autor-investigador em torno da matéria em discussão, no dia 29 de dezembro de 2014, na Junta de Freguesia de Reboleira, Portugal, onde residiam enquanto bolseiros Doutorandos do ISEDEF na referida Universidade.

Para se ter uma ideia de que oficiais superiores se trata em relação ao conhecimento de causa da matéria em apreço, antes de apresentar as tais memoráveis descrições das situações operacionais de que eles próprios participaram e comandaram diretamente, far-se-á uma breve referência curricular de cada um deles.

Por exemplo, o Coronel Gonçalves Muiambo, além de doutorado em Educação, pertence ao ISEDEF – Instituto Superior de Estudos de Defesa “Tenente-General Armando Emílio Guebuza”, em Maputo, instituição militar de ensino universitário que lhe concedeu a bolsa de estudos, e onde vinha exercendo o cargo de Chefe da Área de Ensino de Operações. Anteriormente desempenhou o cargo de Chefe da Repartição de Operações no Ramo de

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Exército das FADM. Durante a guerra de agressão do regime da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe), de Ian Smith (1976-79), comandou Pelotão e foi Comissário Político de Companhia. Na guerra dos dezasseis anos perpetrada pela RENAMO contra o Governo instituído da Frelimo, desempenhou o cargo de Chefe de Estado-Maior e Comandante de Batalhão na 4.^a Brigada de Infantaria Motorizada (4.^a BRIM), na província central de Tete. Na província de Gaza, foi Chefe do Estado-Maior da 2.^a Brigada de Infantaria Motorizada e, mais tarde, Comandante da mesma até a assinatura do Acordo Geral de Paz para Moçambique. É Mestrado em Ciências Militares pela Academia Militar de Frunse, na extinta União Soviética. É também Mestrado em Ciências de Educação pela Universidade Pedagógica (UP) de Maputo, Moçambique.

Conforme explica o Coronel Gonçalves Muiambo, a luta dos dezasseis anos travada entre a RENAMO e a Frelimo, em que ele participou, em 1977, desempenhando mais tarde o cargo de Chefe de Estado-Maior da 4.^a BRIM, na altura em formação mas uma das mais fortes, bem organizada e equipada com meios de combate modernos, então comandada por um combatente, veterano da luta armada de libertação nacional, conhecido por Comandante Nampulula, tendo como Chefe de Estado-Maior John Issa Mwalu, vindo posteriormente a ser comandada por Salvador N'tumuke, também combatente, veterano da luta armada de libertação nacional, atualmente Ministro da defesa Nacional, o qual viria a comandar e coordenar a guerra nas províncias de Manica e Sofala, concretamente nas zonas de Machaze, Casa Banana e Gorongosa, respetivamente, impulsionando uma dinâmica decisiva de sucessos das FAM/FPLM no teatro das operações contra a RENAMO.

O Coronel Muiambo na sua afetação à 4.^a BRIM, em Tete, segundo as suas declarações, começou por desempenhar o cargo de Comissário Político das Comunicações ao nível de Companhia e, depois, Comandante de Pelotão, passando a Comandante de Companhia na 5.^a Brigada de Infantaria Motorizada (5.^a BRIM), em Marínguê, província de Sofala. Posteriormente teria sido

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

designado para obter formação na extinta União Soviética e, no seu regresso, foi afeto ao Batalhão 414, em Moatize, província de Tete.

Nesse momento, a guerra começava a intensificar-se, e, o Coronel Muiambo, foi assumindo sucessivamente os cargos de Chefe de Estado-Maior do Batalhão e de Comandante do Batalhão. As deslocações de viaturas, da província de Manica à província de Sofala e vice-versa, passaram a ser feitas por colunas escoltadas por militares, sob o comando de um oficial de nível de Comandante de Batalhão.

Confirma que nessas deslocações por colunas de viaturas, de entre estas camiões que transportavam mercadorias à cidade da Beira, capital provincial de Sofala, ou à cidade de Chimoio, capital provincial de Manica, ocorriam emboscadas realizadas por guerrilheiros da RENAMO, baleando mortalmente numerosas populações civis, deixando os respetivos corpos estatelados ao longo da berma da estrada.

Passando para a região sul de Moçambique, onde igualmente operou, o Coronel Muiambo aponta um massacre contra doentes hospitalizados no Hospital de Homoine, província de Inhambane, levado a cabo pela RENAMO, mais ou menos entre 1987 e 1988, que o entrevistado não se recorda o ano certo em que o macabro massacre ocorreu, mas que foi amplamente difundido pelos órgãos de comunicação social, nomeadamente a Televisão, a Rádio e jornais de circulação nacional, onde foram mortas dezenas de doentes.

Tal forma hedionda de conduzir a guerra por parte da RENAMO, atacando um hospital e matando indiscriminada e impiedosamente doentes hospitalizados, de *per si* na situação de inferioridade e fragilidade, por não poderem defender-se nem fugir do ataque, revela a grosseira violação das regras mais elementares sobre as formas de condução da guerra, estabelecidas pelo Direito Internacional da Guerra ou Direito Internacional Humanitário. Mesmo desconhecendo estas regras, o mínimo senso comum orienta para não matar em massa populações não armadas, muito menos doentes e

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

hospitalizados, o que este comportamento revela um espírito eminentemente bárbaro, criminoso, de desrespeito, desprezo total e completo pela vida humana, uma atitude de todo condenável e imperdoável. Mais detalhes sobre este assunto pode ser encontrados no anexo 1 da presente Tese.

Quanto ao Coronel Virgílio Mairosse Mucopela, é igualmente doutorando (hoje doutorado) em Ciências de Educação na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, pertence, também, ao ISEDEF – Instituto Superior de Estudos de Defesa “Tenente-General Armando Emílio Guebuza”, onde exercia o cargo de Chefe do Gabinete de Planeamento e Programação. Anteriormente, desempenhou o cargo de Chefe da Repartição de Comunicações da 3.^a Brigada de Infantaria Motorizada (3.^a BRIM), estacionada em Chimoio, capital provincial de Manica. Participou na guerra de agressão movida pelo regime minoritário da colónia britânica da Rodésia do Sul, de Ian Smith.

Na guerra dos dezasseis anos entre a Frelimo e a RENAMO, desempenhou o cargo de Chefe de Comunicações da mesma Brigada, tanto no Comando-sede da Brigada, em tempo de paz, como no teatro de operações durante o desenrolar da referida guerra. Fez Academia Militar na República de Cuba, é Mestre em Ciências Militares pela Academia Militar superior de Frunse, na extinta União Soviética. É igualmente Mestrado em Ciências de Educação pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Maputo, Moçambique.

O Coronel Virgílio Mairosse Mucopela, dirigiu vários combates na província central de Manica, onde, durante a entrevista que o autor o concedeu, na mesma data de 29 de novembro de 2014, começou por explicar a guerra de agressão levada a cabo pelo então regime minoritário da colónia britânica da Rodésia do Sul, de Ian Smith, na região centro de Moçambique, especificamente nas províncias de Manica e Sofala, que o entrevistado acompanhou pessoalmente, salientando que, “na província de Manica há um registo de massacre de grande envergadura contra populações em Nhazónia,

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

que se localiza a 12 Kms da Vila de Catandica, distrito de Bàrué, onde se localizava um acampamento de populações civis que apoiavam a ZANU-Frente Patriótica, do Zimbabwe, massacre esse realizado pela aviação da Força Aérea rodesiana”.

Um outro massacre de grandes proporções levado a cabo igualmente pela Força Aérea rodesiana que o Coronel Virgílio Mairosse Mucopela descreve, “foi o perpetrado contra recrutas no Centro de Instrução Básica Militar (CIBM) de Dondo, na província central de Sofala, onde os corpos desses recrutas ficaram despedaçados por estilhaços de bombas e espalhados pelo raio de fragmentação das mesmas no terreno, neste CIBM”.

Segundo o entrevistado, aquelas ações de agressão do regime racista de Ian Smith contra Moçambique, visavam, por um lado, debilitar a ação dos combatentes dos movimentos de libertação ZANU-Frente Patriótica, de Robert Mugabe (atual presidente do Zimbabwe) e a ZAPU, de Josuan Nkomo, ambos do Zimbabwe, e, por outro, desmoralizar o Governo moçambicano, dirigido pela Frelimo, com o objetivo de esta renunciar o seu apoio à luta de libertação do povo zimbabweano, dirigida por estes dois movimentos de libertação nacional do Zimbabwe.

Quanto à guerra de desestabilização, conduzida com o recurso às táticas de guerra psicológica pela RENAMO nas suas ações hediondas contra populações civis indefesas, o Coronel Mairosse Mucopela, que começou dirigir a guerra desde 1980 até o seu fim, em 1992, em Manica, onde exercia o cargo de Chefe de Repartição de Comunicações da 3ª BRIM, passando depois para o Comando Militar Provincial de Tete, exercendo o cargo de Chefe das Comunicações deste Comando, reportou um massacre de elevadas proporções, perpetrado por guerrilheiros daquele movimento rebelde, na região de Mucombezi, distrito de Vanduzi, na faixa entre o rio Púnguè e a própria Vila de Vanduzi, onde a RENAMO tinha instalado a sua base central na zona de Xitunga, área que se estende a partir desta mata à Estrada de Tete, até Mchipanda, Zimbabwe.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

É naquela vasta mata que, conforme o Coronel Mairosse, “a RENAMO montava as suas emboscadas e cometia os sistemáticos massacres contra populações civis que saíam de colunas de viaturas da província de Tete para a Vila de Catandica ou para a Cidade Chimoio e vice-versa, assaltando essas colunas de viaturas durante os dezasseis anos da guerra”.

Reportando outros massacres de grande envergadura, perpetrados igualmente pela RENAMO, desta vez fora da região de atuação habitual do Coronel Mairosse, este explicou que em Nampula, no distrito de Lalaua, muito concretamente na zona entre os rios Malema e Lúrio, localizava-se uma base central da guerrilha deste movimento rebelde, vindo a cometer um dos grandes massacres de que a memória registou durante os dezasseis anos que a guerra durou em Moçambique, e sobejamente conhecido no país, em particular na província de Nampula, por ter sido dizimada quase a totalidade das populações que viviam nessa aldeia.

Mais detalhes sobre os massacres perpetrados pela RENAMO e reportados pelo Coronel Mairosse, vêm desenvolvidos no anexo 2, que se segue.

ANEXO 2**Entrevista ao Coronel Virgílio Mairosse Mucopela, antigo Chefe do Gabinete de Planeamento e Programação do Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF) de Moçambique, Doutorado em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) de Lisboa**

Descrevendo as formas hediondas de conduzir a guerra por parte da RENAMO, o Coronel Mairosse Mucopela, sublinhou que “quando os guerrilheiros deste movimento rebelde matassem populares, pegavam um deles, cortavam-lhe a cabeça e expetavam-na num tronco, à beira da estrada ou dum caminho público, colando um panfleto bem visível no centro do tronco onde se encontrava expetada a referida cabeça, com os seguintes dizeres: “Frelimo comunista”. Isto para, as pessoas que por lá passassem, tivessem a suposição de que o morto ou era simpatizante da Frelimo, ou era Secretário do Grupo Dinamizador (estrutura de base criada pela Frelimo logo a seguir a proclamação da independência nacional, que tinha por missão organizar, mobilizar e dirigir as populações, difundindo a política e a ideologia deste partido)⁶², ou para, quando as tropas governamentais chegassem na zona se sentissem psicologicamente derrotadas, tomadas por um medo incontável e, consequentemente, a RENAMO ganhasse o terreno”.

Porém, muitas vezes, tal efeito macabro desejado pela RENAMO não acontecia nas FAM/FPLM, devido ao forte trabalho político e ideológico inculcado pelos Comissários Políticos, e enraizado na consciência dos comandantes em todos escalões, do topo à base, e de todas as tropas em geral. Pelo contrário, erguia-se neles um elevado espírito patriótico e de ódio contra aqueles que mataram as populações em massa naquela aldeia e, em particular, contra aqueles que deceparam a cabeça do pacato cidadão e

⁶² O que vem entre parênteses é do autor-investigador

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

expetaram-na naquele tronco, expondo-a à beira da estrada ou caminho público.

Portanto, foram aquelas atrás descritas, as formas hediondas de conduzir a guerra pela RENAMO, caraterizadas por massacrar dezenas de populares numa determinada aldeia ou vila, decepar as cabeças dos respetivos cadáveres, expetá-las num tronco e expô-las à beira de estradas ou caminhos públicos; queimar casas de aldeias inteiras com os donos lá dentro, antes forçados a entrarem nelas primeiro para, de seguida, atear fogo a essas casas, morrendo eles asfixiados e carbonizados; cortar nariz, lábios, orelhas, por vezes braços, das pessoas, seios das senhoras, abrir ventres de mulheres grávidas, tirando do ventre materno o feto, deixá-lo a morrer ao relento de qualquer maneira, e abandonar a mãe morta sem a enterrar, ou ir deitá-la na berma da estrada onde se encontravam amontoados há tempos outros cadáveres, cujas pessoas foram massacradas; atacar, assaltar e queimar autocarros de transporte público e privado, assim como camiões, todos transportando passageiros de todas as idades e de ambos os sexos, e todos mortos asfixiados e carbonizados nesses transportes; saquear à mão armada os bens das populações, deixando-as sem qualquer meio de auto-sustentação.

Destaque-se que sobre os massacres às populações civis indefesas perpetrados pela RENAMO, e sua posterior acumulação ao longo de estradas ou caminhos públicos, permanecendo aí por longo tempo até a sua decomposição e transformação em esqueletos, só vindo a ser enterrados em valas comuns nas vésperas do Acordo Geral de Paz para Moçambique, suficientemente reportados pelo autor neste capítulo, tiveram plena confirmação dos Coronéis Gonçalves Muiambo e Virgílio Mairosse Mucopela, por si entrevistados, conforme fielmente reportam os trechos das respetivas entrevistas acabados de apresentar, o que veio a confirmar a natureza hedionda dos crimes de guerra cometidos pela RENAMO durante o conflito armado de desestabilização dos dezasseis anos no nosso país.

ANEXO 3**Entrevista ao Brigadeiro-PILAV Celestino Anjas, Adido de Defesa junto da Embaixada de Moçambique em Portugal**

A entrevista feita ao Brigadeiro-PILAV, Celestino Anjas, pelo autor-investigador, a 11 de janeiro de 2015, ele que foi Chefe do Estado-Maior da Força Aérea de Moçambique e posteriormente Adido de Defesa junto da Embaixada de Moçambique em Portugal, tinha por objetivo recolher informações sobre a missão cumprida pela Força Aérea durante a guerra dos 16 anos, perpetrada pela RENAMO contra o Governo dirigido pela Frelimo em Moçambique, destacando êxitos alcançados e constrangimentos esbarrados nesse processo.

O Brigadeiro-PILAV, Celestino Anjas, começou por sublinhar que “a participação da Força Aérea na guerra dos 16 anos insere-se no quadro da sua missão consagrada na Constituição, fazendo com que o país não fosse vandalizado, não fosse tomado de assalto por aqueles que tinham essa intenção” (a RENAMO e os seus apoiantes – os regimes da Rodésia do Sul, de Ian Smith e do “apartheid”, da África do Sul, de Pieter W. Botha)⁶³.

O Brigadeiro Celestino reconheceu que “a RENAMO foi um movimento rebelde criado para lutar contra um governo instituído no país – o Governo dirigido pela Frelimo, e que a Força Aérea nessa sua missão teve uma grande participação nos combates que se foram levando a cabo pelas FAM/FPLM em todas as províncias de Moçambique onde a guerra se desenrolou”.

Assim, o Brigadeiro recordou que “chegou a um certo momento em que a evolução dessa guerra paralizou a circulação das populações e seus bens em terra, e que a Força Aérea, além de cumprir missões combativas, que incluíam a destruição de bases centrais da RENAMO através de bombardeamentos, foi o ramo chamado a desempenhar, em simultâneo, outro papel relevante, onde o

⁶³ O que está entre parênteses é do autor-investigador

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Exército não tinha capacidades para atingir, o de transporte dessas populações para os seus destinos, usando Helicópteros e a aviação de transporte, do tipo ANTONOV". Nesse sentido, destacou ainda que "durante este período a Força Aérea desempenhou também mais um papel importante no reabastecimento logístico das tropas em batata-reno e fruta diversa, que as transportava do distrito de Angónia, província central de Tete, para Maputo, onde se sentia enorme carência desses produtos alimentares".

O Adido de Defesa junto da Embaixada de Moçambique em Portugal, reconheceu por outro lado que "durante o período em análise a Força Aérea estava devidamente equipada, com homens bem formados, que estavam cientes da sua missão, das suas obrigações e, como tal, cumpriam-nas abnegadamente, registando sucessos e, de algum modo, retrocessos também".

No que diz respeito a sucessos, mencionou "o ataque e assalto a uma base central da RENAMO em Manica, famigeradamente conhecida por SITATONGA II, onde a Força Aérea efetuou um bombardeamento com destacável sucesso", tomando em consideração que este movimento rebelde era aqui diretamente assistido por oficiais das Forças Armadas Sul-Africanas no campo da batalha.

De entre outros casos de sucesso da Força Aérea, o Brigadeiro apontou o ataque e assalto à base central da RENAMO em Grudja, distrito de Nhamatanda, província de Sofala, a qual tinha como missão principal a destruição de postes de transporte de energia elétrica de alta tensão que fornecia energia à cidade da Beira, de forma a não haver iluminação nesta cidade em todas as datas comemorativas nacionais. Nesta base se encontravam igualmente oficiais das Forças Armadas Sul-Africanas, que assistiam ao movimento rebelde no teatro das operações. O autor-investigador participou neste último ataque comandando um Batalhão de Infantaria Motorizada, sua especialidade principal, em articulação com a Força Aérea.

O Adido de Defesa sublinhou que "todos os sucessos alcançados deveram-se, principalmente, ao claro entendimento da missão por parte dos militares,

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

acrescido de boa assistência logística multilateral, na sua qualidade de Forças Armadas regulares para enfrentar uma guerrilha”, que, via de regra, não se afigura tarefa fácil vencer uma guerrilha numa guerra contra forças regulares, em virtude daquela realizar os seus combates em pequenos grupos e em curto espaço de tempo, evitando entrar em contacto direto com a força adversária, o que se configura num combate de desgaste para as tropas regulares.

Quanto aos retrocessos, o Adido de Defesa recordou “um único caso registado, de abate dum Helicóptero da Força Aérea pela RENAMO, no distrito de Marromeu, província central de Sofala, na altura pilotado pelo Comandante da Base Aérea da Beira, Capitão Lambert, que perdeu a vida nesse local, juntamente com outros dois Tenentes, oficiais de bordo”.

Analisando o quadro atual das FADM, ainda no que tange ao capítulo de retrocessos, o Brigadeiro Celestino referiu que “a introdução do Serviço Efetivo Normal nestes últimos anos, em substituição do Serviço Militar Obrigatório que anteriormente vigorava, veio, grosso modo, a fragilizar a disciplina militar, fator que se alia à introdução do regime democrático multipartidário no nosso país, com a entrada em vigor da Constituição de 1990”, pois, no seu entender, “a democracia não é bem entendida pela maioria dos moçambicanos, incluindo grosso número de oficiais que comandam unidades e grandes unidades militares, os quais acham a democracia como sinónimo de fazer ou dizer o que cada um entender, independentemente de estar ou não a observar as leis” e, no caso em estudo, “os regulamentos de disciplina e demais normas que regem os militares”.

Porém, o Adido de Defesa observou que com o decorrer do tempo, aquela situação está sendo gradualmente corrigida, notando-se, com efeito, um regresso do impôr progressivo da disciplina e ordem militares em todos os ramos e instituições de ensino militar nas FADM.

Nessa ótica, o Brigadeiro lamentou o facto de “muitos jovens que ingressam hoje nas FADM serem indivíduos de comportamento desviante, sendo que na

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

maior parte dos casos são aqueles rejeitados pelas próprias famílias, vendo as Forças Armadas o seu refúgio para a continuidade da prática ou correção dessas condutas socialmente reprováveis, facto que desprestigia, em larga medida, a classe castrense”.

Por último, tecendo as suas considerações finais em torno da missão da Força Aérea durante a guerra dos 16 anos em Moçambique, perpetrada pela RENAMO contra o governo instituído da Frelimo, o Brigadeiro considerou não ser do seu agrado “ver a Força Aérea de rastos, ou seja, sem meios de combate, radares e de transporte, indispensáveis para o cumprimento da sua missão” constitucionalmente consagrada, de defesa do espaço aéreo nacional contra aeronaves que violem o referido espaço aéreo.

Nesse aspeto, considerou que “hoje os países se afirmam no plano interno e internacional através das suas Forças Aéreas, por terem a particularidade de se deslocarem para qualquer parte do mundo em curto espaço de tempo, e cumprirem a missão que recebem dos seus respetivos governos”. A título de exemplo de projeção das Forças Armadas de um país através da Força Aérea, mencionou o caso de Portugal “que usa a sua Força Aérea para transportar, de regresso a Portugal, cidadãos portugueses que estejam em qualquer país a correr determinados riscos de vida, resultantes ou da situação política conturbada ou de catástrofes naturais que afetem esses países”.

Todas as missões atrás apontadas, o Adido de Defesa salientou que “eram cumpridas em estreita coordenação com os restantes dois ramos das FADM – o Exército e a Marinha de Guerra” –, sendo que esta última participava sobretudo com Fuzileiros Navais nessas missões.

ANEXO 4

Entrevista ao General (Res) José Armando Vizela Cardoso, antigo Diretor do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea Portuguesa

No dia 08 de janeiro de 2015, o autor-investigador entrevistou o General (Res) José Armando Vizela Cardoso, antigo Diretor do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea Portuguesa⁶⁴, que falou na generalidade da missão das Forças Armadas Portuguesas, nos termos dos sete pontos fixados na Constituição já anteriormente citados e, de forma particularizada, das missões dos três ramos das Forças Armadas, nomeadamente da Armada (Marinha de Guerra), do Exército e da Força Aérea.

O General Vizela Cardoso, antigo Diretor do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea Portuguesa, resumiu a missão das Forças Armadas Portuguesas em cinco pilares fundamentais, quais sejam:

1. A defesa militar da República;
2. Os compromissos internacionais do Estado;
3. A proteção civil;
4. As necessidades básicas;
5. A cooperação técnico-militar.

Falando particularmente da defesa militar da República, o antigo Diretor do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea Portuguesa, sublinhou que “é a missão principal das FA, e a sua verdadeira razão de ser”. Acrescentou que “esta missão terá de ser cumprida pelo Sistema de Forças nacional, ao qual são atribuídos os meios humanos e materiais destinados a operações de guerra e à vigilância do espaço nacional nas suas componentes marítima, terrestre e aérea”.

⁶⁴ O Instituto de Altos Estudos da Força Aérea foi extinto para, juntamente com os restantes dois ramos das Forças Armadas Portuguesas, Marinha e Exército, formarem o IESM, hoje IUM

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

O General Vizela Cardoso referiu, por outro lado, que “dada a ligação de Portugal com sistemas de aliança e a sua condição de membro da ONU, esses mesmos meios podem ser mobilizados para atuar fora das fronteiras portuguesas, para a satisfação de compromissos de carácter internacional”. Nesse sentido, salientou que “em Agosto de 2010, havia 772 militares portugueses em missões no estrangeiro”.

Finalmente, o entrevistado explicou que “deve registar-se que, de acordo com os dados então fornecidos pelo inquérito, que foi visto seguindo, era muito elevada a concordância dos cidadãos portugueses relativamente a este tipo de missões”.

No que toca à missão genérica da Armada Portuguesa, Vizela Cardoso disse que a mesma “traduz-se em garantir que Portugal possa usar o mar no seu próprio interesse”. Que na execução desta missão, “a Marinha tem três funções específicas, designadamente:

1. A defesa militar e apoio à política externa;
2. A segurança e atividade do Estado;
3. O desenvolvimento económico, científico e cultural”.

Quanto à missão da Força Aérea, o antigo Diretor do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea Portuguesa frisou que “a Força Aérea Portuguesa é parte integrante do sistema de forças nacional e tem por missão cooperar, de forma integrada, na defesa da República, através de operações aéreas, e na defesa do espaço aéreo nacional”. Que “compete-lhe, ainda, satisfazer missões no âmbito de compromissos internacionais”.

Em relação à missão do Exército Português, o General Vizela Cardoso descreveu-a nos seguintes termos:

1. Que “o Exército Português tem por missão principal participar, de forma integrada, na defesa militar da República, nos termos da Constituição e da lei,

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

sendo fundamentalmente vocacionado para a geração, preparação e sustentação de forças da componente operacional do sistema de forças.

2. Que “ainda, nos termos da Constituição e da lei, incumbe também ao Exército:

a) Participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado, no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz, assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte.

b) Participar nas missões no exterior do território nacional, num quadro autónomo ou multinacional, destinadas a garantir a salvaguarda da vida e dos interesses dos portugueses.

c) Executar as ações de cooperação técnico-militar nos projetos em que seja constituído como entidade primariamente responsável, conforme respetivos programas quadro.

d) Participar na cooperação das Forças Armadas com as forças e serviços da segurança nos termos previstos no artigo 26.º da Lei Orgânica n.º 1 – A/2009, de 7 de julho.

e) Colaborar em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações”.

“3. Compete também ao Exército assegurar o cumprimento das missões particularmente aprovadas, de missões reguladas por legislação própria e outras missões de natureza operacional, que lhe sejam atribuídas”.

Uma segunda parte da entrevista ao General Vizela Cardoso, de especial interesse e contributo para a missão das Forças Armadas é, com certeza, aquela que se relaciona com o Ciclo de Planeamento Estratégico do Estado, que se divide em cinco fases fundamentais, a saber:

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

"1ª fase: Estratégia Global do Estado – esta deve ser a base de orientação dos destinos de um Estado e de guia para o programa dos governos. Deve, por isso mesmo, definir os objetivos a alcançar nos diversos setores de atividade do Estado como, por exemplo, a demografia, a instrução, a saúde, a economia e finanças, defesa nacional, entre outros, e estabelecer quais os melhores caminhos ou estratégias para conseguir atingí-los.

"2ª fase: Conceito Estratégico de Defesa Nacional – que é a componente da Defesa Nacional da Estratégia Global do Estado onde se vão estabelecer quais são os interesses vitais, permanentes e eventuais do Estado, bem como as ameaças que pendem sobre esses interesses e os objetivos a atingir para se debelarem essas ameaças.

"3ª fase: Conceito de Ação Militar – que compreende o conjunto de ilações que deriva do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, onde se especifica a maneira como deverá intervir a componente militar da Defesa Nacional, nomeadamente onde se incluem as políticas demográficas, a saúde, o ensino, a economia e finanças, os transportes e comunicações, as políticas agrícolas, pecuárias e de pescas, entre outras, para se atingirem os objetivos atrás referidos.

"4ª fase: Missão – a qual deriva do Conceito de Ação Militar, e é definida pelo conjunto de ações militares com a finalidade de alcançar os objetivos especificados no Conceito de Ação Militar. Tendo em atenção a importância estratégica da definição da Missão atribuída às Forças Armadas, no Quadro da Defesa Nacional e do soberano interesse do País, é fundamental que essa Missão esteja contemplada na Lei Constitucional para alicerçar o suporte legal, que necessariamente irá enquadrar quem venha a ser designado para comandar o seu cumprimento.

"5ª fase: Estrutura Funcional e Meios. Uma vez estabelecida a missão, há que determinar quais os meios mais capazes para a cumprir com mais eficácia, bem como a estrutura funcional que melhor enquadre e faça o

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

controlo da atuação desses meios. Os meios incluem, obviamente, os equipamentos (recursos materiais) e os seus operadores (recursos humanos)”.
U

Uma ilação que se pode extrair da análise desta segunda parte da entrevista ao antigo Diretor do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea Portuguesa, General Vizela Cardoso, permite concluir que existe uma complementaridade indissociável entre o Ciclo de Planeamento Estratégico do Estado e a missão das Forças Armadas constitucionalmente consagrada.

Por outro lado, da análise em referência, encontramos que o entrevistado apresenta os objetivos da Estratégia Global do Estado e uma série de definições das cinco fases que a mesma Estratégia Global compreende, bem assim os elementos que a complementa e sua correspondente articulação.

Neste sentido, constata-se que o entrevistado, por exemplo, no que respeita à primeira fase, reportou a necessidade de a Estratégia definir os objetivos a alcançar com a defesa nacional. A partir da segunda fase, ele desfila as definições desta e das fases subsequentes.

Assim, na segunda fase, o General Vizela Cardoso começa por definir o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, como sendo a componente da Defesa Nacional da Estratégia Global do Estado onde se estabelecem quais são os interesses vitais, permanentes e eventuais do Estado, incluindo as ameaças que pendem sobre esses interesses e os objetivos a atingir para se debelarem as referidas ameaças.

No que tange à terceira fase, Vizela Cardoso reporta o Conceito de Ação Militar, que é aquele que compreende o conjunto de ilações derivado do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, e onde se especifica a maneira como deverá intervir a componente militar da Defesa Nacional, sendo aqui onde se incluem as políticas que compreendem as diversas componentes, como as demográficas, a saúde, o ensino, a economia e finanças, os transportes e comunicações, as políticas agrícolas, pecuárias e de pescas, entre outras, a fim de se atingirem os objetivos já atrás referidos.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Em relação à quarta fase, o entrevistado explica onde a Missão deriva, dizendo que esta provém do Conceito de Ação Militar, sendo definida pelo conjunto de ações militares, com a finalidade de alcançar os objetivos especificados no Conceito de Ação Militar. E que no Quadro da Defesa Nacional e do soberano interesse do País, tornava-se importante que essa Missão fosse contemplada na Lei Constitucional para alicerçar o seu suporte legal, que necessariamente irá enquadrar quem venha a ser designado para comandar o seu cumprimento.

No que diz respeito à quinta e última fase, o entrevistado refere-se da Estrutura Funcional e Meios, em que salienta que uma vez estabelecida a missão, há necessidade de determinar quais os meios mais capazes para a cumprir com mais eficácia, contemplando também a estrutura funcional que melhor enquadre e faça o controlo da atuação desses meios. Finaliza a sua explicação afirmando que os meios incluem os equipamentos (recursos materiais) e os seus operadores (recursos humanos).

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Entrevista ao General de Quatro Estrelas, Luís Vasco Valença Pinto, antigo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Portuguesas

Prosseguindo com entrevistas a altas patentes militares das Forças Armadas Portuguesas, com vista à recolha de mais dados suscetíveis de enriquecer o tema em estudo na parte relativa à missão das Forças Armadas Portuguesas, num esforço inserido no estudo comparado, o autor, ainda no dia 08 de janeiro de 2015, entrevistou o General de Quatro Estrelas, Luís Vasco Valença Pinto, antigo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Portuguesas, cujas perguntas haviam sido previamente formuladas via e-mail, o mesmo tendo-as respondido pela mesma via, nos termos que se seguem:

Que nos termos da atual Lei Orgânica de Base de Organização das Forças Armadas Portuguesas (LOBOFA), de julho de 2014, compete ao Estado-Maior General das Forças Armadas planejar, dirigir e controlar o emprego das FA no cumprimento das missões e tarefas operacionais que lhes incumbem, bem assim garantir as condições para o funcionamento do ensino superior militar e da saúde militar.

Sobre os Ramos do Exército, Força Aérea e Marinha, o General Luís Valença Pinto realçou que compete a estes participar, de forma integrada, na defesa militar da República, sendo fundamentalmente vocacionados para a geração e sustentação das forças da componente operacional do sistema de forças, assegurando também o cumprimento das missões reguladas por legislação própria, como, por exemplo, busca e salvamento, e das missões de natureza operacional que lhes sejam atribuídas pelo CEMGFA.

No quadro atual, o General Valença Pinto, explicou que as missões das Forças Armadas Portuguesas estão descritas num documento designado por Missões das Forças Armadas, de julho de 2014 (MIFA 2014), e são totalmente conjuntas, isto é, respeitam a todos e a cada um dos Ramos, nomeadamente

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Exército, Marinha e Força Aérea. Mais detalhes sobre esta entrevista, as quais compreendem:

- a) defesa convencional do território nacional;
- b) garantia de circulação no espaço ineterterritioial (entre o Continente, os Açores e a Madeira);
- c) atuação em estados de exceção (estados de sítio e de emergência);
- d) evacuação de cidadãos nacionais em áreas de crise;
- e) extração e proteção de contingentes e Forças Nacionais Destacadas;
- f) ciberdefesa;
- g) cooperação com as forças e serviços de segurança;
- h) defesa dos territórios das nações aliadas;
- i) vigilância e controlo dos espaços sob a soberania e jurisdição nacional;
- j) busca e salvamento;
- k) segurança das linhas de comunicação no espaço estratégico de interesse nacional permanente;
- l) operações de resposta a crises no âmbito da OTAN;
- m) outras operações e missões no âmbito da OTAN;
- n) operações e missões no âmbito da União Europeia;
- o) operações de Paz no âmbito da ONU e da CPLP;
- p) operações e missões no âmbito de acordos bilaterais e multilaterais;
- q) apoio à proteção e salvaguarda de pessoas e bens;
- r) apoio ao desenvolvimento;
- s) cooperação e assistência militar de natureza bilateral e multilateral e
- t) ações no âmbito da reforma do setor de segurança de outros países.

ANEXO 6**Entrevista ao General de quatro Estrelas, Luís Pinto Ramalho, antigo Chefe do Estado-Maior do Exército Português, atualmente Diretor da Revista Militar**

Uma terceira entrevista a altas patentes militares das FA Portuguesas, inserida no quadro do tema em estudo, *A Consagração da Missão das Forças Armadas Moçambicanas e sua Importância*, e no quadro do estudo comparado, em particular no que tange à missão das FA Portuguesas, a qual se revela igualmente de extrema importância pela sua atualidade e elevada contribuição para a organização e funcionamento das FADM, é a que o autor realizou, no dia 21 de janeiro de 2015, ao General de Quatro Estrelas (Res), Luís Pinto Ramalho, antigo Chefe do Estado-Maior (Comandante) do Exército Português, no seu gabinete de trabalho, *Revista Militar*, da qual é Diretor, em Lisboa.

A referida entrevista, que nas linhas a seguir se desenvolve com detalhes, diferentemente das anteriores feitas aos Generais Luís Valença Pinto e José Armando Vizela Cardoso, ambos das Forças Armadas Portuguesas, não obstante possuírem o denominador comum de abordar, genericamente, a missão das Forças Armadas Portuguesas, nesta o entrevistado fá-lo apresentando êxitos, constrangimentos e desafios durante o cumprimento da mesma, de acordo com o pedido a ele formulado previamente pelo autor, que o aceitou com naturalidade. Mais, dá um contributo que permite rever a política do Governo moçambicano no capítulo de reequipamento das FADM, cuja técnica de combate se encontra tecnologicamente desajustada à realidade atual de modernização das Forças Armadas no plano internacional, ao observar neste sentido.

Referindo-se à matéria de discussão na entrevista, a título introdutório, o General Luís Pinto Ramalho, sublinhou que “o tema – *A Missão das Forças Armadas Portuguesas e Moçambicanas, sua Consagração Constitucional e Importância*” – que lhe fora previamente introduzido pelo autor, era “crucial,

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

porque a Constituição determina as missões das FA, que isso devia ser entendido em tudo àquilo que depois se faz a seguir, ajusante, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, que deve ter uma preocupação constitucional, e, portanto, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional deve dar origem ao Conceito Militar, este não podendo pôr em causa aquilo que a Constituição diz”, e, portanto, a coerência deste processo era absolutamente incontornável.

Pela relevância que o General Pinto Ramalho atribui a consagração constitucional das missão das Forças Armadas Portuguesas e demais procedimentos daí resultantes, transcreve-se, a seguir, na íntegra, as suas considerações acerca desta matéria:

1. Relação entre a Constituição e as Forças Armadas Portuguesas

“Nós costumamos dizer em Portugal que as Forças Armadas Portuguesas têm uma relação com a Constituição, uma relação muito formal e pública, porque ela faz, inclusive, parte do juramento da bandeira dos militares. Nós dizemos “Juro defender a Constituição e demais leis da República e defender a Pátria, estar pronto a dar vida pela Pátria”. “Mas a referência à Constituição da República é indiscutível por parte das Forças Armadas e também pública, portanto, da nação e da sociedade”, realçou o General Pinto Ramalho.

Apontando em concreto a previsão constitucional da missão das Forças Armadas Portuguesas, o General Pinto Ramalho, disse acontecer, no caso português, a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 275.º, ter expressamente as missões das Forças Armadas, e “tendo-as até escritas de forma sequencial pela sua importância”, e que a primeira missão era “a missão da defesa militar da Pátria, sendo aquilo que é fundamental em qualquer forma das Forças Armadas que não pode ser esquecido”.

Na verdade, o mencionado artigo 275.º prevê de forma clara e inequívoca aquela que constitui a missão principal das Forças Armadas dentro da sequência hierárquica das múltiplas missões que estas são chamadas a cumprir

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

no âmbito da sua missão tradicional de defesa militar da soberania e integridade territorial do Estado português.

2. Missões no âmbito de compromissos internacionais

Prosseguindo com a sua explicação, o General sublinhou que a segunda missão tinha a ver com “a satisfação dos compromissos internacionais livremente assumidos, o que quer dizer que quando as Forças Armadas Portuguesas participam em alianças, em organizações internacionais, e assumem compromissos, elas têm obrigação de responder a esses compromissos no domínio militar, passando-se isso com a Aliança Atlântica, com a União Europeia, com a CPLP”. Acrescentou que “se for nesse sentido mas, portanto, está ali o respaldo constitucional para podermos responder a esse tipo de missões”.

Com efeito, o Governo português, ao assumir compromissos militares internacionais, designadamente no que toca às alianças, como as da NATO, da união continental, ou seja, da União Europeia, com a Comunidade linguístico-cultural – a CPLP – entre outras, as Forças Armadas encontram-se na obrigação incontornável de cumprir com esses compromissos que o Governo livremente assumiu com estas organizações internacionais. É como que uma dívida soberana.

Assim, segundo o entrevistado, “a terceira grande missão é uma missão que diz respeito à utilização das Forças Armadas como instrumento da política externa. É também outra área extremamente importante”.

Na realidade, e sem sombra de dúvidas, as Forças Armadas de qualquer país configuram no instrumento privilegiado de prestígio do Governo na sua política externa.

Porém, para que esse prestígio das Forças Armadas se sinta na prática, é importante que estas sejam devidamente equipadas, treinadas, formadas, tornando-se bons profissionais que dominam a técnica, a arte e a ciência

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

militares, constituindo, por excelência, verdadeira força de coação em presença. De contrário, esse instrumento de política externa que elas representam, por mais que o Governo se esforce por desempenhar relevante papel de diplomacia na sua política externa, com ênfase no seio das organizações regionais de que faz parte, a sua influência não se fará sentir com peso almejado.

A par disso, é imprescindível que o Governo crie condições de trabalho que motivem os oficiais de todas as classes, sargentos e praças, nomeadamente proporcionando boa alimentação, melhores condições de alojamento, assistência médica e medicamentosa adequada às missões que cumprem e, finalmente, boa remuneração que dignifique a sua condição militar, caracterizada por riscos inerentes à profissão, privação de alguns direitos fundamentais que os cidadãos civis gozam, especificamente o direito à greve, quando os seus direitos fundamentais consagrados na Constituição não são observados, o direito de fazer política, de constituir associação, de reclamar o cumprimento de missão do superior hierárquico, seja que problema social o militar tenha, como o de falecimento de parente de primeiro grau – pai, mãe, filho, irmão, avó, neto, incluindo a própria mulher – seguindo o princípio segundo o qual *primeiro o militar deve cumprir a ordem e, depois, reclamar*.

Em paralelo com o referenciado conjunto de privações de direitos fundamentais de que o militar é objeto, acresce a particularidade de dever cumprir as ordens superiormente emanadas em qualquer lugar que lhe é indicado, dentro e fora do país, a qualquer momento – de dia e de noite – e em quaisquer condições meteorológicas, designadamente chovendo, fazendo frio ou calor intensos, ocorrendo ciclone, cheias, incêndio; dormir ao relento em condições de combate em todas estas condições descritas, enfim, em todas as situações difíceis de enfrentar nas condições normais e, mais ainda, fazendo-o sob pressão, pois não deve admitir a derrota, senão a vitória, nestas duas últimas situações quando se encontre em combate.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Portanto, não é por mero acaso que se exige que o Governo crie condições que dignifiquem e compensem o sacrifício consentido pelo militar no cumprimento da sua missão tradicional, constitucionalmente consagrada, de defesa militar da independência, da soberania e integridade territorial do Estado, contra qualquer eventual agressão armada externa ou surgida no interior das fronteiras estatais do país.

3. Missões de interesse público

Na linha da ordenação hierárquica das missões, o General Pinto Ramalho explicou que: “a seguir aparece aquilo que é designado por outras missões de interesse público. Quer dizer que as Forças Armadas também podem, como grande missão, apoiar as populações, através das suas capacidades de engenharia, capacidades sanitárias, capacidade de ensinar, de ajudar na administração, quer dizer, ter toda a sua capacidade em termos de material, em termos humanos, a possibilidade de apoiar as populações não só em períodos de crise mas também em períodos de não crise”.

A título exemplificativo, o General referiu que “em situações, por exemplo, onde as empresas civis têm dificuldades de operar em zonas pouco apoiadas, em zonas muito do interior, onde seja necessário fazer uma ponte, abrir uma estrada, abrir uma pista de aviação, onde as autarquias não têm dinheiro para contratar empresas civis, porque as empresas civis para se deslocarem para lá encarecem muito, porque têm que tratar o alojamento do pessoal, o transporte das máquinas”.

Sobre este assunto, é de realçar que as Forças Armadas, nos países onde estas se encontram adequadamente equipadas, treinadas, formadas, por assim dizer profissionais do saber fazer, desempenham um papel de importância transcendental no apoio às populações em tempos de crise, nomeadamente de calamidades naturais, realizando o seu reassentamento em lugares seguros, ou busca e salvamento, no caso de cheias, escavação de edifícios ou de terra para salvar sobreviventes em caso de abalo de terramoto ou de aluimento de terra.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Relativamente a esta delicada situação, por exemplo, em Moçambique, aquando das cheias do ano de 2000, que assolaram a região Sul do país, com destaque para as províncias de Gaza e Maputo, a Marinha de Guerra e a Força Aérea, não obstante disporem de escassos meios navais e aéreos, desempenharam um papel de extrema importância na evacuação, busca e salvamento das populações destas zonas para áreas elevadas e seguras, onde eram alojadas provisoriamente em tendas e, mais tarde, atribuídas terrenos para a construção das suas habitações.

Em contraposição à dificuldade das empresas civis de se deslocarem a locais onde as populações se encontram afetadas por catástrofes naturais por intransitabilidade das vias atrás apontadas, o General Pinto Ramolho referiu que “normalmente os militares têm a Engenharia – a Engenharia Militar do Exército. Tem uma missão que é exatamente um plano de atividades, que se chama o nosso plano de atividades de apoio civil, que é realmente apoiar as autarquias, as autoridades civis em determinadas áreas pontuais, onde as empresas civis têm dificuldades em fazer. Portanto, não é uma competição com o mercado civil, pelo contrário, é a possibilidade de apoiar as populações em aspetos que são necessários e que para os quais há dificuldades ou financeiras ou de lugar ou, enfim, de oportunidade para o fazer”.

Quanto à disponibilidade de meios de apoio às populações afetadas por catástrofes naturais por parte das Forças Armadas, especificamente da sua Engenharia Militar, esta assume um papel de relevo na construção de pontes nos locais onde estas foram destruídas ou de necessária passagem, no caso de existência de um rio, lagoa, ou lago. Estes meios, com estas capacidades, em geral as autarquias e autoridades civis locais não dispõem sendo, por isso, fundamental o plano de atividades de apoio civil das Forças Armadas, com vista a prestar apoio a estas estruturas locais, no socorro às populações atingidas pelas referidas catástrofes naturais no momento.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Sintetizando, Pinto Ramalho concluiu que, “portanto, as Forças Armadas têm também essa missão e outras missões de interesse público, como a busca e salvamento, o combate aos incêndios, o combate às cheias, o apoio as populações em situação de catástrofes, são as grandes missões constitucionais. E aqui há uma primeira questão que temos que ver em relação, às vezes, em potencialidades e constrangimentos”.

4. Potencialidades e Constrangimentos

No que respeita ao cumprimento deste último grupo de missões, que pode ser cumprido por outras instituições, reservando as Forças Armadas para a sua vocação tradicional de defesa militar da República, o General Ramalho referiu-se a constrangimentos derivados de decisões políticas, especificamente de âmbito financeiro, explicando que:

“ Muitas vezes o poder político, as tutelas, fruto das restrições financeiras, preferem dar prioridade a uma missão em detrimento das outras. Mas não deve ser perdido de vista aquilo que é a hierarquia constitucional das missões. Portanto, as Forças Armadas existem não para serem bombeiros ou para serem polícias, é para serem Forças Armadas. E, portanto, a sua preocupação fundamental é a defesa militar da República. Pode-se dizer que essa não é missão urgente. Muito bem, não é a primeira prioridade fruto a uma situação de paz ou da tranquilidade que existe mas as capacidades têm que lá estar. E essas capacidades podem ser empregues nas outras missões a seguir, inclusive no apoio às missões de interesse público. Não se pode inverter este processo, preparar as Forças Armadas para serem bombeiros ou para serem polícias, depois perderem a possibilidade de cumprirem a sua missão principal. Aliás, utilizar as Forças Armadas nestas missões que não são as suas missões principais, preversamente são o reconhecimento de que as entidades que se devem responsabilizar pelas operações de socorro e pela lei e ordem no país não estão em condições de o fazer. Portanto, há aqui um contra-senso. Por outro lado, as Forças Armadas face aos seus equipamentos, face a sua

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

instrução, face a sua missão para a qual devem ser preparadas e a história vai demonstrar a sua preparação, são instrumentos caros para fazer esse tipo de atividades. Podem fazê-lo supletivamente, mas, se passam a fazer isso, essa missão pode ser numa forma mais económica por outras entidades. E como não se devem duplicar capacidades é bom que não se perca de vista qual é a missão principal das Forças Armadas”.

Acerca deste problema, de magnitude delicada e complexa, apesar das limitações económico-financeiras que a maior parte dos países atravessa hoje no contexto mundial, resultantes, por um lado, do fim da guerra fria, que pôs fim a prioridade dos orçamentos dos governos orientada para o setor da defesa visando fazer face às ameaças à segurança dos Estados da época, e, por outro, da crise económica e financeira internacional, que afeta com maior incidência os países em vias de desenvolvimento, as Forças Armadas sempre constituíram instrumento caro de sustentar com o OGE, devido a onerosa aquisição dos necessários meios e forças para os manejar, treinar e formar, manter e preservar constantemente a sua prontidão, por forma a ficarem aptas para cumprirem prontamente a sua missão a qualquer momento, mostra-se importante que o seu envolvimento nas missões de interesse público seja, efetivamente, em momentos extremamente necessários, onde as outras forças vocacionadas para esse fim não tenham comprovada capacidade de o fazer. De outro modo, será uma espécie de combate de desgaste que, chegada a hora necessária para cumprirem a sua verdadeira missão tradicional de defesa militar do país contra qualquer agressão armada, não estarão na sua plena forma de enfrentar com êxito as forças agressoras.

No que tange ao cumprimento das missões tradicionais propriamente ditas, ainda neste domínio de contrangimentos, o entrevistado, fazendo uma retrospectiva histórica do passado recente, considerou que “os constrangimentos são sempre os financeiros, são os que aparecem à cabeça, aqueles que determinam o dinheiro a atribuir às Forças Armadas e o orçamento a atribuir às Forças Armadas, e que nós não podemos esquecer a realidade atual, que é

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

diferente do tempo da guerra fria na Europa. O tempo da guerra fria na Europa, a ameaça, a chamada ameaça, determinava os orçamentos de defesa”.

Contrariamente ao tempo da guerra fria, cujo OGE era determinado pelo nível de ameaças, o General salientou que “hoje os orçamentos de defesa são determinados pelas prioridades que os governos estabelecem, e normalmente a defesa nunca é uma prioridade. É sempre algo onde se pode economizar, onde se pode poupar recursos, quer financeiros, quer humanos”.

No entanto, no entender do autor, esta consideração segundo a qual a realidade dos nossos dias é diferente do tempo da guerra fria em que a ameaça determinava os orçamentos a alocar ao setor da defesa, deve ser vista e aplicada para os países que já têm as suas Forças Armadas equipadas, treinadas, formadas e praticamente profissionalizadas, que têm nas suas mãos o domínio da técnica, tecnologia, arte e ciência militares modernas, em primeiro lugar para os países industrializados da Europa, América e alguns casos da Ásia, como a China.

Nesta ótica, devem excluir-se desse grupo os países em vias de desenvolvimento, que ainda muito precisam de equipar, treinar, formar e profissionalizar as suas Forças Armadas, nos moldes a fazerem face a eventuais ameaças ou agressões armadas, quer provenientes do estrangeiro, quer provenientes do meio doméstico, em particular aqueles países detentores de vastos recursos naturais, como o caso de Moçambique.

De facto, Moçambique, um país detentor de consideráveis recursos naturais, dos quais se destacam o gás natural e petróleo na bacia do Rovuma, na província nortenha de Cabo Delgado, ocupando o país o quarto maior país no mundo, e o segundo em África, detentor daquele primeiro recurso natural energético, o carvão mineral em elevadas quantidades industriais na província central de Tete, que vem sendo explorado desde o período da colonização portuguesa em Moçambique aos nossos dias, e, mais recentemente descoberto na província nortenha do Niassa, também em elevadas quantidades industriais,

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

o gás natural de Pande, na província surenha de Inhambane, em exploração, o ouro, nas províncias centrais de Manica e Zambézia, e na nortenha de Nampula, no distrito de Murrupula, cuja exploração encontra-se maioritariamente feita por garimpeiros ilegais estrangeiros, na sua maioria oriundos dos Grandes Lagos, Nigerianos e Tanzanianos, em conluio com cidadãos moçambicanos; as areias pesadas em Moma e madeira de qualidade apreciável, ambos recursos naturais na província nortenha de Nampula, para além de considerável riqueza marinha em toda a costa moçambicana, cuja pesca é, grosso modo, feita por barcos piratas estrangeiros, aproveitando-se da fraca capacidade de fiscalização da costa marítima pela Marinha de Guerra e pela Força Aérea moçambicanas, decorrente da escassez de meios técnico-combativos para o fazer, dada a onerosidade da sua aquisição.

Quanto à discussão que hoje é levantada pela sociedade civil, nos termos em que considera as Forças Armadas como “improdutivas”, o antigo CEME Português considerou que “se querem olhar para nós (Forças Armadas) como empresa, nós somos uma empresa que produzimos estabilidade e segurança. É que na cena internacional as entidades políticas organizam-se para conviverem em conjunto segundo determinadas regras, segundo o Direito Internacional, mas também segundo a gestão da coação, seja ela militar, seja ela outra, a coação financeira, económica. A coação financeira e a coação militar faz parte desse processo. Agora, dizer-se que bem, não há guerra, não há problemas, não há uma ameaça declarada, portanto, não é preciso preocupar-se com isso, a verdade é que as Forças Armadas não se improvisam um dia para outro, quer dizer, capacidades que se eliminem nas Forças Armadas muito dificilmente são reconstituídas e nunca são reconstituídas com oportunidade, porque se nós perdemos uma capacidade num determinado momento, se deixarmos esgotar-se, deteriorar-se, tornar-se espoleta, a verdade é que ela se for preciso num determinado momento, e as alterações políticas mudam em vinte e quatro horas. Se realmente passar a haver uma situação de tensão, uma situação de ameaça, a reconstrução das Forças Armadas não é imediata e leva tempo”.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Com razão, as Forças Armadas nunca foram e nem serão improdutivas, pois elas proporcionam segurança e estabilidade à sociedade, por forma a esta produzir, em paz, os bens e serviços necessários para o bem-estar da mesma sociedade e, em primeiro lugar, em benefício dos próprios cidadãos civis, que reclamam a improdutividade das Forças Armadas.

Neste sentido, a sua organização nos moldes a conviverem em comunidade conforme regem certas regras do Direito Internacional e da gestão da coação, quer seja ela de natureza militar, quer seja de natureza financeira ou económica, requer sempre tempo, sendo inimiga número um de imprevistos, em virtude das capacidades necessárias para a sua organização e funcionamento serem de difícil reposição em tempo oportuno e a curto prazo, quando quebradas em certo momento. Acresce a esta particularidade o facto de os meios que as Forças Armadas empregam serem bastante onerosos, comparativamente ao OGE que muitos governos dispõem para alocarem a diferentes necessidades institucionais a nível nacional, na sua maioria prioritárias e de inadiável satisfação.

Quando aquela última situação ocorrer, e registar-se uma quebra da paz, passando-se à situação de tensão, de ameaça, que conduza à guerra, como aconteceu recentemente em Moçambique, com o último conflito armado de 2013 a 2014, entre a Renamo e a Frelimo, a reconstrução das Forças Armadas revela-se difícil, pois reunir quantidades substanciais de recursos humanos devidamente qualificados, financeiros e materiais para equipar os três ramos que intervêm diretamente na guerra, concretamente o Exército, a Força Aérea e a Marinha de guerra, leva tempo. O seu envolvimento no teatro operacional sem adequada preparação técnico-militar conduz a sérios riscos, consubstanciados, em última análise, em derrotas de consequências desastrosas, cujo preço, via de regra, custa caro a pagar.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância**5. Outras missões de interesse público, acompanhamento do ambiente regional e internacional**

Referindo-se a outras missões de interesse público que constituem preocupação das Forças Armadas Portuguesas, de carácter preventivo, o entrevistado afirmou: “mas há aqui um outro aspeto ainda, que é importante ter em linha de conta. Apesar de não haver roubo, nós estamos a pôr hipótese de todos os dias, e também em relação aos incêndios e às cheias, tomamos algumas preocupações. Não tomamos só preocupações quando elas acontecem. Isso quer dizer que o país mesmo em período de paz, um ator político tem que olhar para o seu ambiente regional e para o seu ambiente internacional, e perceber quais são os riscos potenciais que se podem transformar em ameaças. E, portanto, deve procurar uma situação, que é uma situação designada em termos estratégicos, pelo *equilíbrio estratégico com os seus vizinhos*. Não ser uma preocupação de segurança para os seus vizinhos, e também não propiciar as chamadas situações de facto consumado. Porque mesmo em tempo de paz há problemas de pesca, há problemas de água, há problemas de fronteiras, há problemas de trânsitos de refugiados, há problemas de imigração clandestina. Portanto, umas são da área de atuação da Polícia, outras são da área das forças de segurança. Mas isso a Polícia trata.

“Hoje a realidade internacional mostra que determinados aspetos relativos à segurança do país umas vezes passam-se a um determinado nível de ameaça e noutras determinadas circunstâncias em que podem ser tratadas pela Polícia. Outras vezes a dimensão do acontecimento e o local onde eles passam, por exemplo, os aviões chamados rowel-gate, terá de ser a Força Aérea a tomar conta desse problema. Ou então as ações de criminalidade ou de imigração clandestina no alto mar, certamente a Marinha terá de tomar condições e terá de tomar atenção em relação a isso, são exemplos concretos”.

6. Cedência das capacidades do Exército para missões públicas

Tendo em atenção a determinadas limitações da Polícia em meios para fazer face a ameaças inseridas no âmbito da sua missão, o General admitiu a hipótese de o Exército ceder os seus meios a esta corporação, ou mesmo intervir reforçando a missão desta, tendo-se referido nos seguintes termos:

“Mas também em relação ao Exército, o Exército tem duas atitudes, está sendo relacionado com a dimensão da ameaça. E como não se deve duplicar capacidades, capacidades que existem no Exército não se dê necessidade que se repliquem nas Polícias. E, portanto, o que pode acontecer é, em determinadas circunstâncias, o Exército ceda essas capacidades à Polícia para reforçar a sua capacidade de ação, estamos portanto, no domínio da segurança interna, outras vezes a ameaça é de tal maneira forte que passamos a ver determinadas situações em que o Exército vai para a rua e apoia as forças da Polícia e, em determinadas circunstâncias, o próprio controlo e o comando da situação passam para as Forças Armadas”.

No que respeita a este assunto, deveras complexo do ponto de vista das missões constitucionalmente atribuídas a cada força de segurança e defesa, na verdade, dado que as Forças Armadas dispõem de capacidades técnicas adequadas, por intermédio da sua arma de Engenharia Militar para fazer face a situações de fortes ameaças à segurança e ordem públicas, meios de que a Polícia não dispõe, outras alternativas não restam senão ceder estas capacidades à Polícia, com a finalidade de cumprir a sua missão de garantir a lei e ordem públicas.

Todavia, quando a ameaça é de tal ordem que a Polícia não se encontra com capacidade plena de controlar a situação, as Forças Armadas, em articulação com esta corporação, tomam o controle da segurança na cidade, assumindo elas próprias o comando das ações no terreno, com o objetivo último de devolver a lei e ordem, a segurança e tranquilidade às populações.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância

Em resumo, os três oficiais gerais das Forças Armadas Portuguesas entrevistados, coincidem em considerar de suma importância a consagração da missão principal das Forças Armadas na Constituição da República, que é a da defesa militar da República Portuguesa, que é fundamental em qualquer forma das Forças Armadas, e que não pode ser esquecido.

Finalmente, considere-se que com as entrevistas daqueles três generais das Forças Armadas Portuguesas conseguiu-se atingir o objetivo previamente traçado pelo autor, de, com base num estudo comparado, colher subsídios que enriqueçam a consagração da missão das Forças Armadas Moçambicanas, constitucionalmente consagrada, no que respeita ao seu cumprimento prático em diferentes situações, em articulação com as demais FDS do país, de acordo com a hierarquia sequencial dessas missões, estabelecida na Constituição e segundo as condições económico-financeiras do país.

A Consagração Constitucional da Missão das FA Moçambicanas e sua Importância